

O ELO ENCONTRADO

■ Coletânea de posts publicados no blog PREVI PLANO 1 desde sua fundação.



Caros Colegas

Sonhos também fazem aniversário. E o meu hoje completa um ano de vida.

No dia 26 de setembro de 2009 nascia o Previ Plano 1, blog em forma de sonho acalentando a criação de uma Associação que hoje tem nome, vez e voz – AAPPREVI.

Numa homenagem a mim, ora transferida aos meus leitores, meu filho editou uma coletânea com os 162 artigos que alimentaram o blog até aqui. E o presente que me foi dado divido com todos que me acompanham engrossando o rol de seguidores. Uns, admiradores recentes, outros, antigos incentivadores que me lêem desde o primeiro post, de 26/09.2009, quando ainda assinava com o pseudônimo de André.

Um Novo Tempo

"Hoje é um novo dia
De um novo tempo que começou.
Nesses novos dias as alegrias
Serão de todos, é só querer.
Todos nossos sonhos serão verdade,
O futuro já começou.
Hoje a festa é sua, hoje a festa é nossa,
É de quem quiser, quem vier.
A festa é sua, hoje a festa é nossa,
É de quem quiser, quem vier".
(Um novo tempo – Marcos Valle, Paulo Sérgio Valle e Nelson Motta).

Colegas integrantes do Plano de Benefícios 1, da Previ.

Abrindo este espaço, espero estar contribuindo para o surgimento de um canal de comunicação e entendimento para nosso uso exclusivo, isento de interferências desagregadoras. Faço votos, com vigoroso empenho, que ele seja uma tribuna onde possamos relatar nossos anseios e necessidades. Que venha a ser uma ferramenta de trabalho capaz de proporcionar o alcance de soluções para os problemas que nos afligem. Que sirva de conclamação à união de todos na busca de resultados práticos e urgentes para superação de obstáculos. Enfim, uma espécie de diário coletivo onde possamos escrever como forma de desabafar, consolar, pedir, oferecer, perguntar, orientar, denunciar, cobrar. Aqui poderemos trocar idéias e conhecimentos que nos levem a AGIR sem individualismos.

Temos uma boa caminhada pela frente.

Até aqui trabalhei sozinho, mas, como não é meu propósito monopolizar a condução desta empreitada, procuro nomes para partilhar a trilha. Para tanto, informo que “há vagas” destinadas a quem tiver disponibilidade e desprendimento para iniciarmos a jornada.

A partir de hoje este será o nosso Site. O Site dos aposentados, pensionistas e demais integrantes do Plano Um.

Sejam todos Bem-Vindos.

André. Curitiba, 26/09/2009.

ANABB - Reforma Estatutária

A reforma estatutária proposta pelo Conselho Deliberativo da Anabb foi aprovada na íntegra (Opção A – Aprovo todas as propostas), segundo dados do Relatório de Apuração.

Esta notícia faz supor que os associados estão satisfeitos com a atuação em curso e confiam na Entidade. Mas, será isto mesmo?

Pela estatística divulgada, a verdade pode ser outra:

- Kits de votação encaminhados: 94.757
- Votos recebidos pelo correio: 11.620
- Votos recebidos pela Internet: 3.587 (total de votos recebidos: 15.107)

Com estes números a Anabb concluiu que:

- o índice de participação foi de 16,23% (do total de 94.757 kits encaminhados).
- a opção A (aprovação) obteve 77,78% (do total de 15.207 votos).

Com base nessas informações fica a impressão de que, dentre o universo de 94.757 associados contatados, cerca de 79.000 não deram a mínima para o apelo lançado - mesmo recebendo envelopes com a chancela de Resposta Paga.

Trocando em miúdos; a esmagadora maioria não demonstrou o menor interesse em participar da votação. E cada um paga mensalmente R\$ 21,00 para exercer sua apatia.

Fato Relevante - André não é André

Em respeito aos colegas que aqui se identificam com seu nome de registro, muitos deles divulgando-os por inteiro, tomo a liberdade de ocupar este espaço para fazer uma revelação de caráter pessoal.

Tocado pelo pensamento da Rosalina ao declarar que devemos mostrar que “não temos medo de retaliações”, resolvi por bem sair do anonimato e revelar minha verdadeira identidade - antes que a coisa tome vulto e seja tarde demais para a tomada desta decisão. O pseudônimo André surgiu com a supressão de letras do sobrenome ANDRADE e foi usado, sempre, em minhas incursões no blog da Cecília – cerca de oito (sempre respeitosas, mas ferinas, às vezes). De todo modo, afianço que nunca me escudei no André para escrever o que não pudesse ser dito sob meu verdadeiro nome. Acontece que, sendo minhas opiniões já identificadas pelo estilo imposto, difícil se me tornava assinar com o nome de batismo, pois, me parece, soaria falso para os leitores que, modéstia à parte, me respeitavam como André e aceitavam a postura adquirida.

Assim sendo, me desculpo perante os Colegas que me tomavam por outro, mas peço que doravante me aceitem com o nome que realmente carrego, e do qual não tenho por que me envergonhar: MARCOS CORDEIRO DE ANDRADE

BB compra Votorantim

ECONOMIA - Por R\$ 4,2 bilhões, BB conclui a compra de 50% do Votorantim

DA REPORTAGEM LOCAL

O Banco do Brasil concluiu ontem a compra de 49,99% do Banco Votorantim, negócio anunciado no início do ano. Com a conclusão do negócio, o BB pagará R\$ 3 bilhões e fará um aporte de R\$ 1,2 bilhão à financeira.

O Banco do Brasil poderá agora elevar em R\$ 45 bilhões seu total de ativos, que somará R\$ 643,3 bilhões -antes de contabilizar a metade dos ativos do Votorantim, o BB já tinha R\$ 598,8 bilhões, posição que já assegurava a liderança no país.

O negócio, aprovado no último dia 11 pelo Banco Central, também coloca o BB na terceira posição no mercado de financiamento de veículos, com participação de 18%, à frente do Santander.

Com a parceria, o Votorantim terá mais acesso a recursos para a geração de financiamentos de veículos e para outros segmentos do crédito. "A grande vantagem dessa fusão é a capacidade de geração de "funding" [captação] por um lado e o acesso aos canais do Votorantim, por outro", afirmou Paulo Caffarelli, vice-presidente de novos negócios de varejo do BB.

Além do financiamento de veículos e bens de consumo, o BB também ampliará sua atuação nos segmentos de seguros, crédito consignado, gestão de recursos e corretagem de valores mobiliários. A gestão será compartilhada.

Segundo Caffarelli, ao aprovar o negócio, o Banco Central determinou que os ganhos de eficiência resultantes da fusão deverão ser repassados aos clientes por meio da redução de tarifas.

Fonte: Folha de S.Paulo

ALEGORIAS BILIONÁRIAS

Fatos recentemente divulgados nos levam a fazer comparações entre o sério e o burlesco, pelo temor da repetição.

Ao que tudo indica está em curso mais uma apropriação contábil por parte do Banco, para cobrir a compra do Votorantim (4,2 bi). Assim sendo, mais uma rapinagem se avizinha.

Que ninguém se iluda. Esses saques escriturais periódicos serão transformados lá na frente em reais retiradas dos cofres da Previ. De nada adianta o enfadonho discurso dos Eleitos com alegação de que não levaram um centavo (ainda). Nisso tudo o que há de concreto é que o Superavit, por mais que cresça ano a ano, vai se esmigalhando e desaparecerá um dia, se não conseguirmos refrear essas ações e utilizá-lo em benefícios regulamentares.

Nos meus devaneios vejo o Superavit como um grande monte de feno no meio do brejo; sequinho e suculento protegido por esvoaçantes insetos protetores, mas desejado por sapos barbudos e vacas famintas que espreitam com olhos esbugalhados de desejo.

Não levaram nada ainda, em metal sonante, mas levarão um dia.

Levarão sim. E levarão tudo se ficarmos nessa lengalenga, trocando figurinhas aqui no site.

Temos que ousar. Temos que AGIR.

E, como no contexto estamos órfãos de pai e mãe, ousa perguntar: não será hora de pensar em consolidar uma representatividade forte, legítima?

Precisamos passar do discurso à ação, unidos como organização credenciada oficialmente. Assim agindo, e com o potencial número que podemos formar ninguém nos baterá, visto que estaremos ombreados com o mesmo propósito, visando uma meta comum, cuidando de um único assunto: o Plano 1. O que é tremendamente promissor.

Nessa conjuntura não haverá desvios de atenções e esforços para cuidar de outros assuntos: dos dentes, de empregos, da casa própria, de seguros. Para tudo isto existe segmentos apropriados.

Consolidada a união, as entidades que ai se vê correrão a reboque.

Nós teremos a Força.

Seremos respeitados e, por isso mesmo, vitoriosos.

Temos todos os requisitos para formar um grupo de peso, mas nos quedamos como a fera que, ante o açoite do domador obedece ao seu comando por desconhecer a própria força.

Essa passividade é revoltante em meio ao que acontece à nossa volta.

No momento somos apenas um pequeno grupo bem intencionado, mas de boas intenções o inferno está estufado.

E enquanto tudo de ruim se materializa, assistimos de camarote o esfacelamento de nossos recursos. Agimos como se fôssemos a escola de samba Unidos do Plano 1.

Como tal, só nos falta aplaudir a passagem da escola mor.

Quedamo-nos exercitando passos eternamente ensaiados, acomodados na concentração da esperança, porque à nossa frente um belo espetáculo se desenrola.

E a escola campeã de todos os carnavais desfila garbosamente no sambódromo superavitário:

Linda de morrer, rica como nenhuma outra, ela voluteia garbosamente conquistando públicos. Na passagem, o carro abre-alas joga dividendos para as arquibancadas das assembleias gerais e os passistas distribuem lucros, em forma de dourados cheques, para a galera da geral. No centro do desfile, gordas baianas equilibram seus tabuleiros repletos de bolinhos-de-renda-certa, precedidas dos estandartes de ouro rodeados de figurantes com bilionários adereços escriturais. Anônimos descamisados portam penduricalhos em forma de PPAs, PDVs e outras siglas não menos escabrosas – simbolizando os anos de chumbo dos componentes espoliados. Ao final, os garis passam varrendo o chão repleto de bônus 200 anos e lucros excedentes, que encherão as lixeiras dos minoritários – avidamente esperando a escola passar.

Quosque tandem ?

Superávit em foco

Repasse de superávit opõe participantes de fundos à SPC

Valor Online - Vera Saavedra Durão

Beneficiários das fundações estão em uma "queda de braço" com a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) por conta de uma legislação que permite o uso dos valores do superávit destas entidades pelo patrocinador. A informação é do Ricardo Sasseron, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão (Anapar). "No nosso entendimento a SPC deveria proteger interesses dos participantes e não criar condições para devolver valores para o patrocinador", disse.

Hoje vence o prazo dado por Ricardo Pena, secretário de Previdência Complementar, para os fundos de pensão se enquadrarem às exigências da resolução 26. Ela trata, dentre outras questões, da destinação do superávit à participantes e patrocinadores. O tema polêmico já rendeu dez ações judiciais na primeira instância de participantes de fundos de pensão contra a SPC. "Conseguimos derrubar todas estas ações, só sobrou a do Sindicato dos Bancários de Brasília, em segunda instância, no TRF", disse Pena.

Ele critica o que chama de visão de que "o dinheiro dos fundos é nosso" da parte dos beneficiários. Segundo ele, as leis complementares 108 e 109 de 2001, que deram origem a resolução 26, valem para todas as entidades com patrocínio público. "A 109 obriga a ser paritário na contribuição. E se se é paritário no déficit, tem que se ser paritário também no superávit", disse.

Sasseron confirmou que a liminar do Sindicato de Bancários de Brasília suspendendo os efeitos da resolução 26 foi acatada pelo TRF da 1ª Região. "Tal decisão isenta do enquadramento todos os planos de previdência ligados a bancos, como Previ, Funcef, dentre outros", informou.

Segundo o presidente da Anapar o que se questiona no caso da resolução 26, é que ela extrapola a lei 108 e a 109. "As leis 108 e 109 não preveem a devolução de valores do superávit dos fundos para o patrocinador. Uma resolução está abaixo da lei e não pode criar uma possibilidade que a lei não permite. Para isto teria que mudar a lei", afirmou o dirigente da Anapar.

Indagado sobre o fato de que o Banco do Brasil, em seu balanço de 2008, contabilizou ganho atuarial de R\$ 5,3 bilhões da Previ ao qual julga ter direito, Sasseron afirmou que foi um registro contábil. "Na prática não saiu nenhum centavo dos cofres da Previ para o BB por conta desta contabilização. Não houve nenhuma negociação entre as partes neste sentido".

Pena disse que a distribuição de superávit para o patrocinador é a medida mais extrema do artigo 20, da resolução 26. "O dinheiro do fundo tem que estar realmente sobrando para isto acontecer". E informou que três entidades já protocolizaram

pedidos para destinar valores ao patrocinador. "Vamos analisar se elas estão enquadradas", informou.

O processo de enquadramento dos fundos na resolução 26 é fundamental para terem direito a utilizar o dinheiro do superávit. As fundações têm que se submeter a mudanças relevantes, como trocar a taxa de juro atuarial de 6% ou 5,75% (Previ) para 5%. Além disto, têm de especificar corretamente os ativos; precificar o passivo; prever contingências para as ações judiciais; se o patrocinador tiver dívida junto a entidade tem que deduzi-la do superávit bem como os valores do desenquadramento em aplicações, e adotar uma tábua de mortalidade específica (AT2000).

CARIM - Plano 1

Está liberado financiamento imobiliário para quem já liquidou anterior. Detalhes no Site da Previ.

SUPERAVIT - Posição da PREVI

Devidamente autorizado, transcrevo resposta da Previ a consulta formulada pelo colega Ivan:

Senhor Ivan,

Agradecemos sua manifestação e informamos que sua sugestão foi registrada.

Esclarecemos que a concessão de novos benefícios, deve estar prevista no regulamento do plano de benefícios. Assim, para conceder benefícios mediante a utilização de reserva especial do Plano 1, é necessário sua aprovação pelos órgãos internos da Previ, pelo patrocinador e pelos órgãos de Governo - Ministério do Planejamento e Secretaria da Previdência Complementar.

Informamos que os últimos processos de destinação de superávit foram precedidos de debate e negociação entre representantes dos participantes e assistidos e o patrocinador Banco do Brasil, para posterior aprovação pelas instâncias competentes.

Outro ponto relevante é a necessidade de se observar a Resolução CGPC nº 26/2008, que regula a utilização de superávits, e que está sendo questionada, inclusive judicialmente, por algumas entidades.

Cabe registrar que, embora o Banco do Brasil tenha contabilizado, em seu balanço de 2008, valor referente a "ganhos atuariais não reconhecidos", não houve, por parte desta entidade, qualquer destinação de recursos do superávit ao patrocinador.

Portanto, tão logo haja alguma informação sobre o assunto daremos ampla divulgação aos nossos associados através de nossos meios de comunicação.

Elma Heringer
Gerência de Atendimento
PREVI

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A redução da natalidade e o aumento da longevidade em todo o país trazem novos desafios à Previdência Social. A tendência é que se tenha menos pessoas na ativa contribuindo para arcar com a aposentadoria de um contingente maior de idosos que viverão por mais tempo do que as gerações anteriores. Essa equação reforça a importância de se contratar um plano de previdência complementar. Uma segunda fonte de renda na aposentadoria contribui para manter a qualidade de vida sua e de sua família, no futuro.

Fonte: IBGE

FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO...

"Uma consulta ao banco de dados da Receita na internet revela que os ministros Guido Mantega e Dilma Rousseff caíram na malha fina. Lula recebeu a restituição no 1º lote."
Fonte: O Globo

SUPERAVIT - BB faz bom uso...

Comando Nacional assina acordo da PLR com o Banco do Brasil nesta quinta-feira

O Comando Nacional dos Bancários e a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil assinam nesta quinta-feira 15 em Brasília, às 15h, o acordo específico referente à PLR, que tem o mesmo modelo da distribuição do ano passado. O pagamento da primeira parcela da PLR deverá ser depositado até a sexta-feira 17: 45% do salário paradigma, mais uma verba fixa de R\$ 483, mais 4% do lucro líquido do semestre distribuídos linearmente, o que equivale a R\$ 1.730,96.

"O modelo de PLR que negociamos com o Banco do Brasil é o que o movimento sindical tem defendido por considerá-lo mais justo, uma vez que inclui a distribuição linear de uma parte dos lucros. Esse mesmo modelo foi adotado nessa campanha salarial na proposta da Fenaban para a Convenção Coletiva da categoria", afirma Marcel Barros, secretário-geral da Contraf-CUT.

Veja abaixo alguns exemplos do valor bruto de PLR que será recebido no primeiro semestre deste ano de acordo com o salário de cada função:

Escriturário - R\$ 2.890,48

Caixa - R\$ 3.189,34

Assistente B - R\$ 3.492,61

Analista B - R\$ 6.057,98

Gerente de Módulo (4689) - R\$ 5.840,90

Fonte: Contraf-CUT

ULO - meu grito...

Reputo este desabafo como fruto de um forte desejo de sanar injustiças. Um apelo desprovido de comportamento piegas e que não deve ser confundido com um brado altruísta. Quero o que me é devido e, conseqüentemente, o que é negado a todos nós – aposentados e pensionistas do Plano 1.

Foram muitas as tentativas de buscar melhorias. Inúmeras as chamadas para conagraçamento. E muitas palavras jogadas fora.

Mas, chega! Resolvi apelar para um ato extremo. Lanço meu libelo:

Caros Colegas.

Temos que encontrar a correta forma de agir, pois somente discursos inflamados e declarações bombásticas não nos ajudam.

Cartas-denúncia ou pedidos de socorro expedidos não têm surtido efeito; caem em mãos atadas ou desprovidas da vontade de ajudar - ninguém quer se comprometer.

Também de nada adianta cobrar providências dos órgãos fiscalizadores, dos Eleitos, do BB, da Previ, dos políticos ou até mesmo do Presidente da República. Todos devem subserviência a um poder maior: o Governo. Ele é o topo da pirâmide que manipula a destinação patrimonial do Plano 1.

Portanto, o nosso inimigo comum é o Governo.

É para ele que devemos direcionar o foco de nossas cobranças.

E o todo poderoso Governo só teme uma ameaça: o Povo. Resumindo, é ao povo que temos de nos dirigir para que o Governo se sinta ameaçado com a destinação do voto popular, nas eleições que se avizinham.

Por isso, proponho a publicação de um Manifesto à Nação esmiuçando os desmandos praticados em direção a Previ.

Isto, com certeza, chegará ao destino com chances de surtir efeito. Desde que veiculado em jornal de alcance nacional, com grande poder de penetração.

Mas que não seja um manifesto comum, eivado de palavras de ordem, slogans, motes ou denúncias aleatórias - sem consistência. E sim um manifesto bem alicerçado, contendo dados inquestionáveis e nomes envolvidos em ações espúrias, de beneficiários de benesses indevidas;

Que sirva para denunciar fundamentos de finalidade duvidosa, com citação dos seus propósitos e suas origens. Fazendo menção a leis, resoluções e regulamentos

específicos, criados para solapar o patrimônio da Previ - cuja finalidade precípua é prover aposentadorias e pensões com o fruto de contribuições dos seus associados;

Que se preste a denunciar o caso da criação da Previc (um cabide de empregos maquiado de órgão regulador a serviço do sinecurismo, e que será mantido à custa de entidades de previdência privada);

Que exponha a apropriação indébita do BB em constantes incursões aos cofres da Previ - sob artifícios contábeis - e a má gestão da Previ na distribuição arbitrária do dinheiro do fundo, até mesmo a diretores indicados pelo Governo, no caso renda certa.

Tudo amparado em comprovação documental.

Esses fatos, se publicados, cairão como uma bomba atirada no colo do PT, digo, do Governo.

Depois é só aguardar as conseqüências: o alvoroço no Congresso e a tomada de posição por parte dos opositores – um prato feito para abalar o processo sucessório. Certamente advirão pedidos de criação de uma CPI: a CPI da PREVI.

Partindo daí o Governo sairá às pressas em nosso “socorro” para sanar as irregularidades apontadas.

E é com essa visão que faço um apelo aos Colegas: vamos amadurecer essa idéia, vamos dormir sobre esse projeto.

Para tanto, peço a todo aquele que domine o assunto, ou parte dele, que me ajude com relatos citando dados palpáveis. Podem abarrotar minha caixa de correio com e-mails (contato@previplano1.com.br ou qualquer outro aí do lado), mesmo como anônimos. Asseguro sigilo, no que me couber.

Auxiliem-me na compilação dos dados para elaboração do Manifesto. Estou disposto a assiná-lo sozinho, se for o caso, assumindo todas as conseqüências.

ENQUETE encerrada: ULO - meu grito... vai viajar

Caros colegas.

Ao término da enquete, foram registrados os seguintes números para as opiniões consultadas sobre o conteúdo da carta a ser remetida, como sugerido:

- 1 - Deve ser enviada como está: 29 votos (78%)
- 2 - Deve ser enviada com alterações: 07 votos (18%)
- 3 - Não deve ser enviada: 01 voto (02%).

Respeitando esses percentuais, e reforçando o resultado (maioria de 78%), foram feitas as alterações sugeridas considerando-se a coerência dos argumentos defendidos. Deste modo, e sem interferir na qualidade dos votos, conseguimos contemplar a vontade de cada participante, à exceção do único que optou por não fazer a remessa.

Para dar continuidade ao projeto “Ulo – meu grito”, eis o texto final, corrigido e melhorado:

“Excelentíssimo Senhor.

Compomos um grupo de 120.000 indivíduos e seus familiares - o que alcança cerca de meio milhão de pessoas, sem exagero algum - presentemente incomodados com a falta de atenção aos seus reclamos.

Somos os associados do Plano de Benefícios nº. 1, administrado diretamente pela PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), e indiretamente pelo patrocinador, através do voto de qualidade do presidente do Conselho Deliberativo, indicado pelo Banco do Brasil. Trata-se de um plano de benefício definido, fechado desde 1997 e que tem a finitude como meta atuarial, dentro de poucas décadas.

Queremos dizer ao Brasil que o fundo garantidor de nossa velhice, com patrimônio da ordem de R\$ 133 bilhões, está sendo indevidamente consumido pelo patrocinador.

Ao amparo de tão expressivos números, será que formamos uma unanimidade burra?

Rogo, em nome de toda a comunidade do plano de benefícios nº.1, administrado pela Previ, que leia o texto anexo (Ulo – meu grito...), e tire suas conclusões.

Imploro, de igual modo, que nos ajude a preservar o que levamos mais de 30 anos para construir, a duras penas.

O clamor por justiça poderá ser constatado nos comentários registrados no Site www.previplano1.com.br e no www.ceciliagarcez.blogspot.com - este com mais de 2 anos de apoio aos associados. O mesmo se observa na pauta de todas as Entidades que cuidam dos aposentados e pensionistas da Previ.

Respeitosamente,

Marcos Cordeiro de Andrade”

ASSOCIAÇÕES - sim ou não.

A cada dia nasce mais uma “Entidade” para “defender” os direitos dos aposentados e pensionistas do Banco do Brasil.

O filão é grande. Tudo nessa esfera é grande e até o olho grande é enorme, porque todas elas comportam cargos. E todos os cargos são remunerados. Seus componentes já têm renda própria antes de escolhidos. Mas suas remunerações extras recaem sobre as costas dos associados - que têm como única renda a aposentadoria. Isso se não bastasse a composição desta nova categoria de “dirigentes”. São verdadeiros profissionais das associações: sempre os mesmos a se eleger permutando cargos entre representações, pulando como pipoca em panela quente. E outros querendo entrar no mercado, fundando novidades. As benesses também são grandes: além das verbas remuneratórias há mordomias invejáveis - viagens aéreas com diárias, hospedagem 5 estrelas, turismo, brindes, recepções, etc. E status de representantes da comunidade BB.

- Preparemo-nos, o Banco quer negociar com a Previ e seus participantes. Então, logo eles estarão de volta com a ladainha de sempre, entra ano e sai ano, querendo nos engupir. E garantir suas poses. E posses.

Há, no Brasil, 1001 associações desse tipo - mal comparando com Bombril, o de 1001 utilidades.

Quando entramos no Banco do Brasil, em 1962, nós só dispúnhamos da PREVI e da CASSI, mas que, com seus desdobramentos internos, satisfaziam as necessidades sócio-econômicas dos funcionários e suas famílias. Juntando-se a figura da AABB estava fechado o círculo de apoio;

- A PREVI para garantir aposentadoria integral, e suas carteiras CAPEC e CARIM, o seguro e empréstimo pessoal e a aquisição da casa própria, respectivamente.

- A CASSI destinada à assistência médica em todos seus parâmetros;

- A AABB cuidando da integração social (e seus dirigentes a trabalhar de graça).

Tudo isto disponibilizado mediante módicos descontos no contracheque.

- De que precisávamos mais?

De bons dirigentes, apenas. E eles são escolhidos e eleitos por nós.

- O que deu errado? Nada. Apenas escolhemos e elegemos mal.

Com esse binômio PREVI/CASSI não precisamos de associações para nos defender. -

Também, defender contra quem? O Banco? Ora, o Banco é parte do processo e, como tal, enquadra-se nos regulamentos e suas regras. E tudo que foge às regras é resolvido em outras esferas – até mesmo através de acordos.

Os estatutos e regulamentos internos nos defendem de intromissões e

arbitrariedades. - Esses normativos estão defasados? Então mudemos o que não nos serve. Basta convocar assembléia específica.

- Para que contratar associação a cuidar de Seguros, Casa Própria, Assistência Médico-dentária? Já temos tudo isto. E funcionando bem. Também o mercado aí fora está abarrotado desses serviços para quem não estiver satisfeito. E você só paga pelo que contrata - não precisa pagar a vida toda, todo mês, numa constância de alimentação parasitária.

- Assistência jurídica? Para isto existem os escritórios de advocacia que cobram porcentagem sobre o valor da causa (depois de ganha!). Também, as associações

apregoam assistência jurídica gratuita, mas cobram por cada ação interposta. Se não bastasse o fato de que só entram em banquete de “galinha morta”.

Vamos acordar gente!

Vejamos este nosso caso particular.

Em defesa de nossos direitos propusemos a publicação de um simples Manifesto.

Note-se que este ato não requer filiação permanente, não impõe desconto em folha, não vai botar dinheiro no bolso de ninguém. É apenas divulgação.

- E qual associação se interessou? Nenhuma! Absolutamente nenhuma!

E vejam que falo de entidades que se rotulam de defensoras dos direitos dos aposentados e pensionistas do Banco do Brasil. Agremiações com status de ongs, mas com invejosos superávits registrados nos balanços por conta da arrecadação de mensalidades e negócios “não lucrativos”. Dirigidas por pessoas com poses de Estadistas, mas que não aparecem na hora em que delas precisamos.

- E o que fizeram?

Apenas fizeram vista grossa, ouvidos de mercador e atitudes de “não estou nem aí”.

- Por que não quiseram nos ajudar?

- De que nos serve uma associação desse tipo?

E os “movimentos” ditos de união que só querem que nos unamos a eles. Eles a nós, nem pensar.

- É que aqui, gente, não tem cheiro de dinheiro. Só fede a trabalho.

Todavia, o projeto Ulo segue firme e o Manifesto sairá às ruas.

Continuarei gritando!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR). 30/10/2009.

ULO - meu grito... VIAJOU!

Caros colegas.

A CARTA levando “ULO – meu grito...” seguiu hoje rumo ao Congresso Nacional. Com ela está a esperança de sermos ouvidos pelos seguintes nomes:

Senador Partido UF Nº p/rastreamento

Adelmir Santana **DEM** DF RK711288675BR

Álvaro Dias **PSDB** PR 689BR

Antonio Carlos Júnior **DEM** BA 692BR

Arthur Virgílio **PSDB** AM 701BR

Cícero Lucena **PSDB** PB 715BR

Demóstenes Torres **DEM** GO 729BR

Efraim Moraes **DEM** PB 732BR

Eliseu Resende **DEM** MG 746BR

Expedito Júnior **PSDB** RO 750BR

Gilberto Goellner **DEM** MT 763BR

Heráclito Fortes **DEM** PI 777BR

João Tenório **PSDB** AL 785BR

José Agripino Maia **DEM** RN 794BR

Kátia Abreu **DEM** TO 803BR

Marco Maciel **DEM** PE 817BR

Maria do Carmo Alves **DEM** SE 825BR

Marina Silva **PV** AC 834BR

Mário Couto **PSDB** PA 848BR

Marisa Serrano **PSDB** MS 851BR

Papaléo Paes **PSDB** AP 865BR

Raimundo Colombo **DEM** SC 879BR

Tasso Gereissati **PSDB** CE 882BR

Deputado

Rodrigo Maia **DEM** RJ 896BR

Obs.: Cartas individualizadas, assinadas com firma reconhecida no Tabelionato e Registro Civil Santa Quitéria, de Curitiba-PR.

A íntegra do documento está disponível no post “ENQUETE encerrada: ULO meu grito...vai viajar”, de 28/10/2009, e seu anexo é “ULO – meu grito...” com todas suas letras.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba, 03 de novembro de 2009.

ANABB - Não!

Caros Colegas.

Denuncio por suspeição a manutenção da ANABB como representante dos participantes do Plano de Benefícios nº. 1, da Previ, em quaisquer circunstâncias.

- Na questão da distribuição do Superávit, assim como em outras do gênero, o Banco do Brasil e a Previ não podem simplesmente aceitar ingerência de grupos ou pessoas que se dizem representantes dos assistidos, ainda mais em se tratando de facções que não contemplam a simpatia dos que dizem defender e que só emergem em época de vacas gordas.
- Na mediação de conflitos de interesses o mais sensato é nomear quem não tenha compromissos declarados nos negócios das partes envolvidas, o que, lamentavelmente, não está sendo respeitado no caso presente.
- Neste momento, a Entidade denunciada sabidamente não conta com a simpatia da maioria dos seus associados, havendo, até, um razoável número em processo de exclusão voluntária.
- Isto se dá por conta de sua inércia na condução de assuntos interessantes (a recente troca de advogados é um exemplo de decisão mal explicada) e pela dubiedade de comportamento nos conflitos envolvendo o Banco do Brasil. Muito embora este pormenor seja explicado pela composição de seus estatutos, onde está patente que tem como prerrogativa comportamental a defesa dos interesses do Banco (Capítulo I, Art. 2º - I), ficando seus associados prejudicados no caso de mediação entre essas duas partes o que, por si só, já seria motivo fundamental para consumação do impedimento proposto.
- Também, na atual conjuntura, a ANABB pode ser classificada como uma organização multifacetada, atuando em frentes que a elevam à categoria de grupo empresarial (ANABBPrev, COOPAnabb, OdontoANABB), desviando destarte o foco dos motivos da sua criação, em detrimento da categoria que se propôs representar. Além do mais, ela cobra uma das mais altas mensalidades do gênero, o que lhe proporciona o acúmulo de invejável patrimônio e resultados financeiros superavitários, muito embora esteja protegida sob a capa de ONG, mas que, pela obviedade dos números, não estaria isenta de censura se examinada por uma séria auditoria independente.
- Nesta particularidade, tanto o Banco do Brasil quanto a Previ deveriam ser mais ciosos nos relacionamentos com grupos estranhos aos seus quadros. Isto porque estão aceitando como parceiro um concorrente em potencial, que vende produtos comuns (ANABBPrev). E o pior, valendo-se de prerrogativas a ele conferidas e contando como colaboradores elementos da cúpula de Entidades subvencionadas pelo Banco. Pessoas estas detentoras de informações privilegiadas, pela posição ocupada.
- A ANABB, valendo-se de sua estrutura de comunicação e seu potencial financeiro, avança em sua meta de ocupação de órgãos assistenciais e de apoio aos funcionários do Banco (ativos e inativos), elegendo pessoas para ocupar postos-chave na direção da Previ e da Cassi, principalmente, e nas associações que portam o sufixo BB em suas siglas. Influenciando, também e negativamente, nos resultados de plebiscitos, enquetes e referendos no âmbito dos associados, carreando para seu lado os resultados obtidos.

- Também, e aqui repousa a mais significativa agravante impeditiva, a manutenção de integrantes da Diretoria da Previ está presente tanto na ANABB quanto em empresas associadas ao seu nome. Vale lembrar que essas duas correntes, na hora de decidir, logicamente se unirão em um voto comum – contra o lado oposto - visto que esses postos ocupados paralelamente comprometem a imparcialidade de avaliação. O que torna a disputa desigual e vergonhosa numa votação a três, pois vira contenda de dois contra um que, por sua vez, chega a 3 contra um ao final, juntando-se o voto de minerva - a favor do Banco, lógico.

- Em última análise, consiste em um cabo-de-guerra de quatro cordas onde os participantes do Plano 1 seguram uma ponta em oposição às outras três, unidas, todas ocupadas por robustos contendores. Isto é, no mínimo, desproporcional e parcial.

- O mesmo raciocínio vale para a manutenção da parceria com outras entidades e pessoas que mantêm algumas das características acima. E que se somam à vinculação declarada com a Contraf-Cut, visto que esta, como representante máxima do PT, por seu lado defende os interesses do Banco do Brasil como instrumento do Governo, dito dos trabalhadores – não dos aposentados, pelo que se depreende da visão dos atuais acontecimentos.

- E aí? Ficamos sem representantes?

- Absolutamente não!

- Em conflito entre irmãos o mais indicado é chamar um terceiro, mais velho, para mediar a disputa. Por ser da família ele conhece os problemas envolvidos – e é o mais sábio dos três.

- Deste modo, para sentar à mesa de negociações proponho a nomeação de um grupo de notáveis descompromissados - composto por aposentados e pensionistas conhecedores das normas que regem essas três forças - compostas pelo Banco do Brasil, a Previ e os Participantes.

- Investidos nessa condição e calcados na experiência vivenciada, seriam portadores de poderes incontestes para bem decidir por seus representados, pois, em última análise, estariam defendendo seus próprios interesses, que são os de todos nós, aposentados e pensionistas do Plano de Benefícios nº. 1, da Previ, mantendo o respeito aos direitos de todos.

Marcos Cordeiro de Andrade.

Curitiba, 06 de novembro de 2009.

FORA - PT e suas Musas!

Caros Colegas.

Quem passou procuração para alguém ir buscar nossa parte no superávit? Alguém recebeu na sua casa uma cartinha bonita, com timbre sobre papel caro, dizendo: Confie em mim, vou representar VOCÊ nesta luta?

Não é assim que eles fazem quando querem nosso voto para se eleger? Qual associação tem sua autorização individual e específica para ser seu representante neste assunto? Com que direito essas pessoas, grupos e partidos políticos se metem nas nossas vidas nos tratando como se fôssemos seus tutelados?

Por que não vão cuidar de quem deles precisam: arruaceiros que se dizem sem terra e sem tetos? Guerrilheiros e ex-guerrilheiros que, como eles, querem alimentar suas vaidades políticas? Por que não se contentam com as classes menos alfabetizadas e, por consequência, mais indefesas nas mãos de políticos megalômanos?

Por favor, nos deixem em paz!

Sabemos e podemos nos defender. Afinal, não fomos taxados de Marajás? Por que o impedido não nos chamou de parias?

Não foi só pelos salários. Foi, também, porque não existem parias esclarecidos, subentende-se. Ele, o “ex”, sabe que nenhum de nós entrou no Banco pela janela. Submetemo-nos a uma avaliação de conhecimentos que nos coloca em posição privilegiada, pelo nível intelectual aferido. Cada um de nós tem, no mínimo, o ginasial completo – condição indispensável para participar do concurso.

E agora vêm nos tratar como pobrezinhos ignorantes que precisam de sua ajuda? Cada um de nós tem capacidade para sentar a uma mesa de negociações e defender seus pontos de vista, sem precisar de assessoria de meia tigela. Para isto não precisamos ser sindicalistas, membros de partido político ou dirigentes de associações fajutas. Não precisamos de defensoria pública.

Não somos cães sem dono. Não somos bois no pasto. Não somos baderneiros nem vândalos. Não estamos no pátio de uma fábrica ávidos por palavras de ordem. Não estamos na fila de bolsa escola, bolsa família ou qualquer outra bolsa, iludidos com migalhas que têm o efeito de milho jogado aos pombos. Não queremos aplaudir discursos inflamados em defesa do pré-sal, do pac ou de candidaturas infundadas. Não queremos ouvir motes batidos de sindicalistas com idéias ultrapassadas.

Nós queremos fazer jus às alcunhas que nos puseram. Esses mesmos adeptos do partido da estrela já se ombrearam a outro que nos tachou de burgueses.

Não precisamos de nenhum Valmir, de nenhuma Musa, de nenhuma Miriam nem de nenhum outro nome que cansa nossos ouvidos.

Deixem-nos com nossos defensores desconhecidos. Eles serão reconhecidos e respeitados na hora em que começarem as conversações. Basta-nos um único Valentim para substituir todos que aí estão. Ele é dos nossos, é experiente e competente. Ele é valente até no nome.

Não queremos más companhias.

Nós sabemos lidar com o Banco e com a Previ. Afinal somos velhos amigos. Conhecemo-nos há mais de trinta anos e não vamos deixar que intrometidos estraguem relação tão duradoura.

Fora PT e suas Musas.

Por favor, nos deixem em paz!

Marcos Cordeiro de Andrade. Curitiba (PR), 09/11/2009.

Meu perfil

Como poucos, conheci a sala e os porões do Banco do Brasil.

- Assumi em 1962 na cidade de Itabaiana-PB. Depois trabalhei em Piancó-PB e Rio de Janeiro nas agências Centro, Fig. Magalhães e Copacabana, onde me aposentei. Esse conjunto representa a sala de visitas da Casa que me acolheu e a quem servi com abnegação e dignidade – transitando por uma carreira repleta de cargos comissionados.

- Na década de 80 fui apresentado ao lado obscuro dessa Casa – os seus porões - onde vi e sofri coisas que me provocam pesadelos até os dias de hoje. Ali, por longo tempo sob o jugo do COPRE, sofri tortura moral sob métodos de fazer inveja a Guantánamo. Instigaram-me ao suicídio – confissão de culpa fácil que não conseguiam obter porque procuravam na pessoa errada. Tranqüilizem-se, para não causar mal estar omito os detalhes.

- Mas nada que um memorando CONFIDENCIAL da presidência não esclarecesse tudo, desfazendo o mal-entendido e me “isentando de suspeitas infundadas”, contendo votos de bom retorno à normalidade do trabalho (do que me vali até a aposentadoria). Simples, não? Guardo-o com carinho como se fora um diploma concedido em homenagem às humilhações sofridas.

- Esse episódio me aprofundou nos conhecimentos da CIC e tudo respeitante às normas da Casa e da vida bancária, estudados para a autodefesa. A aprovação no aprendizado veio com o título de “Defensor Público” outorgado por colegas de várias dependências, que defendi no decorrer de anos. Todos comissionados - ameaçados de degola pelo cometimento (ou não) de falhas apontadas no exercício da profissão. Meu arquivo de salvados de incêndio contém dezenas de nomes de cabeças conservadas no lugar. Nunca perdi uma “causa”. Nem nunca aceitei um único tostão pelos “serviços prestados”. Os nomes e causas devidamente catalogados guardo para deleite próprio, como tributo à vingança – sentimento que carrego por não ser um bom cristão, como gostaria de ser. Eu revido e de tanto dar a cara à tapa vivo de bochecha inchada. Mas não rendo culto à hipocrisia. Esse foi meu primeiro Ulo.

- Apesar de tudo sou grato ao Banco e a Previ pelos vínculos que mantenho com ambos, como aposentado.

- Novamente, na idade do descanso que nunca tive, fui atingido por injustiças e pensei em fundar uma entidade dissociada de todas que existem, e destinada a proteger interesses comuns, sem visar compensações pecuniárias, fama ou poder.

Simplemente queria soltar mais um grito que encontrasse eco. Partindo daí fiz contatos com colegas freqüentadores do blog da Cecília na busca de interessados para compor a direção dessa associação. Na explanação das idéias, em rápidas pinceladas enfatizei que a aceitação implicaria em muito trabalho e nenhum pagamento, pois a mensalidade a ser cobrada teria que ser ínfima o suficiente para cobrir custos indispensáveis. Ninguém topou. E até candidato a emprego surgiu. Desisti. Só agora aparecem alguns bem intencionados e justos. A eles transfiro o sonho que não consegui concretizar. Boa sorte e contem comigo, à distância. Continuarei dormindo com meus pesadelos.

- Vindo do Rio de Janeiro e morador novo em Curitiba me atinge o isolamento

providencial ao meu temperamento. E como sou avesso ao ambiente de AABBs, sindicatos e correlatos, ainda não me relaciono com ninguém, aqui. Por isso resolvi encarar o projeto sozinho, abandonando a idéia de associação que soa falso e, com a ajuda do meu filho (publicitário, designer em empresa local – razão de nossa mudança), criamos o Previ Plano 1, que aí está. Não é um brinquedo instalado no quarto de um velho senil. É uma poderosa arma na mão de quem sabe manejá-la.

- Para tocar a empreitada continuo trabalhando sozinho. Aqui em casa, em pequeno espaço e com o concurso de modesto equipamento (PC com 6 anos de uso) me autodefinio como um faz-tudo: redator, revisor, comentarista, digitador, pesquisador e tudo o mais necessário para propagar meu grito pelas ondas da internet. Também, apesar de o meu filho ser solteiro e morarmos juntos (filho, mãe e pai - esta é a família) não posso dispor da sua ajuda ao meu bel prazer; ele trabalha dois expedientes para fazer jus à “fortuna” que um começo de carreira proporciona. E apenas o requisito para resolver problemas técnicos, roubando momentos do seu sono nas frias madrugadas de Curitiba.

Creio que o essencial está dito.
Vejamos até onde vou.
- E eis porque sigo com meu ULO!

Marcos Cordeiro de Andrade. Curitiba (PR) – 12/11/2009.

Ato Falho!

Caros colegas.

- Eis a transcrição da mensagem enviada às Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil pela FAABB - Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil:

“Às

Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil

Sr Presidente

A COMISSÃO FAABB que vossa senhoria ajudou a eleger no ultimo dia 25 de setembro, na Reunião em Brasília, está ultimando nossos argumentos para levar ao Vice-Presidente do BB e Presid do Deliberativo da Previ, Dr Robson Rocha, nossas expectativas e esperanças. Dr Robson nos comunicou que nos receberá em seu Gabinete, no próximo dia 23 de novembro.

Devemos ressaltar que lá estaremos de coração aberto, cheios de expectativas, mas absolutamente conscientes da dificuldade de qualquer negociação com o Banco do Brasil. Sabemos que por mais que o Vice-Presidente esteja revestido de boa vontade, seu poder de decisão tem limites e consideramos que a abertura para a representação dos Aposentados e Pensionistas em qualquer mesa de negociação que venha a ser formada é um grande avanço, jamais conseguido antes.

Desse encontro, marco inaugural de uma nova maneira de relacionarmos com o Patrocinador e a PREVI, desta vez mais franca, transparente e honesta, daremos notícias oportunamente.

Isa Musa de Noronha
Presidente”

- Toda carta procura guardar em seu fecho a síntese dos seus propósitos, com o emprego de palavras apropriadas para dar credibilidade à idéia contida.
- Nesta que aqui está o autor não fugiu à regra e deu seu recado a contento.

“Desse encontro, marco inaugural de uma nova maneira de relacionarmos com o Patrocinador e a Previ, DESTA VEZ mais franca, transparente e honesta, daremos notícias oportunamente.” (o destaque é do blog).

- Aí está a confissão de que a vez anterior não foi transparente nem honesta.
- De se notar que a dona da mensagem representa TODAS as associações de aposentados e pensionistas do Banco do Brasil. O que significa dizer que a FAABB, sozinha, nos representa em nome da totalidade das Associações.
- Depois da porta arrombada é recomendável trocar a fechadura. Questão de bom senso.

- Mas, será que depois de tudo que aconteceu NA VEZ ANTERIOR o Banco e a Previ vão endossar essa representatividade?
Oremos!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 14/11/2009.

O Veterinário

Caros colegas.

Noite passada, sexta-feira, quando assistia na TV ao jogo em que o Vasco se sagraria campeão da série B, tive a atenção desviada para os sons de um atropelamento; barulho de freada brusca seguido de um baque surdo. Um cão fora atingido por veículo que continuou sua marcha após o acidente, deixando o animal jogado debaixo de carro estacionado junto ao meio fio, mas com a cabeça perigosamente à mercê do trânsito intenso. Ele sangrava, aparentando impossibilidade de mover-se com desenvoltura. Era grande, preto e diria até que tinha ares de ferocidade. Mas seus olhos tristes pediam socorro parecendo entender que as pessoas comuns são piedosas. Entendi a súplica.

Enquanto meu filho desviava o trânsito com auxílio de um triângulo sinalizador, corri ao telefone para tentar alguma coisa. Com ajuda do Google, no computador, e o telefone do lado, fiz chamadas seguidas para 8 veterinárias da Cidade. Umas próximas, outras nem tanto. Isto depois de ligar para o dono da clínica que cuida dos meus animais, mas que não pôde atender – estava longe e não sabia quem indicar. Das veterinárias contatadas duas não atenderam, os números haviam mudado; 5 deram desculpas (as mais inaceitáveis possíveis), sendo que a todas historiei o caso pedindo atendimento domiciliar de urgência com a informação de que arcaria com as despesas, me identificando, etc. e tal. Apenas uma, no meu bairro, bem próxima, se prontificou a prestar o socorro mandando equipe motorizada. Foi-me dado um prazo de 20 minutos, isto depois de conseguir com o atendente o celular da veterinária que passou as ordens para a clínica e, também, depois de responder às muitas perguntas de praxe: situação do cão, localização, meus dados, forma de pagamento, etc.

Menos ansioso, mas preocupado porque minha mulher chorava, fui fazer companhia ao meu filho que, ao lado da namorada, velava pelo sofrimento do bicho, sob os olhares indiferentes dos freqüentadores da cantina do outro lado da rua. Não todos, porque um veio se solidarizar e colocou seu carro em posição que ajudava à defesa, juntamente com o triângulo. Ele também tem animais domésticos, informou.

55 minutos depois voltei a perguntar pelo atendimento prometido e do outro lado da linha veio a informação:

- O motorista foi chamado mais ainda não chegou, não dá para trazer o animal para ser atendido na Clínica?

- Agora não dá mais amigo, o cão morreu!

A esta altura o Vasco já era campeão e não tínhamos visto um bom espetáculo, o que nos teria dado alegria.

E a tristeza tomou conta do resto da nossa noite.

Agora, pergunto: para que o médico veterinário faz o Juramento de Hipócrates?

Será que é daí que nasce a hipocrisia?

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR). 14/11/2009.

Superávit - O nó górdio!

Caros colegas.

Proposta para distribuição do superávit.

- É sabido por todos que os recursos somente estarão disponíveis para divisão entre os destinatários regulamentares depois de superadas as barreiras impeditivas existentes. E que essas barreiras só podem ser eliminadas por interferência do Banco do Brasil e da PREVI - em conjunto ou separadamente. Os participantes não têm poder real para tal e, neste particular, caberia ao Banco e a Previ administrar os meios para alcançar a viabilidade de liberação, convocando os elementos responsáveis por óbices interpostos. Ato contínuo, percorrer os trâmites para disponibilizar os recursos existentes.

- No momento o merecimento está sendo pleiteado por dois lados: Banco do Brasil e Participantes do Plano de Benefícios 1, da Previ. O que equivale a dizer que o montante deveria ser dividido em 2 partes iguais para contemplar os interessados (segundo entendimento do Banco), sem entrar no mérito do merecimento.

- Há unanimidade na aceitação de que metade desse montante pertence aos participantes. Porque neste ponto concordam BB/PREVI/Participantes.

- Uma vez alcançada a viabilidade para distribuição, destinar-se-ia prontamente aos participantes os 50% que contam com a concordância unânime entre as partes. A outra metade seria aportada em um fundo, destinado à distribuição futura quando for alcançado o consenso.

- Seguindo este raciocínio, tornar-se-ia desnecessária a participação de uma terceira força para alimentar discussões no momento (além da PREVI/BB). Essas discussões seriam inúteis porque a Previ tem instrumentos para efetuar a distribuição sem interferências externas, bastando usar o bom senso calcado na regulamentação específica.

- Isto é, respeitar os critérios para distribuição de forma igualitária, contemplando TODOS os participantes à luz dos direitos adquiridos, indistintamente. Assim sendo, estaria zerada metade do total disponível para distribuição.

- Restaria a outra metade do superávit, que é pleiteada pelo Banco. Como não há unanimidade, essa outra metade seria objeto de discussão posterior quanto aos direitos de uso, para complementar a distribuição.

- Futuramente, enquanto não se chegar a esse consenso, aplicar-se-ia a mesma fórmula atualmente proposta.

RESUMO:

- 1) Distribuição imediata de 50% do montante entre os Participantes;
- 2) Discussão para distribuição do restante, após apurada a legitimidade.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 15/11/2009.

Operação CANAEL!

Caros colegas.

- Tenho enfatizado que este espaço foi criado para defender os direitos dos integrantes do Plano de Benefícios 1, da Previ. Porém essa delimitação foi ampliada com a constatação de que ultrapassou fronteiras por consenso, o que muito me honra, trazendo aumento da responsabilidade para o desenvolvimento dos trabalhos pertinentes.
- Fiel a essas diretrizes, permaneço evitando que nosso Site se transforme em palanque eleitoral ou se preste à propaganda de candidatos a cargos eletivos, no âmbito de nossos interesses, via voto dos aposentados e pensionistas aqui defendidos.
- Por isso mesmo, e para reforçar esse entendimento, é necessário entrar no mérito da ocupação de cargos em postos que interferem na consecução de nossas metas, voltadas ao bem estar coletivo. Nota-se que no momento há influências conturbadoras no processo de defesa, por motivos vários, entre eles a multiplicidade de cargos exercidos em diferentes esferas por componentes de entidades juridicamente constituídas.
- Assim sendo, concluí pela necessidade de buscar um instrumento disciplinador para a ocupação desses cargos no futuro sem, no entanto, imprimir conotação de avaliação pessoal, seja a que título for. Mas fazendo citação de nomes pelo método de exclusão em função da superposição de funções exercidas, particularidade que, convenhamos, diminui a capacidade produtiva de essas pessoas defenderem nossas causas.
- Para tanto tenciono disponibilizar meios de fazer-se escolha consciente e transparente dos candidatos à ocupação de postos subordinados ao voto particular. De modo a alcançar o bloqueio do acesso simultâneo aos cargos disponíveis em instituições diretamente ligadas ao nosso universo - na condição de aposentados, pensionistas e assistidos de um modo geral.
- A preocupação implícita tem dupla finalidade: fixar o elemento em função única, tirando melhor proveito da sua dedicação ao exercício de convicções filantrópicas, e dar oportunidade para maior número de aposentados e pensionistas imbuídos do mesmo espírito cooperativo. Essas pessoas normalmente se afiguram abnegadas e dispostas ao direcionamento do tempo ocioso à defesa dos colegas, desinteressadamente, como supostamente fazem crer. Nada a temer, então.
- O objetivo ideal seria alcançar o mesmo nível de incompatibilidade imposto à esfera política nacional, em que cargos eletivos não comportam coincidência de ocupação no seu âmbito: vereador, prefeito, deputado (estadual e federal), governador, senador e presidente da república.
- Para ser feita triagem construtiva seria preciso, simplesmente, elaborar relação de nomes onde constem os membros das diretorias com os respectivos cargos e mandatos - em todos os níveis - de TODAS as entidades que tenham relação com os aposentados e pensionistas do Banco do Brasil, aqui representados.
- A abrangência dessa relação seria extensiva à PREVI, CASSI e Órgãos vinculados ao Banco, mais Associações, Confederações, Federações, Sindicatos e tudo mais que possa influenciar na gerência desses Órgãos e/ou Entidades.
- Como imediata consequência benéfica estaria formado o CANAEL - Cadastro Nacional de Eleitos, que, permanentemente atualizado, consistiria no rol de candidatos

incompatibilizados com nosso voto enquanto vigentes os seus mandatos.

- Disponibilizado o cadastro, e de posse dessa ferramenta, caberia ao eleitor optar pela mudança ou continuidade da situação presente, na hora adequada. Com um simples clique no Site o CANAEL seria visualizado para instruir, restando ao eleitor consumir a inelegibilidade de candidatos, nesse entendimento. Como a dizer, diante de candidaturas: Consta no CANAEL, não voto!

- Aos insatisfeitos restaria o enquadramento por falta de apoio na alegação de inconstitucionalidade de ação da parte do mantenedor do cadastro, visto que sua operacionalidade serviria, apenas, de consulta a dados dispostos como do domínio público – todas as Entidades visadas divulgam os nomes constitutivos das suas diretorias.

- E os candidatos, ao invés da insistência em exaltar os cargos ocupados, se apressariam em imprimir nas suas cartinhas suplicantes: Não estou no CANAEL!

- Assim como as organizações do gênero, para incutir credibilidade, ostentariam em destaque:

“FILIADA ao CANAEL”.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 20/11/2009.

Campeões do CANAEL!

Caros Colegas.

- O cobiçado patrimônio da PREVI tem sua maior soma aplicada em participações acionárias de Empresas de grande porte. Para acompanhar o desempenho dessas sociedades são designados elementos (escolhidos por concurso) extraídos dos quadros do Banco do Brasil e da própria Caixa, além de aposentados e outros integrantes dos seus Planos de benefícios.

- O recém-nascido CANAEL declara-se agradecido a essas pessoas que fazem por onde merecer citação especial. Tanto é que nesta edição extra destaca a quantidade de cargos que ocupam em empresas participadas, oportunidade em que enaltece sua incrível capacidade de multiplicação para bem servir aos humildes aposentados, pensionistas e assistidos da PREVI.

- Todavia, por não contarmos com espaço suficiente, distinguimos com esta honraria apenas os mais esforçados, cada um com 3 empregos ou mais. Os outros Conselheiros, não menos abnegados, cedo estarão no nosso cadastro. Enquanto isso não acontece podemos admirar todos os 285 no Site www.previ.com.br – Investimentos – Governança – Conselheiros, nessa ordem.

- Lá também há benditas surpresas, tais como respeitados nomes de Diretores da própria PREVI.

Eis os Conselheiros campeões – zeladores do nosso rico dinheirinho:

Aloísio Macário Ferreira de Souza – 3 empresas
Antonio Luiz Benevides Xavier – 8 empresas
Ari Sarmiento do Valle Barbosa – 7 empresas
Arthur Prado Silva – 4 empresas
Izabela Campos Ancântara de Lemos – 8 empresas
Joilson Rodrigues Ferreira – 17 empresas
Jorge Luiz Pacheco – 5 empresas
Luciana Freitas Rodrigues – 17 empresas
Maria Tereza de Souza Silva – 8 empresas
Ricardo Ferraz Torres – 8 empresas
Rita de Cássia Paz Andrade Robles – 5 empresas
Valmir Marques Camilo – 3 empresas.

Esses são alguns exemplos de dedicação desinteressada inscritos na Galeria de Honra do CANAEL – www.canael.com.br - Visite-a.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 23/11/2009

O Lixo!

Caros colegas.

- Precisamos impedir que nosso nome continue sendo enxovalhado no volumoso lixo que se arvora do poder de nos representar. Um monte de dejetos onde não nos permitem figurar nem como catadores. Sem nos consultar, promoveram uma reunião com o Vice-presidente do Banco para tratar de assuntos que só dizem respeito a nós. Estamos sabendo que tal evento realizou-se e passados 3 dias nada nos foi comunicado. Ficou no ar a promessa da edição de uma nota conjunta, e nem isto. Total falta de respeito. Total indiferença por quem lhes proporciona mordomias. Total incúria no trato de nossas contribuições mensais. Nada do que venha depois disto servirá de justificativa para tamanha falta de consideração. Por certo virá uma esmerada “nota conjunta” repleta de floreios e pontilhada de “nós”. Nós fizemos isso, nós fizemos aquilo e nós faremos aquilo outro. Porque nada fazem, além do pouco caso com que nos brindam. Danem-se todos com sua empáfia.
- As perguntas repercutem nos sites de relacionamento como gritos angustiados e NINGUÉM responde! Da minha parte emiti mensagens indagadoras, também sem êxito. Aliás, minto, um teve a honradez de me dar retorno. O presidente da AAFBB, em resposta à mensagem postada no site da associação, onde cumpri todo o ritual exigido, deu-me retorno sucinto: “Informo que meu novo e-mail é: gilbertosantiago@aafbb.org.br” e só! Como se eu tivesse obrigação de conhecer o nobre endereço. Mesmo assim repeti o apelo. Até agora nada..
- Pelo que aí está prometo que vou vasculhar esse lixo. Vou peneirá-lo, passar o pente fino, depurá-lo, saneá-lo para ver o que sobra. Se sobrar alguma coisa embalo nas mãos dando total apoio, mas mantendo severa vigilância.
- E ainda há movimentos em curso visando fundar mais Associações. Já chega!
- O vazadouro está repleto e não há usina de reciclagem que o faça murchar.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 26/11/2009 – 11:24.

O Inspetor!

Caros colegas.

- Eu, como muitos, nunca temi inspetores. Até porque não lhes dava motivos para me atemorizar. Certa ocasião fui inquirido por carta para relatar ao cidadão em trabalho de inspeção “o que sabia a respeito de irregularidades envolvendo o comportamento funcional do Gerente”. Na época ocupava posição de destaque junto à administração por ser o elo de ligação com a AJURE/SUPER, como encarregado da carteira de CL/PREJU. Respondi, pela mesma via, que não me prestaria ao papel que ele me impunha, rematando: “Lamento, mas em briga de Davi e Golias não me prestarei a municiar a funda de quem quer que seja. Sou pedra de um outro deserto... E não me acho disponível”.

- Irado com a insolência, sua excelência me chamou ao gabinete e lá, trancados, recebi a paulada que dói até hoje. Disse-me ele, textualmente: “Marcos, vou te dar uma chance de fazer carreira no Banco, faça outra carta contando o que sabe e rasgo esta aqui”. Ao ouvir que nada conseguiria de mim sentenciou – “com esse tipo de comportamento você nunca será nada no banco – vou cuidar disso”. Deve ter cuidado mesmo, suponho. Colegas do mesmo concurso hoje constam no CANAEL como ocupantes de cargos conseguidos pela bem sucedida carreira. Ali vejo nomes de ex-administradores, inspetores, superintendentes, etc. Fora do nosso Cadastro há, até, um ex-ministro da fazenda do meu concurso.

- Guardo as duas cartas até hoje para relê-las em ocasiões especiais.

- Esta semana foi uma delas. Assediado fora do blog por outros “inspetores” recorri à releitura para responder-lhes que nada conseguiriam. Balsa que não nasceu para ser Sequóia não se dá bem com certos adubos.

- O Inspetor do Banco cumpriu sua promessa. Mas esqueceu que fora da vida bancária eu poderia alçar vôo sozinho. E hoje respiro ar puro por contar com o respeito da minha família e dos meus colegas. Continuo sem dar guarida à subserviência. E sigo feliz, rindo de “inspetores”.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 28/11/2009.

A Reunião!

Caros Colegas.

Por dever de consciência participo o envio de carta à Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Sustentável, do Banco do Brasil S.A.

Senhor Vice-presidente Robson Rocha.

Respeitosas saudações.

- Encareço a V.Sa. mandar editar nota explicativa relatando o que foi tratado na Reunião do dia 23 do corrente, havida conjuntamente com pessoas inscritas como pretensas representantes dos participantes do Plano de Benefícios nº.1, da PREVI. Este pedido é pertinente em virtude da propagação de notícias desencontradas por parte de integrantes do grupo recebidos no bojo do evento, entre eles a dirigente da FAABB.

- Se V.Sa. destinar parte do seu tempo ao conhecimento dessas versões, provavelmente deduzirá que a credibilidade que o seu nome inspira está sendo usada em benefício de promoções pessoais.

- Partindo do pressuposto de que o conhecimento do assunto não envolve quebra de sigilo dos segredos do Banco, até porque a reunião contou com a participação de elementos estranhos aos quadros ativos da Instituição (e esses divulgam pormenores do acontecido – ao seu modo), acredito não haver impedimentos burocráticos para a publicação que se espera. Ademais, as versões tornadas públicas não levam ao entendimento dos critérios adotados pelo Banco para acatar nomes ditos representativos. - De se notar que essa representatividade envolve um contingente de mais de 120.000 pessoas, ávidas por conhecer quem estará habilitado a defender seus interesses junto ao Patrocinador. E esse conhecimento só poderá vir de forma categórica daquele que detém o poder decisório de agir em nome do Banco.

- Finalizando, cumpro o dever de informar que este pleito e o que resultar serão divulgados no “blog” www.previplano1.com.br mantido sob minha responsabilidade. Por oportuno, saliento que respondo por opiniões pessoais, pois não represento nenhum grupo nem postulo indicações da espécie. Sou movido tão somente pela necessidade de evitar que pessoas em quem não confio se apropriem do direito de falar e decidir por mim.

Respeitosamente,

Marcos Cordeiro de Andrade
Funci.aposentado
Matr. nº 6.808.340-8

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 29/11/2009

Vetados!

Caros colegas.

Atentem para essas assertivas definitivas.

Primeira:

“Deve-se renegar, de pronto, a ANABB, porque costuma defender os interesses do Banco e não os nossos.” (Carlos Valentim Filho, em 26/11/09, 10:32, no post O Lixo!).

Segunda:

“Art. 2º São finalidades da ANABB:

I - zelar pela integridade do Banco do Brasil...” (Capítulo I do Estatuto).

Terceira:

“... o Conselho Deliberativo estabelece as diretrizes da ANABB”. Definição no site ANABB.

Quarta:

Isa Musa de Noronha é um dos membros do Conselho Deliberativo da ANABB.

- Pelo exposto, depreende-se que em situações de disputa envolvendo interesses do Banco do Brasil e os nossos, a Sra. Isa Musa de Noronha personificará a ANABB, marcando sua presença. Como ferrenha defensora das causas que abraça - segundo alardeiam - é de se esperar que incorpore a própria ANABB em confrontos da natureza, usando ao extremo sua reconhecida capacidade de persuasão para sair vitoriosa nesses embates. Desprezando nossa causa – logicamente.

- Por tudo isto, ela deverá ser recusada como integrante de qualquer grupo a ser formado para nos representar, no trato dos assuntos envolvendo Patrocinador e Participantes do Plano de Benefícios nº. 1, da PREVI. Igual tratamento estende-se a todos os vinculados à ANABB e suas Empresas (ANABBPrev, CoopANABB, OdontoANABB). Vale a pena consultar o CANAEL sobre nomes a excluir, na ocasião propícia.

- E agora, quem merece nos representar?

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 30/11/2009.

Simplemente Musa!

Caros Colegas.

- Pergunto aos defensores da Isa Musa: se procedentes as alegações de incompatibilidade com o Valmir Camilo qual a razão de permanecer ocupando cargos na ANABB e conexos? Ao que me consta toda a crítica desferida recai sobre ela na qualidade de Dirigente dessas e de outras Entidades. Pelo tempo que acompanho os insultos, desde o blog da Cecília (talvez iniciados pelo “André”), não conheço nenhum que tenha incidido sobre a cidadã Isa Musa de Noronha. E não creio que seus críticos, eu entre eles, se atrevam a tanto. Não só por questões de ética, mas à falta de comprovadas razões para tal.

- No entanto, cuida-se da seriedade e dedicação no trato das coisas de milhares de interessados. É humanamente impossível que uma pessoa possa dedicar atenção, ao menos satisfatória, a inúmeros projetos assistenciais ao mesmo tempo - sem o risco de incorrer em procedimento desidioso. Também não se dá crédito a associações com elementos escabrosos e apego às sinecuras. O CANAEL é implacável – além do que ali consta há outros cargos ainda não registrados.

- Ademais, se é verdadeira sua oposição à ANABB/Valmir Camilo, seria o caso de forçar a abertura da caixa preta do conjunto. Como figura de proa nos empreendimentos deve conhecer o caminho das pedras. Ali cabem auditorias, levantamentos, investigações, denúncias, impedimentos, etc. Nem balanços mais são divulgados. E quem não deve não teme.

- Se quer afastar a negação ao seu nome tem largas portas escancaradas à frente: renunciar aos cargos, denunciar a ANABB e o Senhor Valmir, dedicar-se a um único projeto assistencial e mudar o tom arrogante na comunicação. Neste derradeiro ponto não custa tentar. Até a Dilma está mudando.

- A partir daí merecerá tratamento diferenciado – para melhor. Eu mesmo capitularei e, com toda sinceridade, lhe renderei homenagens. E para este Previ Plano 1 você será simplesmente Musa!

- É pegar ou largar.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 01/12/2009.

Anônimo 13:24

Caros colegas.

Não devemos desdenhar do anonimato, pois sempre traz revelações.

- O colega anônimo do título deve atentar para os dois números que o identificam no comentário; o 13 representa o azar para uns e sorte para outros, o 24 simboliza o veado – que também pode trazer sorte no jogo do bicho. Há que ficar atento aos símbolos anônimos – aleatórios.

- As pessoas que se protegem sob o anonimato o fazem por questões de foro íntimo. Nem sempre motivadas por propósitos escusos. Aqui no blog a maioria dos “comentaristas” é bem intencionada e seu anonimato não carrega malefícios. Por isso são bem vindos. Mas uma minoria (de um único elemento) fugiu à regra valendo-se da obscuridade para vingar-se de golpe sofrido.

- O colega anônimo que fez comentário no blog às 13h24 min do dia 30/11/2009 omitiu seu nome por motivos óbvios - para não se trair.

- Representando uma Associação de Aposentados e Pensionistas do BB deslocou-se à Capital Federal (simbolicamente propícia) para fazer uso do sagrado direito de votar. E o fez visando incrementar sua próxima candidatura. Muito provavelmente votou em quem poderá apoiá-lo nas futuras pretensões. É provável também que lá, depois de cumpridas as obrigações eleitoreiras, tenha aproveitado para fazer turismo à custa dos associados que representa: com tudo pago – passagens e hospedagem – sem retirar um tostão seu do bolso. Dias após retornar à “base” recebeu uma ligação anônima: “Saiu nova lista do CANAEL e o teu nome tá lá!”.

- Pronto, botaram terra na candidatura. Aí descobre que a intenção do criador do blog é evitar que indivíduos se locupletem com a verba das Associações de Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil. Então cuspiu fogo no e-mail anônimo.

- Por isso alerta que é perigoso desdenhar das “coisas” anônimas. O marido traído que não dá crédito à carta anônima segue feliz no casamento. Mas continua corno.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 01/12/2009.

Os Comentaristas!

Caros colegas.

- Chamo a atenção de todos, no bom sentido, para o elevado nível de discussões alcançado pelo blog. Reconheço que se me empenhasse na publicação de um post detalhado - com pormenores conseguidos através de pesquisas, pleno de dados técnicos e citações doutrinárias – dificilmente alcançaria o estágio presente, contido nos comentários divulgados.

- Chegadas em pequenas doses, mas vindas de quem domina os assuntos abordados, essas participações vão se juntando para formação de um enriquecedor tapete elucidativo. Mesmo sob análise superficial vê-se que os autores, convictos do que expõem, nos dão demonstração inequívoca do interesse em somar argumentos, com transmissão de conhecimentos adquiridos. Talvez por isso prefiram comparecer como anônimos, quem sabe para resguardar posições ocupadas que lhes permitem o aprofundamento nas questões dissecadas.

- Todavia, seremos mais enriquecidos ainda se outros colegas, em situações idênticas, se dispuserem ao mesmo papel esclarecedor nos emprestando um pouco do seu saber. Assim acontecendo, as coisas irão se aclarando para composição do imenso quebra-cabeça do submundo das nossas Entidades. E com isto, quem sabe, seus dirigentes se dêem ao trabalho de procurar sanear as irregularidades apontadas.

- Venham que há lugar para muitos.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 02/12/2009.

Superávit - Considerações técnicas

(De um colaborador anônimo)

Colega Marcos Cordeiro

A alegação do Banco é que tanto a Instrução CVM 371, bem como a Resolução CGPC 26, determinam que as empresas estatais façam o que ele fez. Primeiro defendeu a questão do “regime de competência” onde os ganhos ou perdas são contabilizados quando são apurados e não quando efetivamente são realizados, como é o caso este ano do superávit acumulado da Previ.

O Banco argumenta também que o art. 1º. da Lei Complementar 109 estabelece que o regime de Previdência Complementar seja facultativo e que é baseado na constituição de reserva para pagamento de benefícios, não justificando a melhoria de benefício, já que você está em um plano onde o benefício já foi definido no momento da entrada na empresa (visão do Banco).

Desde 2005, o Banco reconhece ganhos e juros atuariais do Plano 1 ao valor das contribuições futuras sob sua responsabilidade. Segundo a CVM 371 e segundo os cálculos atuariais feitos por consultoria contratada, em 31.12.08 o Banco poderia ter reconhecido um ativo de R\$ 14.084.340 mil (valores de 2005 a 2008).

Em relação às ações judiciais, sua alegação é que as decisões são de primeira instância e nenhuma delas entra no mérito da questão e sim suspende os efeitos até que o julgamento da ação seja finalizado. O Banco defende que é legal a devolução ao patrocinador dos recursos provenientes do superávit e que a LC 109 aborda a revisão do plano e não revisão do benefício.

Os atuários externos calcularam que os valores a serem reconhecidos pelo Banco totalizariam R\$ 14.334.596 mil, onde o Banco teria 6 anos para reconhecer este valor. Desses recursos, o Banco calculou os 50%, chegando ao valor de R\$ 7.793.671 mil deduzindo os valores do ativo atuarial que já tinha sido registrado anteriormente (– R\$ 2.381.303 mil) totalizando R\$ 5.412.368 mil, valor já contabilizado e que impactará positivamente o resultado do Banco, propiciando uma injeção de recursos “virtuais” e, conseqüentemente, aumentando os valores dos dividendos que serão pagos. É bom lembrar que o maior acionista do Banco é o próprio Governo.

Comentário de um colaborador anônimo. 03/12/2009

Última chance!

Caros colegas.

- Pelo quadro que está sendo desenhado não se vislumbra o surgimento de uma obra prima. Talvez nem uma tela fajuta saia daí, ficando por terminar.

- As prometidas discussões do superávit provavelmente não evoluam até o final do ano. Isto porque as partes envolvidas – ditas atuantes – não acalentam interesse em que algo aconteça até as eleições. Seguram nas mãos uma moeda de troca muito valiosa para ser jogada na mesa agora, quando estão ameaçadas pelas pressões vindas do nosso lado. No momento nós simbolizamos um manso riacho que tende a virar caudaloso rio, como no episódio dos “Caras-Pintadas” que todos conhecemos e aplaudimos.

- As figuras bolorentas que nos representam são as mesmas de outros carnavais. E por mais que espanem as vestes não dá para limpar as caras – nem travestir os nomes.

- Ofuscados pelo fracasso anterior estão trabalhando nos bastidores tramando meios de nos engrupir mais uma vez. Mas, temerosos do barulho que fazemos preferem não arriscar, guardando seus trunfos para lançá-los na hora propícia: vésperas de eleições.

- Aí, sim, atacam com unhas e dentes na busca de paliativos. Nesse momento usarão sofisticadas iscas estrategicamente camufladas para fisgar o peixe grande – nós, eleitores do Previ Plano 1. Tentarão com isto refazer a máscara em uso, dando-lhe ares de simpatia, mas sem arrependimentos porque sua parte já foi garantida - e dormem sobre confortáveis colchões de plumas comprados à nossa custa.

- Cedo saberão que estamos espertos e não mais engoliremos seus engodos. Ou agem agora, com seriedade, honestidade e vontade política ou será tarde demais para embalar suas vocações filantrópicas. Será tarde e não mais terão a quem proteger com suas ridículas e inoperantes Associações que estão sendo dissecadas.

- Têm, agora, sua última chance de aspirar alguma coisa junto a esses escabriados eleitores. Estamos atentos e não devemos repetir os votos de cabresto de outrora.

- Estão tendo sua ÚLTIMA CHANCE repito.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 05/12/2009.

Comentário esclarecedor

Prezado Marcos,

- Tenho acompanhado, com atenção, as várias sugestões apresentadas nos comentários postados em seu blog para uso do superávit (Reserva Especial) do PB-1. Confesso que me supreende o desconhecimento por parte dos autores sobre as formas possíveis de utilização da Reserva Especial apresentada pelo PB-1, administrado pela PREVI.

- A Diretoria, presidida pelo Sérgio Rosa, indicado pelo Banco, não tem poderes para decidir sobre o uso dos recursos da Reserva Especial. Pode e deve, tão somente, estudar o assunto e sugerir ao Conselho Deliberativo, o qual decide por consenso. Se houver empate (3 conselheiros nomeados pelo Banco e 3 eleitos pelos participantes e assistidos), o presidente do Conselho, nomeado pelo Banco, desempata aplicando o voto de minerva, quer dizer, o Banco decide sempre, conforme prevê o Estatuto, imposto pelo Interventor da SPC em decorrência das prescrições da Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001.

- Essa L.C.nº 108, dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os municípios, suas autarquias, sociedades de economia mista ... e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar. Prescreve no parágrafo único, do Art. 3º, que os reajustes dos benefícios em manutenção serão efetuados de acordo com critérios estabelecidos nos regulamentos dos planos de benefícios, vedado o repasse de ganhos de produtividade, abono e vantagens de qualquer natureza para tais benefícios.

- O Art. 11 prevê o voto de minerva para o presidente do Conselho Deliberativo nomeado pelo patrocinador.

- O Art. 13, prevê que ao Conselho Deliberativo compete:

I - política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios;

II - alteração do Estatuto e Regulamentos dos planos de benefício;

VI - nomeação e exoneração dos membros da Diretoria Executiva.

- Portanto, não podemos nós, os participantes e assistidos, sugerir ou decidir sobre a renúncia coletiva da Diretoria e nem sobre alterações no Estatuto e regulamento.

- A Diretoria também não pode propor abono fixo ou outras melhorias sugeridas em comentários postados no blog. Pode a Diretoria, e deve, propor uma revisão geral do plano de benefícios que a todos beneficie, proporcionalmente às complementações que percebem, revisão essa que, para ser incrementada, depende, ainda, da aprovação do Banco através do voto de minerva do Dr. Robson Rocha, da SPC e de outros órgãos governamentais.

- Imagino que o Dr. Rocha pretendeu, ao convidar a Comissão indicada pela FAABB para um encontro formal, avaliar as pretensões e os desejos manifestados pelos

assistidos (maioria dos integrantes do Plano) quanto à utilização da Reserva Especial, já que os funcionários da ativa contam com os representantes da Contraf-Cut para defendê-los. Agora, se um ou dois representantes indicados pela FAABB (o Ruy Brito e o Egydio Piani, por exemplo) vão participar das futuras negociações não se sabe ainda.

Abraços para todos.

Carlos Valentim Filho - Joinville (SC)

Postado no blog Previ Plano 1 em 6 de Dezembro de 2009 17:53

Participante empreendedor

- Dentre as linhas de crédito da Previ estendidas aos participantes, o leque focado é muito restrito e visa apenas o lado assistencial. Por que não contemplar, também, o lado produtivo? É certo que o aposentado/pensionista necessita de apoio financeiro para escorar seu míngua orçamento oriundo dos proventos. Todavia, esse assistencialismo tornou-se crônico e esses financiamentos foram incorporados ao orçamento doméstico para não mais sair. Tirando o empréstimo da Carim – destinado à casa própria – os outros dois (ES e ES curto prazo) são infinitos, mesmo com prazo certo. Uma vez tomados escravizam o devedor visto que seu pagamento é extraído do salário o que, conseqüentemente, o diminui. E isto se constitui numa armadilha onde por mais que o aprisionado esperneie não encontra escapatória, ficando à mercê da extensão de prazos e limites - eternizando o endividamento com achatamento progressivo do salário.

- Por que então não destinar parte da verba desses empréstimos para acalentar sonhos de negócios? Se a Previ disponibilizar uma linha de crédito para contemplar os aposentados/pensionistas empreendedores, com certeza eles poderão tirar daí melhorias para enriquecer o orçamento e, quem sabe, alcançar condições de livrar-se da prestação do ES. Uma vez liquidada essa dívida, forçosamente o salário será aumentado no mesmo valor da mensalidade excluída. Ademais, é sabido que o funcionário do Banco, quando na ativa, via de regra pensa em montar seu próprio negócio para fugir da condição de empregado. Muitos deles se preparam para empreender mas não encontram apoio financeiro, uma vez que os empréstimos disponíveis nos Bancos estão fora do alcance face às exigências de garantias. Depois de aposentado, então, é que o caminho torna-se mais difícil por falta de capital e de crédito (pessoal e físico, pois é tido como incapaz).

- Entretanto, com tantas possibilidades de pequenos negócios existentes nos campos da economia, seria salutar a PREVI incentivar o empreendedorismo preconizado pelo SEBRAE e, ombreado com este, dar condições à montagem do negócio próprio por parte dos seus aposentados e pensionistas. De se considerar que, quase sem exceção, estes contam em seu seio com filhos e netos na idade do trabalho produtivo – sem assistência externa, também. E que lhes serviriam de apoio logístico no caso em questão. Isso se não bastasse a elevada capacidade de gestão demonstrada pelo “inativo”. No difícil ofício de equilibrar o orçamento doméstico contando com limitados recursos mensais ele é imbatível.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 07/12/2009.

A PREVI somos nós!

Caros colegas.

- Há uma campanha deliberada na Previ para nos afastar do foco do noticiário.
- Seus cuidados estão voltados para o crescimento do outro Plano, seja alardeando os benefícios da filiação, seja com chamamentos para adesão à Capec. No seu site nem parece que sabem da nossa existência. Virou balcão de negócios expondo mercadorias em promoção. Não há interesse em se ocupar de quem nada mais pode comprar do seu estoque. O que existe deste lado já está garantido para suprir rapinagens vindouras.
- Sou adepto do Previ Futuro e acho até que aqueles ainda não inscritos devem aderir o quanto antes, até porque não correm o risco de juntar-se a nós, eternos ludibriados – estão na mira de outro mercado. Só peço que se previnam e durmam com um olho aberto. Para mais tarde não nos imitar criando o www.previfuturo, por necessidade de defesa. Assim como nós.
- Mas convenhamos que o sustentáculo da Caixa seja o Plano 1, com toda sua história e monumental patrimônio. E nós somos a Previ, em última análise. Nós a formamos e acompanhamos impotentes toda a patifaria nela ocorrida ao longo de décadas. Nós contribuímos para abarrotar seus cofres, enriquecer dirigentes, permitir negociatas, sustentar parasitas e criar nababos. Há registros de desmandos até no Congresso Nacional, onde o sagrado nome do nosso fundo já foi enxovalhado no bojo de várias CPIs – da Previdência, dos Correios, do Dantas. E não por culpa nossa.
- Não é justo que nos virem as costas para assediar novos incautos. Que o façam, ainda não é problema nosso, mas não nos abandonem. Até o outro blog só se ocupa disto, agora com posts prolixos, de extensão cansativa, que nada somam ao mundo dos aposentados e pensionistas. Tudo feito deliberadamente para nos empurrar para o esquecimento. Simplesmente vergonhoso.
- Para a Previ somos cartas fora do baralho. Culpa dessa administração eleitoreira que já se ocupa de candidaturas futuras. Serviços do Governo que não nos devotam o menor respeito. Que não se preocupam em responder nossos questionamentos. Que fazem vista grossa aos nossos anseios. Que maldosamente se apegam aos assuntos de importância duvidosa, deixando-nos na expectativa de algum acontecimento fortuito. Que nos deixam babando de desejo olhando o pote cheio de comida que não é para o nosso bico, por culpa deles. Mas o troco virá com as eleições.
- Lembremo-nos do CANAEL. Sempre!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 08/12/2009.

Valeu Ulo!

Caros colegas.

- Peço licença a um exagerado admirador do Previ Plano 1, para usar seu depoimento desinteressado como introdução aos números do Site, nascido há exatos 75 dias - em 26/09/2009:

"Sérgio Figueiredo disse... (em 26/11)

Há 2 meses atrás nascia o previplano1. No post inicial, o colega Marcos finalizava com a seguinte frase:

A partir de hoje este será o nosso Site. O Site dos aposentados, pensionistas e demais integrantes do Plano Um.

Passados 60 dias, tenho certeza do crescimento deste espaço, democrático, justo e verdadeiro. Algumas palavras passaram a fazer parte do nosso dia-a-dia: ULO, CANAEL... Sabemos que a luta é árdua, cansativa e, muitas vezes, injusta, pois lutamos contra um sistema que só beneficia dirigentes sem compromisso com os associados. Mas, sabemos, também, que estamos mais organizados, conscientes e, sobretudo, unidos e dispostos a não mais calar. Então, gritemos bem alto:
UUUUUUUUUUULLOOOOOOOOOOOOOOO!!!!!!!!!!

Muito obrigado pela iniciativa, colega Marcos. Um abraço a todos...

26 de Novembro de 2009 05:19".

(O post inicial foi "Um novo Tempo!", em 26/09/2009).

- Agora voltemos à atualidade – 10/12/2009, 75 dias desde a inauguração do site (2 meses e meio) para mostrar os incríveis números alcançados no período:

Dados do Google Analytics

Previ Plano 1

Total de visitas desde a fundação:

12.011

Total de visitas em novembro:

5.905

Total de visitas ontem (09/12/09)

No Brasil, as visitas vieram de 102 cidades desde a fundação do blog. Incluindo as 5 regiões.

Portugal, Itália, Estados Unidos e Inglaterra também enviaram visitas.

Em todo o período

Posts editados: 34

Comentários: 806

Enquetes: 2

Seguidores: 35

Por motivos óbvios excluí dados acerca de Instituições Oficiais.

- Como criador do espaço não escondo o orgulho por tudo isto. No entanto, reconheço que nada mais sou do que o fundador do Site - porque o mérito que me cabe termina aí. O restante é obra de todos vocês, que o acessam com boa vontade, fé e esperança.

- Obrigado a todos os “Sérgios” e anônimos, meus parceiros. Espero em Deus que possamos acrescentar às palavras ULO e CANAEL uma outra engasgada na garganta: VITÓRIA!

- Dia virá em que não mais precisemos propagar nenhum ULO - satisfeitos com o passado recente - porque nossos feitos perdurarão!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 10/12/2009.

O Palavrão!

- Credibilidade não se impõe. Adquire-se. Do mesmo modo que a verdade não se fabrica. Se ela existe não há como modificá-la e para ser explicada não é necessário recorrer a reforço de linguagem. Simplesmente diz-se da verdade o que ela é – uma verdade e nada mais.
- Não é dado a ninguém o direito de agredir as pessoas com palavrões para impor suas verdades. Ainda mais quando essas verdades são verdadeiramente falsas.
- No caso presente, aonde quero chegar, essa tentativa de imposição causa revolta e indignação. Faço parte de uma camada da sociedade que vive permanentemente espoliada pelas autoridades constituídas e, se não bastasse, constantemente agredida com palavrões.
- Minha classe é a dos aposentados do Brasil. E dentro dessa imensa categoria estou inserido em um grupo supostamente amparado duplamente pela previdência – pública e privada. Duplamente porque pagamos duas vezes pelo que deveria ser assistência devida ao trabalhador, para garantir sua aposentadoria. Se bem que essa dupla previdência por que pagamos não tem nada de público e, por isso, deveria ser chamada de privada e privada. Porque amparo público é todo benefício que é pago pelo erário e, ao contrário, o que você paga você compra. E se você compra você é dono. Logo, nosso grupo comprou o direito a duas aposentadorias.
- Num interminável processo desenvolvido enquanto em atividade funcional, e até mesmo após a inatividade, contribuímos para duas previdências – porque a “pública” não é confiável. E nem isso é reconhecido: uma é tida nesse contexto, a outra recebe a nomenclatura de complemento. Agora, também, até esse complemento está sendo negado pelo Governo do Presidente dos trabalhadores que, por consenso, não deveria ter ingerência nesse assunto particularíssimo.
- Nós, funcionários do Banco do Brasil, aposentados ou não, temos sido alvo da sanha verbal de Presidentes da República ao longo dos seus mandatos. Num passado recente fomos agredidos ferinamente por palavrões proferidos por três deles; enquanto um nos tachou de Marajás, usando o termo no sentido pejorativo, outro nos chamou de Vagabundos e um terceiro, o atual, diz que nós formamos um “grupo privilegiado” só porque reivindicamos direitos negados pelo seu Governo. Negados em jogada suja arquitetada nos bastidores oficiais para apoderar-se dos nossos benefícios previdenciários. Por conta disso, em processo judicial direcionado à anulação dessa tramóia (impetrado por sindicato pertencente ao partido político que elegeu esse Presidente), fomos oficialmente agredidos no bojo do processo por um palavrão: “privilegiados” no sentido vil, como se estivéssemos pleiteando vantagens imerecidas em detrimento de outrem. Essa e outras ofensas foram escritas pelo advogado da União na defesa da causa. A partir do momento em que esse advogado representa a República, simbolicamente fala pela boca do primeiro Mandatário. Quando é sabido pelo mais insignificante rábula que não se defende ofendendo. Toda defesa deve ser pautada na apresentação da verdade dos fatos. E a verdade não será mais verdade se dita com ofensas, com palavrões. Aí, sim, ela se transforma numa inverdade – pelo desejo de transfigurar os fatos em benefício descabido.
- Mais respeito, senhor Presidente!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 12/12/2009.

Vamos comprar SAUÍPE!

Caros colegas.

- Proponho à PREVI transferir a propriedade do complexo hoteleiro Costa do Sauípe para os beneficiários do Plano de Benefícios nº. 1, que o destinariam à formação da COLÔNIA DE FÉRIAS PREVI PLANO 1 - tudo mediante consulta aos interessados.
- Essa nova nomenclatura abrigaria a idéia de hospedar os participantes do PB-1 e Previ Futuro além dos Funcionários da PREVI e do BB, com desdobramentos direcionados a outros segmentos vinculados ao Banco – AABB, CCBB, etc.
- O pagamento da transação seria efetuado no mesmo entendimento dos atos praticados pelo patrocinador, mediante movimentação contábil entre a Reserva Especial e o patrimônio da Previ, sem prejuízo para nenhuma das partes. Não se configurando, desta forma, o envolvimento de moeda sonante, ou melhor, os dois ativos permaneceriam intactos em cumprimento às normas pertinentes. Como reforço da inviolabilidade da Reserva Especial, o fruto da operação ficaria inscrito na própria Reserva e sua liberação definitiva somente ocorreria quando da permissão distributiva pelos Órgãos competentes, ocasião em que o montante seria onerado no valor desta operação.
- Aceitando-se hipoteticamente o preço do negócio como orçado em R\$ 1 bilhão, esta cifra seria rateada entre os beneficiários do Plano, cabendo pouco mais de R\$ 8.300,00 individualmente (divisão linear por 120.000) que passaria a figurar como parte de sua participação em futura distribuição da Reserva.
- Os participantes da transação assumiriam o controle do complexo hoteleiro integrando uma sociedade com capital pulverizado em cotas individuais, cujos percentuais participativos seriam limitados aos direitos adquiridos. Neste caso seriam obedecidas as normas para utilização da Reserva, sob o juízo de benefícios distribuídos com proporcionalidade assegurada (a divisão acima serviria de simples parâmetro). Estas cotas seriam passíveis de negociação somente entre os integrantes do bloco, afastando-se de antemão a intromissão de terceiros na composição do negócio.
- Aos freqüentadores inscritos como destinatários da Colônia seriam cobrados pela hospedagem preços apenas suficientes para cobrir custos operacionais, acrescidos de pequena margem de lucro, o que afastaria a incidência de resultados negativos. Também outros hóspedes seriam aceitos, porém subordinados aos valores de mercado – estes sim, gerando lucros efetivos. Estudar-se-ia ainda a hipótese de acolher inquilinos permanentes representados por colegas solitários – aposentados e pensionistas.
- O sucesso da empreitada seria assegurado pelo público alvo visado, composto de um universo cativo superior a meio milhão de hóspedes potenciais, projetando a taxa ocupacional dos 40% atuais para 80/90% em média durante todo o ano. E para exorcizar o fantasma da má gestão a gerência seria entregue a Profissionais idôneos e competentes com comprovada atuação no ramo, e que atuariam sob severa fiscalização permanente de comissão representativa dos sócios.
- Assim sendo, o capital investido no Sauípe retornaria à PREVI estancando a sangria do prejuízo constante, ora engordando números que denigrem sua imagem participativa.
- E nós teríamos como alcançar respeitáveis formas de lazer, hoje inatingíveis, somente permitidas aos detentores de elevado poder aquisitivo e outros, aquinhoados por

favorecimentos ilícitos. Sendo que estaríamos pagando por isto honestamente, em condições merecidamente comprovadas.

- Conheçam a atual realidade de Sauipe: <http://www.romildo.com/blog/?p=8568>

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 13/12/2009.

DENÚNCIA!

Caros colegas.

- Antevendo como infrutífera qualquer tentativa de recorrer à SPC resolvi, por meus próprios meios, encaminhar o que se segue:

À

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil e

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros

Excelentíssimos Senhores Advogados e Magistrados do Brasil.

- Acompanhem o rumo que determinado assunto está tomando e alcançarão o tamanho do problema que os aguarda para breve. Simplesmente uma infinidade de ações judiciais direcionadas à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI. Mais precisamente cerca de 120.000 questionamentos jurídicos a serem impetrados por associados do Plano de Benefícios nº.1, da PREVI.

- Trata-se de um plano fechado contando atualmente com 123.485 beneficiários inscritos, segundo números divulgados em 30/09 último. Acontece que mais de 90% desse total estão inconformados com a distribuição de parte da Reserva Especial (hoje totalizando R\$ 23 bilhões) beneficiando um pequeno grupo de assistidos que a direção premiou usando critérios duvidosos, para não dizer desonestos. Nessa partilha foram aquinhoados 8.876 felizardos escolhidos, abocanhando parte do todo em detrimento da imensa maioria de beneficiários.

- Para essa pequena parcela de assistidos foram distribuídos valores individuais numa escala que vai de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.075.000,00 (somente na faixa de R\$ 300mil a R\$ 1.075mil foram 73) conforme tabela publicada em reportagem disponível no link do rodapé desta carta.

- Pasmem Senhores, mais de hum milhão de reais para um único contemplado a título de devolução de contribuições pagas, superiores às 360 mensalidades devidas, e não completadas, o que é pior. Daí a estupefação registrada no imensurável número de apelos contidos no site dos participantes: www.previplano1.com.br, que coordeno.

- Sob o argumento de que a distribuição em qualquer sentido está proibida por força da Resolução CGPC nº. 26, de 29/09/2008, o assunto dorme na pauta da Previ. No entanto, essa mesma resolução não tem impedido o Patrocinador de se apropriar contabilmente, e em seguidas investidas, de parte desses valores – já superiores a R\$ 5 bilhões - utilizados para distribuição de dividendos aos seus acionistas (A União entre eles) e Participação nos Lucros da Empresa a seus funcionários em exercício. Contra isso a Previ nada opõe.

- A todos esses descabimentos acresce o fato de que a Caixa não atende aos reclamos dos associados que buscam reparações ou até mesmo informações, quedando-se num mutismo inexplicável, em desrespeito às suas próprias normas (Código de Ética – “ Dos Relacionamento Externos 8.2.1 - Nas relações com Participantes, Beneficiários, Assistidos e Ex-Participantes, a PREVI, seus funcionários e demais colaboradores pautam-se pela transparência, prestam informações de maneira cortês, exata e tempestiva, com base nos normativos da PREVI e asseguram a efetividade no

atendimento.).

- De se notar, ainda, que de nada adianta procurar os Órgãos competentes através de denúncias que se constituem inócuas - não chegando mesmo a serem apreciadas. Isto porque seus quadros estão contaminados por elementos da direção das partes denunciadas: Banco do Brasil e Previ. A primeira instância a quem se devesse recorrer no caso seria a ANAPAR (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão) cujo presidente é o Sr. José Ricardo Sasseron que também é Diretor de Seguridade da Previ, e funcionário dos quadros do BB, a quem deve subserviência (também Conselheiro da Previ na Vale, uma das empresas participadas do Fundo). Portanto, ele se constitui em barreira intransponível para o caminho seqüencial de qualquer denúncia que se queira encaminhar. Daí não passa, obviamente.

- Poder-se-ia ir diretamente à Secretaria de Previdência Complementar-SPC, Órgão máximo fiscalizador dos Fundos de Pensões subordinado ao Ministério da Previdência. Mas, também nele está encarapitado o Sr. Sasseron na condição de Representante dos Participantes e Assistidos da PREVI no CGPC, por indicação da ANAPAR, ou seja, indicado por ele mesmo.

- Por tudo isto, Senhores, peço-lhes em nome dos 123.358 espoliados pelo comportamento esdrúxulo da Previ, que se dignem examinar o assunto com vistas ao estancamento da sangria que está em curso no nosso fundo de pensão, ameaçando o limitado futuro desse imenso grupo de destituídos do amparo regulamentar.

- A partir daqui só nos resta enveredar pela via judicial para solucionar o problema. E queira Deus que o desfecho não se distancie, pois nosso tempo é curto.

<http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=437&codPagina=30858>

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 16/12/2009.

Olho vivo!

Caros colegas.

- O Previ Plano 1 já nasceu órfão. Foi posto no mundo como se fora um bebê de proveta e vivificou oriundo de um profícuo banco de doadores anônimos. Coube-me a tarefa de apresentá-lo ao mundo e embalá-lo nos seus primeiros dias, após vir à luz, posando como seu orgulhoso criador.
- Creio que tenho desempenhado a contento o meu papel, pois aqui está ele caminhando para a idade adulta, sob a parceira orientação de eminentes figuras e já despertando a cobiça de uns poucos.
- Revelando-se como ser predestinado e senhor do caminho que lhe foi imposto o PreviPlano1 segue implacável na missão que lhe é inerente: proteger a velhice dos seus verdadeiros geradores – todos os participantes do Plano de Benefícios nº. 1, da Previ.
- No entanto, dentre esses protegidos há quem se apresente requestando a prerrogativa de se inscrever na certidão de nascimento deste rebento, voltados para a grandiosidade material que possa representar, sob suas mãos e num futuro próximo, o reconhecimento da paternidade.
- Por isso, há que se temer essa identificação. Em meio aos que se inscrevem muitos não merecem figurar na lista. Mas a maioria desinteressada pode, perfeitamente, adotar o semi-órfão sem o risco de corrompê-lo: são possuidores de inestimáveis bens imateriais para abastecê-lo – caráter, integridade, desprendimento e passado ilibado, enfim, Nome.
- Neste ponto, vale salientar que os encarregados de proteger nossa poupança não se incomodam em dilapidá-la, até em proveito próprio. Cabe a nós manter suas identidades em evidência, o mais longe possível dos nossos anseios. Se não podemos fenestrá-los do pedestal ocupado, que não se permita o retorno ao convívio acima de nossas cabeças – nunca mais.
- O perigo maior em se identificar esses suspeitos pretendentes é a proximidade de eleições. Está chegando o dia em que teremos que repousar os olhos em listas de candidatos, de vez que estamos quase na época de colaborar para o preenchimento dos significativos cargos que compõem nossas Entidades assistenciais máximas: PREVI e CASSI. E a reboque virão pretensas subsidiárias componentes dessa Dupla – as Associações que, infelizmente, não se têm constituído de grande valia ao que se propõem.
- Portanto, deixemos para outro momento a emissão da Certidão de Nascimento definitiva do PreviPlano1. Já que ele está se saindo bem sem precisar de mais um nome em seus documentos, é recomendável não mexer no que está quieto. Ao menos até baixar a poeira que se levanta na antevéspera de campanhas políticas.
- Enquanto isso é bom atentar para os nomes que virão em passeata bater às nossas portas pedindo votos. Quando acontecer, examinemos todos sob a lupa da desconfiança direcionando o foco para o conteúdo do CANAEL. Não podemos esquecer que o momento de incertezas por que vivemos deve-se aos que estão encastelados em posições de mando – inoperantes e desqualificados.
- Algumas pessoas que ali moram ocupando longos espaços devem ser banidas em direção ao nada, hipotético lugar de onde saíram para nos prejudicar, desdenhando de

nossas súplicas com remoque inconvenientes, desrespeitando idosos indefesos e tirando proveito da ingenuidade e boa fé com que foram agraciados por utilíssimos votos. Indivíduos de coração pétreo que deveriam, ao menos, se condoer com as vicissitudes por que passam idosos enfermos, por sua culpa, enquanto dirigentes desnaturados.

- Com relação à PREVIC, vamos preparar denúncia aos Órgãos encarregados das nomeações para preenchimento de cargos. Dirigir-lhes explanação pormenorizada onde constem os nomes suspeitos, no nosso entender, contendo todos os postos ocupados - isolados e cumulativos - a serviço de sua ânsia de poder e desmerecida renda mensal auferida à custa de incautos. Para aprovação dos nomes vamos exigir a publicação de dados imprescindíveis à avaliação de conduta, como sejam: declaração do IR dos últimos 5 anos com relação de bens e origem dos recursos para aquisição; descrição pormenorizada do patrimônio contendo doações, alienações e outras transferências; abertura da situação financeira onde constem contas bancárias daqui e do exterior, com seus números; averiguação de indícios de enriquecimento ilícito; exame do passaporte para detectar as viagens internacionais feitas e quem pagou por elas; postos ocupados em entidades “filantrópicas” e benefícios pecuniários auferidos em função disto; tempo de trabalho produtivo na empresa por onde se aposentou ou em que atua. Tudo devidamente do conhecimento público.

- E muito mais, pois eu, se vivo for (pairam ameaças), estarei à frente dessa tarefa, convocando desde já a parceria que me alicerça.

- Quanto a mim, permaneceré disponível para cumprir o destino que me for reservado, aqui mesmo.

- FELIZ NATAL a todos, com a Graça de Deus!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 20/12/2009.

Feliz Natal e Venturoso Ano Novo!

Caros colegas.

- A todos os Comentaristas e Seguidores do Blog, identificados e anônimos, dirijo emocionados votos de FELIZ NATAL e muitas realizações no ANO NOVO. Que ele chegue trazendo renovadas esperanças para os sãos, os enfermos, os alegres e os tristes.

- E que todos se beneficiem das alegrias despejadas no ar com as festas que se anunciam, pedindo a Deus que no próximo Natal estejamos todos aqui reunidos, ao lado de muitos outros que nos farão companhia.

Airton Portilho Magalhães, Alexandre Marcos, Amadeu Tamandaré, Ana Mohamed, Aparecida de Mirassol do Oeste, Ari Zanella, Aroldo, Artur Távola Brandão, Carlão, Carlos, Carlos Armando, Carlos Procópio, Carlos Solano, Carlos Valentim Filho, Cláudio, Cláudio Pavan, Duca, Ebenézer Aparecido, Elizabete Gomes, Fernanda Prada, Fernando Caldeira, Fernando Luiz Delgado de Miranda, Francisco, Francisco Rodrigues, Gasampa, Geraldo Guedes, Gil, Gilberto Santiago, Gilvan, Guisemog, Helênio Reis, Henrique Almeida, Ivan Rezende da Silva, Jacira Lemes, James Paiva, Jander, Jane Torres de Melo, Jean Nogueira Lima, Jeanne, JJ Santos, Joana, Joana Barandas, João E. de D. Lima, Joaquim Luiz, Jonas, Jorge Teixeira, Jorjão, José Aristóphanes Pereira, José Benedito Monteiro, José Carlos Ferrari, José Omar A. Coelho, Juarez Barbosa, Langoni, Lazapina, Lázara Rabelo, Leão de Coromandel, Leomax, Lourdes Ferreira Lema, Lucelena, Luiz, Luiz Alberto Gomes, Luiz Kyoshi, Maciel de Almeida, Macmattos1, Manoel da Costa Ribeiro, Marco Aurélio Damiano, Marcos Júnior, Maria Auxiliadora, Maria Inês, Mariano Branquinho, Maribel, Maristella, Mauro – Divinópolis, Mauro Sérgio, Menezes, MSASousa, Neidemar Pereira, P. Renato, Paulo Antunes de Oliveira, Paulo Beno e Leda Goellner, Paulo Cordeiro, Paulo Renato do Amaral, Pedro, Pedro Luiz Fernando, Plínio Gonçalves, PRCirne, Raul Avellar, Roberto Avellar, Rogério Carvalho, Rosalina de Souza, Rubem Tiné, Samara Tatim, Sadi, Sandra, Sandra Rebeca, Sérgio Figueiredo, Solonel Jr, Sônia, Timbaúba, Vantuil Castro, Vera Lúcia, Zaidan Costa, Zé Luiz Pucci, Zeluiztetéu e 13:24.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 21/12/2009.

Ano Novo - Tudo velho

Caros Colegas – agora com “C” maiúsculo.

- Peço desculpas a todos, mas estou tirando do foco nosso feliz post do Natal. Pretendia que ele se quedasse presente até o ano novo, pela beleza dos comentários suscitados. Nunca imaginei que uma homenagem tão singela reverterse em um imenso preito de gratidão pelo pouco que tenho feito. Não era essa a intenção. E não agradeço a vocês pelo que fizeram, mas a Deus por ter me colocado aqui, permitindo que tenha acontecido deste modo. Amigos que nunca vi iniciaram comentários me tratando com um carinhoso “amigo Marcos” – não me lembro de ter ouvido isso antes. Este, entre outros, foi um dos melhores presentes de Natal que recebi dentre os poucos que me destinaram em minha atribulada vida. Também pessoas se preocuparam em confortar minha família e ajudar na superação de traumas recentes. Infelizmente há quem não entenda assim. Por isso, acato sugestão maior vinda de quem sabe mais que eu, e guardo este post em um lugar especial - até o próximo Natal.

Em substituição lanço o post

“Ano Novo – Tudo Velho”

Caros Colegas.

- Vamos esquecer um pouco o batido bordão de que no ano novo tudo será diferente. Embora esse seja um desejo coletivo a mudança não depende só do passar do tempo, mas de muitos outros fatores. Um deles é a vontade política, primordial para incrementar transformações. E como dentre os assuntos cativos daqui a política não ocupa lugar de destaque, tratemos dela como veículo para resolução dos problemas que nos afetam, dentro do Previ Plano 1.

- É sabido que nossos anseios repousam em três questões básicas: Distribuição do Superávit, extinção do voto de minerva e correção de injustiças. Tudo isto tem sido dito, buscado e exigido, mas nada se consegue porque as decisões repousam em mãos erradas. Mãos de políticos.

- Entretanto, nós temos o poder de substituir essas mãos indecisas por outras mais agressivas e estendidas na direção certa. Nisto o nosso voto nunca foi tão necessário como agora para implementar trocas. Muito embora o voto de minerva esteja em área a que não temos acesso direto, as outras questões nos estão afetadas diretamente na dependência de atuação ao nosso alcance.

- Temos que mudar a cúpula da PREVI e da CASSI impedindo o continuísmo. Todos que lá estão, à custa dos nossos votos, são comprometidos com movimentos desinteressados em nos fazer justiça – suas metas estão direcionadas aos interesses do patrão mor – o Governo, via Banco do Brasil, pois este lhes garante poder e dinheiro; enquanto nós só lhes damos problemas, como um bando de privilegiados insatisfeitos que reclamam de barriga cheia, segundo sua ótica.

- À vista de nossas eleições internas, cuidemos da escolha dos candidatos e, neste ponto, seria ótimo se eles saíssem do nosso meio. No entanto, pelo andar da carruagem não creio que dentre os que aqui comparecem possamos contar com

nomes possuidores do perfil ideal – que queiram enfrentar o desafio. E dentro da política de não fazer política, avocamos a parte mais difícil da questão; não indicar nomes apropriados, mas apontar os que não devem ser votados.

- Como em toda pré-seleção aqui também já se abrem as cortinas da vaidade. Os comentários repetitivos com intenção de demonstrar conhecimento dos nossos assuntos não precisam ser tão afoitos. A função primordial deste Blog é bem informar, porém não devemos exagerar na dose. A mim não cabe exprimir erudição com entendimentos copiados. Para bem informar procuro ocupar o espaço disponível com parcimônia. Ora, se posso disponibilizar o link onde está a matéria completa, por que copiá-la para divulgação? Ainda mais quando sabemos que o nosso público, em sua maior parte, não dispõe de muito tempo na frente do computador, pois têm seus afazeres e outras formas de lazer com que se ocupar. Também, não contam com a desventura de muitos para lidar com a “máquina” dependendo, às vezes, do concurso de filhos ou netos para o mister. Então, se trabalharmos bem, contribuiremos para que depois de acostumados com os procedimentos básicos de acesso à Internet, lhes bastem uma visita diária ao nosso Site, como se lê um jornal, para ir direto aos campos de interesse. Daí é só clicar nos links correspondentes às notícias em evidência e terão na tela todo o conteúdo do que buscam, sem perda de tempo ou dependência de terceiros - ficando o nosso espaço disponível para uma maior quantidade de informações, e o tempo deles melhor aproveitado.

- Agora lanço um alerta promissor aos que se escusem em se candidatar quando chegar o momento. Voltemos ao tempo dos primeiros comissionamentos em agências. Quem, dentre nós, não suou frio ao assumir um posto recém-nomeado pelo medo do desconhecimento? E quem, também, não exultou ao sentir que nada havia para temer pela disponibilidade de informações contidas na CIC, com todos os procedimentos necessários ao exercício da função?

- Pois bem, nas nossas Entidades não é diferente. Não é preciso ser um especialista em Previdência ou Assistência Social para assumir e bem administrar seus destinos: elas também têm suas CICs, que dormem no bojo de Estatutos e normativos a eles atrelados. Além, é claro, de se contar com o acesso aos Órgãos reguladores e às enciclopédias vivas que são nossos colegas mais rodados. Para bem desempenhar essas funções basta ser um dos nossos com as peculiares qualidades inerentes: honestidade e justeza de caráter.

- Por tudo isto, fiquemos atentos aos candidatos (daqui e de fora) sempre de olho no CANAEL - agora mais gordo depois de se empanturrar com as guloseimas das Festas recentes.

- Muitas conquistas no Ano Novo, são os votos do Blog aos BLOGUEIROS AUTÊNTICOS.

- Aos demais, felizes devaneios e que Deus os guie, também, na modificação de suas vidinhas, porque da plenitude das nossas Vidas estamos cuidando com a Sua inestimável ajuda!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 26/12/2009.

Façamos nossa parte.

Caros Colegas.

- Lamentavelmente não reunimos condições de agir com o alcance de uma Organização juridicamente constituída. Mas nem por isso devemos ficar impassíveis esperando que Associações com esse rótulo ajam em nossa defesa, pois está comprovado que não o farão como, de fato, não o fazem.
- O conjunto de medidas que esperamos sejam tomadas dormem no seio de promessas não cumpridas e essas representações, com todo dinheiro disponível e impressionante número de associados, não esboçam o menor gesto direcionado à adoção de providências. Afora esporádicas intervenções políticas, à cata de votos, não há empenho da parte delas.
- No momento vivemos à volta com questões de suma importância no caminho dos nossos direitos, ora ameaçados comprovadamente.
- Em andamento questões como: distribuição do Superávit, Voto de Qualidade (Voto de Minerva), distribuição de dividendos e PLR pelo Banco usando dinheiro do PB1, total suspensão das contribuições pela Previ, Cesta Alimentação, criação do Renda Certa, mudança dos Estatutos, Parcela Previ, eleições na Previ e na Cassi, entre outros.
- Apesar do reduzido número que aglomeramos com os mesmos propósitos, se fôssemos uma Entidade legalmente registrada nada nos impediria de assumir essa ampla briga, seja no campo da discussão de acordos, seja na esfera do Poder Judiciário disparando ações em amparo às questões pertinentes. Um bom Escritório de Advocacia contratado sob remuneração mensal, de bom grado aceitaria patrocinar essas causas e todas as demais (tantas quantas lhes destinássemos), com custo zero para os participantes dessa utópica Associação. A partir daí estariam auferindo as comissões legais sobre os valores disponibilizados, após o desfecho favorável das causas defendidas.
- Todavia, como não dispomos dessas ferramentas, temos que trabalhar com o que está à mão - nosso poder de comunicação individual. Portanto, peço a todos os Colegas disponíveis que façam valer sua capacidade de argumentação, direcionando mensagens aos portos que abrigam poder de decisão sobre essas questões ou, em última análise, àqueles imbuídos do desejo de questionar essas posições.
- Temos que insistir junto ao Banco e à Previ para que se chegue a um consenso na distribuição do Superávit.
- Devemos assessorar o Deputado Gustavo Fruet levando-lhe subsídios que reforcem seus argumentos, ou simplesmente declarar-lhe apoio e agradecimento.
- Podemos fazer muito barulho junto à Câmara e ao Senado Federal reeditando mensagens já encaminhadas – retomando o caminho iniciado.
- Necessitamos somar argumentos à CCJC e ao seu Presidente para ajudar a derrubar o Voto de Qualidade, aproveitando o fim do Recesso Parlamentar.
- É imperioso instar junto a OAB e AMB para que tomem providências em cima da denúncia que lhes foi dirigida, acerca do mau uso do Superávit com a criação do Renda Certa.
- Por tudo isto só nos resta assumir a responsabilidade por essas ações. Nessa direção, conclamo a todos para trabalhar pelo coletivo, enviando essas mensagens de forma individual. Não importa se repetitivas, desde que alcancem o destino. De tudo que for

disseminado algo será aproveitado. Assim não ficaremos à espera de atitudes incertas, a depender das Associações que consomem nossas contribuições mensais sem sabermos a que título.

- Tendo em mente as próximas eleições para preenchimento de cargos na Previ e na Cassi, à sombra do CANAEL.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 28/12/2009.

Feliz Ano Novo!

Caros Colegas.

- Nessa última noite do ano, no instante da mudança, façamos nossa prece com o pensamento elevado a Deus pedindo Paz e Amor.

- Ao término da oração, com o sinal da cruz, lembremos pais e avós, filhos e netos, amigos e cônjuges, primos e irmãos. E esqueçamos de nós mesmos porque, com certeza, Ele lembrará.

- Feliz Ano Novo a todos.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 30/12/2009.

Concorrência desleal!

Caros Colegas.

- A formação de chapas independentes para concorrer ao preenchimento de cargos no âmbito da Previ e da Cassi está fadada ao fracasso, por melhores nomes que elas concentrem. As associações de grande porte suplantam qualquer iniciativa particular de oposição, em virtude da facilidade para arregimentar votos ao amparo do vasto cadastro que possuem aliado à possibilidade do uso das malas diretas do BB, Cassi e Previ. Também é imensurável seu poder de penetração junto ao pessoal da ativa do Banco.

- Vale lembrar ainda a confortável disponibilidade de recursos financeiros e o apoio incontestado de sua área de comunicação com parque gráfico próprio e sofisticada estrutura de informática, somados ao ressarcimento de despesas disponibilizado pela PREVI e CASSI para cobertura de gastos com campanha eleitoral.

- Já as chapas independentes estão limitadas aos poucos recursos amealhados entre simpatizantes e o ressarcimento das despesas, sendo limitadíssimo seu campo de atuação para contatos à cata de votos. A propaganda se restringe ao convencimento boca a boca, quase tão somente, nunca suficiente para alcançar número considerável.

- Desse modo, enquanto não surgir concorrente sério perdurará o continuísmo prejudicial. Surge então a necessidade imperiosa da fundação de associação por parte do grupo que almeje concorrer em oposição à concorrência desleal. Assim acontecendo, embora vá surgir com atuação tímida, terá reais possibilidades de crescimento com vistas a uma competitividade mais equilibrada no futuro, notadamente em virtude da desilusão reinante pelo caráter de nulidade observado no que ora dispomos. Somente com concorrência equilibrada o contraproducente monopólio poderá ser quebrado.

- Com o pensamento voltado às eleições que se sucederem à próxima, e com base na realidade apontada, é válido lançar o desafio para fundarmos nossa própria associação. Situando-se num campo de atuação abrangendo todos os segmentos onde nos sentirmos carentes de representatividade e apoio. Portanto, proponho a criação da Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI – AAPPREVI, ou outra designação que venha a merecer.

- Essa Associação nasceria da base de atuação do Previ Plano1, contando com a experiência adquirida e a sustentação solidária com que já conta incondicionalmente. Nela seriam comuns os mesmos direitos: benefícios, participações e atuações - disponibilizados igualmente.

- Para tanto, peço a manifestação dos Colegas sobre o assunto, colocando sua crítica à oportunidade desta criação, ao mesmo tempo em que poderão opinar na enquete disponível:

- Devemos nos organizar como Associação juridicamente constituída?

- Caso haja concordância serão observados alguns itens básicos para registro da Organização:

- Entidade sem fins lucrativos.

- Nenhum membro da Diretoria perceberá proventos ou quaisquer benefícios pecuniários. Terão deveres de dirigentes e direitos de associados.

- Mensalidade de valor suficiente para cobrir custos básicos de manutenção. Situando-

se entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00.

- Como providência inicial proceder-se-á a um detalhamento jurídico a cargo de Profissionais da área para avaliar:

a) quais ações poderão ser impetradas em favor dos associados - individuais e coletivas (inclusive demandas contra o Banco, a Previ e a Cassi);

b) custo discriminado dessas ações;

c) probabilidades de sucesso mediante estudo de casos concretos, com cálculo aproximado de valores advindos e tempo da demanda;

d) viabilidade da contratação de Escritório de Advocacia sob o regime de assistência permanente (para cuidar do quadro geral das ações e assessoria jurídica de um modo amplo) a um custo mensal fixo ou mediante percentual incidindo sobre o número de casos a cuidar, contanto que seja previsível para aporte orçamentário;

e) de igual modo estudar a possibilidade de formação do próprio corpo jurídico da Entidade, contando com o concurso de colegas aposentados, ou somente com profissionais alheios ao quadro de associados;

f) manutenção de local de trabalho modesto, sem a pompa de sede social, com equipamento limitado ao estritamente necessário ao funcionamento.

- A viabilidade da formação da nossa Associação será aquilatada pelo resultado da enquete. Participe, seu voto é fundamental para consolidar esta pretensão. O seu posicionamento não implica em compromisso de adesão, até porque o voto não pode ser identificado.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 01/01/2010.

Resposta a um Ex-colega

Caros Colegas.

Ary Taunay Filho, ex-colega, é militante incansável na defesa dos colegas vitimados por atos de exceção praticados pelo Banco. Ele tem participação ativa no Blog da Cecília e nunca contribuiu com nossas discussões. Fez sua primeira investida hoje, lamentavelmente com propósitos desagregadores. Enquanto procuramos abrir as portas para esses irmãos prejudicados, somos brindados com várias “pérolas” vindas do Ary Taunay. Leia seus comentários desta data no post “Denúncia!”, de 16/12/2009 e, depois, a resposta que segue:

Caro Ary Taunay Filho.

- O nosso Blog foi criado há pouco mais de três meses (27/09/2009). Durante esse tempo contamos com comentários de 114 Colegas diferentes, além de um número de anônimos superiores a este. No período publicamos 46 posts que suscitaram 1216 comentários positivos e apenas 1 (um) negativo. No momento estamos à volta com uma enquete lançada há dois dias (01/01/10): Devemos nos organizar como Associação juridicamente constituída? Cujo resultado aponta 100% de aprovação (53 votos).

- Desde a criação do Blog esta é sua primeira participação (e em série) ocupando muito do nosso espaço para enaltecer associação totalmente diferente daquilo que necessitamos. Queremos tratar dos nossos próprios assuntos e não nos agregar a uma entidade de “largo espectro”. Sua ABRAPREV “é atuante na defesa dos participantes dos fundos de pensão das estatais” e desconheço o que ela trouxe de palpável em mais de um ano de atividades que beneficie seus associados, ou mais precisamente, a nós do PB1. Peço-lhe, deixe nosso espaço para cuidarmos das nossas aspirações. Aqui não há lugar para ódios ou rancores.

- Isto porque, com sua “aula” de conhecimentos, nos menospreza dizendo que estamos “engatinhando” nas questões que abordamos. Você não pode desconhecer que todos nós trabalhamos no mesmo Banco. Por isso sabemos do que falamos por nos aprofundamos no conhecimento desses assuntos. Passamos por tudo por que você passou, enquanto na ativa, e muitos de nós sofremos os mesmos assédios, perseguições, injustiças e tivemos usurpados muitos dos nossos direitos – daí lutarmos por uma associação específica para cuidar das nossas necessidades. Não precisamos de uma Entidade que já se ocupa dos espoliados de “vários fundos de pensões”. Queremos exclusividade.

- Por último, faça-lhe uma pergunta. Por que somente agora você nos procura? Por que fazer comentários em cima de um post tão antigo? E logo a “Denúncia!”. Se, ao invés de vir fazer críticas atrasadas tivesse comparecido à época, quando clamávamos por apoio, talvez pudesse ter-nos ajudado. Agora seu concurso já não soma muito. Será que sua associação teme pela fundação da nossa? Acompanhe nosso crescimento e veremos quem deve aderir a quem. Muito a propósito, leia a máxima estampada no

site da sua ABRAPREV:

"Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião
e de associação pacíficas."

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 03/01/2010.

Carta ao Mestre (e sua resposta)

Prezado Valentim.

- Gostaria de ponderar a respeito da abrangência da nossa Associação.
- Concordo que seja direcionada exclusivamente ao PB1. Porém nada impede que deixemos uma “brecha” no título para inclusão futura de outros elementos que venham a precisar do nosso amparo, sem desviar o foco da prioridade da fundação. Estou pensando com relação ao Previ Futuro. Não é ambição, mas temor – por nós e por seus integrantes. Acompanhe meu raciocínio; eles, assim como nós, estão dentro das mesmas dificuldades de patrocínio, pois contam apenas com as Entidades comuns e logo sentirão a necessidade de criar sua própria representação. Ainda mais se o nosso sucesso for confirmado. No meu entendimento, os oponentes a ser superados no momento são a ANABB e a AAFBB, pelo volume de sócios que congregam. Todavia, se o pessoal do Previ Futuro se organizar, contando com a maior capacidade de se agrupar, por motivos óbvios, teremos mais uma grande força a nos preocupar, se ocorrer o pior. Isto porque nunca se sabe o que nos reserva o futuro. Digamos que lá na frente a PREVI seja forçada a unificar os dois planos (ou o que reste deles) – seja por reforma estatutária, decreto legislativo, normativo da PREVIC ou coisa do tipo. Estaremos fragilizados porque, aí sim, haverá dissensão a ser combatida: 2 grupos dentro da Previ, com nossa representatividade numericamente inferiorizada perante as demais associações. No momento essa unificação é impossível de ocorrer, por força de Lei. Mas nossos governos são mestres em modificar leis em seu benefício. E por um patrimônio do porte do da Previ eles farão qualquer negócio. Até a Constituição será mandada às favas.
- Quero que entenda que não estamos lutando somente por nossos direitos enquanto vivos. Lutamos também para fazer frente aos poderosos, com o pensamento voltado ao patrimônio da PREVI, para os que ficarem depois de nós.
- Dentro desse raciocínio, permaneceria o título AAPPREVI – Associação dos aposentados e pensionistas da PREVI, Entidade civil, etc. e tal, destinada à representar os Aposentados, Pensionistas e Assistidos do Plano de Benefícios nº1, etc.
- Neste caso, a sigla não interfere na destinação da Associação. Se inviável essa solução, adotar-se-ia uma outra que contemple o espírito da coisa: associação específica para o PB1, mas com possibilidades de acatar o pessoal do Previ Futuro sem interferir nas nossas prioridades. Note que no entendimento atual estamos criando dois grupos distintos, implicitamente, no título da Entidade: inativos e ativos do Banco do Brasil, muito embora entre os da ativa existam integrantes do PB1 e Previ Futuro, o que é pior. Isso soará como discriminatório aos ouvidos do pessoal da ativa, recrudescendo o péssimo tratamento que alguns dispensam aos inativos. aguardo seu parecer. E não se furte em me dar um “puxão de orelhas”, se o merecer. Abraços.

Marcos Cordeiro.

RESPOSTA DO MESTRE:

"Prezado Marcos,

Não acho conveniente a admissão dos participantes do PREVI -FUTURO na nova associação, isto porque são planos diferentes. O Previ-Futuro, de contribuição definida, é uma poupança melhorada, totalmente diferente do Plano de Benefícios nº 1, de benefício definido. Eles que, se necessitarem, criem sua própria associação. A PREVI administra 3 planos: Benefício nº 1, Previ-Futuro e Capec. Não podemos admitir a possibilidade de misturar as coisas. Não creio que, em algum momento, possam criar leis para usar os recursos do Plano nº 1 para beneficiar o P. Futuro. Quando o último participante do PB-1 morrer, dentro de uns 40 ou 50 anos, o saldo remanescente do plano, se houver, será transferido para o Banco, tranquilamente, como patrocinador. Sou radicalmente contra a participação dos colegas do PREVI-FUTURO na nova associação. O problema maior a ser enfrentado nas eleições para a PREVI e CASSI será a ANABB, pois a AAFBB, sempre se posiciona com participação de oposição. Acho difícil a nova associação firmar-se a ponto de conseguir eleger uma chapa "pura". Terá que apoiar uma das chapas de oposição registradas, naturalmente aquela cujos participantes ofereçam maior confiança. Desculpe-me se lhe causo decepção, mas é o que penso. Se vamos oferecer guarida ao pessoal do Previ-Futuro, teremos que dispensar recursos na defesa de seus interesses. Pense nisso.

Abraços Valentim"

----- Original Message -----

From: Marcos Cordeiro

To: Carlos Valentim Filho

Sent: Monday, January 04, 2010 9:56 PM

Subject: Um novo Post - Carta ao Mestre

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 05/01/2010.

Esclarecimento público

Caros Colegas.

- Bem intencionado, tive a infelicidade de fazer comentário sobre matéria no blog da AFABB-Tupã(SP), reproduzido a seguir:

"Caros Colegas.

- A ineficiência das autoridades no cumprimento de suas prerrogativas maiores em defesa do contribuinte se deve às cabeças responsáveis sobre as quais repousam essa responsabilidade. Sabedores de que nada lhes acontecerá em punição à incúria por suas ações, ou pela falta delas, agem descompromissados com o bom desempenho de suas funções dando seguimento às suas vidinhas de bolsos supridos. E isto se deve ao descaso com que são elevados aos seus postos por eleitores apáticos e pouco zelosos dos seus próprios destinos, ao permitir que despreparados se arvorem do direito de solucionar problemas muitas vezes causados por eles próprios e que, também, do lugar em que estão contribuem para seu agravamento.

- O mesmo acontece com nossas Entidades que deveriam proporcionar conforto e segurança aos aposentados e pensionistas do Banco do Brasil. Por isso estamos fomentando uma "marolinha" para criação de Associação totalmente divorciada dos vícios que emperram tudo que aí está. O que pretendemos é dispor de uma ferramenta específica para consertar nossas panes assistenciais, direcionada unicamente ao trato dos assuntos do Plano de Benefícios nº 1, da PREVI, partindo da criação do Blog <http://www.previplano1.com.br>, que peço conhecer, sem compromisso algum. E a criação dessa Associação em nada prejudicará o que existe, para destemor dos seus dirigentes.

Marcos Cordeiro de Andrade - Curitiba (PR) - 04/01/2010 -
marcosmca@yahoo.com.br"

- Essa atitude provocou insatisfação por parte do responsável pelo espaço, acompanhado por seguidores que me questionam através de e-mail particular:

"Colega Cordeiro.

Recebi por via de outro colega, sua mensagem que reproduzo abaixo, à qual arrisco utilizar alguns minutos e queimar alguns miligramas de fosfato do meu cérebro que é parte do meu corpo que ainda funciona bem, para externar reclamadas conclusões. Quando você diz que "o mesmo acontece com nossas Entidades", liga-se inapelavelmente à idéia do parágrafo anterior, no qual você diz que dirigentes agem com incúria e sem compromisso com seus associados, além de ter suas vidinhas de bolsos cheios. É fundamental que você esclareça a que entidades você se refere. À Anabb? Às Associações dos Aposentados como as AFABBs, AAFBBs, etc, ou de um modo geral a todas elas?

A Associação que está nascendo dessa marolinha que você diz, afinal será divorciada dos vícios que emperram tudo o que aí está, e finalmente consertará o que há de errado, e que todas as demais associações, há décadas, com toda experiência

adquirida não conseguiram resolver satisfatoriamente para você? O que te faz pensar que haja algum temor por parte das diretorias das demais associações?

Colega Cordeiro, desejo-te sucesso. Somar forças é importante. Mas, penso que você começou errado. Está desagregando.

Respeitosas saudações.

Roberto Abdian"

- Tentando esclarecer o motivo da “invasão” respondi ao primeiro indagador com mensagem enviada por E-mail, onde pedi autorização para publicá-la, no que não fui atendido.

- Partindo do pressuposto de que “quem cala consente” e pela necessidade imperiosa de prestar esclarecimentos públicos a respeito do ocorrido (do mesmo modo como tudo começou), notadamente aos que me questionam e, ainda, para descongestionar minha caixa de mensagens, achei por bem dar publicidade ao ocorrido. Portanto, em cumprimento à promessa de que não mais utilizaria o Blog daquela Entidade, valho-me deste recurso para encerrar o assunto:

“Prezado Roberto Abdian.

- Recebi com certa apreensão sua mensagem particular abaixo. Também estranhei o fato de que tomou conhecimento “por via de outro colega”, do comentário que fiz, às claras e sem subterfúgios, no blog da AFABB – Tupã (SP), sob sua supervisão direta, salvo engano.

- A intenção estampada no comentário foi remeter à reflexão sobre o desleixo com que as entidades representativas de aposentados e pensionistas da Previ, especificamente aquelas a que pertencço, tratam dos assuntos inerentes. Lamento seu desconhecimento do meu trabalho à frente do Site www.previplano1.com.br. Caso contrário saberia a quais Entidades e autoridades quis me referir. Ali trabalho sempre procurando não atacar pessoas sem o respaldo comprobatório devido (ver Valmir Camilo, por exemplo, http://veja.abril.com.br/231298/p_045.html). Até porque incorreria em infração grave na condução do Blog sob minha responsabilidade.

- Quando me referi aos dirigentes “de bolsos cheios” não foi, necessariamente, com o intuito de denunciá-los, genericamente, como desonestos. Mas simplesmente porque não conheço nenhum que tenham os bolsos tão vazios quanto os meus que, também, nunca se abasteceram à custa de nenhum cargo. Aqui reconheço que, para não deixar dúvidas, deveria enumerar nomes. Neste ponto, prometo que não me darei ao desplante de novamente invadir seu espaço com comentários que melindrem suscetibilidades. Isto porque reconheço minha atitude invasiva, tratando de assuntos que, talvez, não interessem aos seus frequentadores.

- Nos três meses à frente do PreviPlano1, nunca tive problemas com acusações pelo exercício de atos indevidos, nem nunca sofri tamanho rebate por ferir egos ou posturas.

- Portanto, se isto o satisfaz, peço-lhe desculpas, prometendo não mais voltar ao blog da AFABB - Tupã (SP) que conheci, veja que ironia, por indicação para que lesse um artigo seu - que passei a admirar.

- De qualquer maneira, convido-o a visitar nosso Blog imprimindo esta reprimenda que me faz, bastando que me autorize a divulgar a mensagem que me dirigiu. Ato contínuo, publicarei esta resposta para encerrarmos o assunto.
- Por último, agradeço pelos votos de sucesso. Mas lamento informar que não concordo quando diz que comecei errado, porque já estou terminando meu trabalho. Tão logo ponha em funcionamento nossa sonhada Associação, sairei de cena com nosso Blog, para gáudio de muitos.

Atenciosamente,

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 06/01/2010.

O Estatuto!

Caros Colegas.

- Hoje estamos cumprindo mais uma etapa em direção à concretização de um sonho.
- O Estatuto da AAPPREVI tomou forma e está disponível para visualização. Ele se materializou saído de um exaustivo trabalho de pesquisa e comparação com outros. Para não cair na mesmice burocrática envolvendo excessivos cargos e funções, bem como artigos e itens desnecessários, foi feita uma síntese do que há de melhor em conteúdo, tomando por base Estatuto anteriormente enxugado por um experiente fundador e dirigente de Entidades: o Colega Carlos Valentim Filho. Sem o concurso deste ilustre colaborador não teria sido possível chegarmos à forma considerada próxima do ideal, que aqui temos. Durante longo período mantivemos contatos quase que diários por E-mails. Passamos por noites mal dormidas na digitação de enxertos, alterações, mudanças e aprimoramentos de toda sorte até que, por fim, depois de idas e vindas das mais de 20 páginas, ontem à noite recebi o “de acordo” do mestre para dar publicidade ao texto final. E dentro de invulgar modéstia recomendou:

- “Claro que acompanharei, com entusiasmo, os comentários sobre o Estatuto. O caminho é esse. Não precisa me consultar sobre eventuais modificações na minuta, decorrentes de sugestões, boas sugestões, de terceiros. Tenho certeza que virão somar. Doravante, a questão do Estatuto está totalmente a seu cargo. Dei minha contribuição, o que fiz com prazer.”

- Portanto Colegas estejam à vontade para seguir a orientação do mestre Carlos Valentim Filho, nosso emérito colaborador. A partir de agora a minuta do Estatuto da AAPPREVI está à disposição dos seus verdadeiros donos, para avaliação em direção à forma definitiva.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 07/01/2010.

ASSOCIAÇÃO

Caros Colegas.

É uma união de pessoas com objetivos comuns. É, também, uma organização, uma liga, uma combinação.

Muitas são as definições para o termo. Porém poucos são os dirigentes com assentos garantidos como tais que atentam para esses princípios básicos.

Dirigir uma Associação é trabalhar individualmente apoiando-se em seus pares para defender o coletivo, formando, desse modo, uma associação de poucos para gerir uma Associação de muitos. Por isso o dirigente não pode ser político nem atuar politicamente. Ele tem que exercer sua função como se defendesse com denodo seus próprios interesses, pouco importando se fere suscetibilidades políticas de outrem, ou de si mesmo. Ali ele não é um indivíduo – é um coletivo. Ele não pode esquecer que o voto recebido do associado lhe foi destinado como procuração representativa de uma individualidade. O eleitor, não podendo ele mesmo assumir os poderes de dirigente, dá seu voto confiando que será dignamente representado e que seu representante agirá, sempre, como se fosse ele próprio, assumindo os riscos do desgaste físico, do desgaste da imagem, do intelecto e de ruptura de vínculos interesseiros – enfrentando e vencendo obstáculos.

Ao associado não adianta pedir reparação de direitos feridos, diretamente às Organizações que são pagas para consubstanciar sua assistência social (de previdência ou de saúde - PREVI ou CASSI, no nosso caso), porque quase sempre é tratado com descaso. Essas poderosas Organizações o têm, e dele cuidam, como se fora um simples número, cujo significado somente lembra a cifra que representa para os seus cofres, ou serve para encher de votos as urnas que beneficiem protegidos sob o seu manto.

Mas, se emanadas de uma Associação, essas mesmas reclamações merecerão tratamento condizente com o potencial representativo dessa classe. É que aí entra o lado político da coisa e, deste modo, voltamos ao início deste arrazoado; os dirigentes, eminentemente políticos, só se dão ao trabalho de sanar irregularidades em seus domínios, ou delas cuidar, se o não atendimento aos pleitos se constituir em ameaça para suas metas futuras - dependentes de votos dos beneficiados por suas “desinteressadas” providências.

Pensando nisso, de nada adianta formarmos uma associação com visão política e dirigida por políticos. Nossa Organização é destinada à composição de um grupo homogêneo, com necessidades comuns o que facilitará, em muito, a concordância para adoção de medidas que beneficiem a todos.

Todavia, temos que ter o duplo cuidado de formar uma associação com Estatuto isento de conotações políticas, em harmonia com o que queremos, e nela colocar dirigentes apolíticos – com o trabalho individual direcionando resultados à coletividade que representem. Pensemos nisso e olhemos com cuidado a formação do Estatuto da

nossa Associação e do seu corpo diretivo. Nós queremos e nós podemos conseguir um feito que contemple todo o grupo do Plano de Benefícios nº1. Não dá mais para vivermos num clima de cada um por si, alimentando facções dissidentes como se fôssemos inimigos. Nós somos originários de uma grande família, bastante unida na juventude do trabalho produtivo. Por que agora, na velhice, essa família se digladija na busca de direitos comuns? Façamos da família lembrada dos bons tempos do Banco do Brasil a família para ser lembrada amanhã, como a dos bons tempos do PB1. Tempos que começam agora.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 10/01/10.

20.000 visitas!

Caros Colegas.

Esta é a impressionante marca ultrapassada pelo nosso Blog Previ Plano 1. À vista disso já não posso sustentar meu discurso egoísta de que trabalho sozinho. Embora continue isolado entre quatro paredes, em uma bela e simpática cidade, mas sem contato humano com parentes, amigos ou mesmo colegas, já não me sinto tão só com minha mulher e filho. Um enorme contingente de Colegas formou um caminho virtual até minha casa. E como formiguinhas incansáveis trabalham com afinco para abastecer meu celeiro de estatísticas.

Com um começo desacreditado o Previ Plano 1 caminhou tropegamente para dar o seu recado. Alcançando um colega aqui, outro ali, foi impondo seu estilo e convencendo pessoas a repassar o que sentiam. Não foi fácil chegar a este ponto. No entanto o trabalho de convencimento desenvolvido foi tomando vulto até atingir, em pouco mais de 3 meses, o espantoso número que encima este post. Este resultado parcial é um atestado do que pode ser conseguido com união e perseverança. Não fosse esse exército de formiguinhas operárias nada teria sido feito. Colegas que não me conhecem nem em fotos se lançaram em meu socorro acreditando no sonho visionário. Nomes conhecidos, outros nem tanto, se ombrearam a anônimos bem intencionados e fizeram com que a AAPPREVI possa se tornar realidade.

Em sinal de gratidão e respeito, gostaria de contar com espaço suficiente para enumerar todos os nomes que fazem parte dessa corrente solidária, o que fica só na intenção. Também, por medo de cometer injustiças, abstenho-me de nomear os representantes da imensa família que se forma - os puxadores desse extenso carro lotado de voluntários a serviço da AAPPREVI.

Todavia, procurando ser justo com todos, abro mão de mais um estigma do meu egoísmo. E ponho à disposição do mundo pela grande rede os componentes estatísticos até aqui sigilosos, fornecidos pelo provedor, onde constam as cidades que contêm meus ajudantes. Os dados de algumas localidades não são nominados, mas estão incluídos em núcleos próximos por falta da abrangência identificadora, ainda em formação.

Portanto caríssimos Colegas orgulhem-se, pois, do que fazem, e conheçam a realidade que constroem para embasar a formação da AAPPREVI, acessando o link

http://www.aapprevi.com.br/documentos/pdf/Analytics_previplano1_com_br.pdf

Muito obrigado a todos.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 13/01/2010.

O Referendo

Caros Colegas.

Com o encerramento da enquete estamos autorizados a fundar nossa Associação. A pergunta mantida sob votação durante os últimos 15 dias foi: “Devemos nos organizar como Associação juridicamente constituída?”.

Dentre os 148 votos computados 143 optaram pelo sim (96%) com apenas 5 negativos (3%), o que nos proporciona inquestionável aprovação. Assim sendo, a AAPPREVI está prestes a vir à luz para cumprir seu destino.

Ultimados os preparativos para consolidação, alguns pontos precisam ser delineados para evitar mal entendidos futuros. Isto porque, estando na fase final da etapa de fundação, resta apenas a constituição da Assembléia para aprovação do Estatuto concomitantemente à escolha da 1ª Diretoria - eventos que merecerão ampla divulgação.

Por isso vale enumerar alguns fundamentos básicos que se pretende sejam de cumprimento obrigatório, para salvaguardar a transparência necessária e servir de orientação aos futuros dirigentes e associados - relativamente aos atos, atitudes e comportamento do conjunto. Se houver concordância maciça oportunamente essa postura será delineada em normativos próprios, senão no Estatuto, além das modificações advindas das sugestões anotadas, merecendo destaque a antecipação dos 12 pontos a seguir enumerados, que ousou propor:

- 1) nenhum membro da Diretoria perceberá benefícios pecuniários sob qualquer pretexto;
- 2) os membros da Diretoria apresentarão declaração de bens no início e término dos mandatos respectivos, porém essas informações não serão do domínio público;
- 3) durante a vigência dos seus mandatos, os membros da Diretoria não poderão acumular cargos em entidades atuantes no âmbito de interesses dos participantes do PB1;
- 4) nenhum associado será remunerado por serviços prestados à Associação;
- 5) a associação iniciará seus trabalhos em local provisório, sem ônus para o corpo social;
- 6) tão logo disponha de recursos alugará espaço físico apropriado, minimamente limitado a abrigar os equipamentos, diretoria e funcionários imprescindíveis ao exercício das atividades;
- 7) não haverá sede social em respeito à igualdade de direitos, isto porque, pelo caráter de abrangência nacional, somente os residentes na localidade usufruiriam de suas instalações, com perdas para os demais;
- 8) primar para manter o entendimento de que os funcionários desempenham as tarefas emanadas da Diretoria, em cumprimento às normas regulamentares da Associação que serve, exclusivamente, aos associados, escoimados os interesses individuais na utilização das instalações ou dos serviços disponíveis;
- 9) o atendimento aos associados será prestado sem a presença física (será por

telefone, internet, correio, etc.) evitando deslocamentos (para maior comodidade), e terá prioridade sobre qualquer outro;

10) nos contatos que evidenciem relevância o atendimento será feito diretamente pelo Diretor da área envolvida ou pelo Presidente, por exigência do associado, obedecendo-se prazos definidos;

11) nenhuma informação será sonegada ao associado e deverá ser prestada tempestivamente.

12) deverá ser criado o SOS - Urgente, um canal de comunicação emergencial para prestar orientação confiável ao associado, nas áreas de saúde, social e jurídica;

Em cumprimento às metas de transparência e com a pretensão de que o Estatuto seja referendado amplamente, a minuta continuará disponível até a véspera da Assembléia Geral de fundação. Para tanto, todo o seu conteúdo poderá ser questionado e serão acolhidas sugestões para a composição final.

Dentro desse entendimento a seqüência de atos e procedimentos envolvendo a criação da Instituição será divulgada aqui neste site. De igual modo, doravante todos os assuntos administrativos do interesse do corpo social merecerão tratamento semelhante, pelos meios mais eficientes para cada caso - contanto que o associado esteja permanentemente inteirado de tudo que aconteça no âmbito da AAPPREVI.

No estágio atual, e conclusivo, todas as interferências críticas serão bem vindas. Ajude a compor o Estatuto.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 15/01/2010.

Maus exemplos

Caros Colegas.

A Associação que está nascendo tem antecipado neste Blog o propósito único de prestar ampla assistência aos participantes do PB1. O raio de ação que se propõe abarcar é vasto e diversificado. Vai desde a simples orientação para enfrentamento de situações rotineiras até a incursão pela esfera judicial. Este o maior encargo que teremos pela frente. Propomos tentar resolver pendências e buscar soluções para assuntos polêmicos. Todos que envolvam prejuízos provocados por má administração no âmbito da PREVI e pela impune ganância do patrocinador, amparada pela permissividade das autoridades no desvio da verdadeira destinação dos recursos do Plano.

Sem esquecer o cuidado no trato com associações e prestadores de serviços à disposição dos aposentados e pensionistas do PB1.

Com relação a este último tópico, divulgo abaixo duas recentes denúncias particulares, dirigidas com o intuito de alertar os Colegas para o desvirtuado atendimento de Entidades que alardeiam atuação séria, mas que tratam com pouco caso os anseios dos seus filiados:

Primeira denúncia, feita no Blog da Cecília:

Marcos Cordeiro (André) disse...

Colega Cecília Garcez.

A utilidade da APABB para seus associados cai no lugar comum que invalida o atendimento de todas as Associações para quem reside fora de sua Sede, ou da sua área de ação. O contribuinte simplesmente paga pelo que não usa.

Sou filiado a essa Entidade desde os primórdios de sua fundação, com desconto na FOPAG de contribuição mensal, hoje no valor de R\$ 19,80.

Tenho um dependente que se enquadra no grupo que merece ser assistido pela APABB, porém reside em localidade desprovida de sua assistência. Por quatro ocasiões diferentes (e em anos diversos) perdi meu tempo dirigindo apelos escritos para a criação de um núcleo de atendimento na Cidade de João Pessoa (PB) e não recebi resposta, ao menos negativa - que dirá positiva. De se notar que por duas dessas vezes fiz apelo circunstanciado com oferecimento de encabeçar campanha a título nacional para o empreendimento com oferta, inclusive, de aporte financeiro para embasar meu pleito. Até hoje estou sem resposta. Com certeza agora, depois deste desabafo (se for publicado) serei procurado com mil desculpas pela falta de atenção.

É por isso que discordo de que Associações de âmbito nacional mantenham Sede Social com aparato direcionado ao entretenimento ou assistência ao seu corpo social, pois somente atende aos residentes nas proximidades de suas instalações. E os demais? Pagam para que uns poucos se beneficiem da sua contribuição como sócio. É o que acontece com a AAFBB, SATÉLITE Clube, APABB, etc.

Marcos Cordeiro de Andrade

6.808.340-8

marcosmca@yahoo.com.br
Curitiba (PR)
15 de janeiro de 2010 09:32

Segunda denúncia feita aqui mesmo:

Marcos Cordeiro (André) disse...

Colegas associados da OdontoANABB, procurem confirmar sua situação cadastral (e dos seus dependentes) diretamente com a ODONTOPREV. Vejam o que está acontecendo comigo:

Mensagem enviada à ANABB e respectiva resposta:

Pergunta:

Meus dependentes inscritos na OdontoANABB não constam do cadastro da ODONTOPREV, segundo informação da própria Empresa, em data de hoje, quando procurada para uso dos serviços.

Resposta:

Prezado Marcos, conforme contato telefônico realizado no dia 14/01/2009, às 12:38 h, com a atendente Rayssa Santos, informamos que foi gerada uma solicitação para verificar o motivo de o dependente não estar incluso e a tentativa de reverter a situação. Pedimos que aguarde a solução da mesma. A ANABB agradece seu contato. Atenciosamente,

Rayssa Santos
Atendimento ao Associado
ANABB/VIREF

- Em tempo: As mensalidades são debitadas em minha conta corrente desde agosto de 2009.

- Se nada consta na ODONTOPREV, para onde está indo o meu dinheiro?

16 de janeiro de 2010 05:07

Finalizando, devo uma satisfação a todos que me lêem.

Este relato não tem por finalidade me trazer benefícios, até porque considero perdido o dinheiro gasto com a OdontoANABB. E o que dispendi com a APABB, por mais de uma década, descarto a título de contribuição destinada ao bom atendimento dos filhos de outros colegas, já que ao meu não cabe nenhum amparo vindo dessa fonte. Move-me a intenção de alertar para a destinação que certas Entidades dão aos nossos recursos e, também, asseverar que me empenho para que outros não sejam vítimas das mesmas armadilhas. Como já dito antes, essas reclamações não terão a menor repercussão pela sua origem: um simples associado jogando palavras ao vento. Já se partissem da AAPPREVI...

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 17/01/2010.

Nomes para a Diretoria

Caros Colegas.

Estamos diante da mais difícil tarefa para consolidar a criação da AAPPREVI: a eleição da 1ª Diretoria para comandar os seus destinos a partir da fundação.

Considerada a etapa decisiva, deverá ser amplamente debatida entre os prováveis fundadores. Por isso lanço um apelo formal a todos os engajados no projeto, notadamente aqueles que tenham disponibilidade e interesse para se envolver pessoalmente.

Somente para os cargos do Conselho de Administração é exigida residência na Cidade Sede da Entidade – Curitiba (PR), até decisão em contrário.

Os demais postos poderão ser exercidos à distância pela oferta de meios operacionais: telefone, correio e internet (e-mail, skype, vídeo conferência).

Em tese a primeira Diretoria será composta de 22 membros, assim distribuídos:

Conselho Deliberativo (CODEL) = 12 (08 efetivos e 04 suplentes).

Conselho de Administração (CONAD) = 04 efetivos.

- Presidente.
- Vice-presidente Administrativo.
- Vice-Presidente de Assuntos Previdenciários, culturais e de Esportes.
- Vice-Presidente Financeiro.

Conselho Fiscal (CONFI) = 06 (03 efetivos e 03 suplentes).

Partindo do pressuposto de que todos os participantes são dotados de larga experiência, adquirida nos tempos de funcionários do Banco do Brasil, para qualquer cargo está descartada a exigência de formação profissional (universitária ou especializada). As atribuições inerentes estão delineadas nos capítulos próprios do Estatuto, disponível para consulta.

Para ajudar na escolha dos futuros dirigentes ousei pinçar nomes entre os participantes do Blog, usando como parâmetro a frequência e coerência dos seus comentários publicados. Esta indicação não tem caráter oficial, até porque não conheço a todos nem me cabe esse direito. Destina-se à apreciação dos próprios mencionados e dos demais colegas. Assim, eis os nomes que proponho figurar entre os que serão escolhidos para composição da 1ª Diretoria, a ser eleita por ocasião da ASGER de fundação, em data a ser definida oportunamente:

Airton Portilho Magalhães, Alcides Maurício, Alexandre Marcos, Amadeu Tamandaré, Ana Mohamed, Antonio Américo Ravacci, Antonio Carvalho, Aparecida de Mirassol do Oeste, Ari Zanella, Artur Távola Brandão, Carlos Armando, Aroldo de Luiziana(GO), Carlos Procópio Dias da Cruz, Carlos Mariano, Carlos Valentim Filho, Cláudio Pavan, Domini, Duca, Eduardo Köeler, Elizabete Gomes, Fernando Caldeira, Fernando Luiz Delgado de Miranda, Francisco Rodrigues, Gabriela Guerreiro, Gasampa, Geraldo Guedes, Henrique Almeida, Ivan Rezende da Silva, Jacira Lemes, Jader Silva Penha, James Paiva, Jander, Jane Torres de Melo, Jean Nogueira Lima, Jeanne, JJ Santos, Joana

Barandas, João E. de D. Lima, João Santana Moura, Joaquim Luiz, Jorge Teixeira, José Benedito Monteiro, José Carlos Ferrari, José Gilvan P. Rebouças, José Omar A. Coelho, José Luiz de Goiânia(GO), Juarez Barbosa, Lázara Rabelo, Leão de Coromandel, Leonardo Giorgini, Leomax, Lourdes Ferreira Lema, Luiz Alberto Gomes, Luiz Baruck, Luiz Kyoshi, Maciel Silva de Almeida, Manoel da Costa Ribeiro, Manoel Sales de Oliveira, Marco Aurélio Damiano, Maria Auxiliadora, Maria Elizabeth G. Chagas, Maria Inês de Lima, Mariano Branquinho, Mauro de Divinópolis, Mauro Sérgio, Menezes, Neidemar Pereira, P. Renato, Paulo Antunes de Oliveira, Paulo Beno e Leda Goellner, Paulo Cordeiro, Paulo Renato do Amaral, Pedro Barbosa, Pedro Luiz Fernando, Plínio Gonçalves, PRCirne, Raul Avellar, Ricardo Annoni Neto, Roberto Varella, Rogério Carvalho, Rosalina de Souza, Rubem Tiné, Sandra (simplesmente), Sandra Alves do Patrocínio, Sandra Rebeca, Saulo Sartre, Sérgio Figueiredo, Sérgio Inocência, Solonel Jr, Vantuil Castro, Vera Lúcia, Zaidan Costa, Zé Luiz Pucci. Zoroastro Artiaga.

Se o seu nome não faz parte desta relação nada impede que nela seja incluído, por você ou por um colega que o/a queira na Direção, pois todos os cargos estão disponíveis e não há cartas marcadas. A manifestação de pretensão está aberta a todos os interessados. Também, todos os nomes serão submetidos ao CANAEL e à condição de participantes do PB1.

Do total de adesões será constituída uma ou mais chapas para apreciação antecipada, com vistas ao consenso na indicação à ASGER.

Para agilizar os trabalhos de composição, peço aos desimpedidos para colaborar a gentileza de manter contato fornecendo endereço (e-mail e telefone) e nome completo, indicando suas disponibilidades. As manifestações deverão ser registradas até o dia 24/01/10, mesmo para aqueles que declinarem da indicação, e os canais para contato (sem trânsito no Blog) são:

cadastro@previplano1.com.br

contato@previplano1.com.br

marcosmca@yahoo.com.br

Do resultado desta consulta depende a definição de data para a Assembléia de fundação da AAPPREVI.

Para o evento não haverá obrigatoriedade de comparecimento: as assinaturas dos eleitos, com firma reconhecida, serão colhidas mediante correspondência específica. Exceção feita aos cargos do CONAD que exigem comprovação de residência e de presença.

Obrigado a todos.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 18/01/2010

Associação é para muitos!

Caros Colegas.

O conceito de associação sintetiza benefícios coletivos e, ao amparo da Lei, uma associação não pode beneficiar indivíduos isoladamente. Todas as suas ações devem ser direcionadas ao conjunto de associados permitindo-se, quando muito, a defesa de uma parte do grupo, mesmo assim somente quando os demais não se enquadrem na questão envolvida por detalhes técnicos, ou por exclusão voluntária.

Também, na atuação dos dirigentes o senso ético deve prevalecer dentro do princípio de que não se pode legislar em causa própria. Aqui vale lembrar o Art. 37 da Constituição Federal que “alena os princípios inerentes à Administração Pública, que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Para bem cumprir sua finalidade principal – defesa do interesse coletivo – a associação deve primar em desincumbir-se primeiramente de um fundamento básico: proporcionar o bem estar social. O cidadão e a cidadã, enquanto associados, esperam de sua representação um trabalho que sirva de suporte ao atendimento das necessidades que fogem à sua alçada individual, mas que é passível de consecução quando pleiteadas pelo grupo a que pertencem.

Pensando nisso, a associação deve ter como preocupação primeira não onerar o bolso do participante com a cobrança de obrigações desnecessárias, fazendo com que a mensalidade deva restringir-se à cobertura das necessidades básicas de funcionamento - deixando de lado a cobiça por crescimento desordenado. Deve prevalecer o bom senso e dar passos condizentes com a sua capacidade de atuação, em direção ao cumprimento de metas elementares. A estrutura organizacional merece comportar o atendimento ao seu corpo social afastando a hipótese de deslocamentos, tanto de associados como de dirigentes e funcionários. Assim sendo, as despesas serão minimizadas e as receitas melhor aproveitadas.

Em plena era da Globalização, não é concebível a manutenção de sedes suntuosas como base operacional, e, também, essas sedes não podem agraciar apenas os que a ela tenham acesso, pela proximidade da localização. Assim como não há necessidade da locomoção de Dirigentes até às delegações ou a outras partes em vôos de 1ª classe com hospedagens 5 estrelas. Hoje tudo pode ser feito à distância, pela internet ou via rádio e correio. As reuniões, eleições e até mesmo posses podem se consumir virtualmente, com custos mínimos. As comunicações escritas devem ser evitadas e, se necessárias, que sejam utilizados materiais de baixo custo, descartados panfletos e avisos estampados em material gráfico de qualidade ostensiva.

Também, aos dirigentes cabe o cumprimento de obrigações com desprendimento, sem visar vantagens pessoais, até porque seus cargos não podem ser remunerados por força de dispositivos regulamentares. Essas pessoas devem ser despojadas de interesses individuais e dispostas ao sacrifício pelo trabalho em prol da coletividade que representam. E os benefícios que possam auferir somente serão concebidos se

dentro daqueles destinados aos demais associados.

Havendo a exclusão de benesses, os cargos serão disputados por elementos simpáticos à causa coletiva, fazendo com que a escolha ocorra com tranquilidade. E as campanhas serão simples, sem demagogias e sem gastos excessivos, o que evitará que os candidatos, sem meios para arcar com essas despesas, procurem no cargo um jeito de conseguir cobri-las, desenquadrados estatutariamente.

Em conseqüência haverá maior rotatividade de gestores pelo desgaste do exercício das funções, fazendo com que acabe o frenesi da superposição de cargos e as sucessivas reeleições - tornando desnecessária a consulta ao CANAEL, hoje imprescindível.

Estes são os parâmetros ideais para o bom funcionamento de uma associação moderna e eficiente. E é nisto que vamos basear a criação e existência da AAPPREVI, com a ajuda de Deus.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 24/01/2010.

PREVIC salve-se quem puder!

Caros Colegas

Agora é irreversível. A criação da PREVIC é fato consumado e sua Direção já foi escolhida beneficiando apaniguados contumazes - sem conter em seu bojo nenhum aposentado sério, destituído de benesses.

Os nomes contemplados pertencem ao PT e seus aliados como era de esperar, afinal, como apregoa o enunciado do Órgão, sua função é monitorar o bilionário patrimônio dos Fundos de Pensões – leia-se Previ.

O inusitado nisso tudo é que os próprios fundos arcarão com a manutenção, aí incluídos todos os ônus inerentes e sem nenhuma ingerência. Ao contrário do que seria lógico, pagam para se aborrecer. Eles pagarão para que o Governo interfira no uso do patrimônio que pertence aos seus milhares de aposentados e pensionistas filiados - que amealharam suados tostões para dar brilho à jóia da cobiça.

A ordem é que os Fundos se mantenham passivos sob o tacão fiscalizador e ditador de normas quanto à destinação e uso do seu patrimônio, que corre o risco de ser assaltado, consumido e dizimado. Deixando, deste modo, aposentadorias e pensões desamparadas pela destituição do montante construído.

Muito antes de este Órgão vir à luz, o Banco do Brasil vem fazendo uso dessa prerrogativa que ele mesmo fabricou, sem amparo legal e sem contestação com ressonância jurídica. Imaginem agora, sob o manto da Previc, do que será capaz. Até aqui apropriou em seu balanço mais de cinco bilhões de reais da PREVI. Há como calcular como será doravante?

Se essa aberração chamada PREVIC for examinada sob a ótica da Lei encontrará amparo para declaração de sua inconstitucionalidade. Encontraria, melhor dizendo, pois no País do PT a Constituição Federal muitas vezes é vilipendiada impunemente. Muita coisa é feita à socapa, sem interferência da Justiça que faz jus à máxima que a identifica: ela é cega.

Deus salve a PREVI!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 27/01/2010.

Último suspiro!

Caros Colegas.

Agindo como um náufrago que se apega à tábua de salvação, lanço este desesperado apelo a todos os simpatizantes do Previ Plano 1 - e demais colegas aposentados e pensionistas do BB.

Por tudo que se vê à volta do patrimônio da PREVI delineado em atos e atitudes - e não mais às escondidas - urge a tomada de posição por parte de quem possa articular movimento em defesa do NOSSO patrimônio. Por dever e por direito essa hercúlea tarefa precisa ser encetada por uma, ou por todas as associações de aposentados e pensionistas do Banco do Brasil.

Por isso, necessário se faz que alguma coisa ocorra para despertar os brios dessa gente valorosa para que venha mostrar o seu valor.

Em princípio essa incumbência cabe à FAABB que, para fazer jus à sua abrangência, deve indicar os nomes com assento à mesa de negociações direcionadas, num primeiro momento, à questão do superávit.

Se nossa intrepidez for merecedora de ocupar um espaço nesse contexto precisamos correr contra o tempo, formando o quanto antes nossa AAPPREVI.

Se esse for o caminho, pouco falta para atingirmos o objetivo.

Também, se merecermos levantar a questão da unificação de argumentos num só sentido, comungando interesses e engrossando a corrente inconformada com os rumos previsíveis das investidas que se teme, essa é nossa chance de nos inserirmos nas conversações que se delineiam.

Assim sendo, lanço este último apelo aos Colegas que possam aquilatar o momento em que vivemos, para que venham em socorro às necessidades existentes para composição do quadro favorável à fundação da nossa associação. E isto precisa ocorrer em tempo hábil para oferecer capacitação à inclusão nos quadros da FAABB para, assim, pleitear representatividade em reuniões que sejam agendadas em presença do BB e da PREVI, nas discussões de assuntos do interesse dos participantes do PB1 - alvo principal da atuação da associação que pretendemos.

Na posição atual, ou contamos com adesão de Colegas à assembléia de fundação, ou estamos fadados a “perder o bonde da história”.

Ou registramos nossa AAPPREVI agora ou teremos que correr atrás do prejuízo depois. Também, uma vez consolidada partiremos para vôos mais altos que os aqui propostos. Vamos impetrar ações judiciais, encetar chamamentos, movimentos, apelos aos congressistas, publicações... Não conheceremos limites para nossas ações, com o apoio de todos.

Por favor, inscrevam-se enquanto é tempo, senão perderemos a grande chance de participar dessa história.

Para fazer parte da direção da AAPPREVI não é necessário comprovar escolaridade – basta justeza de caráter e isenção no CANAEL.

Os contatos disponíveis são:

aapprevi@aapprevi.com.br
contato@previplano1.com.br
cadastro@previplano1.com.br
marcosmca@yahoo.com.br
gilfortal@yahoo.com.br

Grato.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 28/01/2010.

Desagregando?

Colega Isa Musa de Noronha.

No seu comentário recém publicado, há um erro grosseiro na afirmativa generalizada de que “para ser reconhecida, uma Associação tem de ter mais de dois anos de existência”, pois não é o que diz a Lei que trata da criação das Associações como a nossa AAPPREVI:

“Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002:

Art. 40. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.”

No modo em que sua declaração foi colocada pode direcionar ao desestímulo na participação associativa.

E isto não condiz com o espírito agregador que tem enaltecido aqui no Blog.

Por isso, peço fazer a ressalva devida, até para salvaguardar o bom relacionamento até agora existente.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 31/01/2010.

Isa Musa - Desculpa esfarrapada

Prezado Valentim.

Sei da simpatia que nutre pela colega Isa Musa para vir em sua defesa, o que respeito.

Entretanto, acho insuficientes essas explicações. Gostaria de ter no papel a exigência do Banco, afinal, um normativo não pode se sobrepor à Lei. Não me convence.

De igual modo não aceito as desculpas da Isa Musa de Noronha, de modo tão simples como se estivesse tratando de uma coisa banal. É grave o erro em que incorreu.

De se notar as dificuldades que aqui enfrentamos para convencer colegas da oportunidade de criação da AAPPREVI. Se não bastasse, vem ela jogando “um balde de água fria” na validade do trabalho, alegando que nossa associação somente terá representatividade daqui a dois anos. E tudo isto sem um menor fundamento. Nós somos assessorados por Advogados e Contadores que têm nomes a zelar, somados a dezenas de colegas, como você, que entendem do assunto. Além do mais, não estamos aqui para cuidar de vaidades ou aleivosias. Ela precisa entender que a afronta foi dirigida a milhares de homens e mulheres de bem – que confiam em mim.

Agora vem com um arrazoado inconsistente citando Leis que nada têm com a história escabrosa que ela criou.

Exijo mais que isto, por respeito aos participantes do Blog que estão sendo tratados como idiotas. De minha parte já estou acostumado com essas investidas com segundas intenções.

Espero, da parte dela, reparação condizente com o peso da nota irresponsável que me fez publicar.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 01/02/2010.

Chegou a hora!

Caros Colegas.

Para evitar desgaste maior com os sucessivos e infrutíferos pedidos de adesão, comunico-lhes a publicação do Edital de convocação para a Assembléia de constituição da nossa tão esperada AAPPREVI, a realizar-se no dia 10/02/2010. No link abaixo constam o dia, a hora e o local do evento, conforme recorte do Jornal Gazeta do Povo, de Curitiba (PR), datado de ontem.

http://www.aapprevi.com.br/documentos/pdf/edital_fundacao.pdf

Valeu a pena!

Caros Colegas.

A AAPPREVI nasce sob a garantia do sucesso. A primeira diretoria tomará posse com a certeza de que o caminho foi sedimentado para facilitar seu trabalho. E encontrará prontos dois contratos para serem firmados sob sua aprovação.

O competente e tradicional “R.Assolari Assessoria Contábil” que nos orientou até aqui, continuará a nos prestar serviços com acompanhamento permanente na sua área. Também, a “Advocacia Almeida Brito Advogados Associados” nos prestará assessoramento jurídico com o concurso de vasta experiência nos assuntos da Previ, do Banco e da Cassi, além dos outros campos do nosso interesse. As propostas para contratação serão oportunamente divulgadas, para apreciação, antes de formalizados os compromissos.

Tudo isto sem ônus adicionais para o associado que pagará, apenas, R\$ 10,00 de mensalidade – a menor dentre todas as cobradas por Associações do gênero no país, sendo que as custas de ações patrocinadas estarão incluídas nesse valor. Vale salientar que isto será possível pela economia que a ausência de sede num primeiro momento acarretará, além do que, estando a contabilidade e a área jurídica protegidas por contratos de prestação de serviços (amparados nos valores arrecadados), não haverá porque se temer o advento de outras despesas, somente assumidas se enquadradas na alçada financeira.

Esses Escritórios especializados permitirão minimizar custos operacionais com empregados, equipamentos e instalações, somados à certeza de que ninguém do corpo dirigente receberá salários. E estarão desprovidos de mordomias e benesses - acrescido do fato de que seu desempenho será exercido em suas residências. Por isso os dez reais pagos pela mensalidade serão suficientes para assistir o associado no que se propõe a AAPPREVI.

Para viabilizar esse intento, precisamos contar com um bom número de adeptos e para angariar sua simpatia não oferecemos presentinhos ou outras “iscas” da espécie. Oferecemos nossa disposição de trabalho honesto e responsável.

A partir de agora você já pode fazer parte desse grupo promissor que começa a crescer. Lembrando que nos 30 dias iniciais serão considerados sócios fundadores todos os que aderirem no período, de acordo com o Estatuto.

O compromisso do pagamento será por débito em conta, para resguardar a margem consignável e desburocratizar o pedido de exclusão, caso o associado não se satisfaça com os serviços prestados, em algum momento.

Associe-se:

http://www.aapprevi.com.br/formularios/formulario_cadastro.htm

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 04/02/2010.

AAPPREVI - Associe-se

Mensalidade nota \$10

Ações Judiciais

Caros Colegas.

Sem perda de tempo, pretendemos ingressar com Ação Judicial que contemple os associados, tão logo capacitados para tal. Essa demanda deverá sair do rol de consultas empreendidas, devidamente amparadas por parecer jurídico fundamentado.

Como meio de agilizar o processo pedimos participação através da enquete ao lado, contendo três sugestões de voto. No entanto, nada impede ao votante manifestar seu interesse por outras opções, registrando sua opinião nos comentários do Blog.

O resultado desta consulta não terá caráter definitivo. Mas será determinante na tomada da decisão, após analisado com o objetivo de direcionar benefícios à maioria dos associados.

Para votar não precisa ser associado.

Para ingressar na AAPPREVI acesse o link:

<http://www.aapprevi.com.br>

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 05/02/2010.

Elemento complicador

Caros Colegas.

Acabo de ser atropelado por ameaças verbais vindas de suposto representante de associação de aposentados.

Usando o número do meu telefone residencial e identificando-se como Wilson Previde, representante AAFBB nesta Capital, destinou-me ameaças – algumas, veladas, outras nem tanto.

Sem permitir que se formasse um diálogo civilizado, e sem me deixar falar disse, atropeladamente, mais ou menos o que se segue:

“Soube, pela Gazeta, que você está querendo fundar uma associação. Quero lhe dizer que já temos associações demais e você está querendo é tumultuar. Você não me conhece – sou Wilson Previde, representante da AAFBB daqui, da qual você também é sócio (disse ser representante de mais uma associação cujo nome não gravei) - e quero que você venha aqui para conversarmos: anote meu endereço (citou o endereço da AAFBB com seus telefones). E continuou. Você não passa de um aventureiro golpista que vem lá do interior de S.Paulo querendo se dar bem, botando banca. Está agindo como os portugueses que aqui chegaram à época dos índios pensando que isto aqui era terra de ninguém. O Paraná tem dono, você não vai fundar coisa nenhuma... venha aqui falar comigo”. Seguiu emitindo ameaças num tom agressivo que continuou num crescendo, até que desliguei o fone.

Por isso, colegas, a reunião será feita a portas fechadas, com acesso permitido a tantos quantos queiram participar, mas mediante identificação à entrada que terá segurança ostensiva. O transcurso será como anunciado e essa medida se faz necessária porque não conheço ninguém dos que confirmaram presença – exceção feita ao colega Gilvan Rebouças. Todos hão de convir que não posso expor meus convidados à sanha de destemperados.

O endereço e tudo o mais permanece inalterado.

E a AAPPREVI será fundada, com a proteção de Deus.

www.aapprevi.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade - Curitiba (PR) – 08/02/2010.

AAPPREVI existe!

Caros Colegas.

Há exatos 12 minutos nasceu a AAPPREVI. Somente ao término da assembléia conseguimos “quorum” suficiente para compor a diretoria e fechar a lista de presença. Tudo transcorreu sem incidentes e, na presença do Dr. José Tadeu de Almeida Brito, advogado que nos assessorou, foi lido o Estatuto que, após aprovado, deu margem à aclamação da Diretoria Executiva e demais membros.

Agradecemos a todos pela torcida favorável e, em especial, às preces que nos envolveram de proteção e carinho.

A partir de agora teremos voz para dar volume aos sussurros que mal saiam de nossas gargantas. Aguardemos a consolidação dos trâmites burocráticos para iniciarmos os trabalhos que nos esperam, e que são muitos.

Deus nos trouxe até aqui. E a partir daqui nos entregamos em Suas mãos.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) - 10/02/2010.

Primeira Diretoria

Caros Colegas.

Abrandadas as tensões e ultrapassado o obstáculo maior, reconheço que devo uma satisfação aos Colegas que nos acompanham. A expectativa existente em torno da assembléia e pela divulgação de nomes é justa e merece atendimento.

A fundação da AAPPREVI consolidada na assembléia lhe dá capacidade para início de atividades como tal. No entanto, a personalidade jurídica somente estará consolidada depois de cumpridos todos os trâmites burocráticos, já iniciados, como Registro em Cartório, obtenção do CNPJ, inscrição no Ministério da Fazenda, etc.

Por tudo isto, ficou decidido que manteríamos fora de divulgação os nomes escolhidos até que sejamos, efetivamente, uma sociedade de fato e de direito. Oportunamente todos os detalhes merecerão divulgação, acompanhados dos destaques devidos.

Para superar a frustração gerada, podemos dizer que todos já trabalham de comum acordo na obtenção da legitimidade para ter o que apresentar aos associados – presentes e futuros – relativamente às metas instituídas e como serão atendidos os pleitos advindos.

Também não haverá cerimônia de posse. Primeiro porque há membros de várias localidades e dentro da política de encurtar despesas não se gasta dinheiro com passagens e festividades (até porque ele não existe). Em segundo lugar porque precisamos preservar a saúde dos nossos “jovens” dirigentes. Não foi fácil convencê-los e não é recomendável que se refestelem com brigadeiros e refrigerantes, pois não queremos fabricar pensionistas. Ao contrário, precisamos preservar as que existem (que não são poucas), abandonadas pelos holofotes do Banco e das Entidades que deveriam defendê-las.

Também, não sei se teria forças para recomençar outra estafante campanha do tipo desta. Nunca mais me meto a fundar associação – nem que seja para defender os direitos de papas aposentados (conhece algum?).

Uma certeza lhes dou: este Blog continuará operando nos mesmos moldes para servir de suporte à AAPPREVI: acolhendo comentários, sugestões e cuidando das informações do interesse de todos, principalmente com relação às ações Judiciais que nos afetam.

Agradeço sinceramente, em meu nome e no de todos os envolvidos no projeto, pelas mensagens recebidas, públicas e particulares, e pediria até que moderassem elogios e agradecimentos, pois não estou mais na idade de derramar lágrimas a cada vez que abro um e-mail.

Recomendo que direcionem seu poder de comunicação para nossa maior carência: conseguir novos sócios.

Grato por tudo e bom carnaval, com moderação. Nossa longevidade pede descanso com atividade saudável - física e espiritual. Afinal, não devemos abreviar o encontro com o Criador.

Deixemos isso a Seu critério.

Associe-se: www.aapprevi.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba – 11/02/2010.

A Pensionista

Caros Colegas.

O natural sentimento de proteção à família nos leva a causar-lhe um irreparável dano após nossa morte. Presos a certos conceitos machistas, ilusoriamente acobertados sob o mito protecionista, muitos de nós mantemos nossas companheiras atreladas ao fogão e à máquina de lavar com os filhos à sua volta - também sob o pretexto de que lugar de mulher é cuidando da casa e dos filhos, enquanto que nós temos que ir à luta encarar o batente para lhes proporcionar conforto e segurança.

Muito embora as cerquemos de carinho e mimos quando presentes, é na ausência que vamos minando o terreno fértil da capacidade feminina para enfrentar adversidades. Nós as impedimos de exercer o aprendizado da autoproteção para desafiar os perigos do estado da viuvez indesejada.

Em casos assim, quando um de nós falece deixa uma viúva despreparada para vencer o mundo que existe fora do lar. Um mundo desconhecido e hostil, que ela imaginava pronto para recebê-la com sorrisos em reconhecimento ao respeitado esposo que o habitava com altivez, enquanto aposentado do Banco do Brasil.

Já na condição de “pensionista” ela recebe o impacto da nova vida; o salário do falecido, que antes dava para tudo, é reduzido a 70/80% do valor, e para manobrar o orçamento não conhece o jogo de cintura que permite pagar as contas determinando prioridades - com as relações de todo dia 20 – fazendo a separação de contas a pagar e contas a pagar mesmo!

Com o dinheiro curto recorre ao gerente da agência, “amigo” do ex-titular da conta. Lá é recebida como ave de mau agouro, ninguém dela se aproxima. O próprio gerente a recebe com indiferença empurrando-a em direção ao “setor competente” onde, também, se sente repudiada, mesmo como cliente. Lembrando que tinha orgulho do marido nas poucas vezes em que o acompanhava, pelo tratamento “vip” que lhe era dispensado, fica sem entender o motivo da mudança de comportamento. Esquecem esses gerentes que têm em casa uma pensionista em potencial, que talvez um dia se coloque nessa posição.

Pela expectativa média de vida, a mulher brasileira é mais longeva que o homem. Normalmente ele se vai antes. Mas nós não nos damos conta do que isto representa e depois do acontecido já é tarde para qualquer conserto, que não nos cabe fazer, logicamente.

Em que pese tudo isto a viúva sai da agência com o problema “resolvido”. É-lhe destinada uma “excelente” linha de crédito previamente autorizada: CDC, cheque especial, cartão de crédito, adiantamentos, etc. Tudo muito simples, para sacar quando precisar. Mas o “ex” não a instruiu em vida acerca dessa armadilha. E ela passa a precisar todo mês para complementar o minguido líquido do contracheque. E assim vai se endividando paulatinamente até que se insere no submundo dos inadimplentes.

E conhece o inferno dos endividados. O Banco é cruel e não dá bolas para suas súplicas, comendo sua pensão tão logo entra na conta. Os antigos amigos se afastam e suas esposas a ignoram, pois esposa é uma coisa e viúva é outra “coisa”, no exato sentido da palavra, para muitos.

Caros colegas pensem no assunto. Ainda é tempo de preparar o futuro de nossas “pensionistas” com orientação segura. Façam isto e contem com o auxílio da AAPPREVI. Há por aí cartilhas ensinando como cuidar das coisas boas que o morto deixou: seguros, aplicações, bens, etc. Mas nenhuma ensina a ser pensionista perante o Banco, nem como lidar com a Previ e a Cassi nessa condição. Nenhuma cartilha é tão importante que dispense a orientação do principal personagem, enquanto vivo.

Por sorte, ao formarmos nossa associação tivemos a felicidade de eleger uma pensionista para cuidar de suas colegas – atuais e futuras. A área sob o comando da dirigente estará apta a ajudar esse segmento de nossos associados, ouvindo seus reclamos e orientando sobre um universo a que todos fazemos vista grossa, como se fôssemos eternos. O sigilo no atendimento será absoluto e a ajuda palpável, dentro do possível.

Creio que “nunca na história deste país” uma PENSIONISTA ocupou um cargo na direção de associação de aposentados e pensionistas do BB. Mas agora o clube do bolinha teve a porta escancarada – “meninas” também entram.

Conte conosco. Associe-se: www.aapprevi.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 12/10/2010.

Filiação

Caros Colegas

Ninguém precisa desligar-se de suas Associações para ingressar na AAPPREVI. Partamos do princípio de que nosso atual orçamento será onerado em apenas dez reais com a inscrição e, num exercício de comparação, vamos aproveitar este dia 20 para examinar o contracheque do mês, fixando a atenção no líquido dos proventos. Com esta visão, basta avaliar o quanto significa abater dali essa nova mensalidade e perguntar-se: valerá a pena? A resposta é tão simples quanto a pergunta: só pagando para saber. Lembrando que é mais fácil filiar-se à nova associação do que desvincular-se das antigas.

Também, se não bastassem esses argumentos há, ainda, a certeza de que a qualquer momento será possível cancelar a autorização de débito, fazendo retornar ao sacrificado orçamento a quantia reservada para despesas futuras.

Cada um de nós, ao empenhar a palavra dada num compromisso de filiação o faz por acreditar no que nos oferecem. E se permanecemos até hoje atrelados a esse compromisso é porque ainda esperamos algo como retorno pelos anos de pagamentos de mensalidades seguidas. Ademais, não será com a desculpa de que o orçamento está sobrecarregado que vamos receber tudo que pagamos até hoje. O máximo que conseguiremos virá daqui para frente, com a desvinculação, o que nos recomenda refletir se é válido apagar todo um passado de expectativas pela troca de uma promessa.

Mesmo que essa promessa esteja fadada ao sucesso pelo que vem se constituindo, nunca é prudente trocar o certo pelo duvidoso, diz a sabedoria popular.

Então, por que não fazemos tentativa direcionada a um crédito de confiança á AAPPREVI?

Deixando inalterado o quadro associativo atual, vamos preencher a ficha de filiação sabendo que esses dez reais somente serão descontados juntamente com outros de um bom número de colegas que, igualmente, optaram por esse voto de confiança. Nesse sentido posso adiantar, de fonte segura, que o comando do débito somente será dado quando compuser provisão suficiente para ser usada, de imediato, para beneficiar a totalidade dos sócios iniciais - com ações concretas e palpáveis. Significa afiançar que após o primeiro pagamento já haverá resultados positivos a contabilizar.

Para filiar-se dá um pouco de trabalho: há que se preencher todo o formulário. Já para cancelar o débito basta um lacônico comunicado: cancelo a autorização.

Portanto, por acreditar que num futuro próximo estaremos pagando por benefícios possíveis, deixemos para depois avaliar a oportunidade e conveniência de tudo que pagamos até hoje. E sua continuidade, ou não, fica para decisão posterior.

Associe-se acreditando que tudo dará certo. Depois de descontada a primeira mensalidade faça uma avaliação. Se achar que não valeu a pena cancele a autorização de débito, sem esperar pelo próximo dia 20.

Se essa improvável hipótese se confirmar você terá perdido apenas dez reais que investiu na compra de um sonho bom. Bom também para muitos que contam com a sua colaboração.

Associe-se: www.aapprevi.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 20/02/2010.

Valmir Camilo e Ivo Evangelista

Caros Colegas.

Preocupado com a repercussão que está tomando a citação da AAPPREVI em declaração/denúncia que circula na internet, apresso-me em esclarecer que a Associação não tem nenhum envolvimento nesse episódio.

Mediante distribuição de mensagens virtuais aos seus amigos, contendo pedido de repasse em formação de cadeia multiplicadora, o colega aposentado José Domingos (advogado militante em Brasília) tornou público manifesto acusatório envolvendo o nome do também advogado Valmir Camilo e do seu parceiro de profissão Ivo Evangelista. O surpreendente resultado já atingiu minha caixa de correio onde, até o momento, registrei dezoito e-mails indagando sobre o grau de participação da nossa Associação, ou coisas do tipo. Algumas dessas mensagens trazem anexos vinculados à carta, propositalmente inseridos com a intenção de dar credibilidade às acusações, o que não nos cabe avaliar.

É oportuno esclarecer que o cerne da questão envolve questionamentos acerca da troca de advogados na condução de processos patrocinados pela ANABB, em favor de seus associados.

A recém eleita diretoria da AAPPREVI, consultada, recomendou que me abstinhasse de tecer comentários nesta coluna a respeito da perturbadora notícia.

Todavia, peço vênias para discordar dessa orientação em respeito à coerência da minha independência na condução deste espaço, aliada ao fato de que a fidelidade dos visitantes do Blog merece ser respeitada, pois o maior atrativo para as visitas é creditado à total isenção de amarras que pauta meu trabalho voluntário.

Nada obstante, vale ressaltar que a simples citação do nome da nossa Associação não implica, necessariamente, no seu envolvimento em qualquer querela do gênero.

Acontece que o autor da carta, ao recomendar no fecho do arrazoado a adesão dos seus seguidores à AAPPREVI, manifestou sua simpatia à causa, acredito, visto que ele mesmo já havia feito sua inscrição antes de tornados públicos os presentes acontecimentos.

Com relação ao conteúdo do texto em evidência, envolvendo disputa entre advogados, é bom lembrar que o imbróglio não diz respeito à nossa Associação, até porque não nos cabe ingerência nos assuntos das demais Entidades, obviamente. Acrescente-se o fato de que as ações judiciais interpostas são de inteira responsabilidade dos envolvidos – mandantes e mandatários, com isenção participativa externa. Também, do mesmo modo que não aceitamos interferências nos nossos assuntos, temos que respeitar a reciprocidade de tratamento neste particular, sob pena de violação de direitos privados.

Com estes esclarecimentos, espero estancar o assédio inquisidor que tomou conta do meu endereço, assim como lembro que deve ser respeitada a determinação da AAPPREVI em se manter dissociada da participação em disputas da espécie.

Conheça o CANAEL: www.canael.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 24/02/2010.

Nota Conjunta

Caros Colegas.

De nada adianta divulgar notas esparsas condenando os abusos e desmandos perpetrados sistematicamente contra o patrimônio da PREVI. Essas investidas espúrias estão acobertadas por falsos argumentos que ludibriam a Lei e a opinião pública, mas, está comprovado que o impacto causado por denúncias é insignificante, pois repousa restritamente no seio dos leitores do autor e do veículo em que ocorre a propagação. Enquanto não se adotar uma linha de conduta massificada, com a união de pensamentos e atos vindos do conjunto dessas mentes privilegiadas - detentoras da capacidade de convencimento para esclarecer e cobrar providências - permaneceremos nesse marasmo improdutivo que somente beneficia os segmentos aproveitadores. Essa temerária situação se evidencia notadamente no momento atual, em que se inicia a corrida para ocupação do poder central da República, bem como da Direção da Previ, guardiã do invejável patrimônio de que se trata.

Nomes acreditados compostos por colonistas de renome, dirigentes de associações e muitos outros, poderiam fazer uso dos seus conhecimentos e posições na sociedade para editar uma nota conjunta, com enfoque de repúdio ao uso político da Previ, notadamente do patrimônio do seu Plano de Benefícios nº 1.

Esses nomes seriam compostos por articulistas, dirigentes de associações, aposentados, pensionistas e quantos enquadrados no rol de capacitados para a missão. No conjunto seriam desprezados adjetivos qualificativos indicadores de ideologias, partidarismos, facções políticas ou religiosas, e aí repousaria a credibilidade da denúncia, pelo conjunto dos seus mentores – ***vox populi vox Dei***.

Essa nota seria redigida por um desses notáveis e distribuída aos demais para apreciação com avaliação crítica e acréscimos ou reduções devidas, após o que retornariam essas cópias ao responsável pela unificação dos enxertos para composição final. Somente então mereceria o aval definitivo de todos para o uso que se pretende. Isto é, publicação nos sites e blogs das Associações de aposentados do BB e remessa aos poderes competentes na adoção de providências (OAB, CNJ, AMB, CNBB, Câmara e Senado Federal), além do envio aos presidenciais e, por fim, publicação em jornal e revista de grande circulação no País. Tudo simultaneamente.

As despesas decorrentes seriam rateadas entre as Associações e Federação, em montante proporcional ao seu poder de aglutinação de sócios. A centralização dos trabalhos ficaria a cargo da FAABB, na pessoa de sua Presidente Isa Musa de Noronha, pela sua reconhecida liderança e facilidade de comunicação com as Associações dos nossos aposentados espalhadas pelo território nacional.

E os nomes encarregados da meritória tarefa poderiam ser compostos, dentre outros por:

Aldo Alfano, Antonio Fausto do Nascimento, Carlos Valentim Filho, Fernando Tollendal, Gilberto Santiago, Isa Musa de Noronha, José Anchieta Dantas, Jorge Teixeira, Marcos Coimbra, Nereu João Lagos, Raul Avellar, Roberto Abdian, Roberto Tiné, Ruy Brito, Sérgio Faraco...

Esta proposta é feita com o intuito de pôr fim às bárbaras manipulações prejudiciais ao patrimônio do PB1, cujos participantes assistem impotentes ao perigoso desbaste da poupança garantidora de sua inatividade assistida.

Desde já este Blog coloca-se à disposição de quantos queiram abraçar esse direcionamento. As adesões podem ser dirigidas para marcosmca@yahoo.com.br ou www.faabb.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 25/02/2010.

Use o CANAEL!

Caros Colegas.

O que leva uma pessoa assoberbada de tarefas impostas pela ocupação de cargos, em associações de aposentados e Entidades outras, a tentar eleger-se para mais um posto?

Será por espírito filantrópico ou aí se esconde a busca de enriquecimento?

E quando essa pessoa é detentora de aposentadoria garantida, muitas vezes de dupla origem (pública e privada) e a idade já pesa para o desempenho de tarefas e deslocamentos? E quando paira a suspeita de que nos cargos ocupados percebe polpudos salários e conta com mordomias nababescas?

Some-se a tudo isto a suposição de que em suas múltiplas funções todo o seu tempo já é ocupado no cumprimento das obrigações inerentes. Esses fatos não merecem reflexão?

Vale ressaltar que para dirigir uma única Entidade o indivíduo necessita dedicar-se com afinco sob pena de incidir em comportamento desidioso, aliado ao fato de que, para ser um bom administrador fará das tripas coração para conciliar duas coisas: o exercício da filantropia e a assistência ao lar. Também, para trabalhar de graça em diversos cargos precisa de boa renda para manter serviçal que o substitua no desenvolvimento das tarefas domésticas, que lhe estão afetas como cidadão comum. Se não bastasse ter que cumprir, ele mesmo, obrigações pessoais impossíveis de delegação a terceiros - dar assistência à esposa, filhos e netos, por exemplo, que, apesar de prazerosas tomam um tempo imenso.

Para se desdobrar no cumprimento de todos esses quesitos somados ao desempenho dos cargos eletivos ele tem que se transformar num “Ted Multiple” do meu tempo, ou num “The Flash” atual ou, ainda, num onipresente “Mandrake” - ocupando espaços variados simultaneamente.

Como esses personagens são fictícios resta-nos uma dúvida para explicar a possibilidade dessa atuação multiplicada: ou o verdadeiro incorporou algum desses irreais personagens, ou o real é simplesmente um embusteiro que não exerce nenhuma dessas funções a contento, e só visa locupletar-se com vantagens materiais. Olho nele, pois nunca na história de nossas Entidades alguém conseguiu desempenho exemplar, nessas condições.

Com a atenção fixada nas chapas que estão a surgir, e para defender nossas Entidades, é bom examinar os nomes à luz do CANAEL.

No caso presente ele é o melhor remédio e não tem contra indicação.

Para garantir a eficácia do tratamento basta seguir o que prescreve sua “bula”.

- Estando no CANAEL, não vote!

www.canael.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 28/02/2010.

Esclarecimentos oportunos

Caros Colegas.

Para evitar mal entendido, sinto-me inclinado a prestar alguns esclarecimentos aos seguidores deste Blog, notadamente a todos que através dele acreditam na missão da AAPPREVI e a ela estão se filiando.

Este Previ Plano 1, juntamente com o CANAEL, são criações independentes e hoje prestam suporte à Associação que nasce por puro idealismo, e estão apartados entre si. O compromisso que os une à AAPPREVI tem cunho moral salutarmente empenhado no intuito de bem servir ao público que os acessa e que hoje é responsável pelo direcionamento que tomaram estes trabalhos. Ademais, a agressiva linha editorial que adoto não pode ser imputada à Associação, por motivos óbvios.

A responsabilidade pela condução desses dois espaços me cabe inteiramente, pois os criei individualmente sem ajuda ou vínculo externo, do mesmo modo que os mantenho imprimindo fidelidade aos meus princípios – sozinho e independente.

Criei o Previ Plano 1 no dia 26/09/2009 com o post “Um novo tempo”, inspirado na revolta pelo descaso com que me sentia tratado pelos Órgãos máximos, responsáveis pelo atendimento à minha condição de aposentado.

Já o CANAEL nasceu no dia 20/11/2009, com o post “Operação CANAEL!”, e foi inspirado na pouca vergonha que reputo ser a dança de cadeiras entre dirigentes de associações e Entidades outras, que se arvoram no direito de cuidar dos assuntos inerentes à classe em que me incluo – aposentados e pensionistas da Previ.

A credibilidade alcançada por esses dois trabalhos (PreviPlano1 e CANAEL) me levou à necessidade de fundação da Associação, também por iniciativa individual e sofrido empenho para que alcançasse o êxito de que desfruta, com a graça de Deus. Se hoje conto com a inestimável colaboração de colegas próximos, no início foi bem diferente, mas nem por isto houve relaxamento no meu empenho em servir à causa e primo em não desrespeitá-la.

O Previ Plano 1, inspirado no Blog da Cecília, à época, se presta ao congraçamento entre colegas e os posts que publico não representam, necessariamente, a opinião da AAPPREVI. Nem poderia pelo caráter de isenção de vínculos.

O CANAEL, para cumprir sua finalidade, necessita ser atualizado sempre que ocorra alguma movimentação dos nomes, com a informação da fonte originária da mudança por inclusão ou exclusão. Essa citação se faz necessária porque respondo pela precisão das informações pertinentes, sob pena de incidir em crime de calúnia e difamação.

Com data de hoje, inseri um link direcionando notícia veiculada no site da ANABB onde consta movimentação de nomes de dirigentes de suas empresas, inseridos no CANAEL. Esse registro não pode ser confundido com conotação de apologia à desacreditada associação, nem se presta à idéia de afronta aos seguidores do blog ou aos atuais e futuros sócios da AAPPREVI.

(Estes esclarecimentos contemplam o teor do comentário inserido hoje no post “A AAPPREVI Existe!”).

Associe-se à AAPPREVI: www.aapprevi.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba 03/03/2010.

Por Deus, conseguimos!

Caros Colegas.

Como um arauto da esperança, este post anuncia ao mundo que a AAPPREVI está regulamentada como Entidade de fato e de direito.

Sua certidão de nascimento foi emitida.

Ela foi lavrada, carimbada, assinada, datada e numerada. Contém todas as siglas e números oficiais que lhe dão fé pública.

A partir deste dia nenhum cético desprezível poderá chamá-la de entidade quase fantasma. Detratores deste quilate terão que se dobrar à pureza de propósitos que ela encerra, e à ansiedade dos seguidores que nela acreditam.

Deus permitiu que todos os obstáculos fossem superados. E para servi-Lo no conjunto dos associados, a AAPPREVI se apresenta como a materialização de um sonho.

Embora representada no endereço virtual, este passa a ser a casa de todos os que buscam conforto, amparo e apoio para mitigar os sofrimentos impostos por poderosos e insensíveis falsos protetores, escondidos sob a capa de siglas que já foram sinônimos de benfeitores: BB/PREVI/CASSI.

De agora em diante um grupo de voluntários dedicados estará à disposição dos aposentados, pensionistas e demais assistidos do Plano de Benefícios N° 1, da PREVI. Eles se juntam a outros com propósitos iguais que, também à frente de associações distintas, cumprem a tarefa de bem servir.

Caro colega, mesmo não tendo uma sede para recebê-lo, a AAPPREVI existe e está atendendo no endereço virtual, que não paga aluguel.

Venha usufruir do espaço que ajudou a criar.

Pode entrar, a casa é sua.

www.aapprevi.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 06/03/2010.

AÇÃO JUDICIAL DE GRAÇA!

Caros Colegas.

Em que pese a preferência apontada no resultado da enquete promovida pelo Previ Plano 1, cujo encerramento se deu no dia 21/02, verificou-se que a abrangência da proposição (Impedir as apropriações...) já tem a ação judicial aventada por grandes Associações com recursos suficientes para bancar as despesas. Além do mais, este tipo de demanda judicial contempla todos os participantes e assistidos do Previ Plano 1, independentemente de quem a patrocine e a abrangência do resultado esperado atingirá favoravelmente a todos, não importando sua filiação a esta ou àquela agremiação. Pagando ou não honorários, neste caso basta uma única associação impetrar a ação para estar defendendo o conjunto, seus sócios ou não. Por esta razão, deixamos às ricas associações o cumprimento do prometido e a elas seremos solidários se convocados, e de acordo com nossas possibilidades.

Descartada a opção vencedora na enquete, passamos o primeiro lugar da preferência para o benefício Renda Certa que merecerá atenção com este enfoque, objeto de substancial defesa de implementação, por parte de nossa Assessoria Jurídica.

Paralelamente tratamos da Cesta Alimentação com o intuito de assegurar o início imediato de uma proposição que contemple todos os associados da AAPPREVI, sem acréscimo pecuniário e com reais possibilidades de êxito. Por isso, achamos por bem acatar a orientação jurídica, também nesse sentido, e daremos início imediatamente aos procedimentos legais para impetrar Ação Judicial nesse pleito que já comporta jurisprudência firmada, favorável aos aposentados da PREVI.

De se notar que escritórios de advocacia estão assediando aposentados na nossa situação, oferecendo-se para patrocinar essa demanda mediante pagamento da ordem de R\$ 300,00, valor suficiente para pagar 30 mensalidades da AAPPREVI - que se propõe patrocinar essa mesma Ação sem custo adicional aos seus associados. Isto é, totalmente de graça.

Em resumo: entramos com Ação Judicial que alcança todos os associados, indiscriminadamente, sem cobrar-lhes um centavo além do valor da mensalidade, com dispensa de consulta. Em seguida virá a demanda Renda Certa, já em andamento em suas proposições ao corpo de associados. Esta sim, mediante consulta, também sem ônus para o associado.

Toda esta argumentação está consubstanciada no parecer da nossa Assessoria Jurídica, constante do anexo a este post e contendo orientação para adesão imediata, sem custos, reafirmo. Esse arrazoado, contemplando o assunto Cesta Alimentação, foi redigido na linguagem jurídica pelo Escritório que nos assiste e cujos termos vão por mim avalizados, agora na qualidade de Presidente Administrativo da AAPPREVI. Posteriormente será ventilado o assunto "Renda Certa", seguindo o mesmo raciocínio ora abordado.

Conheça os pormenores da proposição:

http://www.aapprevi.com.br/assessoria_juridica.html

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 11/03/2010.

MILAGRE É SER HONESTO!

Caros Colegas.

Milagroso só no nome. É como me defino. Apesar de levar o nome de batismo de um santo, boa herança dada em vida por meus pais, esta é a única semelhança que tenho com os poderes de fazer milagres. São Marcos, o historiador de Jesus, este sim, venerado santo milagroso que difundiu a verdade sobre a vida do Cristo, até hoje é festejado como aquele que legou ao mundo a história do Salvador, com narrativa honesta.

O único milagre que podem me imputar é o de ter nascido honesto e assim permanecer até os dias de hoje. Quis a vontade de Deus que alcançasse a posição de demonstrar essa qualidade que deveria ser inata a todos os seres humanos. Ser honesto não é título de que alguém possa se ufanar. Ser honesto é obrigação de todos. Em qualquer tempo, em qualquer lugar, em qualquer situação.

Minha iniciação à frente da tão aguardada AAPPREVI está sendo coroada pelo privilégio de estar acompanhado de pessoas honestas, operando de comum acordo.

Com um trabalho voltado ao bem comum, esse pequeno grupo de 10 dirigentes cumpre o juramento feito a si mesmo: usar suas mentes para gerar idéias inovadoras e suas forças para dedicação ao trabalho desinteressado.

Partindo de uma idéia simples, pode-se chegar a resultados gigantescos. Basta ter junto a si quem desenvolva o enunciado do lampejo genial.

Com simplicidade e um pouco de trabalho, conseguimos implantar uma inovação no atendimento aos sócios de entidades representativas de aposentados e pensionistas. Descobrimos o caminho das pedras, pois agora sabemos ser possível direcionar ações judiciais gratuitas a esses carentes e espoliados inativos, que suportam o peso do descaso. Não precisamos ser defensores públicos para distribuir patrocínios gratuitos. Apenas contratamos advogado a preço justo, através de contrato simples e desprovido de segundas intenções mescladas de conchavos dúbios. Sem abas ou rebarbas. Deste acordo não transbordarão comissões ou propinas outras. No bojo do documento apenas dois lados podem usufruir dos resultados: o advogado honesto, que receberá a paga pelos serviços prestados, e os seus representados – aposentados e pensionistas na outra ponta – que se beneficiarão da graça de acreditar na honestidade de desconhecidos.

Lançamos a Ação Judicial gratuita sob o nome de Cesta Alimentação, já em curso na sua inicial. Logo virá a “Renda Certa” nos mesmos moldes, isto é, sem ônus para o associado. Depois outra e mais outra até o limite da nossa capacidade que, sob a proteção Divina, não se esgotará tão cedo. E tudo dentro do pagamento da irrisória mensalidade de R\$ 10,00, debitada a cada sócio. Sustentando que não há milagre nisto.

Nossa Assessoria Jurídica atuará no âmbito nacional, a exemplo da AAPPREVI. Portanto, as Ações Judiciais serão ajuizadas em quantos Tribunais requeiram sua intervenção.

Festeja-se uma primeira vitória dedicada à honestidade. Fazemos votos que esta culmine com resultados materiais para amenizar desconfortos e angústias. E que sirva de exemplo a quem carece da capacidade de ser honesto.

<http://www.aapprevi.com.br>

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 13/03/2010.

AAPPREVI renegada!

Caros Colegas.

O nome da AAPPREVI deve ser evitado.

Esta é uma recomendação paradoxal, pois é notório o entendimento que essa sigla representa para o Blog. Sentimos orgulho em pronunciar-la e defendê-la por sabermos o grau de participação que nos cabe em sua consolidação.

No entanto, neste caso particular recomendamos aos que pretendam participar dos encontros de Resultados promovidos pela PREVI, evitar dirigir perguntas fazendo alusão à associação, pelo fato de que aquela Caixa não reconhece a existência da AAPPREVI.

Nesse esdrúxulo entendimento, a direção da mesa de debates não se furtará à negação pública da associação o que, em acontecendo, sujeitará o postulante a constrangimento perante a platéia. De se notar que entre os presentes haverá elementos que se deleitarão com o ocorrido, no sentido de mofa.

Tudo leva a crer existir deliberado entrave ao reconhecimento da AAPPREVI por parte da nossa Caixa e Órgãos correlatos. Essa suspeita é válida em razão de havermos cumprido rituais básicos com pedidos e direcionamentos no sentido de que se trata.

No dia 06/03/2010, a Associação encaminhou cartas a várias Entidades do âmbito de influência dos seus destinos, entre elas a PREVI, Banco do Brasil, CASSI e FAABB.

Reforçando o entendimento de que tal reconhecimento se faz necessário e é de cabal importância para cumprimento de metas, no dia 15/03/2010, em mensagem de e-mail a AAPPREVI solicitou em caráter oficial à PREVI orientação para os trâmites que deverão ser cumpridos para consolidar a pretensão sem, no entanto, merecer a deferência do atendimento.

Hoje, decorridos dois dias do pleito que poderia ter merecido resposta incontinentemente, este está sendo reeditado nos mesmos moldes. Vale salientar que consulta anterior foi contemplada com presteza em resposta do dia seguinte (apesar de requerer consulta a normas e regulamentos específicos) isto porque envolvia interesse de divulgação por parte da consultada (comentário no post “Milagre é ser honesto”, às 06:51). Para conhecimento de todos e em respeito à verdade, transcrevemos os documentos citados:

Curitiba (PR), 06 de março de 2010.

PREVI – Caixa de Previdência dos
Funcionários do Banco do Brasil
Centro Empresarial Mourisco

Praia de Botafogo, 3° e 4° andares
Botafogo – CEP: 22250-040
RIO DE JANEIRO (RJ)

Senhor Presidente.

Cumprimos o feliz dever de participar a fundação da AAPPREVI (Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI), sediada nesta Capital e criada com a finalidade de apoiar e defender os participantes, aposentados e assistidos do Plano de Benefícios N° 1, da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.

Ao tempo em que reconhecemos a necessidade de ajuda para enfrentarmos os desafios que nos aguardam, colocamos nossos préstimos ao seu dispor para o que possamos desenvolver, também, em sua direção.

Reconhecendo as limitações iniciais acreditamos que nossa capacidade de trabalho voluntário servirá de incentivo à transposição de barreiras, amparados na certeza de que contaremos com a solidariedade de todos que acreditem na honestidade de propósitos que nos norteia.

A difícil missão que nos impusemos em benefício do grupo representado será cumprida progressivamente, pois confiamos em Deus que com humildade, perseverança e apoio Amigo o sucesso será alcançado.

Atenciosamente,

Marcos Cordeiro de Andrade José Gilvan Pereira Rebouças
Presidente Administrativo Vice Presidente Financeiro

AAPPREVI (Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI)
Rua Professor Ulisses Vieira, 864 – Vila Izabel
CEP 80320-090
CURITIBA (PR)

Site: www.aapprevi.com.br Suporte: www.previplano1.com.br
E-mail: aapprevi@aapprevi.com.br contato@previplano1.com.br

Senhor(a) MARCOS CORDEIRO DE ANDRADE

A PREVI confirma o recebimento da mensagem abaixo.
Aguarde nosso retorno em breve.

Gerência de Atendimento
PREVI

Data: 15/3/2010
Tipo: Solicitação

Mensagem: Senhor Presidente,

Pedimos informar quais os procedimentos que devemos adotar para que a PREVI reconheça a existência da nossa Associação e qual a via para encaminhamento da documentação pertinente.

Um associado solicitou cancelamento da inscrição sob a alegação de que essa Caixa informou-lhe não reconhecer nossa Associação, muito embora tenhamos participado a fundação por meio de e-mail.

A Associação dos Participantes, Assistidos e Pensionistas do Plano de Benefícios N°1, da PREVI - AAPPREVI, que também usa o nome fantasia Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI, foi fundada em 10/02/2010 e está registrada no CNPJ sob o n° 11.632.592/0001-80, de 04/03/2010 com Alvará da Prefeitura de Curitiba n° 925.320, datado de 05/03/2010.

Todos os documentos comprobatórios da sua fundação, inclusive o Estatuto estão disponibilizados ao público no site da Associação www.aapprevi.com.br, em formato que permite impressão.

No aguardo de sua valiosa orientação, firmamo-nos, atenciosamente,

Marcos Cordeiro de Andrade
Presidente Administrativo da AAPPREVI

Matrícula: 6808340
Nome: MARCOS CORDEIRO DE ANDRADE
E-mail: marcosmca@yahoo.com.br

Caravana da Alegria

Caros Colegas.

Em função das notícias nada elogiosas veiculadas na imprensa, com insistência invulgar nos últimos dias, a PREVI se apressa em desmentir fatos narrados usando argumentos direcionados aos participantes e assistidos, sob alegação de que sua preocupação maior gira em torno dessa massa.

Estranhamente não imprime igual procedimento com relação aos questionamentos desses mesmos participantes e assistidos no tocante ao descaso com que são tratados, notadamente no que diz respeito à relação com o patrocinador envolvendo o Fundo e seus participantes.

Não se poderia esperar postura diferente na defesa da lisura no trato dos bens e valores acoplados aos Planos de Benefícios, como acontece relativamente ao detrator noticiário recente, tão bem refutado na nota divulgada nesta data no site da Instituição.

Todavia, urge uma tomada de posição honesta e convincente em direção à grita que habita nos Blogs de relacionamentos patrocinados e mantidos por elementos ligados à própria PREVI, como o da Cecília Garcez, Diretora de Planejamento do Órgão e este PreviPlano1, inteiramente dedicado aos seus participantes e assistidos.

Seria de bom alvitre que a PREVI designasse funcionário competente para atuar como acompanhante dos posts e comentários por eles suscitados, e publicados nesses espaços virtuais, para levar à Cúpula da Organização o relato dos dramas vividos por aposentados e pensionistas, resultantes do desamparo provocado. É de cortar coração o conhecimento de tais vicissitudes somente possíveis de coexistir graças ao descaso e total ausência de consideração e comisseração para com esse contingente de desamparados.

Em que pese a assistência dada com os proventos da aposentadoria, esse pormenor denota insuficiência de atendimento visto que os direitos assegurados nas normas regulamentares são sonegados. E o não enquadramento nos conceitos distributivos das sobras do Plano de Benefícios nº 1, não encontra amparo em nada que se tente direcionar como argumento de convencimento que justifique tais irregularidades.

A Diretoria que aí está atravessou todo o seu mandato tergiversando com atitudes protelatórias e se escondendo do confronto com seus representados que, na pior das hipóteses, mereceriam receber atenção mínima para mitigar suas necessidades, cujo atendimento repousa no poder decisório da Direção da PREVI.

No entanto, ao apagar das luzes, encetam uma caravana da alegria pelos Estados da Federação levando em seus Notebooks números de encher os olhos de desavisados, relacionados aos “feitos” fantásticos das mentes privilegiadas que cuidaram do nosso patrimônio. Números estes que estão no caríssimo relatório enviado à casa de cada

participante, ou disponibilizado pela grande rede aos que optaram pelo conhecimento por esse meio. Em função disto, há uma pergunta que não encontra resposta, se feita por qualquer economista de renome, ou pelo mais ignorante analista de balanços e relatórios outros:

O que fazem esses diretores itinerantes componentes dessa caravana que a simples leitura do Relatório Anual não contemple?

Se não fizeram nada até agora, ainda há tempo para se redimir.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 17/03/2010.

O Intrigante!

Caros Colegas.

Há questões que são abordadas aqui depois de maturadas para evitar tropeços na formação de conceitos. Outras, no entanto, devem ser tratadas tempestivamente pelo caráter de urgência que a indignação imprime, muito embora comportando o cuidado de sempre na preservação da verdade e respeito no tratamento.

O Blog PreviPlano1 se orgulha de não recusar a publicação de comentários. Todavia, nesta data tivemos que deixar em “quarentena” determinada participação de inconformado com nossa condição de aposentados. Isto pelo cuidado em não ferir suscetibilidades e acatando conselho de orientador mais vivido e sábio – Mestre Valentim.

Dizendo-se da ativa e pertencente ao Previ Futuro, o indesejável comentarista do blog direciona ao conjunto de aposentados as mais deslavadas injúrias, creditando nossas reclamações e pleitos aos campos da fofoca e da preguiça. Alegando ainda que o Banco seja o dono da Previ e tem mais é que sacar “seu dinheiro” daqueles cofres quando e como bem entender.

Desconhece o detrator as razões da ocorrência de superávits. Estes são oriundos dos aportes financeiros ao Fundo feitos pelos aposentados de hoje, quando na condição de ativos como ele se proclama. A bem da verdade, esses ativos têm hoje complementos salariais sob amparo dos superávits, em cada naco que o Banco vorazmente abocanha à sombra de justificativas fabricadas e sem apoio legal.

Não fora o concurso desta “velharia” que ele manda arranjar emprego no boteco da esquina, ou ir capinar uma roça (talvez para deixar à mostra o capim que falta aos asnos, devido à sua proliferação nos dias atuais) nenhum superávit estaria sendo pleiteado por seus formadores, nem cobiçado por outros que nem de longe podem pensar em fitá-lo com olho gordo, por não terem contribuído para sua formação.

Superávits cumulativos também têm sido alimentados pela incúria dos dirigentes, do Banco e da Previ, no cumprimento canhestro de normas disciplinadoras da distribuição de benefícios, com interpretações dúbias de resoluções em proveito próprio.

Resoluções que propiciaram outros Fundos promover distribuição de benefícios aos seus assistidos, ao Banco e à Previ se prestam a justificar saques indevidos, numa dilapidação constante do patrimônio formado para pagar aposentadorias e pensões a quem fez poupança com esse fim, por trinta anos e até muito mais que isto.

No entanto ele, injuriador, esquece que já se beneficia destes superávits, recebendo polpudas PLR do seu irresponsável patrão, por culpa deste último. Patrão que descaradamente cumpre suas obrigações trabalhistas com o dinheiro alheio, numa autêntica rapinagem acobertada politicamente por manobras escusas de autoridades vermelhas de despudor.

Diz ele que a Previ é do Banco, mas não nos indica onde buscar amparo a essa assertiva maluca. A Previ pertence a quem sua sigla determina. Na consumação da posse o patrão só entra na indicação da origem dos verdadeiros donos, no nome do nosso Fundo: Caixa de Previdência DOS Funcionários do Banco do Brasil.

Portanto, meu caro ativo que pretende promover discórdia entre nós - seu grupo e o nosso - contente-se com seu minguado salário dado pela paga que um concurso de sopinha de letras disponibilizadas em múltipla escolha transformou em emprego. Nesse mesmo emprego que nós, todos nós aposentados, entramos através de rigoroso “vestibular” que poucas faculdades teriam coragem de adotar nos dias de hoje, pois ficariam às moscas por falta de candidatos competentes. Emprego de que nos orgulhamos pela forma como o desenvolvemos. Em precárias condições de trabalho e muitas vezes em locais inóspitos, desprovidos dos confortos a que muitos estão habituados e deles desfrutam como funcionários da ativa, no Banco do Brasil.

Nós, os “velhos ociosos e fofoqueiros” que não sabemos votar como disse, não fomos contemporâneos do ar refrigerado nem das poltronas estofadas. Não tínhamos computadores para fazer nosso serviço. Não recebíamos participação nos lucros da empresa e as mordomias que tipos como você desfruta não nos chegavam nem em sonhos. Mas tínhamos orgulho do nosso trabalho. Enchíamos a boca para dizer que éramos funcionários do Banco do Brasil, porque naquela época ele era um patrão correto. Ao contrário, você tem esse emprego como um “bico”, até arranjar coisa melhor. Mas cuide-se. Mentalidades tacanhas dificilmente alcançam mais que seu mundinho permite. Mude de comportamento em relação à velhice. Caso contrário, ao ingressar em seu meio (se chegar a tanto), será o espelho que você usa: um velho intrigante e disseminador da discórdia.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 19/03/2010.

Caiu a máscara!

Caros Colegas.

É vergonhoso o estado de coisas que se implantou no País. O pilar de sustentação da Democracia deixou-se corromper. O Setor da sociedade mais acreditado a figurar nas pesquisas recentes desce a ladeira sem freios e desgovernado em direção ao poço sem fundo da podridão dos conchavos políticos e de acordos espúrios. A imprensa, nossa tão querida e respeitada imprensa já não nos serve como parâmetro de dignidade e respeito. E não é mais um escudo protetor contra iniquidades.

Se não bastasse a justiça cega que se fechou nessa desculpa para nos deixar ao desamparo, nas mãos de corruptos em cujo colo depositamos nossos sagrados votos - símbolos máximos do direito democrático - agora chega a vez de a mídia ocupar seu lugar na ala dos não confiáveis.

No País da desordem que beira o caos da corrupção, tínhamos esperança, quase certeza, de que seríamos defendidos em nossos direitos usurpados na hora da verdade. Na hora em que fosse chamada a Imprensa nos socorreria. Que vã expectativa. Que improvável expectativa. Que lástima termos aguardado com tanta ansiedade o comparecimento do socorro evocado com desespero.

É comum dizer-se para desmascarar um potentado inescrupuloso que o Rei está nu. Lamentavelmente, mas muito lamentavelmente mesmo temos que dizer com todas as letras em negrito: A Imprensa está Nua.

Caiu a máscara de bom moço que nos era mostrada. Os arroubos de liberdade ferida não mais encontram guarida no seio da sociedade. As empáfias declarações clamando a Liberdade de Imprensa não têm mais cabimento. Que Liberdade de Imprensa é essa que serve a patrões poderosos? Que liberdade é essa que está acorrentada aos interesses financeiros? Que liberdade é essa que se vende? Que liberdade é essa que empresta a sua caneta para que mãos escusas a usem para escrever no seu próprio lombo as regras da impunidade, do descaso e da subserviência?

Dá nojo abrir um jornal depois de saberem-se falsas as manchetes. Depois de ter descoberto os meandros em que transitam os profissionais antes tidos como sérios e independentes. Editoriais antes acreditados tornaram-se peças de folhetins. O que antes era tido como publicação exemplar de repente vira arauto a serviço do dinheiro e da semvergonhice. Artigos buscados avidamente com os olhos ao alvorecer já não se prestam ao que queremos. A verdade não mais existe. A liberdade de imprensa é falsa.

Dinheiro nenhum compra a liberdade. Mas a liberdade de imprensa se vendeu por uns trocados. Acordos obscuros puseram a mídia na bandeja da corrupção. A imprensa tem novo Senhor. Ou continua tendo os mesmos senhores. Nós é que não sabemos.

Embalados num mesmo saco, descobrimos tardiamente que imprensa e poder financeiro ocupam o mesmo espaço contrariando as leis da física.

Para nosso desespero tudo hoje se vê e a tudo assistimos impotentes.

Se já não tínhamos Justiça em que confiar agora nos tiraram a confiança na Imprensa.

Valha-nos Deus.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 20/03/2010.

Porque a Ação Judicial é de Graça!

(Cesta Alimentação e/ou Renda Certa).
Caros Colegas.

É de graça para o associado da AAPPREVI, residente em qualquer parte do País, porque a Associação arca com todas as despesas do início ao fim da demanda, usando a renda auferida com cobrança das mensalidades (R\$ 10,00 por sócio).

O advogado nada cobrará do associado e toda relação envolvendo o assunto será desenvolvida entre ele e a AAPPREVI. Nem comissão será cobrada. Ao associado cabe apenas encaminhar os documentos diretamente ao endereço da Associação e acompanhar o andamento do processo através do Site www.aapprevi.com.br. Nada lhe será cobrado durante todo o desenrolar da Ação.

O advogado receberá seus honorários da AAPPREVI sob a forma de mensalidades estipuladas em contrato de Serviços Advocatícios específicos, para acompanhamento dessas Ações. Este documento está registrado ao amparo da Lei e com vigência assegurada até o término da Ação. Além desses recursos nada mais perceberá, desenvolvendo seus trabalhos sob a expectativa de fazer jus à sucumbência.

Nas causas com outros patrocínios, as despesas do associado recaem sobre custas processuais (R\$ 300,00 individuais antecipados, em média), despesas processuais advindas (recursos, taxas judiciárias, honorários periciais, diligências para obter cópias dos autos, etc. – que podem chegar a R\$ 4 mil reais), honorários advocatícios (20% do valor contemplado).

Na AAPPREVI as despesas finais do associado ganhador da causa se restringem a zero.

Por tudo isto podemos afirmar que são GRATUITAS para o associado as Ações Judiciais “Cesta Alimentação” e “Renda Certa” patrocinadas pela AAPPREVI.

Eis um recente despacho condenando a PREVI ao pagamento do benefício (10/03/10):

Processo nº 2008.001.295.969-2 – DESPACHO conclusivo (sucumbência – 10%) - Site <http://www.tjrj.jus.br/>

"ISTO POSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, resolvendo o mérito na forma do artigo 269, I do Código de Processo Civil, para condenar a ré ao pagamento das quantias apuradas referentes ao Plano de Benefício de Renda Certa, que excederem o limite mínimo de 360ª contribuições, a contar da data de aposentadoria até a data da suspensão geral (dezembro/2006), devidamente corrigidas e com juros de 1% ao mês, a contar da citação. Condeno a ré nas custas e honorários de advogado que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação. P.R.I. Rio de Janeiro, 10 de março de 2010. WILSON DO NASCIMENTO REIS Juiz de Direito".

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 22/03/2010.

Recado do Ebenézer

Caros Colegas.

Ebenézer Aparecido disse:

Do alto da plataforma do pau de sebo galgado em oitenta e uma tentativas transformadas em anos, dou-me ao luxo de ter uma vida razoavelmente confortável sem ter tido a infelicidade de cometer desatinos. Sem receber renda certa, cestas ou comissões complementares ao salário digno, podem dizer também que embalo a velhice sem tropeços financeiros. Mesmo assim não me filiei à AAPPREVI, nem o farei para fugir à tentação de fazer interferências sob o julgamento de que me cabem direitos por dez reais ao mês, como muitos o fazem. Ajudarei muito mais não atrapalhando, embora reconheça que não é justo usufruir o que os outros pagam.

Durante manhãs rotineiras no aconchego da varanda, acomodado na espreguiçadeira egoisticamente pessoal – notebook no regaço das pernas bambas e ao som de pássaros desengaiolados - forço meu tempo transcorrer com a lentidão dos pensamentos bons, ao regalo de um dos poucos prazeres que a quase senilidade me permite com a novidade virtual: acompanhar o Previ Plano Um, bálsamo que unge minha decadente atividade cerebral sob os aplausos de Tico e Teco, meus dois neurônios remanescentes (comparação emprestada da linguagem dos netos).

No entanto, comentaristas gulosos e intrometidos me fazem cochilar por vezes.

Uns poucos deles, desrespeitando as regras da boa convivência, se aproveitam da honesta boa vontade do mediador e tentam tirar proveito para suprir a falta de espaços à propagação das suas preferências políticas, e até frustrações outras. São comentários de anônimos que tentam enganar, com começo e fim enaltecedores das virtudes do Blog, mas com miolo frouxo tratando de assuntos alheios ao que se quer e espera. E política é o que mais buscam, desconhecendo que é coisa que agrada a poucos, mesmo quando exposta na vitrine própria que, positivamente, não é esta em que estamos. Aqui é pouso e guarida de assuntos nobres e a política nos moldes atuais enoja.

Outros, desavisados e avoados, postam questionamentos já explicados e dissecados em respostas anteriores, num atestado do torpor ignorante em que vivem e insistem permanecer. Estes melhor fariam se, forasteiros que são, procurassem o inteiro saber do conteúdo e dos propósitos utilíssimos do Previ Plano Um, do CANAEL e, agora, da promissora e bem-vinda AAPPREVI – antes de cometerem absurdos com perguntas repisadas e de respostas conhecidas.

Assim agindo prestariam um excelente serviço a todos que se deleitam com o restante do que permitem ao Marcos produzir, sem roubar seu precioso tempo. E a mim sobraria o prêmio de redobrar o prazer ao acompanhar as novidades do meu mundo de aposentado do Banco do Brasil, na companhia virtual dos meus iguais - e sem cochilos de enfado.

Ebenézer Aparecido (que não é candidato a nada) pediu. E concordei em publicar.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR), 25/03/2010.

A eleição na CASSI

Caros Colegas.

Política é um assunto que o Blog procura evitar. Política no sentido partidário, envolvendo partidos que elegem representantes do povo a serviço dos Poderes municipais, estaduais e federais.

No entanto a política dos resultados que envolvem os destinos das nossas Entidades assistenciais, no âmbito da Saúde e da Previdência, mantêm-se à parte das recomendações de exclusão no trato diário das discussões.

A eleição na CASSI, cuja votação se inicia no dia 1º e vai até o dia 9 de abril próximo, merece ser abordada aqui para contemplar expectativas.

Seguindo o conceito “dizer em quem não votar” contido no CANAEL (Cadastro Nacional de Eleitos), a AAPPREVI, mais nova agremiação a se inserir no rol das defensoras dos participantes e assistidos da PREVI, procurou saber a opinião individual dos seus Dirigentes.

Nesse sentido direcionou-lhes mensagem com o seguinte questionamento:

- Apoiamos alguma chapa;
- Indicamos o CANAEL;
- Não apoiamos nenhuma chapa.

Sem surpresas a resposta contemplou a segunda opção, com algumas variações propensas à mescla de posicionamentos.

Se calcados inteiramente no veto a nomes constantes do CANAEL ficaremos sem opção de voto, uma vez que são chapas fechadas que só admitem votos no conjunto e ambas estão ocupadas por integrantes do CANAEL.

A indicação de alguma chapa específica fere nossos princípios por aprovar nomes não confiáveis, constantes do CANAEL.

Por último, ao vetar ambas as chapas incentivamos a abstenção, pecado maior em que incidimos numa sucessão de erros passados.

Como resultado desse arrazoado, procuramos adotar postura democrática que se coaduna com a imparcialidade no sentido de influenciar eleitores, apenas fazendo algumas recomendações a título de orientação.

Assim sendo, deixamos a critério de cada um avaliar seus candidatos, à luz do CANAEL, direcionando seu voto ao menos maculado entre os concorrentes. Aquilatando também os envolvimentos deles com siglas e doutrinas prejudiciais à nossa causa e à defesa dos interesses do nosso grupo, em função do trinômio CASSI/PREVI/BB.

Devemos ainda avaliar individualmente candidatos conhecidos de outros pleitos e o seu comportamento à frente de cargos na CASSI, principalmente, e em Entidades diversas. Nessa avaliação é interessante conhecer o trabalho desenvolvido (quem fez o quê), o relacionamento com os dependentes de suas ações (dirigente que não atende associado não é merecedor de crédito), e o mais importante de tudo: qual sua plataforma de trabalho – se demagógica ou passível de consecução.

Por tudo isto, a AAPPREVI conclama seus associados e demais colegas a marcar presença na votação, usando seu voto conscientemente sem subordinação à política de convencimento de cabresto encetada pelo Banco do Brasil através do SisBB, pela própria CASSI em suas chamadas publicitárias, e pelas grandes associações no uso de panfletagem enaltecendo seus candidatos – nem todos bons e nem todos inteiramente ruins.

Não nos deixemos enganar pela máquina publicitária estampando fotos sorridentes e slogans batidos nos seus cartazes. Às vezes a enumeração de cargos exercidos direciona ao entendimento de profissionalismo sindical ou do apego a sinecuras e benesses proporcionadas pela dança das cadeiras. Essa propaganda segue à risca a doutrina Ricupero: “O que é bom a gente mostra, o que é ruim a gente esconde”.

Finalizando, vale lembrar que do resultado da eleição depende o tipo de atendimento que iremos receber pelos quatro anos seguintes. Se acertarmos, ótimo, mas se errarmos será o caos, pois o que já é ruim ficará pior, seguindo a Lei de Murphy. E o continuísmo, quando calcado no que não presta só leva à deterioração do que já existe.

www.canael.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 26/03/2010.

CALÚNIA

Caros Colegas.

Escrevo na qualidade de Presidente Administrativo da Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI – AAPPREVI.

O Senhor Douglas Scortegagna e a ANABB estão proibidos de usar o nome da AAPPREVI, e por extensão os nomes dos seus Dirigentes, para fazer propaganda enganosa ou para qualquer outro fim.

Não fomos consultados para apoiar esta ou aquela chapa concorrente às eleições 2010 da CASSI.

Não nutrimos simpatia pela chapa apoiada pela ANABB como apregoa seu noticiário desta data, 26/03, atribuído ao senhor Douglas Scortegagna onde faz afirmação leviana, numa demonstração inequívoca de ausência de compromisso com a verdade. Em nota divulgada no seu Site aquela associação permite ao indigitado representante fazer uso de expressão abrangente para se promover, falseando a verdade com a seguinte declaração:

“A CASSI está mudando. Por isso, todas as entidades estão juntas com a chapa 1 – Unidos pela CASSI. Não é só a ANABB, é a AAFBB, as associações de aposentados, os representantes da Contraf-CUT e da Contec e de dirigentes de todas as outras entidades do funcionalismo.”

Repudiamos com veemência essa injuriosa declaração incluindo o nome da AAPPREVI e dos seus dirigentes no rol das associações de aposentados envolvidas nessa falsa assertiva. Não permitimos que nos incluam no conchavo que por certo o senhor Scortegagna e a ANABB promoveram. Exigimos reparação com a exclusão dos nossos nomes desse balaio de gatos, pois não nos prestamos à despudorada manobra publicitária incluindo-nos como apoiadores dessa ou de qualquer outra chapa.

Nesta data estamos instruindo nosso Departamento Jurídico no sentido de adotar as providências cabíveis para reparar a calúnia consumada. A Justiça será acionada para mostrar aos incautos que a AAPPREVI é uma realidade e que se impõe pela independência e seriedade com que atua. Ela nasceu para ser uma Entidade séria e assim será enquanto estivermos à frente dos seus destinos.

A legitimidade da nossa Associação está consubstanciada nas informações contidas no seu Site www.aapprevi.com.br, onde constam disponíveis ao público os documentos comprobatórios da fundação, como sejam: Ata de Fundação e Estatuto registrados no 3º Ofício do Registro de Títulos e Documentos Pessoas Jurídicas de Curitiba, Estado do Paraná, em 26 de fevereiro de 2010, sob o nº 6.441 e Inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda em 04/03/2010 sob o nº 11.632.592/0001-80.

Por tudo isto, reafirmamos o propósito de agir com transparência, independência e de

braços dados com a verdade.

Não nos prestamos a acordos espúrios com Entidades ou seus representantes nem por quem se apresente em seu nome com falsas declarações envolvendo a AAPPREVI e seus Dirigentes.

Marcos Cordeiro de Andrade
Presidente da AAPPREVI

Curitiba (PR) – 26/03/2010.

A foto!

Caros Colegas.

Uma foto de candidatos à defesa de um plano de saúde destinado ao amparo da minha velhice terá mais representatividade se espelhar o que sou. Uma foto de um grupo de velhos de pijamas rotos e robes mal passados. Bengalas em punhos de mãos trêmulas, mas firmes. Meios sorrisos em bocas murchas que o batom procure disfarçar. Postura alquebrada sob o peso dos anos de sofrimentos passados. Abraçados e de mãos dadas como a demonstrar o apoio conjunto que têm para oferecer. Rostos enrugados pelos rictos de preocupação constante no cuidado dispensado à criação de filhos e netos, demonstrando saber como orientar e fazer. Vestimenta simples e com calçados baratos num indicativo de despojamento. Corpos magros mostrando a rigidez dos velhos músculos já muito solicitados no transporte do pesado fardo da vida.

Este sim, é o retrato ideal de um grupo que se proponha a defender o meu final de vida. Onde as doenças serão mais comuns e onde o sofrimento é mais constante. Nesse grupo eu confiaria. A um grupo assim entregaria o meu voto sem esperar pedido. Se um grupo assim se dispuser a me proteger beijo-lhes as mãos e nelas entrego a cura das minhas mazelas.

Mas essa foto não existe.

Existe sim a foto de um grupo que mais parece propaganda do elixir da longa vida. Conjunto de figuras representativas do sucesso de uma existência sem apertos financeiros. De pessoas isentas de doenças porque os ricos consultórios lhes estão disponíveis. Elementos portadores de semblantes altivos onde se grudam sorrisos largos. Sorrisos que mostram alvíssimos dentes bem cuidados por caros dentistas. Risos de deboche por posarem para decrépitos aposentados e pensionistas que eles nunca chegarão a ser. Rostos lisos onde as rugas da sabedoria ainda não tiveram tempo de instalar-se. Figuras rotundas como a querer insinuar que desfrutam da bonança e vivem no ócio. Foto em que mal cabem gordas figuras que em nada se parecem com quem possa pensar em mim.

Esta é a foto que me mandam com ordens de votar em quem ali está.

Pura perda de tempo.

Quem não conheceu o sofrimento não pode reconhecer a dor alheia.

E esta foto tem nome.

Unidos pela CASSI – Chapa 1.

Neles NÃO VOTO, nem amarrado!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 28/03/2010.

Chapa da Mentira!

Caros Colegas.

O que jovens com menos de dez anos de Banco entendem de CASSI?

Pessoas nascidas sob os cuidados de planos de saúde menores, para gerir nossa Caixa logicamente se espelharão nos Golden Cross da vida que os trouxeram à luz, ou na própria Cassi dos anos atuais como contemporâneos da degradação de uma História.

Jovens que não se utilizaram da CASSI dos bons tempos, símbolo do atendimento correto e ampla cobertura assistencial (referência que era perseguida pelos Planos de Saúde emergentes no Setor), não terão parâmetros para bem conduzir um passado que o presente deteriorou.

São esses jovens sem culpas que a ANABB quer impor como dirigentes da Caixa dos tempos saudosos e que podemos fazer renascer. Jovens que a chapa procura mesclar com gente de mais idade, mas corrompida por insistentes e preocupantes passagens que o CANAEL denuncia.

Como uma Fênix rediviva, a CASSI precisa sair das cinzas da pira da incúria e da insensatez desonrosa, do descaso e da incompetência em que gestões anteriores e, mais que tudo, a atual, a imolaram para servir ao sucateamento programado em direção ao caos já atingido, comportando o domínio fácil por um conglomerado mal intencionado.

Essa Chapa Um é o espelho da desordem definitiva e conjunta que a ANABB prepara para um futuro próximo, envolvendo a CASSI e a PREVI. Desordem que será propícia à implantação do seu plano odontológico com o aval do Banco do Brasil, e que será empurrado goela abaixo dos associados desavisados que atenderem à propaganda enganadora. E pelos demais, se formarmos no bloco da minoria.

Em depoimento ao seu estilo, ora invadindo nossos computadores, o Sr. Valmir Camilo declara com todas as letras que sua associação tem como propósito dominar os postos dirigentes destas nossas Entidades maiores. Num arrazoado ridículo, apresentando-se como “mulher de malandro” ao dar ênfase à afirmação de que gosta de apanhar, e declarando-se claramente serviçal do BB e do Governo, vaticina que o domínio das duas Caixas pela ANABB é meta a ser alcançada a qualquer custo. O que não lhe será difícil atingir se contar com o nosso descuido. Pois a máquina publicitária montada está disponível para esta finalidade, aliada ao suporte incondicional dos atuais dirigentes da CASSI, da PREVI e do Banco do Brasil.

Mas esse risco iminente pode começar a ser afastado a partir de hoje, 1º de abril de 2010. Data que bem poderia simbolizar a Chapa 1 Unidos pela CASSI – como a CHAPA DA MENTIRA.

Basta-nos fazer uso do bom senso que neste momento tem nome: o voto.

Não precisamos mais do que um honroso voto contrário à chapa apoiada por essa gigante a serviço do mal.

Se votarmos bem terá início o desbaratamento do nefasto domínio da ANABB dentro das nossas Instituições.

E é tudo muito simples, com o uso do telefone e o número 0800-729-0808 anotado, basta seguir as instruções e NÃO votar na Chapa 1.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 1º/04/2010.

Justo Veríssimo de saias?

Caros Colegas.

Uma figura grotesca invadiu meu computador como um vírus indesejável querendo destruir meu sossego.

Como uma Joana d'Arc tupiniquim, empunhando a bandeira da demagogia e se proclamando uma “guerreira” sem causa, vem pedir votos para permanecer no poder conveniente abraçada à sinecura que teme perder. Gruda-se no bem bom com unhas e dentes, como se fora um cachorro magro à volta com um osso corroído e já sem nutriente algum porque outros cães o descarnaram em investidas anteriores. Essa figura indesejável saída do meu inferno de Dante, povoado de experiências mal sucedidas em contatos anteriores, vem pedir que a deixe eternizar-se no emprego do nada fazer ganhando muito. Apresentando-se em foto estudada posando num gabinete de fachada, cenário propício para estampar o sorriso forçado, postura de uma dama de ferro oxidado pela exposição ao tempo ocioso como a Margareth Thatcher dos pobres e que amedronta esses pobres, me força a ler fictícia reportagem forjada em falsa entrevista dada a um hipotético jornal sem nome.

Esquecem seus marqueteiros “anabbeanos” que a defectível marca publicitária já está manjada e não engana a mais ninguém. Quem se propõe à defesa dos fracos e oprimidos, representados por abandonados aposentados e pensionistas, não pode apresentar-se com tamanha agressividade. Não como uma Dilma qualquer (sem ser a linda esposa do Fred). Um plano de saúde que se preze precisa ser representado por uma figura dócil e terna cuja imagem simbolize zelo, proteção e confiança. Se para ocupar esse posto o melhor fosse um “guerreiro”, os bem sucedidos e inteligentes planos de saúde buscariam campeões de luta livre para dirigi-los, ou guerreiros ninjas.

Entrevistas do tipo eu pergunto e deixa que eu respondo é característica de panfletos destinados a vender produtos fajutos. Desses das dietas milagrosas do antes e depois. Ou das cartomantes que trazem seu amor de volta em três dias ou ensinam como subir na vida sem fazer força – tema desta pauta.

Essa manjada figura quer permanecer no topo da CASSI a todo custo. Se lá já se instalou e nada fez para que gastar mais tempo sem nada fazer? Ainda mais que seus outros postos bem remunerados exigem redobrado esforço para o exercício, tomando todo o seu tempo no trabalho “exaustivo” que engorda poupanças. Também não soube escolher uma chapa com pessoas indicadas ao que se quer. Ao contrário, a preocupação foi montar uma chapa representativa de votos. Com nomes de facções distintas como se fora um Justo Veríssimo de saias bradando: Eu quero é me locupletar - lema que deveria ser de todo candidato indicado pela ANABB.

Por isso não voto na Chapa 1, da CASSI.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 02/04/2010.

Temos que votar!

Caros Colegas.

A votação para a eleição CASSI ocorre em apenas cinco dias úteis. Semana propícia para o pessoal da ativa atender às pressões do patrão e sucumbir ao bombardeio incessante da poderosa propaganda a serviço do continuísmo, representado pela Chapa da ANABB.

O período disponibilizado foi estrategicamente calculado para evitar o concurso da massa de aposentados e pensionistas, grupo formado por pessoas que reconhecidamente respeitam tradições.

Num país de esmagadora maioria cristã, reservar-se a semana santa para o exercício do voto é entendido como um desrespeito à fé. Este é sabidamente um período dedicado à prece no recolhimento do lar e no convívio com a família, e não se presta à prática de disputas de poder.

Deste modo, com a eliminação dos quatro dias sagrados, o que restou será consumido em vãs tentativas com o telefone grudado ao ouvido, única alternativa deixada aos inativos.

Como parte do batido refrão de que aposentados e pensionistas são alienados, desinteressados, desinformados e conformados com a degradante condição em que se encontram, os doutos organizadores das eleições acharam por bem alijá-los de vez do processo sucessório. E decidiram não lhes permitir o voto pela via eletrônica, com o uso da senha.

Pelos números da PREVI somamos mais de 86.000 inativos, cuja maioria acessa seus dados pela internet por meio de senha, em processo tão confiável que permite fazer transações de empréstimos autorizando movimentação financeira, o que não justifica a exclusão desse canal para o exercício do voto. Ainda mais que esse direito é assegurado aos ativos.

Juntando essa duas aberrações excludentes, só nos resta emplacar o entendimento de que querem a qualquer custo afastar o voto dos aposentados e pensionistas com as dificuldades impostas. Isto somente encontra eco no entendimento de que não é boa coisa o que tramam contra nós.

Portanto, façamos um esforço para superar as dificuldades no uso do canal disponível - 0800-729-0808. Vamos mostrar nosso inconformismo com a desastrosa maneira de cuidar dos nossos interesses, pois a CASSI não pode continuar servindo de pouso para subjulgados e inoperantes dirigentes a serviço da desprezível ANABB.

Já dei minha contribuição.

Não votei na Chapa 1.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 05/04/2010.

Luta renhida!

Caros Colegas.

“A vida é luta renhida, que aos fracos abate, e aos fortes, só faz exaltar.” Gonçalves Dias.

Nós fincamos os pilares de uma ponte em construção para atingir a moralidade. Por ela uma legião de aposentados e pensionistas confiantes e esperançosos caminhará sem tropeços. E deixará para trás os dias de amargura e seus algozes derrotados. Encontramos forças no conhecimento de atrocidades cometidas e na capacidade de transmissão de informações. E assim engrossamos o contingente de operários dispostos a sobrepujar os desconfortos e obstáculos que nos são impostos.

Contamos com a vantagem de que já sabemos quem nos persegue e nos foi mostrado o caminho a trilhar.

Sigamos em frente.

Nesta eleição CASSI 2010 os oponentes mostraram as poderosas armas disponíveis a serviço dos seus desígnios.

Os números preliminares apurados demonstram a desigualdade da luta renhida:

Votantes Votaram % Votos Não votaram Total

Ativos 57.668 63,04 33.809 91.477

Aposentados 5.090 7,87 59.584 64.674

Total 62.758 40,19 93.393 156.151

• Posição em: 05.04.2010 às 17h30.

Esse demonstrativo somente confirma a existência dos covardes pontos que determinam as normas estipuladas para o exercício do voto nesta esdrúxula eleição.

Uma dessas normas nos deixa desfalcados da legião de pensionistas e dependentes proibidos de votar, muito embora paguem os mesmos tributos cobrados dos demais participantes. Acontece que o Estatuto nega-lhes inconstitucionalmente o direito universal do voto.

“O voto é exercício da capacidade eleitoral e corresponde, nas democracias, à participação do indivíduo no consenso do grupo.”

Aos pensionistas a CASSI deixou apenas os deveres, porque os direitos ela enterrou junto com o instituidor da pensão.

Noutra regra discriminatória o canal posto à disposição limita o alcance do eleitor aposentado ao uso da linha telefônica de um único e suspeito número 0800-729-0808. Este, raramente disponível nas primeiras tentativas, remete a uma verdadeira prova

de paciência e bom humor para que se chegue ao término da ligação com êxito, além de deixar dúvida sobre a honestidade de avaliação dos votos computados por esse meio. Ele não admite contestação.

Tem, ainda, a poderosa máquina publicitária que em poucos dias atingiu a casa de cada um dos eleitores capazes, levando-lhes farta propaganda material e virtual. São panfletos e programas eleitorais editados em caríssimo material gráfico impresso à custa dos participantes da CASSI, indiscriminadamente, e dos associados da ANABB, tudo enaltecendo a chapa da situação sem, no entanto, editar uma linha sequer contemplando a concorrente. Afora os e-mails vindos de várias frentes também no mesmo sentido.

Some-se a facilidade posta a serviço do voto do pessoal da ativa - numericamente superior - sabidamente oprimido pelo patrão com a obrigatoriedade de destinar seu voto sob imposição e fiscalização dos superiores diretos. Esse segmento de eleitores vota pelo canal eletrônico do Banco, o SisBB, sob monitoramento corporativo o que, logicamente, remete ao cego cumprimento das ordens recebidas, pelo medo de represálias conhecidas de outros eventos representados pelas sinistras siglas PAA, PDV, etc.

Todo esse aparato eleitoreiro destina-se à manutenção no poder do grupo instalado por mais de dez anos na direção da CASSI. Esse mesmo grupo que encontrou uma Instituição forte e acreditada e que conseguiu transformá-la no caos administrativo hoje instalado. Há evidências de que os principais nomes da Chapa 1 são conhecidos do noticiário negativo que envolve a outrora respeitável CASSI. E hoje envolta em processos judiciais contendo no seu bojo descabros comportamentais como desvios de verbas e feitura de obscuros contratos.

Caro Aposentado e Pensionista tenhamos fé em Deus e confiança nos homens de boa vontade, para que possamos chegar ao outro lado da ponte que construímos com o trabalho das nossas mãos e mentes.

Por enquanto pouco é possível fazer, mas com um mínimo de esforço teremos enorme retorno, bastando votar certo.

E essa responsabilidade recai sobre os aposentados participantes da CASSI, aliados aos também esclarecidos integrantes da ativa. O que significa dizer:

NÃO votar na Chapa 1, da ANABB.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 06/04/2010.

Saimos lucrando!

Caros Colegas.

A se confirmar o desfecho anunciado, do resultado das Eleições CASSI 2010 temos muito a comemorar, sem atentar para o mérito do que resultou como chapa vencedora.

Num universo de 73.275 votos válidos, a chapa vencedora teve maioria de apenas 6.137 votos sobre a oponente, que manifestamente serviria aos anseios dos aposentados.

Não fosse o conjunto de votos desperdiçados certamente teríamos resultado diferente, pois totalizaram 18.136 os nulos e em branco.

Some-se a tudo isto a abstinência anotada no conjunto de eleitores aptos (156.151), conclui-se que mais da metade deixou de manifestar sua preferência.

Desse resultado o que temos a comemorar é a participação dos eleitores aposentados, levando em consideração as particularíssimas condições em que se deu essa participação. Por isso fazemos justiça ao expressar-lhes a gratidão pelo atendimento aos chamamentos e com merecimento damos-lhes os parabéns pelo que se pode considerar uma vitória – o retorno às discussões dos assuntos do seu interesse, tendo o voto em primeiro lugar.

Os aposentados podem ufanar-se com o expressivo número dos que se manifestaram. E não fossem as condições adversas em que foram inseridos no pleito, neste momento estaríamos comentando outros resultados.

É inadmissível que uma força tão expressiva de atingidos pelos resultados das urnas seja tratada com tamanha discriminação.

Foi estabelecido um paralelo entre dois grupos a exercer o direito de escolha dos seus representantes no topo da CASSI. De um lado os funcionários em exercício no Banco do Brasil. Do outro os aposentados oriundos desse mesmo Banco como se um muro os separasse, diferenciando o tratamento dispensado como eleitores. O resultado é conhecido. Também não se encontra justificativa para a proibição do voto dos pensionistas, numa flagrante negação à isonomia de direitos e deveres.

Por tudo isto é promissora a mudança festejada. Vamos agora a busca de novos níveis de conscientização entre todos nós, aposentados e pensionistas do Previ Plano 1.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 09/04/2010.

A grande família

Caro Langoni.

Publiquei sua mensagem nos comentários do post anterior a este por não encontrar como respondê-la com a desenvoltura desejada.

Não pude me fixar nos assuntos tratados porque um em particular me empurrou a alimentar devaneios. Refiro-me à grande família de nossas origens profissionais.

Aposentados e pensionistas. Ativos e pedevistas. PAA e demitidos. Pré e pós-67, pós-98 e, agora, pós 2006 - com e sem renda certa. PB1 e Previ Futuro.

Mas o que significa essa miscelânea de designações?

Para quem está de fora parece mais um samba do crioulo doido. Ou uma salada mista de minis eras geológicas. Mas para nós, integrantes do que já foi a grande Família Banco do Brasil significa tristeza. Significa contemplar o esfacelamento dessa família que já conheceu dias melhores, plenos de união e de apoio mútuo. Significa acompanhar a dissensão engendrada pacientemente pelo próprio Banco do Brasil, com o apoio de entidades que ajudou a criar sob o símbolo da preservação de benefícios.

Analisar essas nomenclaturas é o mesmo que assistir a um filme saudosista. É rever imagens que nos enchem de orgulho por ter estado nelas. É se emocionar ao sentir-se como irmão siamês apartado do outro corpo sem critérios médicos. É saber que seus irmãos se detestam entre si, porque o padrasto repartiu mal a riqueza que era de toda a família. É sofrer por saber que uns têm mais que outros e outros até não têm nada. E nada poder fazer.

Mas Deus nos dá consolo para todos os males. E no consolo acalentado nos mostra remédios para curar feridas e, no caso presente, recomenda-nos deixar de lado as cicatrizes e untar as chagas ainda abertas com o bálsamo da união.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 11/04/2010.

Correção de rumos!

Caros Colegas.

Em toda campanha eletiva o normal é enaltecer as qualidades dos candidatos, enumerando-se suas potencialidades e as facções políticas de apoio que exercem o papel de atrair simpatizantes.

Isso numa disputa envolvendo o poder público e cujo voto é obrigatório, com diversidade de chapas concorrentes.

Todavia, no caso desta atípica eleição PREVI 2010, onde apenas duas chapas concorrem à votação, essa lógica não funciona, pois além de o voto ser facultativo deve-se enfatizar as más qualidades dos candidatos para afastá-los da disputa, deixando no páreo a outra chapa na esperança de que corrija distorções existentes. Isto porque aqui não valem influências partidárias por ambas abrigarem siglas rejeitadas pelo bom senso. Além do que neste particular o voto é facultativo e tão valioso quanto o outro, talvez até mais, sendo que aqui os resultados estão mais próximos uma vez que deles depende o bem estar do associado - e de seus familiares - hoje e sempre. E esse associado sabe que não pode ser omissor, sob pena de ter que responder por cobranças – até depois de morto - se negligenciar na vigilância dos benefícios devidos aos seus dependentes.

Por conta disso, há que se fazer um paralelo entre as candidaturas aqui comentadas.

De um lado se encontra um grupo escolhido para dar continuidade à má administração existente. Do outro uma chapa que se diz oponente, com a intenção de amputar os tentáculos malignos que solapam o patrimônio envolvido e trazer de volta o exemplo da boa administração.

De todo modo o que está em disputa é a primazia de defender participantes com direito a um patrimônio superior a 140 bilhões de reais, e esse mesmo patrimônio - seriamente ameaçado pelos desmandos permissivos acobertados pela atual conjuntura. Neste particular é bom lembrar que essa fortuna tem o destino certo de pagar benefícios previdenciários, devidos na forma de poupança amealhada à custa dos próprios beneficiários. E se continuar sendo mal administrada os destinatários correm sério risco de terminar seus dias na mais absoluta miséria, juntamente com todos aqueles que deles dependam.

Nessa ponta da disputa que mais diretamente nos afeta, como participantes do Plano de Benefícios nº1 da Previ, o que importa são os feitos dos nossos defensores eleitos em pleitos anteriores, independentemente de suas filiações partidárias e convicções políticas. Neste caso, como já tiveram sua oportunidade e nada fizeram, ou fizeram muito em direção ao nada, o único caminho a seguir é alijá-los do poder evitando o continuísmo destruidor.

Por isso, na eleição PREVI 2010 não se pode pensar nas siglas partidárias do voto

obrigatório, nem em nomes bons em quem votar, mas simplesmente fixar-se na certeza de não votar em determinada chapa pela total negatividade que representa. Deve-se, isto sim, contribuir para a implantação de mudanças e, a partir daí, exercer severa fiscalização para forçar os novos eleitos a trilharem o caminho da seriedade, com desempenho honesto e capaz.

Se não podemos trazer de volta à lisura os desencaminhados propositadamente, restamos a opção de mostrar aos noviços o bom caminho que lhes servirá de guia em respeito aos nossos votos.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 13/04/2010.

Descaso total.

Caros Colegas.

A insensibilidade tem limites.

Sem ter a pretensão de comparar-me ao Rei RC, sei como ele se sente ao declarar que gostaria de escrever algo diferente de tudo que já foi escrito, para compor uma canção ímpar.

A impotência que me abate por presenciar a insensibilidade da PREVI, me leva quase ao desespero lidando com sofrimentos de colegas que me procuram. E eu, dentro da pequenez de meus poderes, procuro em mim palavras para usar na formação de conceitos que sensibilizem os dirigentes da nossa Caixa. Nada encontro porque acho que tudo já lhes foi dito e nada quiseram ouvir. Não movem uma palha para minorar sofrimentos. Fecham os olhos à miséria fabricada e alimentada com o descaso proposital de que estão imbuídos. Do alto do conforto adquirido à custa do voto, robustecido pela esperança de milhares de participantes destituídos do mínimo de dignidade que a idade avançada lhes deve, essas pessoas posam prepotentes como senhores absolutos da razão e donos do direito de ignorar desgraças, a desfilar impávidos como se destituídos de culpas, distribuindo deboches com sorrisos sarcásticos em reuniões despropositadas.

Não há argumentos que nos convençam que a situação estabelecida transcorre dentro da normalidade. Não há como entender que dezesseis pessoas joguem com a sorte de tantos milhares que clamam por justiça na distribuição de migalhas.

São 16 dirigentes com o poder de gerir um patrimônio de 140 bilhões pertencentes a mais de 120 mil pessoas.

16 insensíveis dirigentes de um lado, sem saber o que é pobreza, desconhecendo agruras financeiras, ignorando problemas com moradia e saúde. Robustos e saudáveis. Ricos e confortáveis. E do outro lado uma legião de idosos à volta com o lado negativo de tudo que os 16 desfrutam.

São milhares a clamar por justiça e tratamento digno e cujo clamor não encontra eco. Ninguém levanta a voz para defendê-los. Nenhum ser superior se digna puxar as orelhas desses dirigentes para fazê-los enxergar o óbvio. Até parece que eles são superiores a tudo e a todos. Será que os mais de 120 mil participantes estão errados? Será que os cerca de 50 mil pedevistas e demitidos reclamam sem nenhum fundamento? Será que os desalojados pela CARIM agiram de má fé? Será que os que brigam na justiça contra desmandos fabricam motivos?

Alguma coisa está errada nisso tudo. Ou esses 16 estão certos e o resto...

Bem, o resto para eles é simplesmente o resto.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 16/04/2010.

Insensíveis degenerados!

Caros Colegas.

A História é mais bem contada através de imagens. Pena que o cinema é relativamente novo e o vídeo mais recente ainda.

No entanto, para comparar o conteúdo do vídeo da apresentação dos resultados em Brasília não precisamos ter participado de acontecimentos remotos. Temos acreditados relatos de ocorrências históricas montadas em cenas gravadas para o cinema.

As imagens deste vídeo da PREVI lembram julgamentos sumários acontecidos, como réplicas antigas desta ocorrência recente.

Em um anfiteatro blásfemo nos chegam reconstituições grosseiras do que foi o julgamento de Jesus, no célebre filme “A Paixão de Cristo” da nossa infância. Nos salões do antigo Senado Romano foi encenado o julgamento de César. Na corte de Nuremberg foram julgados e condenados bodes expiatórios escolhidos para aplacar a ira norte-americana.

E em todos esses antigos acontecimentos há uma cena comum: a prepotência dos acusadores.

Tudo isto nos traz de volta a esta farsa recente numa comparação com as mesas formadas para abrigar os acusadores daquelas incongruências históricas.

A PREVI montou estrategicamente aparato sem igual para encobrir verdades, enganando platéias sob o argumento de que as orientava quando, na verdade, a intenção primeira era afugentar insatisfações e iludir bem intencionados participantes. E isto conseguia abarrotando-os de números verdadeiros, mas cansativos, depois do quê permitia leitura de perguntas previamente selecionadas, com respostas estudadas e dúbias. Ao final passava a tratar a todos abaixo da mesa como se fossem acusados de crimes hediondos.

Invertendo a ordem do anunciado, os componentes debatedores transformavam a platéia em oponentes inconvenientes e perigosos.

O malfadado intento era conseguido a começar pela disposição do conjunto, tendo ao centro o presidente da Instituição como a declarar solenemente sua condição de mando. Posição esta enfaticamente lembrada com seguidos atos falhos dirigindo-se a todos como se fora a própria PREVI e o Banco do Brasil, reconhecendo este como seu verdadeiro patrão. Nisto ignorando seu papel de representante máximo dos participantes e assistidos do nosso Fundo. Tudo se não bastasse a companhia de figuras previamente estudadas para assessorá-lo com esgares de nojo e sorrisos irônicos.

Sempre foi uma mesa formada por debochados e cínicos integrantes que, ao invés de informar respondendo perguntas de resultados óbvios, tergiversavam com palavras cruentas e desafiadoras, como se a platéia estivesse repleta de inimigos seus e que deveriam ser vencidos a qualquer custo – até mesmo com demonstrações explícitas de desconforto por aturar sua presença, como a dizer: vocês nada são se comparados a nós e como nada deverão permanecer - aqui na mesa tudo somos e tudo podemos; recolham-se à sua insignificância.

Portanto caros colegas assistam ao vídeo antes que o tirem do ar.

Ali há cenas somente comparadas ao cinismo explícito da CPI do Orçamento com os debochados caras de pau “Anões do Orçamento”, larápios incontestes. Cenas repletas de Valérios, Estêvãos, Arrudas, e tantas outras inqualificáveis figuras.

Essa mesa itinerante montada pela PREVI abrigou o máximo em cinismo e prepotência. Esse quadro escabroso precisa ser substituído por qualquer coisa que seja diferente, pois nada do que ali está encontrará paralelo em matéria de desserviço. Assim como não pode ser superado em ruindade, incompetência, deboche e prepotência. Positivamente merecemos coisa muito melhor.

Por isso votemos contra. Somente assim teremos chances de conhecer dias melhores, mudando essa gente.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 19/04/2010.

Tarde demais. O vídeo foi editado com exclusão dos debates. Somente deixaram os resultados numéricos do interesse deles.

Aos incomodados, os fatos.

Prezados Colegas.

Nossa Associação não tem a pretensão de ser maior ou melhor que nenhum grupo. Apenas procuramos ocupar o espaço que nos é devido, dentro das propostas que defendemos.

A AAPPREVI nasceu pequena como tudo que tem origem no idealismo descompromissado. Ela está crescendo honestamente sem vínculo de qualquer natureza com quem quer que seja e também sem mentiras ou bravatas. Nossos propósitos são sérios e temos compromissos assumidos dando a certeza aos associados de que não os abandonaremos no meio do caminho a ser percorrido. Assim é que o contingente de confiantes sócios cresce numa média de três por dia, pois hoje já somamos 243 amigos congoçados com confiança e esperança, apenas dois meses e meio depois de a AAPPREVI ter sido criada. E já com duas Ações Judiciais gratuitas em andamento.

O Blog Previ Plano1 é um atestado incontestado da aceitação e interesse que nossos trabalhos atingem. Podemos até creditar aos seus números as manifestações deselegantes e ameaçadoras vindas de aglomerados poderosos tentando desestabilizar essa atuação.

Criado em 26/09/2009, somou até agora 49.886 visitas com 67.909 exibições de página de diferentes origens.

O quadro estatístico do Google Analytics dá uma visão da importância alcançada e por si só explica o temor que abala até a poderosa Contraf-CUT, que nada tem a ver conosco mas se intromete, incomodada com nosso crescimento e nas firmes posições que assumimos sem medos nem ranços. Sem falsos líderes ou estrelas.

A história está repleta de casos em que pequenos grupos assustaram gigantes mal posicionados. No nosso caso eles sabem que somos apenas 243 hoje, mas o conjunto que procuramos defender é superior a 120.000.

Aos incomodados, os fatos:

http://www.aapprevi.com.br/documentos/pdf/analytics_previplano1.pdf

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 24/04/2010.

A questão é outra.

Caros Colegas.

Creio que estamos dando forças ao inimigo, porque o assunto não é tão simples como superficialmente aparenta. Queiramos ou não, se trata de uma questão polêmica e política.

Muito embora esteja mantida a acertada postura de afastar discussões políticas do Blog, peço licença para expor minha opinião sem querer abusar da boa vontade de todos, mas numa tentativa para descartar presenças indesejáveis. Assim, espero que os comentaristas evitem transitar por esse caminho com interferências contundentes, justamente para evitar as duas coisas: polêmica e política.

Numa reflexão desapaixonada, fica claro que esse Alencar de Castro é fictício e até seu linguajar soa falso, talvez para nos levar a crer tratar-se, de fato, de um sindicalista convicto - um “cumpanhêro”.

É sabido que nós, oriundos do BB, formamos numa classe à parte no seio bancário, tanto pelo conjunto de informações adquiridas como pela desvinculação do grupo manipulado pelos sindicatos.

Seja pelo grau de formação profissional, seja pela faixa salarial em que estamos incluídos ou, principalmente, pela condição de inativos o poder que querem exercer é nulo. Diferentemente da grande massa de trabalhadores em estabelecimentos financeiros, nós não estamos acorrentados à rotatividade no emprego nem aos baixos salários – presas fáceis dos movimentos sindicais. Portanto os pelegos não têm nenhum poder sobre nós e se desesperam por isso.

Para explicar o momento em que vivemos, entendo que visam nos envolver numa questão localizada para desviar-nos do foco maior – a sucessão presidencial, num duplo sentido. De se notar que procuram atacar o calcanhar de Aquiles, no nosso caso o leque formado por vários fatores, exclusivos do nosso âmbito: distribuição do superávit, aplicação dos recursos do PB1 (aportes do BB, Belo Monte, etc.), o aumento dos aposentados e a escolha do presidente da PREVI pela via torta - com a indevida e proposital interferência do governo. Presentemente este último ponto é mais urgente, pois temem nossa contribuição numérica para alijá-los do poder no nosso Fundo.

Assim sendo, com essas ações provocativas nos deixam ocupados com as particularidades afastando a temida questão principal, pois nos têm como um grave empecilho à consumação dos seus propósitos.

Para corroborar esse pensamento é necessário que saiamos do trilho em que andamos, fazendo uma rápida incursão a outro meio, o que servirá de consolo para crer que não estamos sozinhos na mira desses ataques. Outros segmentos estão sofrendo arremetidas semelhantes e não sucumbem à tática do adversário - estão retraídos, calados, esperando o momento certo de pronunciar-se e agir. Isto é o que

ocorre com as forças armadas, o clero, os empresários, escritores, professores, estudantes, artistas, profissionais liberais, intelectuais de um modo geral, a grande mídia e por ai vai.

Por isso a preocupação dos situacionistas em agradar o povão, os coitados sobreviventes à custa dos penduricalhos populistas: bolsa família, bolsa escola, vale gás, restaurantes de um real, reajustes com cara de aumento salarial - coisas que dão votos, muitos votos. Como essas guloseimas não adoçam a nossa boca, e à falta do que oferecer, direcionam ataques jocosos ao grupo em formação ameaçando nosso patrimônio maior, na qualidade de aposentados e pensionistas da PREVI. Do mesmo modo essa diretoria que se afasta deve estar programando alguma medida de última hora para nos oferecer qualquer migalha a título de benefício. É como o tratamento dado aos aposentados pelo poder central, forjando intransigência na concessão de 6,14% de reajuste para, ao final, aproveitar-se da ingenuidade dos velhinhos donos de milhões de votos e num gesto de “bondade” conceder um pouco mais, quem sabe até “atendendo pedido” de determinado elemento do partido da estrela ou por encenada resolução do guru do sindicalismo. São atitudes tipicamente populistas e que, por isso mesmo, não se firmam entre nós.

Todavia, teimam em ignorar nossa capacidade intelectual e prometem tirar do fogo do inferno quem aderir a eles, “salvadores da pátria”.

Portanto, se não assoprarmos a brasa não seremos atingidos pelas fagulhas.

Deixemos o Alencar de Castro de lado, porém sem permitir que a boa fé esqueça a cautela - com a certeza de que outros virão no seu rastro sinuoso.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 25/04/2010.

Merece respeito?

Caros Colegas.

ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.

Fugindo totalmente à finalidade que a trouxe ao mundo, agora é declaradamente uma fachada para suprir suas empresas lucrativas.

Ao abrir um leque de parentescos e enquadramento de estranhos com acesso ao quadro de associados, a Entidade mostra para todos sua verdadeira vocação: fazer negócios.

Sua sede de poder não tem limites refletindo a megalomania de quem a dirige. E a massificação dos números tem sido a tônica a embalar suas metas.

Arvora-se em ser “considerada a maior associação de uma única classe de trabalhadores da América Latina”, com mais de 100 mil sócios e agora parte para conquistar novos horizontes numéricos.

Quem sabe quer ser a maior congregação de diferentes classes de trabalhadores? É o que se depreende da chamada por novos sócios que faz em seu Site, com a abertura de suas portas ao ingresso no quadro associativo.

Lá está dito que agora podem se associar “empregados das entidades ligadas diretamente ao funcionalismo do Banco do Brasil como: ANABB, Previ, Cassi, Empresas Bancorbrás, Cooperforte, Entidades do Sistema AABB e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil S.A. e cooperado da Cooperativa Habitacional ANABB Ltda. (COOP-ANABB)”.

Se não bastasse essa salada mista de categorias de trabalhadores, inventou parentes que também podem associar-se, tais como trinnetos e trisavós de cômjuge, enteados, sogros, cunhados, etc.

A ânsia de poder é tamanha que perde o respeito por seus sócios e atropela até nomes históricos, chegando ao cúmulo de grafar em chamada de destaque São Luiz com “Z” ao se referir à respeitável capital do Maranhão – São Luís, que sediará o próximo CINFAABB.

O mais estranho nisso tudo é que os dirigentes da Associação aliaram-se a outros e montaram uma chapa para disputar a Eleição da Previ. São, portanto, pessoas com essa mentalidade que querem gerir o maior Fundo de Pensão da América do Sul. Talvez por isso mesmo, por ser o maior, pois só pensam em grandes números.

O que mais impressiona é o fato de que não tinham tempo para defender os participantes e assistidos do PB1 que querem proteger. Imaginem agora, tendo que cuidar de todos esses novos sócios e seus parentes com a dedicação proclamada.

Aliás, esses que abram os olhos porque dedicação não é o forte da ANABB. E preparem os bolsos para comprar seus produtos – a linha é variada, embora sem utilidade alguma para esse público alvo.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 29/04/2010.

Carta a um Dirigente

Prezado Colega.

Contando que já esteja feito do enfado que foi ler nossos assuntos no Blog Previ Plano 1, como prometido, peço licença para abordá-lo com pedido de ajuda aproveitando sua gentil oferta constante da mensagem anterior, que me permito reproduzir uma vez que estou dando publicidade a este apelo através do Blog, com o cuidado de omitir dados que levem à sua identificação:

“Caso desejam uma representação regional, colocamo-nos à disposição para desenvolver esse trabalho dentro da nossa jurisdição, objetivando fortalecer a entidade, ajudar a torná-la competitiva no menor espaço de tempo e, muito principalmente, auxiliar, ainda que modestamente, em fazê-la crescer sob o novo conceito de vinculação: congregação de ativos, aposentados e pensionistas do Plano I da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil-PREVI.”

Caro Dirigente, nossa Associação inspirou-se pelo lado contrário das entidades existentes, procurando exatamente contemplar o universo dos 121.000 participantes da PREVI, integrantes do Plano de Benefício nº1 – ativos, aposentados e pensionistas. Como você bem frisou, esse conjunto está parcialmente desvinculado do Banco do Brasil no que tange aos benefícios auferidos, notadamente depois de desobrigados de contribuir com mensalidades para manutenção do Plano - muito embora o Banco ainda teime em manter-nos atrelados a essa tutela. Por isso mesmo, necessário se torna a adoção de posição terminantemente contra essa imposição reconhecendo, todavia, que o atual estágio de nossas vidas, enquanto aposentados e pensionistas, devemos ao passado em que estivemos sob o honroso título de Funcionários do Banco Brasil.

Mesmo assim, em virtude de desvios comportamentais verificados na postura de gestores, tanto no Banco como na Previ, criamos a AAPPREVI com o intuito de contribuir para sanar as irregularidades perpetradas.

Na qualidade de dirigente de uma Associação de Aposentados, você há de convir que as dificuldades iniciais sejam enormes e sem ajuda externa pouco pode ser feito para o alcance do crescimento em número de sócios – mola mestra do seu funcionamento. Temos trabalhado incansavelmente em prol desse crescimento, porém são poucos os recursos disponíveis, aliados à pouca profundidade do alcance publicitário.

No momento contamos com um mailing de 270 cadastrados (newsletter) e quantidade parecida de e-mails particulares de simpatizantes. Mas apenas 253 associados compõem nosso quadro, com um crescimento médio diário de três novos aliados. Nossa melhor ferramenta de convencimento tem sido o Blog Previ Plano 1 e saliento que contamos com um bem montado esquema de comunicação, tendo à frente profissional competente e diligente. E os recursos na área comporta atenderem qualquer demanda publicitária com o uso dos mais avançados dispositivos – desde que amparados em recursos condizentes.

Nossa maior carência se prende ao alcance de divulgação, por não dispormos de uma fonte de repasse de endereços eletrônicos do público alvo interessante.

Por tudo isto, o apelo que direciono ao Colega é no sentido de colocar à nossa disposição um bom número de e-mails, de comum acordo com os seus pares, não querendo com isto propor quebra de sigilo das coisas da sua Entidade e muito menos ferir a ética que nos rege. Também será bem vindo todo e qualquer esforço que contribua para o nosso crescimento.

Peço que entenda que a AAPPREVI é totalmente diferente da sua Entidade, pois a proposição que nos inspira é o auxílio aos associados na defesa do Plano, sem pretensão de dirigir-lhes assistência no campo do lazer. Tanto é que não temos sede social ou mesmo de trabalho, sob respaldo de dispositivo estatutário, mantendo apenas o endereço físico para recebimento de documentos (minha residência), de onde se depreende que não fazemos concorrência a nenhuma associação existente, no atendimento ao seu corpo social. A assistência que direcionamos é à distância, através da internet, e o próprio corpo diretivo acompanha essa forma de trabalho, porque contamos também com suporte, mediante contrato, de dois bons Escritórios instalados aqui em Curitiba (Advocacia e Contabilidade) nominados no site www.aapprevi.com.br.

Pedir-lhe-ia, portanto, ajudar-nos no sentido colocado acrescido do seu empenho em conseguir que outras Associações se espelhem no seu exemplo. Em contra partida colocamo-nos à sua disposição e de suas co-irmãs para divulgação dos seus trabalhos, desde que nossos propósitos não se conflitem. E que nossa independência seja preservada.

Respeitosamente,

Marcos Cordeiro de Andrade
Presidente Administrativo da AAPPREVI
presidencia@aapprevi.com.br
www.aapprevi.com.br
(41) 3045-0370

Falsa expectativa.

Caros Colegas.

Circulam na internet notícias especulativas que podem gerar falsas expectativas entre os aposentados e ao mesmo tempo desconforto para o pessoal da ativa do Banco do Brasil.

Trata-se da extensão aos aposentados da participação nos lucros (PLR), com base em despachos judiciais recentes.

Acontece que esses despachos referem-se a ações movidas contra o Banespa e a Nossa Caixa, sendo que a segunda já não existe com essa nomenclatura em virtude da fusão com o BB ocorrida no final de 2008.

O título da notícia circulante leva ao entendimento generalizado do direito adquirido, o que não é verdade, até prova em contrário: “Participação em lucros é garantida aos aposentados.”

Pela contundência da afirmação o entendimento gerado por certo redundará no falso entendimento, por parte dos aposentados, de que o direito é líquido e certo, gerando falsa esperança. Já no seio do pessoal da ativa a notícia causará desconforto pela possibilidade, também falsa, de que terão que dividir a parcela que lhes cabe na participação nos lucros.

Vejamos o entendimento desses despachos:

BANESPA:

“Quando julgaram recurso da empresa, os ministros da 4ª Turma concluíram que o artigo 56 do regulamento de pessoal do Banespa prevê a extensão desse benefício aos aposentados. De acordo com o regulamento, as gratificações originárias dos lucros, pagas semestralmente, incluem os empregados inativos...” (RR-761186-89.2001.5.02.5555).

NOSSA CAIXA:

“Inativos da Nossa Caixa asseguram participação nos lucros”

“O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o direito de um grupo de aposentados da Nossa Caixa à participação nos lucros e resultados do banco. A decisão é da 1ª Turma do TST.”

“As vantagens instituídas em favor dos empregados ativos da reclamada mediante instrumentos normativos foram deferidas aos aposentados, com fundamento no disposto na Lei 10.430/71 e no Regulamento de Pessoal de 1976, ao entendimento de que tais normas asseguram paridade entre os proventos dos aposentados, e o vencimento, remuneração ou vantagens dos empregados da ativa, observou Lelio Bentes...”

(RR 783.731/2001.3)

Em ambos os casos as decisões favoráveis repousaram no indicativo de direitos

assegurados nas normas internas das instituições envolvidas.

Por isso, indivíduos ou grupos formadores de opinião não podem sair divulgando notícias parciais que levem a fomentar falsas esperanças, notadamente no seio de uma classe tão sofrida e carente de amparo por parte das autoridades responsáveis, como os aposentados e pensionistas - pertençam eles a que contingente for. É bom ter presente que a cautela deve prevalecer quando se divulgar notícias que possam afetar o interesse de pessoas a quem se direcionem.

Por enquanto não há nada que indique a inclusão do Banco do Brasil neste questionamento.

Todavia, o Departamento Jurídico da AAPPREVI estuda o assunto com vista a um oportuno posicionamento.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 02/05/2010.

A Pensionista - Reedição

Caros Colegas.

O natural sentimento de proteção à família nos leva a causar-lhe um irreparável dano após nossa morte. Presos a certos conceitos machistas, ilusoriamente acobertados sob o mito protecionista, muitos de nós mantemos nossas companheiras atreladas ao fogão e à máquina de lavar com os filhos à sua volta - também sob o pretexto de que lugar de mulher é cuidando da casa e dos filhos, enquanto que nós temos que ir à luta encarar o batente para lhes proporcionar conforto e segurança.

Muito embora as cerquemos de carinho e mimos quando presentes, é na ausência que vamos minando o terreno fértil da capacidade feminina para enfrentar adversidades. Nós as impedimos de exercer o aprendizado da autoproteção para desafiar os perigos do estado da viuvez indesejada.

Em casos assim, quando um de nós falece deixa uma viúva despreparada para vencer o mundo que existe fora do lar. Um mundo desconhecido e hostil, que ela imaginava pronto para recebê-la com sorrisos em reconhecimento ao respeitado esposo que o habitava com altivez, enquanto aposentado do Banco do Brasil.

Já na condição de “pensionista” ela recebe o impacto da nova vida; o salário do falecido, que antes dava para tudo, é reduzido a 60% do valor, e para manobrar o orçamento não conhece o jogo de cintura que permite pagar as contas determinando prioridades - com as relações de todo dia 20 – fazendo a separação de contas a pagar e contas a pagar mesmo!

Com o dinheiro curto recorre ao gerente da agência, “amigo” do ex-titular da conta. Lá é recebida como ave de mau agouro, ninguém dela se aproxima. O próprio gerente a recebe com indiferença empurrando-a em direção ao “setor competente” onde, também, se sente repudiada, mesmo como cliente. Lembrando que tinha orgulho do marido nas poucas vezes em que o acompanhava, pelo tratamento “vip” que lhe era dispensado, fica sem entender o motivo da mudança de comportamento. Esquecem esses gerentes que têm em casa uma pensionista em potencial, que talvez um dia se coloque nessa posição.

Pela expectativa média de vida, a mulher brasileira é mais longeva que o homem. Normalmente ele se vai antes. Mas nós não nos damos conta do que isto representa e depois do acontecido já é tarde para qualquer conserto, que não nos cabe fazer, logicamente.

Em que pese tudo isto a viúva sai da agência com o problema “resolvido”. É-lhe destinada uma “excelente” linha de crédito previamente autorizada: CDC, cheque especial, cartão de crédito, adiantamentos, etc. Tudo muito simples, para sacar quando precisar. Mas o “ex” não a instruiu em vida acerca dessa armadilha. E ela passa a precisar todo mês para complementar o minguido líquido do contracheque. E assim vai se endividando paulatinamente até que se insere no submundo dos inadimplentes.

E conhece o inferno dos endividados. O Banco é cruel e não dá bolas para suas súplicas, comendo sua pensão tão logo entra na conta. Os antigos amigos se afastam e suas esposas a ignoram, pois esposa é uma coisa e viúva é outra “coisa”, no exato sentido da palavra, para muitos.

Caros colegas pensem no assunto. Ainda é tempo de preparar o futuro de nossas “pensionistas” com orientação segura. Façam isto e contem com o auxílio da AAPPREVI. Há por aí cartilhas ensinando como cuidar das coisas boas que o morto deixou: seguros, aplicações, bens, etc. Mas nenhuma ensina a ser pensionista perante o Banco, nem como lidar com a Previ e a Cassi nessa condição. Nenhuma cartilha é tão importante que dispense a orientação do principal personagem, enquanto vivo.

Por sorte, ao formarmos nossa associação tivemos a felicidade de eleger uma pensionista para cuidar de suas colegas – atuais e futuras. A área sob o comando da dirigente está apta a ajudar esse segmento de nossos associados, ouvindo seus reclamos e orientando sobre um universo a que todos fazemos vista grossa, como se fôssemos eternos. O sigilo no atendimento é absoluto e a ajuda palpável, dentro do possível.

Creio que “nunca na história deste país” uma PENSIONISTA ocupou um cargo na direção de associação de aposentados e pensionistas do BB. Mas agora o clube do bolinha teve a porta escancarada – “meninas” também entram.

Conte conosco. Associe-se: www.aapprevi.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 05/05/2010. (Edição original: 12/02/2010)

Procedimentos da CASSI

Caros Colegas.

“História

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI) é uma empresa de autogestão em saúde fundada em 27 de janeiro de 1944 por um grupo de funcionários do BB. O objetivo era ressarcir as despesas de saúde dessa população. Com 66 anos de existência, a CASSI é hoje uma das maiores instituições sem fins lucrativos administradoras de planos de saúde do País. Atualmente tem mais de 817 mil participantes.”

É o que a Caixa alardeia no Site como sua virtude maior. Mas isso deixou de ser História para ser conto da carochinha. Note-se que o verbo no passado é contundente: “... era ressarcir as despesas de saúde...” Além da outra mentira “... sem fins lucrativos”.

Lamentavelmente é comum o associado da CASSI receber resposta desalentadora ao necessitar submeter-se a exames prescritos em consultas médicas.

Comigo aconteceu ontem. Ao pedir autorização para o exame de diagnóstico de Glaucoma que custa a bagatela de R\$ 300,00, fui brindado que esta pérola de resposta:

“Em atenção ao seu registro sobre o procedimento OCT - Tomografia de coerência óptica informamos que o referido evento não está incluso no Rol de Procedimentos obrigatórios da ANS – Agência nacional de saúde, por esse motivo não possui cobertura.

Atenciosamente,

Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil”

Traduzindo em miúdos: se vire, dane-se - a CASSI não tem culpa se sua mulher vai ficar cega.

O que também significa dizer que neste mês terei que pagar os R\$ 183,22 do plano de saúde mais os R\$ 300,00 do exame, se não quiser que ela perca a visão mais cedo como praguejam.

Todavia, cabe à CASSI providenciar para que esse tipo de “procedimento” seja estendido aos seus associados, que pagam para isto e continuam acreditando no seu passado - antes que se mudem para uma das Unimed's da vida.

E o quadro que se vê deve ser creditado a muitos culpados envolvidos na teia, como sejam:

Os aposentados cegos por opção, que não enxergam em quem votam e deixam no poder essas aberrações que se locupletam através dos cargos que lhes são dados de bandeja; esses mesmos aposentados que ficarão cegos de fato se não receberem tratamento contra o Glaucoma por conta da sua passividade; os cegos pela ganância no desejo de amealhar fortuna - inerente à parte mercenária da classe médica; os médicos que estão cegos pela insensibilidade e prescrevem “procedimentos” desenquadrados nas normas dos planos de saúde, sabedores de que isto obriga o indefeso e falido idoso aposentado a endividar-se com o pagamento de exames indicados; outros cegos pela falta de cumprimento às promessas de campanha feitas à cata de votos, como os eleitos de toda sorte, inclusive os gestores da CASSI.

Para complementar esse quadro de horrores, é sabido que no campo da medicina há a prática do mercantilismo aproveitador dos males da velhice.

Inventos que deveriam servir ao grupo da última idade se prestam a engordar a indústria da propina, onde correm soltas as benesses distribuídas pelos fabricantes de equipamentos. Partindo daí manipuladores da capacidade de prescrever “procedimentos” recebem “incentivos” de todo tipo e forma.

Os donos de laboratórios que utilizam essas máquinas, por sua vez distribuem vantagens à classe médica disposta a impingir a obrigatoriedade desses exames aos seus pacientes, que pacientemente se sujeitam a isso. Também recebem grana preta os responsáveis pela “vista grossa” para não pleitear o enquadramento junto à ANS, pois são de interesse fundamental aos planos de saúde (as CASSIs e outras do mesmo naipe) que esses procedimentos não mereçam “enquadramento”.

Tudo repercutindo negativamente no desempenho da própria ANS, que não se digna fazer frente a esse lamentável estado de coisas e não enquadra esses desenquadramentos dos planos de saúde - para abolir do nosso cotidiano as cínicas respostas como a da CASSI de que “não se enquadram na TGA”.

Ora bolas então que sejam enquadrados em alguma outra sigla. Quem sabe na ONU, na OMS, ANS, TCU, MPF, STF, PF e até na PM e PC para botar na cadeia os irresponsáveis responsáveis pelo péssimo atendimento aos pobres e indefesos aposentados e pensionistas.

Também pudera somente o poder do voto tira o poder das mãos de quem não merece ter poder.

Por isso saber votar pode resolver muitos problemas. Até mesmo esse.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 06/05/2010.

Com cópias para: CASSI, MS e ANS. E para o Senador Mão Santa, o Deputado Gustavo Fruet...

Operação Resgate

Prezados Colegas.

A Instituição Banco do Brasil deveria ser tombada como patrimônio histórico pela sua contribuição à formação da República.

Como primeiro banco da nação, fundado ainda no Império, constituiu-se num pilar de sustentação da sociedade brasileira. Isto porque várias das entidades sociais hoje existentes tiveram início com o seu surgimento, e se firmaram como símbolos de eficiência e honestidade em função do apoio dado pelo contingente humano que foi formado no seio do Banco.

São muitos os ramos da atividade em que foi o primeiro como instituidor. Mas seus funcionários tiveram sempre o maior peso na formação do seu patrimônio cultural e funcional e os aposentados, hoje tidos como saudosistas, têm muito a lamentar pelo estágio a que chegou a Casa, sem vestígios do que ela foi depois de cumpridas etapas “saneadoras” impostas por governos e desgovernos sobrepostos.

Somente porque entenderam eles que o Banco teria que passar por uma limpeza, apagando seu passado para dar lugar à voraz competitividade do mundo econômico atual.

O paciente trabalho de destruição com a transformação do banco em concorrente à rede em que se insere foi paulatinamente instituído, pois o modelo existente se lhe afigurou empecilho ao gradual avanço do rolo compressor que impulsiona o progresso.

Amparado na condição de Banco público concorrendo deslealmente com a rede privada, o Banco do Brasil tornou-se objeto de desejo de governantes ávidos por confrontar essa mesma rede, de olho grande nos seus lucros fabulosos.

Esquecendo sua condição de instrumento fomentador do nivelamento social, empregando com isto suas receitas a serviço do tesouro, enveredou pelo torto caminho da consecução de resultados positivos a qualquer custo. E começou por pulverizar sua atuação pelo Brasil afora numa corrida desenfreada para apossar-se de pontos de venda dos seus produtos, atropelando os seus rivais.

Mesmo como detentor dos depósitos governamentais, guardando para si as contas do tesouro em todas as arrecadações tributárias federais e com as verbas destinadas aos estados e municípios, obrigatoriamente sob sua tutela, teve baldada sua investida porque ainda assim a meta não foi cumprida – por incompetência das autoridades manipuladoras do dinheiro público.

Voltou-se então para o contingente humano à sua disposição. Achando que aí estava o freio a impedir seu avanço, decidiu que era esse agrupamento de pessoas que frustrava sua escalada em direção ao topo do monte de lucros da rede bancária. Mais uma vez resolveu atacar assestando suas baterias em direção à vulnerável massa

humana que lhe prestava serviços. Foi quando decidiu aniquilar o tradicionalismo funcional implantando avassaladora política destrutiva. Criou fórmulas e formas de enxugar a “máquina improdutiva e cara” comprometida com as raízes do estabelecimento. Inventou planos mirabolantes para consumir demissões por atacado visando trocar antigos servidores por outros mais baratos e descartáveis. Foram PDVs, PPAs, PAI-50 e terrorismo. Muito terrorismo amedrontador para forçar os fragilizados e acuados servidores a aderir aos seus planos. Contabilizou mais de 50.000 funcionários atingidos e excluídos em pouco tempo. Demitidos sumariamente. Uma massa de falidos e desorientados pais de família que até hoje vaga como uma hoste desarvorada, como se fora a sobra de um expurgo ecológico ou de um genocídio avassalador vergonhosamente consumado por um cataclismo oficial. No que se criou um foco de miséria social comportando falência pessoal, distúrbios psicológicos, desagregação familiar e até suicídios entre atingidos dessa população. Nada ou quase nada lhes foi destinado como paga por seus direitos fundamentalmente garantidos na Constituição Federal. Dois governos antagônicos se uniram para perpetuar o mal feito: o neoliberal instituidor da exceção aniquiladora e este que está presente, tido como bom moço protetor dos fracos e oprimidos. Dois pulhas é o que são. E as associações da classe nada fizeram para corrigir esses abusos. ANABB, AAFBB, AFABBs, ficaram encolhidas, mesmo com tanta terminologia destinada à defesa dos funcionários do Banco do Brasil – ativos e inativos. E os sindicatos, por que se omitiram? É a velha história. Contra minorias, tudo; contra o Banco do Brasil nada, que ninguém é besta!

Funcionários graduados e experientes que traziam nas costas 200 anos de tradições acumuladas foram vítimas desse vilipêndio. Até fraudes cometidas no aconchego da noite foram perpetradas nos bastidores do Diário Oficial, para carimbar com rasuras convenientes ao entendimento dos carrascos modificações comprovadas como verdadeiras falcatruas governamentais.

Conhecimentos trazidos de estudos anteriores à posse e somados aos cursos de aperfeiçoamento freqüentados, baseados na formação que lhes permitiu aprovação em concurso rígido e excludente onde só entravam os melhores foram esquecidos e descartados. Pois até nisso o Banco encontrou sua fórmula própria de agir com a introdução do concurso de letrinhas para abrir as portas do emprego em substituição aos que jogou na lata do lixo porque eram caros, embora valessem o seu preço. Se antes havia seleção rígida, verdadeiro vestibular, a superficial avaliação por múltipla escolha surgiu – sem atentar para a essência dos conhecimentos necessários à formação de um bom bancário. Permitiu-se assim a introdução de jovens bem intencionados, mas despreparados para a função e desinteressados pelo futuro do emprego por falta de um passado a preservar. Pouco ligando para o Banco de hoje, trampolim para emprego mais atrativo, pois o patrimônio cultural da Instituição foi posto fora com as aposentadorias e demissões dos antigos – simplesmente excluídos. Deu no que deu. Uma Instituição volumosa, maior que todas, mas fruto de inchaço indevido, por isso detentora de uma estrutura fraca que corre em direção ao nada.

A pedra basilar de sustentação foi corroída e seu funcionamento é hoje tido como dos piores do seu meio. O atendimento é péssimo e o descontentamento entre seus funcionários é generalizado em virtude dos salários aviltantes – os menores da classe –

reconhecido até pelos sindicatos que dão sustentabilidade popular ao Banco do Brasil.

Ainda assim, e não satisfeito, escancarou as portas das AABBs e da Cassi para apagar de vez a memória dos bons tempos, transformando-as em reduto “comunitário”, visando acabar com as reuniões da “família” em seu ambiente particular e obrigar o pagamento de despesas médicas antes inexistentes. Mas isso é outra história.

Também não parou por aí.

Partidos políticos sem escrúpulos, com dirigentes da mesma cepa assenhorearam-se das dependências da Casa como donos absolutos a ditar normas e cobrar cumprimento. A Instituição que antes era dirigida com base na competência dos escolhidos, passou a ser dominada pelo peleguismo a serviço de partidos de posicionamento dúbio – posando de benfeitores do povo, mas acobertando falcatruas e acumulando poderes à custa do próprio povo, numa política populista sem comprometimento com os necessitados e desvalidos do poder público.

Nas comemorações dos 200 anos o BB não escondeu sua predileção pelo materialismo em detrimento da tradição. Fez questão de mostrar ao mundo que o passado só deve ser lembrado se trouxer frutos para o presente. Premiou todos os seus funcionários da ativa com mimos sonantes, dinheiro vivo, e aos aposentados mandou uma cartinha singela, sem cor nem respeito, agradecendo sua colaboração no passado como por obrigação. Aos atuais funcionários que receberam pronto esse patrimônio secular das mãos dos antigos ele, Banco, doou dinheiro sem destinar um centavo sequer aos aposentados que não foram recompensados como fabricantes dessa glória bicentenária. Esquecendo propositalmente que entre esses aposentados alguns já contavam metade do tempo de vida da Instituição. E o servidor atual, sem nenhuma culpa, não sabe seu papel no contexto por desconhecer o passado, aceitando o presente como lhe é imposto a troco de míseros salários, com enorme carga de trabalho e responsabilidade. E assim vai tocando o Banco, essa máquina de fazer dinheiro não importando a que custo, pois pouco se lhe dá que o passado seja enterrado porque o governo a que ele serve cegamente precisa de suas cifras.

A sanha do crescimento foi alimentada com a absorção de competidores de menor porte e mesmo sem dinheiro para embasar essas compras soube fabricar meios. Com a ajuda do poder central conseguiu que normas e regulamentos fossem criados para beneficiá-lo. Foram várias resoluções seguidas de leis e até criação de autarquia para trabalhar em seu favor para validar um feito tido como impossível. Como um poderoso cupim daninho conseguiu penetrar na sólida madeira de lei do fundo de pensões do funcionalismo, e de lá tirar o dinheiro que lhe falta para prosseguir nas suas compras. Tudo fazendo para protelar a discussão da distribuição do bilionário Superávit do fundo imposta por lei, chegando ao cúmulo da bizarrice ao declarar que somente a Contraf-Cut tem representatividade para tratar dessa partilha com o Banco em nome dos aposentados e pensionistas. Quando é sabido que essa entidade não tem ingerência nos assuntos dessa classe, até por força dos seus estatutos: “Art. 5º. São representados pela CONTRAF todas as Federações e Sindicatos que a ela se filiem...” E por que não aceitar Associações de aposentados e pensionistas reconhecidas

legalmente? Simplesmente porque nem todas servem ao mesmo senhor – o governo populista.

Banco após Banco, Caixa após Caixa, aqui e lá fora o BB foi estendendo seu raio de ação na corrida em direção ao nada. Isto porque, sem a sustentação do quadro funcional seu fim é inevitável, pois só conta com a fidelidade da máquina a serviço da informática. No entanto, até essa máquina é operada por pessoas, funcionários mal pagos que mais dia menos dia abandonarão o barco que naufraga para ocupar escaleres robustos e acolhedores, se prosperar essa política de aniquilamento do passado.

Será a vingança da memória conspurcada. O desprezo do passado que não quer ser enterrado. Mas isso precisa mudar. E pode mudar, pois ainda é tempo uma vez que sabemos por onde começar.

Há cerca de 24 anos, quando o Banco ainda era um patrão sério e honesto, surgiu uma associação portando a sigla BB em cujo estatuto está estampado, como motivação primordial:

“Art. 2º São finalidades da ANABB:

I - zelar pela integridade do Banco do Brasil...”

Quem duvidar consulte o rol de ações judiciais patrocinadas por ela. Não há uma única contra o Banco ou contra as entidades por ele patrocinadas: Previ, Cassi, AABBs, etc.

E foi assim que tudo começou. Valendo-se dos votos dos seus associados (103.000 hoje) a ANABB passou a apoiar o Banco em todas as suas investidas contra o funcionalismo e seu honroso passado, mantendo-se omissa em questões do gênero. Recentemente o presidente dessa entidade, senhor Valmir Camilo, declarou com todas as letras: “precisamos dominar a Cassi e a Previ a qualquer custo...”

Um mês atrás conseguiu eleger sua chapa para dominar a CASSI, com o uso da máquina publicitária ao seu dispor. Os associados eleitores foram envolvidos pela propaganda enganosa e convencidos a votar em seus indicados.

O mesmo tenta agora com relação a PREVI, nas eleições que se iniciam no dia 17 de maio.

Há, portanto, a necessidade premente de proceder às mudanças com o afastamento da ANABB e seus aliados do caminho dos participantes e assistidos da PREVI, começando pela sua direção dentro do que está ao nosso alcance. Tudo pela defesa da tradição e, principalmente, conservação do patrimônio para distribuição justa entre seus legítimos beneficiários, banindo definitivamente o risco de saques indevidos e entrega de parte desse dinheiro a alguns privilegiados como ocorreu com a Renda Certa, ou de reparti-lo com grupos desenquadrados nos estatutos.

Essa é a responsabilidade que repousa pesadamente sobre os ombros dos 121.000

participantes do Previ Plano 1 – ativos e inativos. A eles está entregue o dever de resgatar a memória do funcionalismo do Banco do Brasil, tomando para si a tarefa de manter vivo o passado honroso através do voto, expulsando de vez os moradores perpétuos dos corredores dos andares mais altos - começando pela eleição no nosso fundo de pensão.

Esses 121.000 votos suplantam qualquer conjunto que se forme. Basta o voto de cada um para afastar o perigo e fazer renascer as esperanças de paz e justiça entre os associados da PREVI. O primeiro passo no caminho da mudança é não votar avalizando o continuísmo. Em seguida imprimir severa vigilância nos que entrarem para evitar decisões errôneas. Estas, em acontecendo, deverão ser alvo de impugnação pelas vias possíveis, inclusive a judicial.

Nesta eleição puseram uma armadilha em nossas mãos com opções extremas. Se os votos válidos forem suplantados haverá nova eleição, com as mesmas chapas, e a máquina publicitária da situação atacará com todas as forças. Mas se conseguirmos banir do poder o grupo da ANABB, seremos capazes de tirar qualquer outro que não nos sirva.

Se apenas o conjunto dos 121.000 participantes do PB1, aposentados, pensionistas e ativos, são suficientes para derrotar a chapa da ANABB, é bom saber que contamos com os demais insatisfeitos que irão votar. Depois, vencida esta etapa, nas próximas eleições teremos chapas limpas disputando, sem conchavos nem suspeitas alianças. E com a ajuda de Deus os nossos candidatos estarão nelas.

Portanto, em defesa do passado dos aposentados e pensionistas da Previ e do patrimônio que construímos e que nos pertence, tomemos a decisão. Com um olho na missa e o outro no padre...

Eu voto na chapa 1 - Nova Previ.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 13/05/2010.

Eleição PREVI 2010

Caros Colegas.

A nossa Caixa de Previdência por certo inaugurou mais um departamento para dificultar o relacionamento com seus associados. Na minha imaginação esse setor chama-se Serviço de Desserviço e faz parte de planos para apressar a extinção dos aposentados e pensionistas, pois se a comunicação entre as partes era praticamente nula agora se torna mais difícil.

Hoje tem início a votação para preenchimento de cargos na Previ e os inativos somente podem exercer o direito do voto por telefone. No entanto o sistema posto à disposição tem restrita capacidade de atendimento.

Se não bastasse a precariedade na absorção de chamadas, o número disponibilizado (0800-729-0808) teve limitado o horário disponível para votação – das 09 às 18 horas dos dias úteis. E vive mais congestionado que o tráfego de São Paulo em horário de pico. Um detalhe corrobora as suspeitas de que isto é proposital: quando há realinhamento do Empréstimo Simples o serviço tem início a ZERO hora, e o endividado tem o ano todo para fazer a contratação.

Se concretas minhas suposições, o Serviço de Desserviço criado conta com excelentes profissionais da área de pesquisas comportamentais. E parece que descobriram o período diário mais produtivo dos integrantes da última idade.

Idosos costumam dormir cedo e acordar cedo, normalmente iniciando o seu dia no silêncio da madrugada.

Enquanto toda a casa ainda dorme, costumamos desempenhar as tarefas que fazem bem ao cérebro: ler, fazer anotações, atualizar a agenda de compromissos (principalmente financeiros), usar o computador, e votar em épocas de eleições para a Cassi e a Previ.

Mas, para dificultar nossas vidas o Serviço de Desserviço recém criado descobriu o funcionamento dessa rotina e dele faz uso para desestimular o voto dos inativos.

Isto para a Previ funciona como arma letal empregada para restringir o número de votos que de outro modo alijaria da sua cúpula dirigente todos os sábios imprestáveis que lá se acomodam há anos. Por isso simplesmente não permite a votação por telefone entre as dezoito e as nove horas da manhã dos dias úteis. Período que nós idosos sabemos usar como poucos.

Mas não nos deixemos abater. Com paciência e perseverança vamos superar mais este obstáculo. Se até isto exige mudanças na Previ vamos promovê-las votando na

Chapa 1 – Nova Previ.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 17/05/2010.

Recuperação

Caros Colegas.

Eis a pergunta que me foi feita hoje.

“Como aposentado, me sinto envergonhado pela falta de interesse de minha categoria em assunto tão intrinsecamente relacionado à nossa vida. E me pergunto: será que estão felizes com o que recebem? Será que sabem que se morrerem antes de receber o superávit seus filhos ficarão a ver navios? Marcos, em sua opinião, o que ocorre com nossos colegas?”

Eu arrisco responder o que ocorre.

Falta mais que interesse. Falta conscientização. Falta informação. Existe uma barreira natural a separar o aposentado/pensionista dos dois mundos que habita. Um é o aconchego do lar, o convívio com a família, o saber que não precisa se desgastar com o que acontece lá fora porque o sustento está garantido, sem se importar com o quanto lhe é devido e não disponibilizado. Contenta-se com a situação.

Isto é comodismo.

O outro mundo é o que ouve dizer em pontas de conversas com colegas, nos encontros esporádicos. Mas os assuntos tratados nesses breves momentos são complicados. Cuidam de coisas que não se dá ao trabalho de avaliar. Coisas como demandas judiciais, resoluções, superávits. Intriga e briga por poder nas Entidades que aprendeu a admirar. Denúncias de corrupção nas associações que ajudou a fundar. Benefícios longe do seu alcance. De tudo isso quer distância.

Isto é apatia.

Mas falta pouco para que se mude esse cenário.
E o pouco que falta está ao alcance de cada um de nós, parceiros de outrora.

Todo aposentado gosta de ler, de se informar, desde que com veículos amenos. Nada de tratados de sociologia ou de best-sellers volumosos. Coisinhas simples, pequenos escritos como os antigos almanaques.

Partindo desse princípio, cabe aos aposentados que não se deixaram abater, e aos recém incluídos nesse rol, cuidar para que os mais antigos voltem ao convívio da “família satélite” - que precisa despertar.

Vamos fazer uma cruzada de recuperação dos ânimos. Todos podem e devem se empenhar nessa missão pelos caminhos do coração e da razão. Vão buscar os antigos colegas para reviver. Procurem se inteirar de quais assuntos eles aceitam discutir com prazer. Levem-lhes temas atualizados em pequenos excertos, informações condensadas, tipo artigos de Seleções. Tudo sobre o antigo mundo de trabalho.

Procurem readaptá-los à linguagem bancária. Conversem sobre possibilidades de ganhos através da justiça. Vitórias que redundarão no crescimento de pensões futuras. Mas tendo o cuidado de não exagerar na dose com acúmulo de informações. Com sutileza e paciência readquiram sua confiança para tratar de discussões mais sérias.

Num trabalho de reconquista, vamos trazer de volta os amigos afastados da nossa roda e fazê-los vibrar com a vontade de lutar por seus direitos.

Com este empenho e dentro desse espírito de amizade e compreensão adensaremos nosso grupo, ganhando corpo para vencer eleições.

Essa é nossa missão.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 18/05/2010.

Boatos

Caros Colegas.

Essa boataria de junção de Planos é descabida. Não tem o menor fundamento e ninguém precisa se preocupar com isto.

A Chapa 1 – Nova Previ, comprovadamente deu um tiro no pé.

No afã de arregimentar votos inventou esse absurdo sem medir as conseqüências. Agora paga pelo que não vai fazer, nem pode.

Isto somente interessa à situação, que tem o nome de ANABB, em conluio com a própria Previ. Sim, porque a PREVI é conivente com a propagação das informações levianas que dão suporte à outra Chapa.

Caberia a ela tranquilizar seus participantes, independentemente de eleições ou transferência do poder. Afinal isto são terrorismo barato que prejudica o relacionamento entre o patrocinador, os participantes e o Fundo. É sua função primar pelo bem estar dos associados, os donos do patrimônio que representa.

Ao que entendo, não adianta vir aqui citando leis, estatutos, Constituição Federal, Congresso ou o que quer que seja. Infelizmente uma grande parcela do contingente dos inativos ainda acredita que a ANABB nos serve para alguma coisa e que sua propaganda danosa merece crédito.

Para nós, aposentados e pensionistas ela não presta para nada. Nunca prestou. Essas açõezinhas que alardeia como méritos seus é pura balela. Qualquer um que entre na justiça terá ganhado a causa, há jurisprudência firmada e nem mesmo é preciso ser sócio dela ou de qualquer outra associação para ingressar com essas ações. Basta pagar ao advogado, menos do que ela cobra. E ganhar. A AAPPREVI está patrocinando causas sem cobrar um centavo sequer dos seus participantes, sem alarde, provando que é possível assistência honesta sem segundas intenções, o que comprova que a ANABB pode e deve sair de nossas vidas, por motivos óbvios.

Também a PREVI precisa vir a público refutar com veemência essas falsas informações, sob pena de suspeição no resultado da presente votação. A chapa da situação representa o continuísmo danoso. Portanto não nos serve.

Nossa esperança na promoção das mudanças está na Chapa 1 – Nova Previ, em que pese o desconforto que ela gerou com sua plataforma de campanha mal fundamentada.

Na pressa em cumprir prazos do regulamento das eleições não cuidou da revisão criteriosa das propostas colocadas na mesa, e seus organizadores “engoliram mosca” deixando passar essa promessa vã.

No entanto, com certeza tratarão de apaziguar a todos declarando firmemente o engano cometido. E antes do término da eleição publicarão sua retratação, dando como indevidas as promessas divulgadas.

Enquanto que nós, deste lado de cá, contamos com o voto esclarecido dos aposentados e pensionistas e do pessoal da ativa para superar o derrotismo.

Ninguém deve se deixar levar por essa estratégia mesquinha da ANABB e de todos que estão ao seu serviço, e que contam com a complacência da PREVI, hoje indiscutivelmente dirigida pela ANABB e a Contraf-CUT.

Votei e não me arrependo:

CHAPA 1 – Nova Previ.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 19/05/2010.

Votar é preciso

Caros Colegas.

Estamos sendo roubados e ninguém move uma palha para defender o que nos pertence. Isto porque a poupança que formamos com o fruto do nosso trabalho está sendo vigiada por quem não tem a menor preocupação em resguardá-la - por incompetência ou má fé.

Durante trinta anos ou mais retiramos parte dos nossos salários para formar um fundo garantidor da nossa velhice. Com isso conseguimos guardar o suficiente para assegurar uma aposentadoria digna até o fim das nossas vidas, e ainda deixar pensões para os dependentes.

Essa poupança tem o nome de PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Mas acontece que a mídia teima em dizer que ela é o Fundo de Pensão do Banco do Brasil, como a justificar a rapinagem que através dele se permite o governo concretizar saques e engendrar planos para gastar tudo que quiser retirar daqui para frente.

Já são cerca de nove bilhões de reais que o banco desviou para seus balanços. E agora o governo anuncia que vai tomar o resto para financiar suas obras. Sorrateiramente já teve início a parte burocrática para viabilizar a façanha.

Com a criação da Previc, uma autarquia destinada a “fiscalizar” os destinos do patrimônio da PREVI, a coisa caminha a passos largos. É que estão botando gente da camarilha para dominar o “esquema”, ou seja, a raposa tomando conta do galinheiro.

Também, se não bastasse o olho gordo para financiar a campanha presidencial, as obras do PAC e outras coisinhas de bilhões de reais, o governo declarou com todas as letras que vai usar o dinheiro da Previ para viabilizar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, aqui no Brasil.

Para tanto pretende criar empresas e consórcios com o nosso patrimônio para financiar as obras necessárias, o que vale dizer que serão conglomerados recheados de políticos e apadrinhados. E esse dinheiro, depois de usado, terá retorno hipotético no decorrer dos próximos trinta anos ou muito mais que isto, quando a maioria de nós já tiver morrido sem ver a sua cor.

Isto tudo acontece sob a passividade dos dirigentes da Previ que nós elegemos ou ajudamos a eleger-se por desinformação ou omissão.

No momento está em curso uma nova eleição para mudar os nomes que lá estão. Mas parece que para a maioria do nosso grupo de aposentados e pensionistas pouco importa o que acontece ou que venha a acontecer nesse sentido. Até parece que estão satisfeitos com o que ganham e acham que mesmo isto nunca terá fim, pois apesar de somarmos 93.410 votos, apenas 15.845 exerceram essa obrigação. E assim

contribuímos para uma vergonhosa estatística que aponta a ausência de 77.565 eleitores até agora, apáticos e acomodados colegas de infortúnio.

ACORDA GENTE. Ainda restam quatro dias para votar. Ou abrimos os olhos ou nas próximas eleições será tarde demais. Do jeito que a coisa vai logo a fonte estará seca e a nossa complementação da aposentadoria terá ido para o bebeléu. Aí teremos que sobreviver com a miséria que o deficitário e explorado INSS nos paga, se até lá a pelegada não tiver destruído isso também.

Eu votei na Chapa 1 – Nova Previ.

Mas mesmo que esta não seja a sua opção, vote. Faça sua escolha e VOTE!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 23/05/2010.

Suspeita de FRAUDE!

Colegas,

A eleição da PREVI terminará amanhã e, para descontentamento de todos aqueles que vêm lutando por mudanças no destino de nossa entidade, somente 23,16% dos aposentados e pensionistas votaram até ontem (ver quadro ao final).

Somos nós, os aposentados e pensionistas, os mais interessados nas mudanças que precisam ser realizadas e os mais prejudicados com as ações danosas praticadas pelo Banco do Brasil, com a total omissão/conivência daqueles que foram eleitos por nós ou nomeados pelo patrocinador.

Enquanto ficarmos inertes, de pijama em nossas casas, sem qualquer esforço para exigir o que temos direito (utilização legal dos superavits da PREVI, dentre outros aspectos), seremos lesados por todos esses falsos representantes e pelo comando do governo dos "trabalhadores", que não têm o menor constrangimento de agir ao arrepio da lei.

Não precisamos de excelente memória para nos lembrar da malsinada Resolução 26 da CGPC que, ferindo a hierarquia das leis (uma lei menor não pode modificar uma lei maior - no caso, uma resolução alterou uma Lei Complementar, a segunda na escala descendente das leis, logo abaixo da Constituição Federal, a lei magna de qualquer país). Que fizeram ou estão fazendo os nossos "representantes" para invalidar essa abrupta, ilegal e inconstitucional resolução ???

Há comentários, não saberia identificar a fonte, sobre a interposição de medida judicial, com pedido de liminar, por suposta insegurança/violabilidade do sistema eletrônico de votos, para SUSTAR A APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES DA PREVI ATÉ MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Colegas aposentados e caros pensionistas, independentemente da veracidade ou não do supracitado comentário, não podemos ficar à espera de "milagres".

LUTEMOS PELO QUE É NOSSO E VOTEMOS, O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL, POIS AS ELEIÇÕES SE ENCERRARÃO AMANHÃ - 27.05.2010.

"Deixar para depois" será muito tarde, e é com isso que sempre têm contado os oportunistas de plantão, travestidos de defensores dos nossos interesses/direitos.

EU VOTEI, E RECOMENDO O VOTO, NA CHAPA 1 !

José Domingos Moreira Filho

(Associado da AAPPREVI)

APOSENTADOS E PENSIONISTAS
0800-729-0808 (às 17h31 de 25.05.2010)

Votantes Votaram Não votaram
93.410 21.630 (23,16%) 71.780 (76,84%)

Observações:

Por especial deferência do mediador do Blog (em respeito ao nome do articulista e pela relevância das denúncias inseridas no texto) este post tem outro autor que não o de costume, depois de 110 outros publicados sem essa concessão.

Marcos Cordeiro de Andrade - Curitiba (PR) - 26/05/2010

Cuidemos de nós.

Bom dia, Colegas.

"Águas passadas não movem moinhos".

Mas, se não fossem as águas impulsionadas por pessoas como vocês os moinhos que se moveram teriam girado menos do que aconteceu.

Bem ou mal tivemos um bom começo. Basta avaliar as votações passadas e veremos que nesta tivemos nossa contribuição, com muita participação, muito barulho e muitos apelos e denúncias.

Passado o pesadelo de engolir a seco a chapa 3, resta-nos bater a poeira das vestes, trocar os sapatos e continuar a caminhada.

Vamos agora cuidar de nós.

Vamos cuidar da AAPPREVI para mostrar aos imprestáveis poderosos a que viemos. E que viemos para ficar e crescer para seu desespero e temor. Viemos para crescer sem desejo de poder, mas para afastar os inoperantes e entregar o poder nas mãos de quem queira trabalhar em proveito de todos os aposentados e pensionistas da PREVI.

Vamos mostrar aos desassistidos e incrédulos colegas que somos de confiança.

Mostremos a eles que somos feitos de muitas Janes, Lázaras, Sandras, Marias, Rosalinas e mais uma dezena de Diretores que trabalham para eles, de graça, com gana de vitórias.

Neste momento o nosso advogado está voando para o Rio portando o processo Renda Certa para ajuizamento.

Na próxima semana começaremos os trabalhos informativos para o início da ação RMI, continuando com o 2º lote das ações já em curso.

A vida continua...

Abraços,

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 28/05/2010.

Conheça a AAPPREVI

Caros Colegas.

A seguir relato tudo que diz respeito à criação e funcionamento da AAPPREVI, o que espero satisfaça sua curiosidade.

Ela originou-se do blog Previ Plano 1 que meu filho criou para meu uso como mediador, em 26/09/2009. O intuito era utilizar esse canal para fazer críticas e denunciar desmandos praticados pelos dirigentes dos Órgãos a que estamos ligados diretamente (BB/Previ/Cassi) e das associações que congregam aposentados e pensionistas do Banco/Previ – que nada fazem por nós.

Alcançado o objetivo e premido pela necessidade de atender aos inúmeros pedidos de ajuda recebidos, concluí que seria necessário fundar uma associação para fazer frente às inoperantes existentes para, a partir daí, tentar ajudar aos sofridos e desassistidos colegas nessa condição, e buscar reparação das perdas sofridas por todos nós.

A AAPPREVI hoje é uma realidade e seu crescimento é possível graças ao desinteressado apoio dado por muitos que acreditam no trabalho desenvolvido.

Para melhor conhecer este trabalho, peço aos colegas que percam um pouco de tempo para acompanhar a trajetória do blog (www.previplano1.com.br) desde seu primeiro post “Um novo tempo”, seguindo pelos mais de cem posteriores, todos escritos por mim numa linguagem direta, clara e objetiva, em observância a uma linha de conduta coerente, agressiva e sem medos.

Como preâmbulo à fundação da associação, inventei o CANAEL (Cadastro Nacional de Eleitos – www.canael.com.br) destinado a registrar os diversos cargos simultaneamente ocupados pelos “viciados” dirigentes que teimam em fazer carreira e até enriquecer no seio das associações.

A nossa associação se propôs a ser diferente, sem compromissos com nenhuma outra, mantendo total independência e graças a Deus conseguiu esse intento.

A AAPPREVI tem uma Diretoria de dez membros espalhados por várias cidades do País: Curitiba e São José dos Pinhais no PR, Itapeva-SP, Joinville-SC, Goiânia e Aparecida de Goiânia-GO, Brasília-DF, Fortaleza-CE, Pelotas-RS e Rio de Janeiro-RJ. Todos eleitos na assembléia de fundação em 10/02/10 depois de escolhidos por meio de pesquisas e convites feitos abertamente dentro do Blog Previ Plano 1. Os seus nomes, cargos e e-mails estão registrados na página “Diretoria” do Site. No meio deles está a única pensionista eleita para exercer cargo de Diretoria em uma associação de “aposentados e pensionistas do Banco do Brasil” – Rosalina de Souza.

De acordo com o que preceitua o Estatuto ninguém recebe remuneração pela ocupação de cargos de direção – tudo é exercido voluntariamente. Vale ressaltar que todos os dirigentes apresentaram declaração de bens antes de tomar posse nos cargos

e os atos praticados em nome da associação tem a transparência atestada mediante divulgação no blog e no site. Os e-mails trocados entre dirigentes são simultaneamente conhecidos através de cópias, e as decisões merecem consulta prévia para aprovação e execução.

Todos os trabalhos que fundamentam a existência da associação são desenvolvidos pela internet, telefone e correios. A centralização é feita em minha casa, endereço físico da entidade, e aqui trabalho com ajuda do meu filho na coordenação da parte de comunicação e informática. Também aqui são recebidos os documentos destinados às ações judiciais, onde passam por conferência e preparação criteriosas para repasse à Assessoria Jurídica, pois os dados cadastrais constam de arquivo sob a guarda do Centro de Comunicação para assegurar o sigilo pertinente, em que pese a confiança depositada nos Escritórios. Logo teremos condições de alugar um espaço para a AAPPREVI funcionar com mais propriedade, cortando o cordão umbilical que a une à origem.

O Vice Presidente Financeiro, Gilvan Rebouças (tesoureiro) reside na próxima cidade de São José dos Pinhais e mantemos contato permanente, inclusive pessoalmente quando a situação exige, visto que os atos financeiros são exercidos sempre em conjunto. Ele é quem mais trabalha dentre todos, pela proximidade dos nossos domicílios e pela responsabilidade da função que exerce, além do que é profundo conhecedor dos assuntos de que trata. Os demais dirigentes colaboram igualmente à distância, cada um com seus encargos e responsabilidades e a união de pensamentos converge para a participação produtiva e uniformidade nas resoluções.

Não Temos sede própria, para evitar despesas e disparidades no atendimento aos associados, nem mantemos empregados. Como a associação não dispõe de recursos usamos nosso equipamento particular (computadores, impressoras, etc.) e arcamos com os pequenos gastos com manutenção.

As despesas iniciais de fundação e funcionamento foram assumidas por Dirigentes, cujo ressarcimento se dará oportunamente quando houver disponibilidade, e será feito em pequenas parcelas mensais. Tudo ao amparo dos comprovantes apresentados e registrados no Balancete de março/2010 no tópico 33-4 – Outras Obrigações – Despesas a Reembolsar, R\$ 3.418,54.

O apoio técnico necessário é dado pelos escritórios de Advocacia e Contabilidade nominados no site, ambos sediados em Curitiba, que nos servem mediante contrato sob pagamento mensal e têm permanente acompanhamento do Presidente e Vice Presidente Financeiro, conjuntamente. E todos esses passos são criteriosamente amparados no Estatuto que está disponível no site para leitura e impressão, assim como igualmente estão os contratos de gestão.

Também visando a transparência e acompanhamento do Conselho Fiscal, mensalmente é divulgado o balancete financeiro (o de março está no site).

As ações judiciais impetradas são totalmente gratuitas para os sócios, pois a associação arca com as despesas e responde, inclusive, pela sucumbência em caso de insucesso, o

que consta no contrato celebrado com A Assessoria Jurídica. Ao associado cabe apenas o pagamento da mensalidade de R\$ 10,00, feito a crédito da conta da associação mantida mediante convênio contratual assinado com o Banco do Brasil – Agência 3849-0, conta 19.319-4.

Enquanto não pudermos manter Representantes Regionais cogitamos criar o cargo de Chefe de Núcleo para ajudar na divulgação e crescimento pelo país. Esse cargo, como os demais, será exercido voluntariamente porque a associação não tem condições de subvencionar despesas de manutenção por enquanto. Neste caso, apenas colaboramos com algum material de propaganda e disponibilizamos a arte de folhetos e cartões, para impressão e distribuição pelos voluntários - sem ônus para a associação cuja arrecadação está sendo utilizada para suprir as despesas básicas.

Bem colegas, esta é a AAPPREVI – Associação dos Participantes, Assistidos e Pensionistas do Plano de Benefícios N° 1, da PREVI (também registrada com o nome fantasia Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI) criada com a finalidade de congregar os participantes do Plano de Benefícios N° 1, da PREVI – ativos, aposentados e pensionistas.

Finalizando, fico à sua disposição para quaisquer outros esclarecimentos e antecipo que toda colaboração no sentido de divulgar nossa associação será bem vinda. Aproveito para oferecer meus préstimos para servi-los aqui em Curitiba, independentemente de sua filiação à AAPPREVI.

Abraços,

Marcos Cordeiro de Andrade
Presidente Administrativo
AAPPREVI - Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI
(41) 3045-0370
www.aapprevi.com.br
www.previplano1.com.br
www.canael.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 29/05/2010.

Vendendo ilusões!

Caros Colegas.

É bom lembrar que a PREVI não se nega a distribuir o superávit. E é sabido que alguns anos atrás ela deu início a esse procedimento para submeter-se ao que determina a Lei.

Mas parou a distribuição também em cumprimento às imposições legais. Por isso não podemos recorrer à Justiça para que determine a seqüência distributiva, pleito que cairia num vazio inconseqüente.

Que a distribuição havida foi irregular todos nós sabemos e quanto a isto sim, há necessidade de se recorrer à Justiça para consumir a reparação. É o que já estamos fazendo com a ação judicial gratuita “Renda Certa”, que já percorre os corredores do fórum.

Diferentemente do superávit a distribuir, o que se tem a fazer é tirar do caminho da PREVI os impedimentos que foram instalados atabalhoadamente nesses mesmos corredores.

Para derrubar essas barreiras é que temos que trabalhar deixando a PREVI livre para dar continuidade ao que a justiça a impede de cumprir.

A partir daí, certamente a PREVI voltará à esperada distribuição do superávit acumulado, como determina a Lei, sem necessidade do ingresso em Juízo, o que nada impede, no entanto, de influirmos nos critérios do reconhecimento de direitos.

Em acontecendo essa distribuição ela atingirá a todos, independentemente da condição de filiados a qualquer Associação de Aposentados e Pensionistas.

Aos dirigentes dessas associações cabe desenvolver atuação criteriosa direcionada aos seus sócios, descartando promessas baseadas em falsos fundamentos.

Ninguém pode dizer que uma ação judicial impetrada terá o desfecho favorável a qualquer das partes, por envolver uma série de fatores que interferem no mérito. Mas é possível o conhecimento prévio das reais possibilidades de êxito, simplesmente alicerçando a preparação do processo em análises e estudos procedidos por entendidos no Direito. É como tem agido a AAPPREVI.

Nossa Associação não dispõe de recursos financeiros para contratar grandes e renomados Escritórios de Advocacia, ou mesmo insígnis advogados autônomos. Mas, acreditando na máxima de que “mas vale amigos na praça”, conta com a experiência de amigos conhecedores das Leis para ajudar na decisão na hora de recorrer à Justiça para reparar danos causados aos associados. E neste sentido nos julgamos privilegiados.

À frente da Assessoria Jurídica temos um colega aposentado, profundo conhecedor dos assuntos que nos dizem respeito. No quadro de sócios existem seis advogados, sendo três militantes no ofício. Mais dois sócios são pais de juizes que logicamente a eles recorrem em busca de conselhos que nos repassem. No rol de amigos e admiradores ocupam lugar de destaque dois desembargadores e um ex-colega que é juiz da justiça do trabalho. Esses são os nossos consultores gratuitos que, em conjunto ou mesmo individualmente, superam qualquer quadro de advogados das grandes bancas.

Por isso não entramos com ações duvidosas que ponham em risco a arrecadação das mensalidades, o que quer dizer que não vendemos ilusões. Até porque não vendemos nada – tudo que oferecemos aos associados é de graça.

E também porque AAPPREVI não é um balcão de negócios.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 30/05/2010.

Renda Mensal Inicial - RMI

Caros Colegas.

Nessa Ação RMI não há qualquer parâmetro que se relacione aos cálculos do INSS. Trata-se de reparação às perdas advindas da concessão do benefício da Previ, na data do evento. No corpo da notícia veiculada no Site, afirmando a intenção do ajuizamento da Ação, estão delineados todos os enquadramentos. Basta uma consulta às datas em que cada aposentado/pensionista se insere (posse no Banco e aposentadoria) para dirimir as dúvidas porventura existentes.

Somente aqueles que entraram no Banco e saíram aposentados DENTRO DA VIGÊNCIA DE UM MESMO ESTATUTO da Previ não devem entrar com a Ação. Repetimos que a AAPPREVI não dispõe de tempo para examinar casos de per si pela variedade de datas e mensurável número de consultas, num mesmo sentido. Também, se afigura bastante simples a busca a ser feita individualmente por quem detém a posse dos documentos contendo os prazos respectivos.

Enquanto isso, como nossa Assessoria Jurídica entende que a abrangência de direitos alcança todos que se encaixem nos períodos mencionados (posse e aposentadoria em estatutos diferentes), melhor seria providenciar-se a documentação necessária para remessa com vista à economia de tempo. Vale salientar que a AAPPREVI dará ampla publicidade à data do ajuizamento do 1º lote da Ação RMI, e a qualquer momento o pretense participante pode pedir sua exclusão do Processo, antes de iniciado.

Além do que, em aqui chegando a documentação, essa merecerá exame criterioso para evitar a inclusão de dados contestáveis em juízo - e a confirmação do recebimento pelo correio é imediata. De se notar, ainda, que o conjunto de documentos sai do centro de triagem, aqui na sede, acondicionado em obediência às normas do Escritório para lhe ser entregue. Ao patrono da causa cabe o enquadramento final, não menos criterioso, para conclusão do processo de acondicionamento. Somente após esses minuciosos exames é providenciado o protocolo no foro próprio. Nós não arriscamos incorrer em riscos quanto ao embasamento jurídico do mérito do pleito, no que tange ao conjunto de documentos aportados.

Cordialmente,

Marcos Cordeiro de Andrade

Presidente Administrativo da AAPPREVI - www.aapprevi.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade - Curitiba (PR) – 04/06/2010.

Abomináveis criaturas!

Caros Colegas.

Não alimento ilusões quanto aos propósitos dos sindicalistas. Nem falo dos que acordaram a tempo de abandonar esse rótulo, pois estes escolheram o caminho certo. Tanto é que não se autodenominam ex-sindicalistas. Simplesmente dizem que já atuaram como tais.

Para mim tanto faz analisar isoladamente integrantes de sindicatos, do PT, do PSTU da Contraf-Cut, da Contec e de umas tantas associações impregnadas dessa escória social, como colocá-los num mesmo saco de gatos. Na hora do vamos ver mudam de lado ou unem-se na defesa dos seus interesses, usando de variados métodos nem sempre elogiáveis e lícitos.

Em se tratando de fazê-los trabalhar, então, nem se fala. São avessos a esse “desperdício” que deve ser desempenhado pelos otários – seus supridores.

Acostumaram-se desde cedo a viver à custa do suor alheio, como o parasita a se alimentar do sangue do hospedeiro; como o carrapato no lombo do boi e também como o anu que cata esses carrapatos tão bem acomodados para servi-los em banquete fácil.

Esperar que algum desses elementos aceite a AAPPREVI é o mesmo que contar com a possibilidade de misturar homoganeamente o azeite com a água.

Por isso faço um apelo aos colegas admiradores desta nascente Entidade. Não se amofinem na tentativa de trazer qualquer desses elementos para o nosso lado. É perda de tempo.

Além do mais, embora discordando dos métodos de “trabalho” e das ultrapassadas idéias, é grande o número dos que mesmo guardando posições opostas cultivam laços de amizade e coleguismo. E, ao tentar a aproximação idealista o máximo que podem conseguir é a quebra do vínculo – a perda da amizade.

Não tentem convencê-los de que representamos o lado bom do associativismo, pois não é isto que eles querem. E isto eles sabem e evitam, senão perdem o cômodo modo de abastecer seus bolsos com o fruto do trabalho fácil, ou de nenhum trabalho. Por isso mesmo nos combatem ao seu modo – com ameaças, ataques verbais, mentiras e muita truculência.

Além do mais eles não nos ignoram. Eles fuçam nosso blog desde seu surgimento. E conhecem como poucos a nossa posição em relação a eles e a tudo a que se dedicam – sua política suja e seus abomináveis métodos usados no trato com seus opostos. Sou testemunha e vítima da truculência, da covardia e da mentira que utilizam com maestria para lidar com quem os denuncia e evita.

Mantenhamos distância dessa praga e roguemos a Deus que nos deixem em paz para trabalhar.

E sigamos em direção ao nosso horizonte limpo e promissor, contando com quem nos aceite como somos e para o que viemos.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 05/06/2010.

Com licença da má palavra!

Caros Colegas.

Todo aposentado do Banco conviveu no ambiente de trabalho com um colega especial. E este privilégio foi deixado aos da ativa como se fora uma herança maldita, involuntariamente legada.

O funcionário aqui tratado como especial é deveras diferente dos demais pelas particularidades que carrega; seja pelo comportamento funcional, pela aparência de bom moço, pela solicitude em apresentar “dicas” de como lidar com o patrão, pelo companheirismo que imprime no relacionamento externo, etc.

Ele é o elemento raramente presente no ambiente de trabalho porque está sempre à disposição de algum Órgão onde aparece como figura de proa nas listas de convocação “aleatória”: Tribunal do Júri, Tribunal Eleitoral, Justiça do Trabalho, Sindicato. Quando não é assim ocupa-se em organizar passeios, festas e comemorações nas AABBs, churrascos, gincanas, rifas, bingos – arrecadando “fundos” para custear essas atividades. Em tudo é bem sucedido e aceito por ser cativante, bom jogador de sinuca, exímio churrasqueiro, bom papo, bom conselheiro, bom parceiro no ócio.

Nas campanhas salariais trabalha feito desgraçado para organizar piquetes, colar cartazes, empunhar megafones e tudo fazendo para punir o “patrão explorador” do “cumpanhêro”. Aliás, esta é a única época em que trabalha. Porque o resto do tempo está à toa para desespero dos administradores e constrangimento dos funcionários da dependência em que está lotado, quando não desempenha atividades condenadas pelo vínculo empregatício.

Ele é avesso ao trabalho e tudo faz para fugir ao cumprimento de tarefas que lhes sejam destinadas. Ou as desempenha mal ou negligencia na sua conclusão ao deixá-las pela metade para atender a algum chamado externo e urgente, deliberadamente engendrado. Por isso é deixado sem obrigação fixa.

Somente não trabalha para o patrão que lhe paga o salário. Porque está sempre em atividade sob as ordens do sindicato e também das associações e cooperativas que representa como primeiro mandatário onde está lotado. Para estas cumpre o honroso papel de representante, onde lhe cabe arregimentar sócios, divulgar chapas eleitorais, convencer eleitores, enaltecer candidatos, acompanhar o cumprimento do voto, etc. Para tanto tem disponível o suporte das grandes representadas, com muito material de propaganda e dinheiro para gastar.

Além de tudo ele é intocável no que tange às punições inscritas nas normas disciplinares. Está sob a proteção da Lei Trabalhista na especialíssima categoria em que se insere.

Ele é o Sindicalista.

Com este rótulo está imune a todas as punições que recaem sobre os simples mortais. E as muitas vantagens de que desfruta estão fora do alcance dos que trabalham. Tem direito a licenças especiais para cumprir afastamentos vários. Faltas consideradas injustificáveis dentro da normalidade, para ele são abonadas rotineiramente. Como intocável que é não lhe assustam ameaças que são comuns aos demais, como transferência à revelia, censuras, perda da comissão – isto, então, está fora de cogitação porque ele não aceita cargos comissionados, pois assim sendo estaria abdicando da liberdade de não trabalhar. Nem com demissão pode ser atingido. Nisto também está acima da Lei comum. Sindicalista não pode ser demitido pelo patrão enquanto a serviço do seu Órgão de Classe, e ele está permanentemente a serviço do seu Sindicato.

Por isso mesmo não pôde ser incluído nas listas dos PDVs e PAIs que atingiram mais de 50.000 pais de famílias, abnegados trabalhadores do Banco, excluídos sumariamente a título de contenção de despesas. Desafio quem me aponte um único sindicalista atingido por um desses “pacotes”.

Também não se explica porque o Banco, tão cioso dos seus ganhos e ávido por suprimir despesas, arca com o prejuízo que lhe é imposto pelo Sindicato, com a manutenção desses funcionários “especiais” no seu quadro de colaboradores, nessas circunstâncias.

Considerando-se apenas um sindicalista em cada uma das mais de 5.000 dependências mantidas, ao custo médio mensal de dois mil reais, isto representa um prejuízo anual superior a 120 milhões de reais. Acrescido do fato incontestado de que há decréscimo da capacidade de trabalho pela imposição da permanência indesejada e perniciosa, causando constrangimento aos que são forçados a conviver com o sindicalista no ambiente de trabalho. Imposição injusta uma vez que desempenham o trabalho dele, sem ganhar mais por isto.

E o sindicalista quer impedir que eu trabalhe – de graça!

Com a palavra, o Banco.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 06/06/2010.

Ambiente saturado!

Ambiente saturado

Caros Colegas.

Ao ingressar no Banco, em 1962, recém saído do ambiente escolar, dei por falta das rodas de conversas compartilhadas com colegas sonhadores, iniciados intelectuais que discutiam Proust, Balzac, Maquiavel, Marx, Gilberto Freire, Euclides da Cunha, Machado de Assis...

A falta se tornou mais marcante porque ingressava em nova roda de amigos onde os autores da miscelânea sediada nas mentes estudantis, deixados para trás, eram substituídos por erudição diferente em termos de cultura: Julio Cunha, Fernando Vigué Loureiro e outros próprios de concursos. O que também delimitava nossos assuntos direcionando-os aos temas bancários – uma chatice.

Por isso incentivei a fundação da primeira de duas AABBs do meu currículo. Mas isto em nada contribuiu para voltar ao aconchego dos livros, dos sonhados conhecimentos ideais. O clubinho era uma extensão do ambiente de trabalho, ali também se respirava BB.

Tempos depois, em outra cidade, repeti o erro e fundei a outra AABB onde se confirmou a experiência. Era sair do Banco, encerrado o expediente, e rumar para a “sede”. Se não bastasse cumprir essa rotina, nos finais de semana na Capital repetia a dose, e lá ia eu para a AABB encontrar os colegas do interior misturados com os de João Pessoa, novos aliados na arte de jogar conversa fora. Isto me alienou a tal ponto que o meu pai, velho companheiro de bom bate-papo, me alertou para a mudança sem futuro: largara o diálogo produtivo em troca de um carimbo que imprimia apagadas palavras repetidas, onde se lia, sempre, Banco do Brasil.

Ao aposentar, dei graças a Deus por poder afastar-me desse ambiente. E não perdi muita coisa porque amigos nos acompanham até em pensamentos.

Mas hoje, voltando a me envolver com colegas, todos aposentados ou pensionistas, me entristeço por vê-los acorrentados a esse ambiente “aabebeano”, que aliena e restringe a parceria com pessoas que respiram outros ares. Ali os assuntos giram sempre em torno das mesmas questões, das mesmas saudades e das mesmas revoltas – com o BB presente.

O pior de tudo é que esse mundinho aos acompanha para onde se vá, principalmente para o convívio familiar. Mas é bom notar que na idade em que vivemos nossos companheiros em família são diversificados. Os filhos já não nos idolatram pelo passado funcional – nos querem como exemplos, mas cujos assuntos estão fora do seu interesse. Também os netos, adolescentes com outra linguagem, não dão a mínima para as conversas que começam dizendo “no meu tempo” era assim ou assado. Gostam de coisas que enalteçam a vida e não chamamentos para a morte. Eles

querem atualidades, sem desrespeitar nosso passado. Além do que, os amigos e namorados que trazem à nossa casa são da mesma estirpe – de um particularíssimo mundo deles. E assim perdemos platéia. Por isso mesmo, muitos de nós voltamos às AABBs para uma alienação mais completa e não menos condenável.

No entanto, nunca é tarde para recomeçar, ou mudar. Ou se livrar do que não nos serve e prejudica a parceria familiar. E a aceitação pelos outros. Há muito que se ver lá fora. Há grupos da terceira idade, e de todas as idades, repletos de mentes diferentes e amplas por conhecerem a diversidade do mundo. Gente que viaja em excursões ou fora delas, gente que lê que dança e que ri. Gente que visita teatros, museus, galerias de arte. Gente que frequenta ambientes para se divertir e viver melhor. Gente que não fala de si somente, nem de mazelas e frustrações. Gente que não tem patrão, nem ex-patrões porque estes foram substituídos pelo sentimento de liberdade. Gente com quem dá prazer conversar e trocar conhecimentos. Gente que não se contenta em frequentar sempre os mesmos lugares à volta de uma mesa degustando bebidas: seja álcool, suco ou água mineral. Mesas assediadas por penetras maçantes: bancários sindicalistas ou sindicalistas bancários – espécimes diferenciados apenas pelo modo de auferir ganhos; salários ou retiradas, soldos ou propinas.

Devemos procurar pessoas que evitam essas rodas de bar, esse inconveniente e nocivo ambiente, pois elas existem.

Vamos lá, Gente. Mudemos essa rotina enfadonha. Não há porque se preocupar com os amigos, pois eles nos farão companhia se são fiéis e verdadeiros. E agradecerão por trazê-los de volta à Vida!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 08/06/2010.

O Superávit e a AAPPREVI

Caros Colegas.

Muito embora não nos saltem aos olhos motivos para duvidar dos números da PREVI, devemos ter o cuidado de questionar suas origens posto que instituídas, sempre, para satisfazer propósitos não manifestos, mas de fácil alcance, principalmente em benefício do patrocinador. Este, movido pelo interesse em aumentar seus ganhos e lucros subseqüentes, não se furta em fazer uso do seu poder manipulador na Direção do Fundo. Assim sendo, vale-se de recursos condenáveis para atingir suas metas danosas ao patrimônio formado, reconhecidamente resultado da poupança gerada com finalidade única – garantir benefícios aos participantes, ao amparo da Lei.

Nesse entendimento, os números da PREVI não podem ser apresentados como verdades absolutas, visto que as mudanças de critérios havidas para desvirtuar seu emprego ocorreram, todas, ao sabor do interesse do patrocinador, calcado em alterações tendenciosas (Estatutos, Parcela Previ, Tábua de Mortalidade, bases de cálculos flutuantes para concessão de benefícios, IGP-DI por INPC etc.).

Vale ressaltar que, para imprimir cunho de lisura, tudo isto foi feito contando com o beneplácito dos próprios participantes, enganados pelo modo mal intencionado no convencimento direcionado à aprovação. Isto quando consultados, sem sopesar aqui as modificações processadas à sombra de subterfúgios e argumentos questionáveis, sem consulta prévia.

Também é necessário o cuidado em detectar a Propaganda Enganosa praticada em vários sentidos, como alardear superioridade do percentual cumulativo dos seus reajustes sobre os do INSS, pois no quadro informativo, ano a ano, foram suprimidos os exercícios com índice nulo (1995 e 1996 com zero da PREVI, contra + 42,85% e +15% do INSS, respectivamente).

A persistir o critério (INPC, no Fundo, contra INPC + 0,5% do PIB dos últimos 2 anos, no INSS), cedo estaremos recebendo menos que o benefício do INSS (para aqueles que estão acima, e os que estão abaixo serão rebaixados mais ainda).

Todo ano, por esta época, pessoas e Entidades surgem ávidas com a divulgação de propostas para embasar a distribuição do Superávit da PREVI, com o saudável intuito de colaborar na equidade dos critérios – acredita-se.

Todavia, nem sempre os argumentos apresentados clareiam os entendimentos, de vez que são postos isoladamente, e sobre os números “oficiais”, quando o ideal seria resumi-los e, numa condensação conceitual culminar com proposta única, a ser apresentada pela Entidade que reúne as Associações de Aposentados e Pensionistas espalhadas pelo país – FAABB.

Ainda mais porque ela é a única a reunir credibilidade representativa junto às partes envolvidas, do nosso lado e por consenso – BB/PREVI/Participantes - tendo do lado

oposto a Contraf-CUT, menina dos olhos do patrocinador, que a ele serve empurrada pelo Governo.

Por isso mesmo, a AAPPREVI, em seu primeiro ano de vida e pelo seu corpo Diretivo, resolveu inserir-se na discussão e apresentar motivos e razões para concordar ou discordar do conteúdo das propostas conhecidas – e deste modo apresentar a sua também. Para tanto foi sugerido o nome de José Gilvan Pereira Rebouças, economista e colega aposentado, no gozo de suas funções de Vice Presidente Financeiro da AAPPREVI.

Aceita a incumbência, e com os estudos em andamento, oportunamente apresentaremos aqui e lá fora os dados coletados, arregimentados num trabalho criterioso e desapaixonado desenvolvido pelo autor, nosso digno representante na Direção da Associação.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 12/06/2010.

Velhice espoliada

Caros Colegas.

Desrespeito generalizado. Ou a matança dos velhinhos?

Do jeito que a coisa vai, logo, logo estarão aplicando vírus letais para acabar com a raça dos idosos, como se fora uma vacina para curar gripe. Algo como se suspeita tenham feito na guerra do Vietnã para encurtar o fim da contenda, ou com fins mais escabrosos. Lá como cá, o tiro sai pela culatra. Genocídios acontecem, mas a humanidade os repudia, sempre! E moços tornar-se-ão idosos, ou eles acreditam que não? Talvez nem queiram chegar lá por saber o que os espera das suas tramas. Maus tratos e violência domiciliares são quase rotineiros contra idosos na atualidade. Genocídios acontecem, repito, mas os responsáveis acabam sempre no banco dos réus, condenados com severas penas.

É consenso descartar velhos parentes como trastes encostados no porão ou no sótão, para consulta nas buscas por relíquias recicláveis de passados úteis.

Os asilos de idosos, maquiados sob falsas designações - Lar do idoso, abrigo da terceira idade, retiro, etc. - é destino certo para quem é tido como dispendioso e imprestável obstáculo, somente não eliminado sumariamente pelo temor da cadeia. Mesmo assim muitos são assassinados sob os serviços de “cuidadores” juramentados, preparados para o ofício e, também, inimigos da “terceira idade” - que eu chamo de última.

Os próprios parentes, filhos e netos muitas vezes, os condenam à morte lenta e sofrida ao guardá-los nessas câmaras de tortura, quando não os matam aos poucos em suas próprias casas, sob constantes ataques verbais, psicológicos e físicos – perpetrados por si ou abaixo de suas vistas, por via de terceiros com quem convivem.

Como prevenção segura, costumo dizer aos velhos colegas que seu futuro é a sua conta bancária. Seu pé de meia o seu nome e os seus bens lhes servirão de moeda de barganha enquanto mantiverem o domínio sobre eles.

Para garantir uma velhice tranqüila há que se merecer o respeito pelo tamanho da conta bancária. Seu ocaso da existência será tão tranqüilo quanto maior for o seu bolso e o que ele contenha, desde que mantido longe do alcance de prestidigitadores. Filhas e filhos casar-se-ão um dia. E os seus companheiros nem sempre guardarão escrúpulos em alijá-los quando se sentirem necessitados de lançar mão dos bens de família. E farão a cabeça desses filhos, filhas e netos. Confiem nos seus filhos, pois eles são sua imagem e semelhança, mas desconfiem dos outros. Os que a eles se juntam podem querer virar suas cabeças. Filhas e filhos são confiáveis, mas, guardadas as exceções, genros e noras nem sempre o são, até porque não são nossos parentes.

Também, atentem para manter a independência na manutenção. Se caírem sob o jugo do Estado ou de Entidades assistenciais privadas estarão fadados à condição de penúria. Cuidem-se, portanto, pois de todas as ameaças que pairam sobre os idosos a

maior vem do Governo, ou do seu descaso, com sua política assistencial obsoleta mantida como se fora favor destinar míseros recursos para programas de manutenção. Os maus tratos impostos aos idosos estão presentes na esfera governamental ou fiscalizada por ela como uma constante maligna. Isto ocorre nos planos de previdência que alimentaram com seus recursos como participantes e hoje são roubados abertamente; acontece na rede pública de saúde onde têm de enfrentar filas desde a madrugada para conseguir senhas de atendimento duvidoso; na sujeição aos caríssimos planos de saúde; nas campanhas de vacinação em ambientes públicos, distantes de suas residências; na carestia permitida para aquisição de medicamentos com sucessivos e abusivos aumentos; na dificuldade imposta para utilização dos transportes públicos onde ridículos passes são distribuídos em cumprimento às leis eleitoreiras, mas cujo exercício do direito é limitado ao bel prazer das empresas monopolizadoras desses serviços.

Lamentavelmente tudo isto continuará acontecendo até o dia da conscientização em massa. Dia que certamente virá. Chegará o momento em que os idosos do país acordarão para o potencial da sua força oculta: o seu voto. Esse voto que representa expressiva parcela que elege dirigentes, bons e maus administradores. Entre os idosos essa força oculta é imensurável.

É tão grande o número de idosos em nosso meio que seus votos seriam suficientes para promover assustadoras mudanças em benefício próprio e do povo que os cerca. E com isto resgatariam a dignidade usurpada e o respeito perdido. Seus cabelos brancos voltariam a ser respeitados pelo conjunto que representam.

Tamanha a quantidade, juntássemos em pequenas nuvens as madeixas brancas dos aposentados e pensionistas, cobriríamos o Brasil com um imenso manto de delicados e sedosos cirrus. E viveríamos felizes para sempre.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 16/06/2010.

Isto é Brasil!

Caros Colegas.

O Nordeste sofre com as águas, mais uma vez. Lembram daquele antigo comercial do Regulador Xavier? Número 1, excesso. Número 2, escassez. Ele outrora servia para definir a situação do Nordeste em relação à água. Ali se vivia com muita água ou quase nenhuma, sempre.

Mas hoje a região sobrevive sob outra máxima, ditada pelos desgovernos que sucessivamente se aproveitam de suas verbas: Nordeste bom de voto.

Seara ideal para político politiqueiro colher muito plantando pouco. Para amealhar urnas repletas basta semear pequenas bolsas meias de sementes duvidosas: bolsa escola, bolsa família, bolsa cesta básica, bolsa gás, bolsa eletricidade.

Bolsas murchas de qualidade e desprovidas de recheio útil. É sabido que sementes não tratadas ou mal escolhidas contêm carunchos, gorgulhos e fungos. Essas bolsas mesmo despejadas em terreno fértil não podem dar bons frutos. As árvores que delas brotam não são duradouras e o que dali se colhe dura apenas uma safra.

Para o próximo plantio novas sementes podres serão distribuídas – novas bolsas serão necessárias. E o Nordeste continuará pobre e necessitado, sendo explorado pelas promessas de vida farta e água abundante.

Água abundante! Até parece que Deus quis mandar um aviso! Água abundante só vem por Seu intermédio. E Ele, fazendo um alerta aos governantes, manda bastante água para o Nordeste sofrido. Como a mostrar aos olhos dos insensíveis que a água que vem do céu é suficiente para suprir o povo. E que cabe aos desgovernos governar bem e preparar a terra para receber essa mesma água.

O Nordeste está alagado amargando uma tragédia anunciada.

Tivessem as “otoridades” se preocupado em prover o povo de meios para receber as chuvas e o sofrimento presente seria minorado. Sempre houve chuvas abundantes e sempre as haverá. Mas há que se estar preparado para recebê-las sob pena de se ter que apelar para consertos materiais pranteando vidas, cujo desaparecimento não tem como evitar.

Todavia, há um consolo terreno. O Governo que serve ao Nordeste é rico e por certo reparará os danos havidos. Ele já determinou que o FGTS dos atingidos seja liberado para ajudar em suas despesas. Servirá para reconstruir casas e adquirir bens perdidos. Lamentavelmente não servirá para trazer de volta as vidas ceifadas, paciência, isto nem Deus faz. Quem Ele leva guarda para si.

Essa é a medida acertada para o Governo e lhe cabe como uma luva para acobertar o desvio de verbas e suas atitudes eleitoreiras, mesmo quando faz cortesia com o chapéu alheio.

Mas, será que somente isto basta?

Enquanto manda para outro continente uma delegação de atletas tratados como deuses do Olimpo, gastando com eles fortunas incalculáveis para garantir seus feitos, destina aos flagelados o seu próprio dinheiro. Mas os feitos heróicos que ele subvenciona servirão para embalar a campanha política em andamento. Feitos que terão prêmios de míseros milhões de reais (dizem que um milhão para cada componente da delegação). Feitos que servirão para dar suporte publicitário a outras aventuras esportistas que, também, consumirão milhões desviados da verdadeira

necessidade: o povo carente de obras públicas.

Isto não tem justificativas. Enquanto manda dez bilhões de dólares para cada povo atingido por calamidades no exterior e enquanto doa outros dez bilhões à ONU para mostrar ao mundo que somos um país RICO, esquece os filhos da pátria que sucumbem sob o descaso burocrático, cego pela desmedida ânsia de poder.

Mas nem tudo está perdido. Esse governo tem atitudes “louváveis” para distribuir recursos aos atingidos por mais esta calamidade.

No entanto começou distribuindo mal, como sempre. Começou liberando o FGTS dos próprios atingidos, enganando-os com essa atitude mesquinha. Pois este fundo não pertence ao governo, nem foi gerado por ele. Pertence aos trabalhadores que contribuíram com parte dos seus salários retirados por patrões obrigados pelas autoridades que, agora, não hesitam em liberá-lo para pagar as contas do próprio governo, em mais uma atitude eleitoreira.

Antecipem-se. Ajudem os nordestinos com donativos, roupas, medicamentos, mantimentos e orações.

Façamos isto voluntariamente, como é da nossa índole, porque logo o governo virá com suas campanhas publicitárias convocando o povo para o cumprimento de suas obrigações cívicas nesse sentido.

Mostremos que não precisamos da sua “ajuda” para isto, pois somos um povo cristão, que ama o próximo como se fora a si mesmo. E cuidemos em salvar o Nordeste dessa outra calamidade – o governo que o explora. E Deus será por todos.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba – 21/06/2010.

Vale a pena dirigir a PREVI?

Caros Colegas.

É rendosa a ocupação de um cargo na direção da Previ. Muito mais que a nossa vã filosofia alcança.

Ser dirigente da PREVI não é apenas ocupar uma sinecura, se bem que em alguns momentos há trabalho a desempenhar, sem muito esforço e com pouco conhecimento, é verdade. Mal comparando, esse valioso elemento assemelha-se àqueles gerentes almofadinhas nomeados à custa de pistolão, que se apresentavam para tomar posse em agências do interior sem entender bulhufas do ofício. Mas se valiam das CICs e do conhecimento dos antigos funcionários da dependência para desempenhar seu papel, indevidamente conseguido. E, ao final, eram os antigos que trabalhavam por ele, com bom proveito para o patrão.

Na PREVI, além desse enfoque, há algo mais escabroso. Ser dirigente do Fundão equivale a portar um título de nobreza na Corte do nosso primeiro império. Além de pouco o que fazer há a distribuição de colocações para amigos e parentes aos cargos nababescamente remunerados que, por sua vez, direcionam a uma corrente sem fim de empregos sobrepostos às gerações futuras. Conselheiros em participadas da PREVI, com seu prestígio, têm a prerrogativa de indicar empregados nessas empresas (filhos, netos, esposas, genros, cunhados e apadrinhados outros), e, agora, vão impor a colocação dos produtos do Banco.

Outro filão do pistolão conseguido é o meio em que convive. Os dirigentes, indicados pelo Patrocinador, são medalhões com nível de diretoria no BB e os seus pares igualmente se nivelam para incursões na alta esfera da Casa. O que equivale dizer que têm cacife para interceder pelos amigos que precisem de uma mãozinha: indicação de uma terceirizada; a aprovação de um crédito emperrado burocraticamente; a transferência de um afilhado para agência de ponta; nomeação de um gerente que está por baixo na “tabela”, não importando se pretere o que está na vez; indicação de um nome do seu interesse para integrar grupo de trabalho, comissão, etc.

E tem mais. Fazem jus a viagens em rotas nacionais e internacionais integrando comitivas representativas: defesa da biodiversidade; apresentação de resultados; reuniões com conselheiros (sempre no Costa do Sauipe); encontros com governadores e políticos outros, no “interesse” do serviço; representar o Órgão em posses (Associações, governos, etc.). De se notar que essas viagens rendem milhagens cumulativas com direito aos cartões corporativos. Além do que têm ressarcimento de despesas quase que ilimitado; hospedagens cinco estrelas com direito a acompanhantes (“oficiais” ou não) e outras benesses.

Então é o caso de se perguntar. Com tantas “obrigações” e funções beneficentes sobra tempo para pensar em participantes? Ora, dirão, para que se apoquentar com um bando de insatisfeitos derrotados? Para que serve essa horda lamurieta se dentre eles poucos são capazes de eleger-se para um posto “digno” na Previ ou mesmo na

Cassi?

Por último pergunto eu: esses “eleitos” se importam com o futuro?

Claro que não. Apontem-me um antigo dirigente da PREVI que viva mendigando benefícios nos Blogs da Vida e eu solenemente retiro tudo que disse acima.

Em pouco mais de dois anos como Dirigentes da PREVI eles conseguem muito além do que nós nos trinta ou mais anos que ralamos atrás de escrivatinhas do Banco do Brasil, na busca de aposentadorias dignas. Nós nada conseguimos, pois hoje imploramos por migalhas que eles nos negam. Mas eles saem com a burra cheia e com a tranqüilidade de um futuro sem percalços financeiros ou de direitos feridos. Para si e suas gerações futuras.

Por isso colegas. Chega de esperar reconhecimento do voto dado a essas figuras. Ali somos cartas fora do baralho e quem neles votou não fez um bom negócio. É perda de tempo querer que olhem para baixo e nos enxerguem como gente que dependa dos seus atos. Atos que não virão, estejam certos. A não ser que no bojo das determinantes algum benefício também os atinja. E nem nisto confio. Que benefícios que nos distingam possam lhes crescer os olhos? Eles já têm o que lhes basta, pois, antes de tudo têm a PREVI sob controle, de parceria com o Patrocinador - seu senhor absoluto.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 25/06/2010.

A FAABB e o Superávit - Nota Oficial

Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil

FAABB

Belo Horizonte, 24 de junho de 2010.

Às Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil

Sr. Presidente,

Desde a apresentação do resultado do exercício PREVI de 2006, abriram-se perspectivas de distribuição do superávit a participantes e assistidos. Infelizmente, contrariando todas as medidas de bom senso e equidade, a PREVI criou alguns benefícios adicionais que atingiram grupos ínfimos do universo dos beneficiários que teriam direito a parte daquele resultado superavitário. A FAABB imediatamente acionou os órgãos de fiscalização dos Fundos de Pensão, o Ministério Público, encaminhou representação à própria PREVI alertando das consequências da criação de benefícios discriminatórios. Não obtendo resposta convincente, iniciou gestões junto ao patrocinador e à Caixa de Previdência, buscando então, a negociação para uma distribuição que contemple a todos os participantes e assistidos, mas cada um de acordo com suas peculiaridades.

Todas as Associações foram chamadas a participar de evento destinado à discussão das possibilidades de se fazer justiça com eventuais sobras da PREVI e desse evento resultou na formação de um grupo que teria assento à mesa de negociação com o Banco do Brasil, juntamente com representantes da CONTRAF CUT, da ANABB e da própria PREVI.

Como é de amplo conhecimento, as mesas de negociação foram suspensas unilateralmente pelo Banco do Brasil com o advento da Resolução 26, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, editada em 29.09.2008. Ato contínuo, a FAABB ingressou com MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO COM PEDIDO DE LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS, protocolado sob o nº 2008.34.00.031667-8, na 13ª Vara Federal de Brasília. No mesmo sentido e concomitantemente ao Mandado da FAABB, o Sindicato dos Bancários de Brasília obteve Liminar confirmada no agravo de instrumento nº 2008.01.00.067867-4 - TRF 1ª Região. A FAABB e outras associações também possuem ações judiciais em curso contestando a Resolução 26.

Assim, essa FAABB considera açodada e equivocada a cobrança junto a PREVI para que promova a distribuição do superávit com base exatamente nessa Resolução 26 contestada judicialmente e até suspensa sob Liminar. Compreendemos que nossa coirmã AFABB PR agiu instada pelos reclamos de seus associados ávidos em obter solução para suas justas reivindicações, mas reportar-se a essa Resolução 26, segue na contramão de nossas iniciativas tanto jurídicas quanto administrativas.

Temos arguido que o ordenamento legal, especialmente a LC 109/2001, concede ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar, nos arts. 3º, 5º e 74, o poder de fiscalizar e gerir o funcionamento das entidades de previdência complementar, sejam elas abertas ou fechadas. Mas esse poder conferido pela Lei não dá a aquele Conselho a possibilidade de, ao regulamentar, exorbitar a redação da própria lei que se pretende normatizar. Afinal, regulamentar é detalhar, esmiuçar, aprofundar, mas jamais dizer o que não está dito na norma objeto de regulamentação. Isto porque, ao dispor de modo contrário àquilo que consta da norma positiva – no caso, a LC 109/2001 – o Conselho de Gestão da Previdência Complementar acaba por avocar para si atividade legislativa, privativa do Congresso Nacional.

Ademais, a autorização dada pelo CGPC, no sentido de que o Fundo de Pensão reverta valores ao seu patrocinador, além de não estar disposta na Lei Complementar 109/2001, é incompatível com a atividade cabível ao Estado na qualidade de agente regulador do sistema de previdência complementar. Temos plena convicção de que a reversão de valores de um Fundo de Pensão em favor de seu patrocinador não é uma medida que atenda aos interesses dos participantes e dos assistidos do plano de benefícios. A medida atende, única e somente, os interesses do próprio patrocinador (no caso o Banco do Brasil) e traz insegurança futura ao próprio equilíbrio do nosso plano.

Esta Federação tem feito gestões junto aos novos eleitos da PREVI para que nos receba a fim de buscarmos a melhor maneira de acertar com o Banco do Brasil a revisão do Plano de Benefícios nº 1. A “Revisão do Plano” é a única opção prevista em Lei e tal procedimento tem todas as condições necessárias e suficientes para que seja feito sem prejuízo do Fundo de Pensão, mas contemplando a todos os participantes e assistidos.

Desejo gentilmente alertar a todas as co-irmãs de que necessitamos manter a sintonia entre nós, para que nossas justas reivindicações junto à PREVI e ao Banco do Brasil não se percam em quantidade, com sugestões até contraditórias. De nossa coesão e entendimento dependerá o sucesso de nossos enteveros com o Patrocinador.

Atenciosamente,

Isa Musa de Noronha

Presidente

Nada a temer!

Caros Colegas.

O Banco do Brasil se atém ao argumento de que a suspensão dos efeitos da Resolução 26, por conta de liminar concedida, é sua base de sustentação para não deixar evoluir a discussão sobre os destinos do Superávit. Desde 2008 persiste o impasse e o Banco vem se beneficiando desse argumento para fugir à responsabilidade de contribuir para uma distribuição justa, juntamente com a PREVI.

Com a suspensão desses efeitos, antevê-se o reinício das discussões sem que isso, todavia, repare os danos causados no interregno, o que equivale a dizer que já deveria ter ocorrido, sem a liminar, e talvez agora estivéssemos tratando de uma nova distribuição – além daquela que foi interrompida.

O argumento de que o Banco não faz jus a nenhuma parcela desse Superávit é fato a ser contestado judicialmente, em se confirmando sua contemplação no quinhão em disputa. Interposição de óbices judiciais no momento atual somente retardará o andamento das discussões, não importando quem participe das tratativas. É bom lembrar que o Banco precisa contar com a participação da PREVI e de representantes dos assistidos do PB1 para “dividir” a responsabilidade da decisão.

Na atual conjuntura, melhor será acompanhar o curso do processo de distribuição, esperando que os que sentarem à mesa de negociação estejam imbuídos de nobres propósitos e firmeza de argumentos para, em cima disso, evitar o malogro anteriormente verificado nas discussões que culminaram com a malfadada Renda Certa. Depois de tudo, sopesando os resultados, chegará a hora de se aplaudir ou deplorar o desfecho das negociações. Neste último entendimento, aí sim, caberá buscar o caminho da Justiça para reparar danos impostos.

De se notar sobremaneira que o conjunto dos participantes sofre amargamente os efeitos da ausência de melhorias nos benefícios auferidos, estando a maioria sobrevivendo à custa de artifícios protelatórios para garantir o sustento dos que deles dependem. A recorrência aos empréstimos do Banco e da PREVI (ES) é um atestado de que a situação tornou-se insustentável, assim como os contundentes relatos de desequilíbrio orçamentário alcança os patamares do desespero.

Viabilizar o equilíbrio das receitas e propiciar melhor qualidade de vida é o mínimo que se pode almejar na faixa etária vivenciada por aposentados e pensionistas. E a reparação de injustiças pode acontecer com a destinação equilibrada do superávit – esperança de todos.

O uso de meios impeditivos para a consumação dessa distribuição, pelo temor de que o Banco fique com uma parte do montante, em nada ajudará aos que carecem urgentemente de amparo financeiro e emocional. Concordar ou não que o patrocinador se beneficie é um ponto a ser tratado por nossos representantes, a quem cabe defender-nos.

De todo modo, o patrocinador em nada será afetado se não ocorrer agora nenhuma distribuição. Ele insistirá em engordar os balanços com os números da PREVI como vem fazendo, com ou sem direito, e nós, sem participação no superávit, continuaremos batendo em portas que teimam em não se abrir.

Devemos ter em mente que não há razão para se temer distribuição desarrazoada. Até porque o que se discute no momento é o reinício das negociações com o patrocinador e não há definição sobre os parâmetros envolvidos.

Impedir que haja avanços para a retomada dos entendimentos somente interessa a partes isoladas com envolvimento suspeito - quem recebeu o Renda Certa em bases absurdas; advogados e associações que se beneficiam com processos em curso e temem a sucumbência. Nesse grupo podemos incluir a pequena parcela dos que contam com altos proventos e tanto faz receber agora ou depois: para estes sobra uma máxima que meu pai costumava usar – “A medida de ter não enche nunca”.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 01/07/2010.

Insensibilidade ou inoperância?

Caros Colegas.

Três anos atrás, quando decidi me interessar pelos assuntos envolvendo minha vida de aposentado, no que diz respeito à fonte dos proventos, constatei a dificuldade em obter informações e, mais ainda, em trilhar os caminhos para obter esses conhecimentos. Quis o destino que essa busca me trouxesse à função de mediador deste Blog e à Presidência da AAPREVI.

Todavia, em que pese o poder que aparentemente envolve essas posições, minha situação particular em nada mudou com relação à penetração no mundo (ou submundo) que manipula as notícias do interesse dos aposentados, pensionistas e demais assistidos do plano de benefícios nº 1, da PREVI.

Hoje, como antes, não é muito significativo o que me é facultado conhecer por intermédio dos “poderes”, além daquilo que distribuem à conta gotas para a maioria dos mortais. Ou seja, muito pouco ou quase nada.

Desconheço o que passa pela cabeça de dirigentes ao negar divulgação dos fatos do seu conhecimento àqueles que deles esperam transparência. Parece-me que um vírus específico dotado do poder do silêncio é inoculado em cada Colega que assume um posto de direção, determinando seu mutismo.

Graças a Deus permaneço imune a esse contágio e luto tentando sensibilizar os afetados para fazê-los abrir a guarda e dar com a língua nos dentes, no bom sentido.

Aos olhos alheios, parece que sou um privilegiado conhecedor de segredos ou mesmo de informações corriqueiras vindas da parte de cima. Isto é, dos patamares onde as coisas acontecem e são decididas, pela ordem: Banco do Brasil, PREVI, FAABB e Associações iguais a que dirijo. Ledo engano. Nada sei porque nada dizem e desconheço os motivos espetaculares que os fazem sonegar informações. Sempre há rumores de agendamentos de encontros, de reuniões realizadas, de promessas de divulgação de manifestos, etc. Mas nada acontece. Ou os assuntos tratados por eles são muito sigilosos ou muito banais para serem repassados. Ou até, quem sabe, se colocam muito acima da “plebe rude” para lhes dar satisfações.

Por mais que tente não alcanço os reais motivos dessa postura. Eu e os demais colegas diariamente acessamos os sites desses Órgãos, ávidos por informações que nos tragam algum alento com notícias de interesse, mas somente nos deparamos com publicação de banalidades.

No momento ansiamos por saber o que ocorre com relação à distribuição do Superávit e realinhamento do ES e, não fossem os dois Blogs à nossa disposição, nada seria discutido e nenhuma informação nos chegaria.

Por tudo isso, peço encarecidamente aos Dirigentes que disponibilizem informações

sobre o que ocorre nessa área. Se não como alento, ao menos como divisor de águas entre a esperança e a desilusão. Abram as caixas pretas de suas Instituições e façam como o mediador deste Blog - que publica tudo que sabe e que seja do interesse de todos, sem segredos mesquinhos. Parece até que aqui somos mais bem informados que todos eles juntos. O que não está longe da verdade, pois nenhum outro canal igual a este conta com tantos colaboradores.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba 07/07/2010.

Bons indícios

Caros Colegas.

Analisando friamente o momento de expectativa e esperança que vivemos ninguém pode arriscar dizer que estamos prestes a conhecer resultados contemplando esses anseios. Pedidos, denúncias, notificações e até mesmo súplicas direcionadas à Caixa, ao Patrocinador ou aos Órgãos que cuidam da nossa vida, enquanto dependentes do Plano de Benefícios nº 1, da PREVI, estão longe de merecer o atendimento esperado. Estamos assestando essas armas na direção errada, pois essas “coisas” estão acima do bem e do mal - e se julgam muito acima da Lei e da Ordem.

Esses alvos são inanimados, sem rosto e sem alma e, por isso mesmo, é perda de tempo fazer-se uso de expedientes normais de alcance impossível. A dificuldade em atingi-los é porque são movimentados por títeres, também desalmados, que os deslocam para os lados convenientes não deixando que sejam alcançados - em obediência aos interesses dominantes que lhes suprem os altíssimos salários, poupanças e benesses de toda sorte.

Presentemente a coisa se repete como num passado recente e o filme em cartaz é uma reprise indesejada. Uma cópia estragada e fora de foco, reapresentada com a mudança dos nomes de alguns atores incorporando os mesmos personagens, seguindo o mesmo roteiro sob as ordens dos mesmos diretores.

Esperar que o superávit possa ser distribuído honestamente à luz do direito, atendendo determinação de quem tem o poder de fazê-lo, é sonho inalcançável. Melhor assim, porque se o fizerem estejam certos que a divisão obedecerá aos parâmetros anteriores: muito para poucos e muito pouco para o resto.

Por isso precisamos buscar alternativas para exigir nossos direitos. Nesse entendimento a AAPPREVI prepara-se para ingressar no caminho do Direito e da Justiça em defesa dos seus associados. Para isto já nos movimentamos: pleiteamos filiação à FAABB em busca de reconhecimento e estamos anunciando a conclusão dos estudos encomendados ao nosso Vice Presidente Financeiro sobre os números da Previ, cuja divulgação ocorrerá no momento oportuno. Em cima desse primoroso trabalho será assentada uma ousada diretriz, estejam certos.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 11/07/2010.

A PREVI, o superávit e a distribuição.

Caros Colegas.

A AAPPREVI, cumprindo o prometido, apresenta o trabalho encomendado ao seu Vice Presidente Financeiro contemplando os números da PREVI, com todas as implicações que nos dizem respeito.

Continuando com o agressivo e bem intencionado programa iniciado na fundação, nossa Associação valer-se-á do estudo ora concluído para dar sustentação ao cumprimento das metas traçadas.

Contando com essa importante ferramenta de apoio, cabe-nos agora partir para a execução de ações concretas visando alcançar o coração do problema que afeta fortemente nossa dependência financeira. Ou seja, o binômio Banco do Brasil/PREVI.

O corpo da matéria que disponibilizamos contém a essência dos verdadeiros números que dão sustentação ao nosso Plano de Benefícios, numa mostra fiel das suas origens, crescimento e atualidade. Nesse caminho – começo, meio e fim – há verdades, mentiras e dúvidas. E essa mescla é determinante para se conhecer e entender a precária situação que vivenciamos, empurrados por manobras e ardis engendrados pelo Patrocinador, de comum acordo com os Dirigentes mantidos por ele no topo da nossa Caixa.

Comprovadamente inócuos os caminhos pacíficos e ordeiros trilhados na busca de um entendimento racional, só nos resta enveredar por um traçado mais contundente de convencimento. Por isso pedimos aos nossos leitores, simpatizantes ou não, analisar sem paixões o que estão recebendo, com a certeza de que o propósito maior que nos rege é conseguir que a carência de amparo seja suprida e que os direitos dos aposentados, pensionistas e demais assistidos da PREVI sejam respeitados com a distribuição do que lhes é de direito, bastando para tanto que os normativos que regem o Plano sejam seguidos ao amparo da Lei, que está sendo descumprida escandalosamente.

Assim sendo, vale a pena conhecer o primoroso trabalho que nos servirá de estímulo e suporte para continuar perseguindo a justiça que nos é negada.

http://www.aapprevi.com.br/documentos/pdf/estudo_aapprevi.pdf

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 12/07/2010.

A Carta da FAABB à PREVI

Caros Colegas.

Gentilmente cedido pela Presidente da FAABB, Colega Isa Musa de Noronha, eis o texto da carta entregue ontem, 13/10/2010, na Sede da PREVI, pela diligente Colega. Ao final da matéria há um link que leva à leitura da Explicação sobre a Reunião na PREVI, com participação da Federação e dirigentes de Associações de Aposentados, sob a ótica de José Adrião de Souza.

“Ilmo. Sr.

Ricardo José da Costa Flores

MD Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

Praia de Botafogo, 501 - 3º. Pavimento

Cep: 22250-040 - Rio de Janeiro – RJ

Senhor Presidente,

O Jornal “Valor Econômico”, edição do dia 02 de junho próximo passado, divulgou declaração atribuída a V. Sa. segundo a qual o uso do superávit da Previ pelo Banco do Brasil consta da Resolução CGPC 26 da SPC, mas é polêmica e vai ser analisada pela Diretoria da Fundação, para compreender melhor a legislação que versa sobre isto e internamente decidir o que tiver sentido para a Previ e para os associados.

2. Se procedente o noticiário, aceite nossos cumprimentos pela oportuna iniciativa -, na expectativa de que ela significará a necessária e desejada abertura interna corporis de um canal de comunicação realmente participativo e de discernimento crítico construtivo entre a nova diretoria da PREVI e seus participantes ativos e inativos, com real proveito para todos.

3. Consignamos, inicialmente, o orgulho que sentimos por haveremos servido ao Banco do Brasil -, uma empresa que se destacou no passado como pioneira na adoção de uma política de recursos humanos de decidida valorização de seus funcionários -, o maior patrimônio de uma empresa prestadora de serviços, que deles necessita para conquistar a confiança de seus clientes e o respeito da opinião pública.

4. Por isto mesmo, a motivação das várias gerações de servidores do Banco do Brasil sempre foi a de contribuir para que o crescimento de seu patrimônio resultasse do exercício de suas atividades fins, como regulador do mercado financeiro e provedor de

crédito ao setor produtivo da economia nacional.

5. Com o mesmo propósito construtivo, os antigos servidores do banco, hoje aposentados, expressam preocupação com a política adotada por seus dirigentes em relação à PREVI, com consequências que podem comprometer os benefícios dos futuros aposentados e pensionistas -, pois desvirtuam o sistema de proteção social instituído pioneiramente em nossa comunidade há 106 anos e consolidado graças ao apoio à época recebido dos dirigentes do Banco do Brasil.

6. Registre-se que esse sistema, nascido no seio do funcionalismo do Banco do Brasil, progrediu normalmente até a década de 1970 fora da esfera de atuação do Estado.

7. Registre-se, ainda, que a Previ foi reestruturada em 1967 para exonerar o banco da responsabilidade de complementar as aposentadorias e pensões de seus empregados e dependentes -, ocasião em que adotou o sistema de gestão compartilhada, com participação preponderante dos associados em sua gestão e fiscalização.

1 – DA ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA

8. A partir de 1977, o sistema de Caixas foi estatizado a fim canalizar as reservas dos fundos existentes para aplicação nas bolsas de valores, em crise desde 1971.

9. A Lei 6.435/77, regulamentada pelo Decreto 81.240/78, instituiu o sistema de Previdência Complementar, criando os Fundos abertos, administrados por bancos e seguradoras, com fins mercantis, e manteve os fundos fechados, sem fins mercantis, sob gestão compartilhada -, mas atribuiu ao patrocinador o protagonismo na gestão.

10. Ao estatizar o sistema, o legislador aprovou normas garantidoras de seu funcionamento em equilíbrio, dentre as quais:

(a) regime financeiro de capitalização solidária, por ser o mais adequado para os benefícios de longo prazo;

(b) aplicação igualitária em investimento de renda variável (risco) e de renda fixa;

(c) correção do ativo e do passivo pelo mesmo indexador;

(d) utilização dos excedentes para a constituição de reservas garantidoras dos benefícios concedidos e a conceder.

11. Acertadamente, o legislador considerou déficits ou superávits apurados em exercícios sucessivos acima de 3 anos, em situação de economia estável, sintomas de anormalidade, cujas causas poderiam estar no desempenho de seus gestores -, se déficits -, ou no excesso de contribuições cobradas, ou na subestimação do valor dos benefícios em manutenção -, se superávit.

12. Na hipótese de superávits, a legislação autoriza a redução das contribuições

pessoais e patronais, admitindo a sua suspensão provisória, como já ocorre na PREVI, seguida da revisão do plano, para os beneficiários, que são os participantes e não a ficção jurídica do patrocinador.

13. Em virtude de ser a contribuição patronal repassada nos preços, a isenção concedida ao patrocinador se fundamenta na crença de que, como é usual na economia de mercado, em regime de livre concorrência, esse benefício será repassado, via redução de preços, ao consumidor, que é quem paga tal contribuição, seja o patrocinador empresa privada ou estatal. Aliás, o artigo 173, § 1º, II, da Constituição Federal impõe à empresa estatal, sociedade de economia mista “a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários”.

14. Foi, portanto, para não desvirtuar as finalidades do sistema, que o legislador jamais admitiu a devolução das contribuições pessoais e patronais.

15. Pois, se o fizesse, estaria tratando um Fundo de Pensão como se fosse uma empresa mercantil; o patrocinador e os participantes, como se fossem sócios; e o excedente, como se fosse lucro a ser distribuído entre os sócios.

16. Em outras palavras, se devolvesse ao patrocinador uma contribuição por ele já repassada a terceiros, estaria promovendo o seu enriquecimento sem causa. De outro lado, objetivando prevenir a ocorrência de tal anomalia, a Comissão de Valores Mobiliários, com fundamento nas Leis 6.385/76, e 5.404/76 editou a Deliberação CVM 371, de 13.12.2000, para vedar, expressamente, no item 16-b, a devolução de ativos do fundo à patrocinadora, verbis:

“16. (...)”

“b – Os ativos do fundo devem ser usados exclusivamente para reduzir as obrigações de benefícios aos empregados, não são disponíveis aos credores da patrocinadora e não podem ser devolvidos à patrocinadora, exceto os ativos remanescentes no fundo no caso de sua liquidação”. (g.n.o)

17. Entretanto, a partir da estatização do sistema, no âmbito do Ministério da Previdência, em diferentes gestões, por injunções de interesses políticos e econômicos incompatíveis com as finalidades de um Fundo de Pensão, foram efetuadas intervenções deformadoras de sua função social, do que é exemplo a Resolução CGPC 26/08 -, apesar das ponderações feitas pelas entidades representativas dos segurados.

18. Muito antes da Resolução CGPC 26, o Ministério da Previdência já intervinha na gestão da PREVI por motivações políticas incompatíveis com os interesses de seus associados ativos e inativos.

19. Interveio em 2002, sob o infundado pretexto de adaptar seu Estatuto às normas instituídas pela EC 20/98.

20. O Estatuto imposto pelo interventor, violentando expressa determinação do artigo 3º da EC 20/98, e do artigo 17, parágrafo único da LC 109/01:

(a) extinguiu o Corpo Social existente em todos os estatutos anteriores, desde a fundação da Previ;

(b) alterou o modelo conceitual do Plano de Benefícios 01, transformando-o, na prática, em um plano de contribuição definida;

(c) exonerou o patrocinador de compromissos históricos, plenamente justificáveis em virtude do papel protagônico por ele exercido na gestão da entidade; e

(d) estendeu aos participantes e assistidos a responsabilidade pela cobertura de eventuais déficits nos planos e na PREVI.

2 - DOS FUNDAMENTOS DA CGPC 26/08

21. A justificativa para essa Resolução consta da exposição de motivos firmada pelo Secretário de Previdência Complementar, verbis:

“Regulamentar o disposto nos artigos 20 e 21 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, levando em consideração, em especial, os artigos 7º, 18 e 22 da citada norma”. (sic).

22. Idêntica justificativa consta do parecer aprovado em 05 de janeiro de 2008 pelo Secretário de Previdência Complementar Substituto, enviado ao Senado Federal em resposta ao requerimento 1.067, de 2008, daquela Casa do Parlamento:

“O real objetivo da Resolução foi o de regulamentar a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que trata do superávit em seu artigo 20, visando sempre à apuração da efetiva disponibilidade de recursos para se promover à revisão do plano, isto é, o reequilíbrio do plano”.sic)

23. Como se vê, o objetivo da Resolução CGPC 26/08 foi o de regulamentar Lei Federal, o que significa que o Conselho Gestor da Previdência Complementar legislou, criando norma não prevista em lei, isto é, usurpou competência privativa do Congresso Nacional.

24. Agrediu a Constituição Federal. Exorbitou de sua competência, prevista no Artigo 5º da LC 109/2001, e no artigo 1º do Decreto 4.678, de 24.04.03, limitada a “normatização, coordenação, supervisão e controle das atividades das entidades de previdência complementar”.

25. A exposição de motivos da citada Resolução é juridicamente infundada; e o parecer enviado pela ex-SPC ao Senado Federal não é técnico e não é jurídico.

26. É político, polêmico e, no exato sentido do jargão conhecido e suspeito, é

tremendamente reacionário.

27. Sua justificativa para a denominada “reversão de valores” -, eufemismo para a participação do patrocinador como beneficiário da distribuição da reserva especial das EFPPs, estendida insidiosamente aos participantes, que não a postularam -, foi inconsistente, polêmica, e reveladora de que seu autor ou procede de má fé, ou ignora que a contribuição do patrocinador estatal, do setor produtivo, ou de serviços, não provém de recursos públicos, porque é repassada aos consumidores de seus produtos ou serviços.

28. Eis tais justificativas e seus silogismos tendenciosos:

“Alguns poderiam, por motivos evidentemente ideológicos e não jurídicos, alegar que a chamada “reversão de valores” à empresa patrocinadora (reversão esta que também contempla os participantes) seria ilegal, pois não está prevista textualmente no artigo 20 da Lei Complementar nº 109/2001, que só traz a hipótese de redução de contribuições como forma de revisão do plano, em seu § 3º”.(sic).

“Também não se pode esquecer que a opção por instituir um Fundo de Pensão e por patrocinar um Plano de Previdência Privada, por parte de uma empresa privada, ou pública, em prol de seus empregados é facultativa, conforme o Artigo 202 da Constituição Federal”. (sic). (g.n.o).

“PERGUNTA-SE: que empresa, em sã consciência...

- “irá oferecer, aos seus empregados, um plano de previdência complementar que ela não tem nenhuma obrigação de oferecer”,

- “irá verter, com isto, contribuições mensais ao plano, às quais ela se obriga apenas se quiser pela quantia que quiser”,

- “irá se sujeitar, gratuitamente, ao risco de ter de aportar mais recursos financeiros ao plano de benefícios, além dos valores já contratados e honrados, isto é, recursos imprevistos, caso venha a ocorrer déficit no plano (LC nº 109/01, Artigo 21)”,

- “SE em caso de superávit, em caso de verdadeiro e exagerado excesso de recursos no plano (com perda da finalidade previdenciária), já honrados todos os seus compromissos futuros, só os participantes ficam com o dinheiro”.(sic).

“A necessidade da observância da proporcionalidade contributiva na hipótese de reversão de valores se avulta ainda mais no caso de planos de previdência fechada, sob a disciplina da Lei Complementar 108, de 2001, onde o patrocinador tem natureza pública. Em tais casos, onde se verifica que há aporte de recursos públicos, isto é, oriundos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, ou de suas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, ou outras entidades públicas a reversão de valores deverá, obrigatoriamente, ser feita em relação a participantes e assistidos e à patrocinadora, à razão da contribuição vertida

por cada qual”.(sic)

“quando a Lei diz “se a revisão do plano implicar redução de contribuições...”, está logo a indicar que pode haver outras formas de revisão do plano, tal como no caso de déficit, que não necessariamente impliquem redução de contribuições”. (sic)

“Quando o dispositivo em tela reza que, na forma da revisão de plano nele prevista (redução de contribuições), deve ser observada a proporcionalidade contributiva existente entre as contribuições da empresa patrocinadora e dos participantes e assistidos, está dizendo, claramente, que tanto patrocinadores quanto os participantes, inclusive os assistidos fazem jus a parcelas do superávit apurado”. “Se a lei complementar nº 109/01, no artigo 20, § 3, ao tratar de uma das hipóteses de revisão do plano (redução de contribuições), prevê que o superávit da reserva especial será usado tanto em benefício da empresa patrocinadora quanto dos participantes e assistidos, não se pode imaginar que numa outra forma de destinação do superávit a revisão do plano possa beneficiar apenas uma das partes”.(sic).

3 - DA FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS

29. Situam-se, no econômico, os inquestionáveis fundamentos da inexistência de direito do patrocinador, privado ou estatal, à devolução das contribuições por ele vertidas.

30. Pelo mecanismo de formação de custos e preços a empresa apropria seus custos fixos e variáveis, inclusive salários e encargos sociais, acrescentando-os do lucro e dos impostos indiretos, e os transfere nos preços ao seu cliente, o que torna o patrocínio de um fundo de pensão uma iniciativa social não onerosa.

31. Pois é o cidadão quem paga, como consumidor final, e como contribuinte, os custos de produção, de prestação de serviços, de comercialização, o lucro e os impostos indiretos.

32. E há indícios de que paga mais do que seria normal por ser a atividade econômica ainda fortemente oligopolista, de concorrência imperfeita, e o poder público não dispõe de instrumentos adequados para controlar o processo de formação de custos e de sua incorporação aos preços.

33. A propósito, para Sandra Cristina F. de Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, "dada a estrutura oligopolizada da economia brasileira, essa forma de financiamento (das contribuições sociais) assemelha-se a um imposto indireto, já que é razoável supor-se que as empresas repassem aos preços a carga impositiva associada à folha de salários" (grifamos).

34. No mesmo diapasão observa Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, pesquisador do IPEA, "uma das poucas unanimidades existentes entre os estudiosos de finanças públicas é que o imposto/contribuição sobre faturamento é a pior das alternativas em matéria de tributação. É certamente a pior escolha em termos de progressividade,

conscientização do contribuinte, controle inflacionário, controle de evasão, etc. como indicado em qualquer texto elementar de finanças públicas. O imposto ou contribuição é em cascata, sendo repassado a preço de produto, pago primordialmente pelas classes mais desfavorecidas sob o prisma sócio-econômico". (grifamos).

35. Por isto mesmo, o caráter regressivo dos custos nos preços pode ser maior do que deveria ser, prejudicando, sobretudo, os assalariados de menor renda, que consomem tudo o que ganham.

4 – DOS INCENTIVOS AO PATROCINADOR

a) – A Renúncia Fiscal

36. Além de transferir seus custos, os impostos indiretos e o lucro, para o consumidor e contribuinte, a empresa é beneficiada pelos incentivos fiscais -, o que transforma a função social do patrocínio de um fundo de pensão em uma atividade lucrativa não relacionada com os objetivos fins do patrocinador.

37. A concessão de incentivos de natureza previdenciária, via redução da base de cálculo, mediante lei específica, prevista no artigo 150 § 6º, da Constituição Federal, constitui um estímulo lucrativo ao patrocinador.

38. Beneficia, igualmente, os entes estatais e as empresas privadas, em decorrência do disposto no artigo 173 § 2º da Constituição Federal, verbis: "As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado".

39. A legislação autoriza a dedução das contribuições destinadas ao custeio de seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica antes da apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. Beneficia, inclusive, as empresas que patrocinam fundos de pensão para os quais os participantes não contribuem e os custos são repassados para o cidadão consumidor e contribuinte.

40. A partir da lei nº 9.532/97 a dedução, que já foi maior, ficou limitada a 20% do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da empresa, mas, em compensação, foi autorizada a dedução da contribuição para os Fundos de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, limitada aos mesmos 20%.

b) As demais vantagens

41. Acrescente-se, ainda, as vantagens auferidas pelo patrocinador com o papel protagonista por ele exercido na administração, através dos representantes por ele nomeados, cujos salários e demais vantagens são pagos pelo fundo. A lei prevê a utilização do voto de qualidade nos escalões decisórios das entidades, do que resulta serem sempre impostas pelo patrocinador as decisões administrativas -, o que lhe

permite decidir segundo suas conveniências, sobre as aplicações em renda fixa ou variável das reservas do fundo patrocinado.

42. Se o patrocinador for um estabelecimento bancário, a exemplo do Banco do Brasil, (a) administra os investimentos do Fundo patrocinado, auferindo rendimento considerável; (b) cobra comissão pelos serviços bancários prestados; (c) recebe bilhões de reais em depósitos do Fundo patrocinado, e de seus aposentados e pensionistas, alavancando sua capacidade operacional SEM ÔNUS -, quando se sabe que os bancos pagam milhões de reais para administrarem contas bancárias cujo montante é infinitamente menor.

43. Sendo preponderante no substrato de poder do fundo patrocinado, assume, na prática, o papel de administrador juridicamente irresponsável, na medida em que, se o resultado for deficitário, os participantes ativos e inativos, mantidos à distância da gestão, são convocados a participar da cobertura dos prejuízos.

44. São tantas as vantagens que poderosas empresas nacionais e estrangeiras -, a custa do consumidor/contribuinte -, patrocinam fundos de pensão e não cobram contribuições de seus participantes -, uma benesse, verdadeiro privilégio, chancelado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

c) Os Fundamentos de Justiça Social.

45. Ainda assim, pode-se admitir como natural no sistema de economia de mercado que o Estado ofereça incentivos à empresa que se preocupa com o bem estar social de seus empregados.

46. Mas, não a ponto de devolver-lhe uma contribuição que ela já repassou nos preços ao cidadão consumidor e contribuinte -, além das imensas vantagens, acima enumeradas, algumas de elevada natureza lucrativa.

47. NÃO! Porque a implementação da casuística CGPC 26/08 será a mortalha do sistema com fins sociais. Pois transformará o patrocinador em beneficiário, promovendo um inadmissível conflito de interesses entre ele e os participantes e assistidos na disputa pelos resultados do plano. E, o que é mais grave: promoverá o enriquecimento ilícito do patrocinador, em uma perigosa inversão até mesmo de valores morais.

48. SIM! Porque a pretendida devolução, sobre ser ilegal, posto que não admitida pela Constituição Federal e, em conseqüência, pela legislação específica, por ser incompatível com a função social do sistema previdenciário, constituirá a negação dos valores republicanos essenciais à convivência democrática e civilizada.

49. Pois bem. Vale a oportunidade para citar a singela observação do especialista Sergio de Andréa Ferreira, Consultor de Direito Previdenciário Privado, in-Direito Previdenciário – Temas Atuais-Alteração Patrimonial dos Planos das EFPCS-Editora Juruá, páginas 292/3:

“Companheiros desse patrimônio são os participantes e assistidos, que são também destinatários dos benefícios contratados, pagos com os recursos desse patrimônio. Os patrocinadores contribuem, sem ser, porém, beneficiários”. (grifos originais).

5 – OS SUPERÁVITS DA PREVI

50. Afigura-se aconselhável refletir com prudência sobre a forma de apuração e o verdadeiro valor dos sucessivos superávits apurados no período de 2003 a 2009.

51. Se a PREVI fosse um banco de investimento, cuja finalidade é a de gerar lucros, esse desempenho aparentemente extraordinário seria normal.

52. Mas, como entidade sem fins lucrativos, cujos investimentos deveriam conciliar rentabilidade com segurança, tal desempenho suscita fundadas preocupações.

a) Das aplicações excessivas em investimentos de risco

53. Porque, entre suas causas estão a excessiva exposição em investimentos de risco, em desacordo com as normas de segurança fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, e o descasamento entre o indexador do reajuste de benefícios e a meta atuarial, esta sistematicamente inferior à rentabilidade obtida, conforme demonstra a amostragem do quadro abaixo:

Em 1997 Em 2004 Em 2006 Em 2009

Perc.Aplic. em renda fixa 20,73% 32,64% 28,71% 31,13%

Perc.Aplic. em renda variável 57,80% 59,22% 66,02% 63,45%

Rentabilidade 21,11% 25,62% 34,90% 34,90%

Meta atuarial..... 13,93% 15,70% 9,00% 10,36%

Indexador Reajuste Benefícios 5,69% 7,97% 2,75% 5,45%

54. Observe-se que em decorrência das aplicações excessivas em investimentos de risco a PREVI não conseguiu se enquadrar nas normas das Resoluções CMN 2324/96, 2829/2001, 3121/2003, 3456/2007, até ser favorecida pela resolução que permite a aplicação de até 70% dos recursos garantidores do Plano 01 nesse segmento.

b) das avaliações pelo critério de valor econômico.

55. Porém, o mais preocupante é que tais superávits resultaram, sobretudo, do critério de avaliação pelo valor econômico das ações com direito à participação no mando, não negociadas em bolsa.

56. Esse critério de avaliação foi adotado por iniciativa dos dirigentes do Banco do

Brasil, que o vem capitalizando, sem ônus para seus acionistas, através da apropriação de parcelas importantes dos superávits da Previ -, o que contraria disposições da Lei Complementar 109/01, e da já citada deliberação CVM 371, de 13.12.2000, e desvirtua os objetivos de um Fundo de Pensão -, cuja finalidade não é a de gerar superávits para capitalizar o patrocinador, mas, sim, a de conceder benefícios como contra-partida das contribuições que recebe de seus associados.

57. Chancelado em 2002, vem sendo atualizado sistematicamente contribuindo, significativamente, para acumular superávits contábeis que possibilitam a transferência de valores dos balanços patrimoniais da PREVI a crédito do Banco do Brasil, via conta “Contribuições Amortizantes antecipadas” -, pondo em risco o equilíbrio do Plano de Benefícios 01, com previsíveis reflexos negativos para as futuras aposentadorias.

58. Para citar apenas a Litel, sua primeira avaliação, pelo referido critério, aumentou o patrimônio da Previ em R\$ 5,224 bilhões; na sequência, em 2004, acrescentou mais R\$ 3,43 bilhões; em 2006, mais R\$ 6,2 bilhões; em 2007, mais R\$ 12,7 bilhões; em 2008, reavaliação negativa de R\$ 3,6 bilhões; em 2009, reavaliação de R\$ 2,53 bilhões. O valor contábil da Litel passou de R\$ 2,62 bilhões no balanço de 2001 para R\$ 31,08 bilhões no balanço de 2009.

c) – Do descumprimento de normas regulamentares

59. Além da excessiva exposição em investimentos de risco; do descasamento entre a meta atuarial e o indexador do reajuste de benefícios; e da instituição da atualização do valor dos investimentos em ações com direito a participação no mando pelo critério do valor econômico, tais superávits resultaram, também:

(a) do não reajuste dos benefícios em 1995;

(b) do acordo firmado em 2006 para corrigir os prejuízos causados pela aplicação da parcela previ aos que se aposentaram a partir de 1998 sem a devolução dos prejuízos sofridos entre o início de 1998 e novembro de 2005;

(c) do não pagamento, aos pedvistas dos primeiros planos de demissão voluntária, da totalidade das contribuições patronais;

(d) do descumprimento do § 2º do artigo 20 da LC 109 que determina a obrigatória revisão do Plano de benefício após 3 exercícios consecutivos sem utilização da Reserva Especial.

6. DOS EFEITOS DA RESOLUÇÃO CGPC 26/2008

60. A Resolução CGPC nº 26 já se refletiu nas negociações entre os representantes do Banco do Brasil e dos participantes e assistidos, relativas à utilização da Reserva Especial apurada no exercício de 2007.

61. Os representantes do banco, que vinham postulando a participação da empresa na distribuição da reserva especial, como condição para concordarem com a revisão do plano, suspenderam as negociações até que seja definido o montante do benefício que lhe será concedido pela referida Resolução.

62. Porém, como as entidades representativas dos participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pela PREVI, são unânimes na convicção de que a Resolução CGPC 26/08 agride a Lei, a ética, a lógica e o bom senso, chegou-se a um aparente impasse.

63. Esse aparente impasse não é bom para nenhuma das partes e exige soluções que resguardem os benefícios dos participantes, conciliando-os com os legítimos interesses do Banco do Brasil, como patrocinador, nos limites fixados pela legislação.

64. Como sempre, dispostos a colaborar com lealdade, sem reservas, de todo injustificáveis, sem o estandarte do aplauso incondicional -, um apanágio de todas as gerações de servidores da Casa -, estendemos a mão a V. As, e a seus pares na administração da Previ, dispostos a contribuir para uma solução que harmonize nossos recíprocos interesses.

Consideramos que ao invés de se pautar o tema “Reserva para Revisão do Plano” sob a ótica de distribuição de reservas, a Previ poderia efetuar acertos dos desvios claros e evidentes e que, inclusive, são fatores de geração de excessivos superávits. Assim é que, considerando que o Plano de Benefícios nº 1 está encerrado poder-se-ia estudar:

a) Suspensão definitiva das contribuições a partir de 360 meses

b) Equiparar tempo de contribuição na ativa com tempo de contribuição como aposentado

c) Conceder Benefício Especial de Remuneração equivalente a um percentual do benefício normal a todos os assistidos que completarem a 360ª contribuição, independentemente da data de aposentadoria, bem como aos participantes que estão na ativa quando iniciarem o gozo do benefício de complementação de aposentadoria após o 360º mês, e, também, às pensionistas, compensando o mesmo benefício concedido em 2007.

d) Conceder reajustes nos benefícios pagos aos assistidos, correspondentes aos anos de 1995 e 1996, pois a ausência daqueles reajustes naqueles anos é uma das causas do elevado superávit hoje apresentado pelo PB-1. Seria aventado, então, um ponto final nas diversas ações que tramitam na justiça.

e) Criar benefício especial de Renda Certa (ou seja, devolução das contribuições) para todos os que contribuíram por mais de 360 meses para o PB-1.”

“Ficamos na expectativa de sua resposta.”

AAPBB RJ – AFABB BA – AFABB UBERABA – AFABB PARÁ – AFABB SP – AFABB ES –
AFABB SE – AFABB TUPÃ – AFABB TRÊS PONTAS – AFABB BARBACENA – AAPBB MS –
AFABB RS – UNAMIBB - FAABB – UNAP BB – AFABB SC

OBSERVAÇÕES do Blog Previ Plano 1. Clique no link abaixo para conhecer a explanação sobre a entrega da Carta:

Explanação

Não temos envolvimento com a Carta e a Resenha

Caros Colegas.

Está havendo um pouco de precipitação na postagem dos comentários sobre o trabalho do colega Gilvan Rebouças.

No afã de registrar inconformismo, alguns participantes atropelam o texto passando por cima dos conceitos e propostas contidos, por vezes reclamando ausências inexistentes.

Entendemos ser natural para quem se debruça sobre o trabalho procurar o foco que interesse espelhar seu enquadramento pessoal na distribuição de benefícios. Todavia, a ansiedade imposta na busca leva a conclusões errôneas, pela falta de atenção em se deter com olhar crítico sobre todo o desenrolar da matéria, e não apenas sobre determinados trechos.

De se notar que os questionamentos havidos até o momento acerca da não contemplação foram rebatidos, com sucesso.

Por outro lado, está dito na apresentação da publicação que “o autor do trabalho coloca-se à disposição de todos que queiram obter maiores informações sobre o que ora expõe, bem como sobre eventuais contestações dos dados apresentados...” no endereço gilvan@aapprevi.com.br.

Estou certo de que o Colega Gilvan saberá aproveitar as críticas construtivas com aproveitamento para aprimorar o seu trabalho. As omissões detectadas e os acertos apontados, comprovadamente necessários, serão considerados numa eventual reedição do estudo questionado.

Por oportuno, informamos que o Blog e a AAPPREVI não têm nenhuma responsabilidade sobre a “Carta da FAABB à PREVI” por total ausência de participação em todas as etapas (da confecção à entrega), à falta de convite para tanto. Neste ponto vale salientar que desconhecemos os motivos por que nos deixaram fora desse envolvimento. Alegar que a AAPPREVI não é filiada à FAABB, cujo pedido já foi entregue, não serve como justificativa para alijar nossa Associação do processo, até porque a AAPBB-RJ não pertence aos quadros da Federação (conforme consta no seu boletim nº 65), além da AFABB-RS, ambas constantes do rol de assinantes da referida Carta. Esta oportuna ressalva de não envolvimento vale também para a “resenha” publicada nas “Notícias Relevantes” deste Blog. Em ambos os casos apenas tomamos a iniciativa de publicar os textos fornecidos, gentilmente cedidos pela colega Isa Musa, por se tratar de assunto do interesse dos participantes e para contemplar a expectativa do seu conhecimento.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba – 15/07/2010.

A PREVI, o superávit e a distribuição (reedição)

Caros Colegas.

O trabalho do colega Gilvan Rebouças retorna ao topo desta coluna para ser avaliado dentro da atualidade das propostas contidas. A matéria que o atropelou, quando editada, perdeu um pouco do foco da expectativa gerada.

A AAPPREVI, cumprindo o prometido, apresenta o trabalho encomendado ao seu Vice Presidente Financeiro contemplando os números da PREVI, com todas as implicações que nos dizem respeito.

Continuando com o agressivo e bem intencionado programa iniciado na fundação, nossa Associação valer-se-á do estudo ora concluído para dar sustentação ao cumprimento das metas traçadas.

Contando com essa importante ferramenta de apoio, cabe-nos agora partir para a execução de ações concretas visando alcançar o coração do problema que afeta fortemente nossa dependência financeira. Ou seja, o binômio Banco do Brasil/PREVI.

O corpo da matéria que disponibilizamos contém a essência dos verdadeiros números que dão sustentação ao nosso Plano de Benefícios, numa mostra fiel das suas origens, crescimento e atualidade. Nesse caminho – começo, meio e fim – há verdades, mentiras e dúvidas. E essa mescla é determinante para se conhecer e entender a precária situação que vivenciamos, empurrados por manobras e ardis engendrados pelo Patrocinador, de comum acordo com os Dirigentes mantidos por ele no topo da nossa Caixa.

Comprovadamente inócuos os caminhos pacíficos e ordeiros trilhados na busca de um entendimento racional, só nos resta enveredar por um traçado mais contundente de convencimento. Por isso pedimos aos nossos leitores, simpatizantes ou não, analisar sem paixões o que estão recebendo, com a certeza de que o propósito maior que nos rege é conseguir que a carência de amparo seja suprida e que os direitos dos aposentados, pensionistas e demais assistidos da PREVI sejam respeitados com a distribuição do que lhes é de direito, bastando para tanto que os normativos que regem o Plano sejam seguidos ao amparo da Lei, que está sendo descumprida escandalosamente.

Assim sendo, vale a pena conhecer o primoroso trabalho que nos servirá de estímulo e suporte para continuar perseguindo a justiça que nos é negada.

http://www.aapprevi.com.br/documentos/pdf/estudo_aapprevi.pdf

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 12/07/2010.

Realinhamento do ES da PREVI

Caros Colegas.

No dia de hoje, 20 de julho, solicitamos à PREVI o realinhamento do Empréstimo Simples, como prometido. Em nove cartas remetidas pelo correio, sob registro e com AR, procuramos sensibilizar as pessoas encarregadas de gerir os destinos do Fundo pedindo-lhes empenho no estudo da proposta, com vistas ao atendimento.

A primeira das correspondências foi endereçada ao Presidente Flores e as demais, contendo cópias, remetidas aos gabinetes dos dirigentes que julgamos diretamente envolvidos no assunto.

No link abaixo está a reprodução fiel da Carta, com todos seus anexos. Logo após, o veículo que transportou esse documento até o Presidente do Conselho Deliberativo, o Diretor de Seguridade e alguns Conselheiros.

Eis o documento remetido à PREVI:

http://www.aapprevi.com.br/documentos/pdf/carta_a_PREVI_anexos.pdf

E a carta aos demais destinatários:

Tomamos a liberdade de passar às suas mãos cópia da carta endereçada à PREVI, na pessoa do Presidente Ricardo José da Costa Flores, contendo fundamentado pedido de realinhamento do Empréstimo Simples - único benefício imediato que vislumbramos passível de direcionamento aos sofridos e necessitados aposentados e pensionistas atendidos por nossa Caixa de Previdência.

Pela relevância do assunto de que trata, encarecemos dedicar sua atenção à leitura e envidar esforços somando seu empenho ao dos demais Dirigentes envolvidos no acolhimento da proposta, também alvos dos nossos pedidos nesta data.

Em nome dos participantes do Plano de Benefícios N°1, da PREVI, apresentamos-lhe nossos agradecimentos antecipados pela valiosa atenção que ora nos dispensa e pela defesa dos argumentos lançados, que certamente serão merecedores da almejada dedicação de sua parte.

Atenciosamente,

Marcos Cordeiro de Andrade
Presidente Administrativo

AAPPREVI – Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI
(Filiada à FAABB)

Destinatários das Cópias enviadas nesta data, sob registro e com AR:

Robson Rocha – Presidente do Conselho Deliberativo
José Ricardo Sasseron – Diretor de Seguridade
William José Alves Bento – Conselho Deliberativo
Mirian Cleusa Foch – Conselho Deliberativo
Célia Maria Xavier Larichia – Conselho Deliberativo
Francisco de Assis Chaves Costa – Conselho Fiscal
Aldo Bastos Alfano – Conselho Fiscal
Antonio Gonçalves de Oliveira – Conselho Consultivo do Plano 1.

Marcos Cordeiro de Andrade - Curitiba (PR) – 20/07/2010.

Funcionários do BB

Caros Colegas.

Componentes de uma categoria outrora bem remunerada, os funcionários do Banco do Brasil chegaram a ser taxados de marajás pelo justo salário auferido e que, ao morrer, deixavam razoáveis pensões para suas viúvas, mesmo com as reduções regulamentares.

Por conta disso, sua qualidade de vida era invejada por outras categorias e faziam jus aos salários recebidos pela capacitação profissional de que eram investidos, avaliada em rigoroso concurso de admissão ao quadro. Hoje, lamentavelmente, esse panorama se modificou e a situação é preocupante e injusta.

Preocupante para os antigos que hoje amargam a deterioração total da sua qualidade de vida, por conta dos desiguais benefícios recebidos da PREVI. Isto porque o ex-patrão interferiu ao longo do tempo com seguidas modificações no Estatuto para tornar-se senhor absoluto do Plano, monitorando seu patrimônio para uso próprio e do Governo a que serve.

Injusta para os funcionários da nova geração que recebem tratamento indigno de ser dispensado a qualquer categoria de trabalhadores, notadamente à classe a que pertencem.

Muito embora as admissões continuem amparadas em concurso sério e confiável, o grau de conhecimentos aferidos ficou longe de igualar-se àqueles anteriores ao advento da informática, hoje abrangendo as tarefas antes desenvolvidas pelo homem.

Por conta da menor exigência do grau de dificuldades os admitidos, normalmente aptos a aprovação em seleção para nível superior, fazem do emprego um estágio enquanto não conseguem melhor colocação. Enquanto isso se contentam com os baixos salários pagos pela Instituição, subordinando-se, também, ao desenvolvimento de trabalho mecânico à frente dos terminais de computador.

Sem oportunidades de utilizar o raciocínio no desempenho das funções, o servidor fica tomado por acomodada postura de apatia, mostrando desmotivação no cumprimento do dever. Isto se explica pelo tratamento que lhe é dispensado pelo patrão que o confunde com o instrumento de trabalho, tratando-o como a máquina que opera. Junte-se a isso o baixo salário pago aliado à pressão exercida no cumprimento de metas, mais o reduzido número de servidores designados ao atendimento público, e tudo levará a uma insatisfação generalizada por parte da clientela.

Nessa visão as conseqüências já são sentidas. Recentemente duas agências em Salvador foram interditas por descumprimento à “Lei da Fila” – tempo excessivo de espera por atendimento. E essa anormalidade é sentida em todas as agências que mantém no País.

Por isso, enquanto o Banco não se der conta de que precisa voltar a valorizar o elemento humano que lhe presta serviços, e dotar suas dependências de número suficiente de funcionários para atender seu público o descontentamento não vai parar de crescer. E tempo virá em que os dias de glórias findarão, deixando a concorrência se assenhorear da sua liderança, já bastante abalada a esta altura.

Marcos Cordeiro de Andrade - Curitiba (PR) 25/07/2010.

Enquete encerrada

Caros Colegas.

Resultado da enquete:

Você concorda que se faça uma manifestação de protesto em frente à sede da PREVI com cobertura da mídia?

SIM 399 (87%)

NÃO 57 (12%)

Total 456 (99%)

Com a maciça aprovação pela realização da manifestação de protesto objeto da consulta, resta-nos examinar a viabilidade do gesto e suas implicações.

Sabedores da responsabilidade que nos toca no posicionamento a ser adotado em consequência deste resultado, cabe-nos sopesar os pontos críticos que envolvam a questão procurando o que de melhor existir em favor dos participantes, seja no sentido dos benefícios advindos no caso da realização, seja na preservação da sua integridade física e moral por conta dos prováveis e eventuais prejuízos envolvidos.

Em que pese o excelente resultado obtido pelos partidários da manifestação, não podemos considerar isto como uma procuração outorgada para encampar a proposta com poder de levar a efeito a realização do evento, sob pena de enveredarmos pelo caminho da irresponsabilidade. Também, os comentários havidos nos dois sentidos apontam fundamentos que devam ser preliminarmente observados, em respeito às opiniões registradas neste espaço, no decorrer do tempo antes mesmo de iniciada a enquete. Neste entendimento vale salientar alguns pontos que devam ser postos sob avaliação, o que pedimos seja feito em comentários para publicação neste post e que servirão de suporte ao desenvolvimento do projeto.

1 - Benefícios e prejuízos que possam nos atingir.

A sociedade precisa conhecer os problemas que enfrentamos e passar a reconhecer no Banco e na Previ os Órgãos que nos negam direitos, nos tratam mal e se locupletam à nossa custa. Todavia, essa mesma sociedade costuma avaliar os fatos presentes com base no conhecimento do passado. Como nunca houve preocupação em divulgar nossa situação, o que está impregnado como conceito que fazem da classe de bancários vinculadas ao Banco do Brasil é que são marajás (título outorgado pelo presidente Collor) ou que somos vagabundos, como nos taxou o presidente Fernando Henrique. Portanto, é de se supor que condenem manifestação do tipo que se articula por achar que não merecemos "melhorias". Some-se a isto o fato de que manifestações deste tipo costumam impor desconforto ao vai e vem das pessoas causando irritação e tornando antipática a reivindicação.

Também, necessário se faz primar pela manutenção da condição de classe ordeira, educada e pacífica em que nos inserimos. Não podemos, em nenhum momento, deixar margem a que nos comparem a grupos extremistas, políticos ou não.

2 - Obstáculos a superar

Para que o evento tenha volume é necessário contar com o comparecimento de colegas de várias partes do país, o que implica em se cuidar dos meios necessários à sua locomoção. As despesas envolvidas serão significativas para custear o material de divulgação e esses deslocamentos com passagens e estadia. De se notar a faixa etária dos participantes, muitos com necessidades especiais: higiene, sanitários, tipo de alimentação, horários de tomar medicamentos de uso continuado, etc.

3 - Riscos de sofrer agressões

Em manifestações da natureza, previamente divulgadas, há sempre a corrente contrária que igualmente se prepara para embates visando à anulação dos efeitos do protesto. Isto pode gerar agressões físicas com conseqüências imprevisíveis, até por parte da autoridade policial.

4 - Apoios logísticos

Manda o bom senso que toda manifestação pública de protesto seja do conhecimento das autoridades: policiais, sanitárias e de trânsito. É bom lembrar que em casos de embate com correntes contrárias a autoridade será levada a intervir e há exemplos em que a truculência se faz presente por parte de policiais despreparados. Isto tem acontecido envolvendo professores, estudantes e servidores públicos, independente da faixa etária em que estejam incluídos. De suma importância será a manutenção de uma base de apoio para dar condições operacionais ao movimento, em todos os sentidos.

5 - Responsabilidades pela organização

Há necessidade de se definir responsabilidades para atuação nas diversas áreas envolvidas: liderança do movimento, arrecadação de fundos, determinação do "modus operandi", convocação e composição dos grupos, meios de transporte, reservas de acomodações, confecção do material publicitário, contatos com os meios de comunicação para divulgação, previsão dos custos para todas as etapas, suporte financeiro e avaliação de resultados.

6 – Adesões

Por último, de se registrar a dificuldade em conseguirmos adesões. É bom lembrar o comodismo demonstrado quando das eleições para a Cassi e a Previ em que malhamos em ferro frio. Mesmo tratando-se de votações de grande interesse ao amparo da classe, em que o eleitor não precisava se afastar do conforto do lar foi decepcionante o

número de aposentados e pensionistas que se dignaram honrar o voto. No caso presente há necessidade de deslocamentos, alguns de mais de um dia, aliado a desconfortos e exposição a riscos pelo comparecimento. Mais um fator preponderante é a dificuldade em se conseguir nomes para contato - no anonimato ninguém comparece a um evento deste porte.

Claro está que deve haver muitos outros pontos que precisem ser considerados - prós e contras. Por isso, pedimos aos interessados manifestar opinião em comentários a este comunicado e, se possível, com declaração do interesse em participar. E com nomes, se não for pedir muito. Enquanto isso o desenvolvimento das articulações pertinentes merecerá o cuidado necessário.

Marcos Cordeiro de Andrade - Curitiba (PR) - 28/07/2010.

Leviandade

Ilustríssimo Senhor Raposo.

Custo a crer que quem escreveu a carta abaixo seja o mesmo Antonio Carlos Raposo, um dos líderes do UNAP-BB, que tem trocado gentilezas comigo em e-mails particularmente dirigidos, desprovidos do ranço que aqui emana e da leviana formação de juízo a meu respeito.

De todo modo, e seja quem for, aguardo reparação à altura das ofensas gratuitas registradas. A carta me chegou por acaso, creio, como cópia oculta em mensagem endereçada coletivamente. O e-mail foi recebido hoje, às 13h40min.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 30/07/2010.

“Caro Joaquim,

As pessoas distorcem os fatos e as palavras ao sabor dos seus interesses. Para isso, se utilizam de sofismas ou de meias verdades. O assunto atual é um vasto exemplo dessa prática.

1. Pra começar: ninguém falou nada de passeata; a proposta feita é de uma manifestação pacífica consistente em um abraço em torno do prédio da Previ. Portanto, mudar a proposta já é uma sacanagem desonesta. rs
2. O resultado da enquete - independente de outras considerações - apenas reflete o que todo mundo está careca de saber: que é preciso sair dessa cômoda inércia que se apoderou das nossas associações e das nossas "lideranças" de papel; todo mundo concorda que é preciso fazer algo e logo. Só essas nossas lideranças, que estão encasteladas nas entidades há anos (mamando no mínimo, poder), é que querem continuar nas suas boquinhas. Nesses 12% estão esses e outros poucos que preferem não resistir, por diversos motivos. Alguns até defensáveis.
3. Cada parágrafo escrito contém meias verdades, verdades parciais. Nem vou perder tempo rebatendo cada um. Fica evidente que se partiu de um objetivo definido, de condenar o ato, e se ficou tentando justificá-lo. Em alguns pontos, exala o conservadorismo de direita (pleonasma, rs) tão impregnado em nossa sociedade pela ditadura militar (classe ordeira, educada e pacífica em que nos inserimos. Não podemos, em nenhum momento, deixar margem a que nos comparem a grupos extremistas, políticos ou não). Retrato de uma mentalidade tacanha e marota que vende a balela de que lutar por um direito é ir contra a ordem, é ser extremista. Papo de patrão, papo de militar.
4. Os interessados em que as coisas continuem como estão - Banco, Previ e lideranças encasteladas nas Associações e Conselhos - não escreveriam coisa melhor. Ou será que não foi destas últimas que saiu a inspiração do autor do texto? Também não conheço o Marcos mas sei ler e analiso minimamente as coisas que vejo. Está claro que a Dona Isa alimenta o blog, com frequência. Apesar de alertado, ele não

retificou a falsa informação/notícia de que foi a FAABB quem entregou a carta ao Presidente da Previ, e ainda manteve a mentira de que a carta entregue tinha aquele final que não tinha. Por que será???

Supondo que tenha havido um equívoco inicial, não seria esperado que se fizesse o reparo? Voltando ao início, depende. Depende de que lado e de que interesses a pessoa esteja e defenda.

abs

Raposo”

Frustração

Caros Colegas.

Manda o bom senso, a ética e os bons costumes que a política de relacionamento seja pautada nestes mesmos fundamentos. Caso contrário, há o risco de descambar para o confronto, para a indisciplina no trato e para o resultado desfavorável à credibilidade dos propósitos envolvidos.

Respeitando essas premissas imprimimos caráter de fundo amistoso na argumentação lavada ao conhecimento da PREVI, quando do pedido feito para contemplar o realinhamento do Empréstimo Simples. A carta contendo o pleito foi portadora dos anseios dos interessados na modificação para melhor dos números atuais, onde registramos as necessidades dos postulantes com declarações contundentes, tomadas dos comentários havidos neste Blog.

Amparados por esta tentativa de convencimento, também tivemos a preocupação de consubstanciar nossos argumentos com indicativos numéricos positivando a viabilidade do atendimento nas bases solicitadas. Tudo dentro do enquadramento normativo próprio.

No entanto, ao tomarmos conhecimento da realidade do quadro direcionado ao conhecimento público, onde um Conselheiro eleito pelos Participantes antecipa o seu voto na reunião determinante do CODEL propondo a concessão do novo ES em bases muito inferiores, somente nos resta amargar o sentimento de frustração pela falta de sensibilidade e pela total ausência de manutenção da palavra dada pelos representantes eleitos, ele inclusive, Senhor William José Alves Bento, demonstrada ao se vislumbrar atendimento tão distanciado do necessariamente comprovado.

Ora, se a proposta de R\$ 150 mil/150 meses tem direcionamento para resolver o problema em definitivo, por que optar por solução parcial que somente interessa ao patrocinador para manutenção dos participantes sob o jugo dos seus empréstimos? Talvez na pergunta se encontre a resposta.

De se notar que o nome do senhor William somente surge em ocasiões propícias para defender o Banco, um de seus dois patrões. Por isso mesmo não deveria constar como articulador de tal proposição por suspeita de dubiedade de comprometimento profissional. Antes seria necessário decidir a qual dos dois senhores quer servir.

Na Previ ele atua como Conselheiro Deliberativo ao tempo em que na ANABB exerce as funções de Vice Presidente Administrativo e Tesoureiro.

A PREVI e a ANABB são Entidades antagônicas relativamente aos propósitos defendidos nos seus Estatutos.

A PREVI foi criada para servir aos seus participantes (Art. 3º);
A ANABB foi criada para defender o Banco do Brasil (Art. 2º - I).

Isso vem corroborar as suspeitas reinantes de que a Direção da PREVI age de comum acordo com o Banco do Brasil, direcionando as decisões que possam favorecer os participantes de modo a reverter o conhecimento do direito e da justiça.

Decisões como esta do realinhamento do ES deveriam contemplar peremptoriamente os reais interesses dos participantes do Plano, em observação irrestrita e inequívoca aos mandamentos estatutários.

Por analogia, é de se esperar comportamento idêntico no trato do assunto superávit (cuja prescrição se aproxima), em que a partilha provavelmente será feita para contemplar o patrocinador primeiramente, após o que as sobras do festim serão jogadas aos famintos à volta da mesa, ávidos pelas migalhas que lhes cheguem.

Uma vez comprovada a inexistência de representantes na Direção da PREVI efetivamente comprometidos com os interesses dos participantes, creio ter chegada a hora de todos nós integrantes do PB1, desassistidos de um modo geral, recorrermos ao defensor maior e comum a todos: a Justiça!

Se, por errôneo entendimento da avaliação de caráter, a linguagem utilizada para o relacionamento civilizado não surte o efeito esperado - pela comprovação de desvios de conduta - deve-se buscar o emprego do canal que se preste ao trato com elementos desenquadrados eticamente no cumprimento do dever.

Neste sentido, devemos submeter ao peso da Justiça esses dirigentes omissos que têm o dever de trabalhar por nós, e para nós, uma vez que ali foram colocados com essa finalidade. E para tanto recebem altíssimos salários pagos com o nosso dinheiro, aportado ao fundo com contribuições de decênios.

Levemo-los, pois, às Barras do Tribunal. Antes que seja tarde!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 31/07/2007.

Anônimo deixou um novo comentário sobre a sua postagem "Leviandade":

Vê-se que este blog já não é o que foi. Enviei comentário e não foi publicado. Democracia é bonito, não é? Ainda mais quando se fundou uma associação tendo a democracia como premissa. Por isso que a AAPPREVI tem tão poucos associados... Funcionário do BB é esperto e cheira armadilha de longe...

Publicar este comentário.

Recusar este comentário.

Moderar comentários para este blog.

Postado por Anônimo no blog Previ Plano 1 em 31 de julho de 2010 21:02

anonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimo
Nº 2

Anônimo deixou um novo comentário sobre a sua postagem "Leviandade":

Fiz um comentário sem termos chulos, apenas manifestando minha discordância acerca de como as críticas são recebidas pelo presidente da AAPPREVI, e o mesmo foi censurado. Parece que o Raposo tem razão, e mais cedo ou mais tarde as pessoas se revelam!

Publicar este comentário.

Recusar este comentário.

Moderar comentários para este blog.

Postado por Anônimo no blog Previ Plano 1 em 31 de julho de 2010 06:54

anonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimo
Nº 3

Anônimo deixou um novo comentário sobre a sua postagem "Leviandade":

Como sempre, a resposta às críticas se dá de modo arrogante...

Publicar este comentário.

Recusar este comentário.

Moderar comentários para este blog.

Postado por Anônimo no blog Previ Plano 1 em 30 de julho de 2010 16:48

nonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimo
Nº 4

Anônimo deixou um novo comentário sobre a sua postagem "Leviandade":

Raposo para presidente da AAPPREVI!!!

Publicar este comentário.

Recusar este comentário.

Moderar comentários para este blog.

Postado por Anônimo no **blog** Previ Plano 1 em 30 de julho de 2010 15:56

anonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimoanonimo
FIM

Marcos Cordeiro de Andrade - Curitiba (PR) – 01/08/2010.

Frustração

Caros Colegas.

Manda o bom senso, a ética e os bons costumes que a política de relacionamento seja pautada nestes mesmos fundamentos. Caso contrário, há o risco de descambar para o confronto, para a indisciplina no trato e para o resultado desfavorável à credibilidade dos propósitos envolvidos.

Respeitando essas premissas imprimimos caráter de fundo amistoso na argumentação lavada ao conhecimento da PREVI, quando do pedido feito para contemplar o realinhamento do Empréstimo Simples. A carta contendo o pleito foi portadora dos anseios dos interessados na modificação para melhor dos números atuais, onde registramos as necessidades dos postulantes com declarações contundentes, tomadas dos comentários havidos neste Blog.

Amparados por esta tentativa de convencimento, também tivemos a preocupação de consubstanciar nossos argumentos com indicativos numéricos positivando a viabilidade do atendimento nas bases solicitadas. Tudo dentro do enquadramento normativo próprio.

No entanto, ao tomarmos conhecimento da realidade do quadro direcionado ao conhecimento público, onde um Conselheiro eleito pelos Participantes antecipa o seu voto na reunião determinante do CODEL propondo a concessão do novo ES em bases muito inferiores, somente nos resta amargar o sentimento de frustração pela falta de sensibilidade e pela total ausência de manutenção da palavra dada pelos representantes eleitos, ele inclusive, Senhor William José Alves Bento, demonstrada ao se vislumbrar atendimento tão distanciado do necessariamente comprovado.

Ora, se a proposta de R\$ 150 mil/150 meses tem direcionamento para resolver o problema em definitivo, por que optar por solução parcial que somente interessa ao patrocinador para manutenção dos participantes sob o jugo dos seus empréstimos? Talvez na pergunta se encontre a resposta.

De se notar que o nome do senhor William somente surge em ocasiões propícias para defender o Banco, um de seus dois patrões. Por isso mesmo não deveria constar como articulador de tal proposição por suspeita de dubiedade de comprometimento profissional. Antes seria necessário decidir a qual dos dois senhores quer servir.

Na Previ ele atua como Conselheiro Deliberativo ao tempo em que na ANABB exerce as funções de Vice Presidente Administrativo e Tesoureiro.

A PREVI e a ANABB são Entidades antagônicas relativamente aos propósitos defendidos nos seus Estatutos.

A PREVI foi criada para servir aos seus participantes (Art. 3º);
A ANABB foi criada para defender o Banco do Brasil (Art. 2º - I).

Isso vem corroborar as suspeitas reinantes de que a Direção da PREVI age de comum acordo com o Banco do Brasil, direcionando as decisões que possam favorecer os participantes de modo a reverter o conhecimento do direito e da justiça.

Decisões como esta do realinhamento do ES deveriam contemplar peremptoriamente os reais interesses dos participantes do Plano, em observação irrestrita e inequívoca aos mandamentos estatutários.

Por analogia, é de se esperar comportamento idêntico no trato do assunto superávit (cuja prescrição se aproxima), em que a partilha provavelmente será feita para contemplar o patrocinador primeiramente, após o que as sobras do festim serão jogadas aos famintos à volta da mesa, ávidos pelas migalhas que lhes cheguem.

Uma vez comprovada a inexistência de representantes na Direção da PREVI efetivamente comprometidos com os interesses dos participantes, creio ter chegada a hora de todos nós integrantes do PB1, desassistidos de um modo geral, recorrermos ao defensor maior e comum a todos: a Justiça!

Se, por errôneo entendimento da avaliação de caráter, a linguagem utilizada para o relacionamento civilizado não surte o efeito esperado - pela comprovação de desvios de conduta - deve-se buscar o emprego do canal que se preste ao trato com elementos desenquadrados eticamente no cumprimento do dever.

Neste sentido, devemos submeter ao peso da Justiça esses dirigentes omissos que têm o dever de trabalhar por nós, e para nós, uma vez que ali foram colocados com essa finalidade. E para tanto recebem altíssimos salários pagos com o nosso dinheiro, aportado ao fundo com contribuições de decênios.

Levemo-los, pois, às Barras do Tribunal. Antes que seja tarde!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 31/07/2007.

Planejamento Estratégico - PREVI

Ilma. Sra.
Presidente da FAABB,
Isa Musa de Noronha.

Lisonjados com a deferência com que nos distinguiu ao incluir a AAPPREVI entre as afiliadas chamadas para contribuir na elaboração do Planejamento Estratégico, da PREVI, damos por cumprida nossa tarefa pelo que anexamos o trabalho executado. Fazendo justiça aos nossos colaboradores, todos integrantes da Diretoria, cabe-nos informar que o resultado é fruto do esforço comum e espelha o pensamento da AAPPREVI.

Cordialmente,

Marcos Cordeiro de Andrade
Presidente Administrativo

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO REVISÃO DO PLANO 2010/2013

1) Na sua visão, quais são as principais forças e principais deficiências que a PREVI apresenta neste momento?

FORÇAS:

- Patrimônio expressivo.
- Participação em grandes empresas como Banco do Brasil, Bradesco, Embraer, Itau-Unibanco-Holding S/A, Petrobrás, Usiminas e Vale.

DEFICIÊNCIAS:

- Ausência de comunicação clara e tempestiva com os associados.
- Informações de pouco ou nenhum interesse dos associados divulgadas no Site PREVI.
- Subserviência total ao patrocinador como se ele fosse o dono, constatação que irrita sobremaneira a totalidade dos participantes.
- Descumprimento dos estatutos e leis vigentes numa clara comprovação da deficiência anotada imediatamente anterior a esta.
- Alimentação indefinida de demandas judiciais conhecendo jurisprudência que beneficia os participantes. A PREVI opta por pagar honorários e custas judiciais com o intuito de negar direitos, aportando recursos deixando-os em “compasso de espera” na esfera judicial destinados às futuras indenizações.
- Atendimento precário aos participantes, faltando objetividade nas respostas sempre iguais como se fora um carimbo, numa demonstração inequívoca de que as mensagens não chegam aos destinatários.
- Ausência de uma ouvidoria para atender as reclamações dos participantes.

- Manutenção de investimentos que não trazem retorno ou causam prejuízo como Sauípe S/A e outras reconhecidas aquisições tidas como autênticos “micos” históricos.
- Decisões sobre investimentos tomadas por meia dúzia de burocratas sempre a favor dos governos de plantão, sem levar em conta os altos riscos envolvidos nessas transações. (Alguns desses burocratas até fazem parte do corpo de assistidos, mas atendem às determinações a favor dos governantes em aplicações de retorno duvidoso pelos riscos envolvidos).
- Elevado percentual de aplicações em renda variável, sujeito aos riscos de mercado sem necessidade.
- Falta de uma política de melhoria de benefícios que contemplem todos os participantes e assistidos.
- A PREVI é contumaz em dar prioridade para pequenos grupos de participantes que já ganham muito, em prejuízo da maioria (Renda Certa).
- Manutenção de artifícios que visam reduzir benefícios com a finalidade de gerar superávits que serão consumidos pelo patrocinador (Parcela Previ, comprovadamente nociva aos interesses dos assistidos).

2) Considerando a situação atual da PREVI, favor listar os principais assuntos e desafios que precisam ser tratados em seu planejamento estratégico, em ordem decrescente de relevância e prioridade.

- Distribuir o superávit existente.
- Conceder aumento Linear para todos os participantes e assistidos.
- Conceder aumento no teto do empréstimo simples para 150.000,00 e prazo de 150 meses
- Concessão de Cesta Alimentação para todos evitando demandas judiciais
- Concessão do Renda Certa para os que tiverem esse direito reconhecido, sem necessidade de ação judicial.
- Elevação do limite inicial das pensões.

3) Que ações você sugere para tratar dos assuntos e desafios listados?

Primeiramente envidar esforços no sentido de efetivar a distribuição do superávit do Plano, de modo a contemplar todos os participantes de forma isonômica e igualitária, evitando a repetição de injustiças registradas nesse sentido. De se destacar a observância dos prazos prescricionais evidentes. Para tanto sugerimos pulverizar o montante passível de uso distribuindo-o como a seguir:

Aumento Linear: Aplicação de um percentual de 23,45% retroativos a janeiro/2010 como aumento real. A partir de junho/2010 esses valores sofrerão reajuste de 5,31% relativo ao INPC acumulado do ano anterior. A soma desses dois índices equivale a um aumento de 30% (trinta por cento) nos benefícios e pensões.

Dados:

Aposentadorias e pensões pagas em 2009:

5.884.175 mil x 30% = 1.765.252 mil (aumento mais reajuste).

5.884.175 mil + 1.765.252 mil = 7.649.427 mil (Desembolso atualizado)*

- * Esse desembolso é apenas uma projeção. Seu valor real será bem menor devido a dois fatores: 1) O número de participantes não é o mesmo verificado em dezembro de 2009; 2) Esse percentual de 30% será feito de forma escalonada: 23,45% de Janeiro a Maio/2010 e 30% a partir de Junho/2010.

Aumento do teto do Empréstimo Simples: Percentual aplicado bem inferior ao teto permitido em lei. Em 2009 o percentual aplicado era de 2,6% quando se podia chegar a até 15% do valor do patrimônio. O aumento de teto e prazo não implica em desembolso imediato, pois nem todos os participantes e assistidos terão margem consignável para tomarem esses valores.

Concessão de Cesta Alimentação para todos:

Número de participantes e assistidos em 2009: 86.473

Valor da Cesta Alimentação: R\$ 289,36

Desembolso anual: R\$ 300.261 mil*

-* O valor é bem menor tendo em vista a redução do número de participantes.

Concessão Renda Certa: Corrigir as injustiças da primeira aplicação do benefício renda certa e pagar para quem adquiriu o direito. Há impossibilidade de se fazer cálculos em virtude da falta de dados, como a quantidade do número de participantes com direito e valores de contribuição de cada um.

Aumento no limite inicial das pensões: De acordo com o GT ANABB de 2008, os valores necessários para a correção dessas pensões seriam da ordem de R\$ 5,92 bilhões. De lá para cá o número de pensionistas também apresenta uma redução anual, logo os valores necessários serão bem menores.

DISPÊNDIOS IMEDIATOS:

Aumento de 30% = R\$ 1.765.252 mil

Cesta alimentação \ R\$ 300.262 mil

Aumento piso pensões \ R\$ 5,92 bi

TOTAL \ R\$ 7,98 bi

Os valores apresentados acima são inferiores à metade do superávit apurado em 2009, portanto perfeitamente viáveis de serem implantados com uma sobra da ordem de mais de R\$ 4 bilhões, que poderão ser gastos com as adequações do “Renda certa” e “Cesta Alimentação” atrasados.

A PREVI poderia até fazer um acordo com os participantes para pagamento desses valores atrasados (renda certa e cesta alimentação) em prestações mensais.

Colaboradores, membros da Diretoria da
AAPPREVI – Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI

Ivan Rezende
Jane Torres de Melo
José Gilvan P. Rebouças
Marcos Cordeiro de Andrade
Rogério Luiz P Carvalho
Rosalina de Souza.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 03/08/2010.

OBS.: Este trabalho, também em PDF, está aqui do lado em "Notícias Relevantes".

Planejamento Estratégico da Previ-2010/2013

Caros Colegas.

A FAABB encaminhou as sugestões das Associações que atenderam ao chamamento da PREVI.

Abaixo está a “Capa-Carta da FAABB”, seguida da sua sugestão, resumo qualitativo dos trabalhos das Associações que confiaram na sua capacidade de representá-las.

Por último, os anexos indicados por links, correspondendo às participações individuais ordenados alfabeticamente por nome de Associação.

Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil
FAABB

Belo Horizonte, 6 de agosto de 2010.

À
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

Equipe de Planejamento Estratégico

Prezados Senhores,

Conforme antecipamos em e-mail de 6 de agosto, estamos anexando à presente, os e-mails das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil que manifestaram desejo de atender ao convite da FAABB para atender ao que foi solicitado pela Equipe de Planejamento Estratégico da PREVI.

Manifestamos nossa satisfação pela oportunidade de enviar comentários, sugestões e propostas a título de colaboração.

Os Formulários de E-mail seguem capeados pela carta dessa Federação que tentou condensar todas as propostas recebidas de nossas Associações de Aposentados.

Atenciosamente

Isa Musa de Noronha
Presidente

Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil
FAABB

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2010.

À
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

Equipe de Planejamento Estratégico

Prezados Senhores,

Esta Federação recebeu vossa correspondência pedindo sugestões para a formulação do Planejamento Estratégico Previ 2010/2013. Ouvimos nossas filiadas e estamos condensando as respostas que recebemos que, esperamos, possam ser aproveitadas.

Inicialmente é nosso dever ressaltar nossa satisfação pela PREVI nos ter concedido tal abertura, inédita nas relações entre participantes, assistidos e nosso Fundo de Pensão. Fazemos votos que tal iniciativa seja a primeira de muitas outras oportunidades para que aposentados e pensionistas possam ter um canal de comunicação com a PREVI.

A principal credencial (força) da PREVI se situa no componente positivo do psicossocial, isto é, na confiança dos associados na isenção e na capacidade dos administradores de harmonizar e conciliar os interesses do patrocinador e dos associados. Confiança essa que transmite a segurança de permanência da estabilidade jurídica como garantia do cumprimento dos direitos e deveres do corpo social, e da harmonia entre patrocinador, dirigentes e participantes.

Em sentido contrário, a principal deficiência ostentada atualmente pela PREVI está na crise de confiança, na insatisfação crescente entre os vários segmentos do corpo social, e na insegurança jurídica, frutos indesejados de um diálogo precário com a direção do fundo; de modificações estatutárias que alteraram o modelo conceitual do Plano de Benefício 01 ao arrepio da legislação específica; de tentativas de descumprimento das normas estatutárias; e de decisões que, em vez da revisão do Plano, beneficiaram uns e discriminaram outros.

A constatação inequívoca desse esgarçamento do tecido social da instituição está no crescente contencioso, um dos maiores da história da previdência complementar movido contra um fundo de pensão por descumprimento de normas estatutárias.

FORÇAS

Outras forças da PREVI decorrem de seu poder de manipular o valor de seus ativos

financeiros, elevando-os excessivamente. Uma das fórmulas para alcançar esse objetivo é reavaliar as aplicações em renda variável pelo valor econômico, possibilidade inexistente até o ano 2000. Isso permitiu à PREVI apresentar, naquela época, apreciável superávit, o que atendeu sob medida o seu patrocinador, então desenquadrado ante as normas da Convenção de Basileia e que assim pôde capitalizar-se com apreciável parte daquele recurso “sem que os acionistas precisassem por a mão no bolso”, conforme declaração de um diretor do Banco à época.

Pode ser considerada também como força da PREVI a absurda valorização das ações, que nos últimos quinze anos tiveram seu valor manipulado e exageradamente aumentado, sem qualquer correspondência com o valor da produção de bens e serviços. Note-se que há ativos supervalorizados pela alta da Bovespa e pelo preço das commodities. Seria oportuno planejar ações que visem o enquadramento das aplicações, dentro das normas de mercado, de modo a não provocar desvalorização dos ativos.

Não obstante, todos são concordes em observar o excelente grau de profissionalismo de seus dirigentes, o conceito positivo que desfruta no âmbito econômico - financeiro e na sociedade e a associação a marca Banco do Brasil. Ademais, pode-se dizer que hoje é patente a crescente organização dos aposentados e pensionistas, através das suas Associações espalhadas por todo o Brasil, pois essas podem ser o espelho da PREVI.

e mais:

- A adequada prática de governança corporativa, em consonância com os mais modernos princípios adotados internacionalmente pelos fundos de pensão, inclusive dos países mais desenvolvidos.
- A grande solidez de seu patrimônio, de cerca de 142 bilhões de reais, com aplicação bem diversificada e participando, praticamente, de todas as atividades econômicas e financeiras do país, como o próprio Banco do Brasil, Bradesco, Embraer, Cia. Vale do Rio Doce, Itaú-Unibanco-Holding S/A, Petrobrás, etc.
- A grande capacidade de influenciar agentes públicos visando implementar políticas de seu interesse ou de interesse do Patrocinador: exemplos: aumento do teto de aplicação em renda variável e uso da reserva especial.
- O expressivo número de participantes – cerca de 178 mil (posição: dezembro de 2009), entre pessoal da ativa do Banco do Brasil, aposentados e pensionistas –, sendo considerado o maior fundo de pensão da América Latina e um dos maiores do mundo.

DEFICIÊNCIAS

Consideramos que a PREVI tem pontos frágeis e eis o que as Associações apontam:

- Sucessivas administrações da PREVI demonstraram gigantesco desprezo por

aposentados e pensionistas do Plano 1. Esse desprezo é constatado pela falta de comunicação eficiente e rápida das decisões que mais interessa ao segmento. Um estranho “código de ética” tem sido a justificativa que diretores e conselheiros usam para não informar aos aposentados as tratativas, as discussões presentes nas reuniões tanto de diretoria quanto a conselhos. Entendemos que estratégias de investimento e desinvestimentos devem ser resguardadas, não podem vazarem. No entanto, discussão sobre pleitos como aumento do teto do Empréstimo Simples, alterações pretendidas para a CAPEC, distribuição da Reserva Especial, por exemplo, poderiam ser levadas a público. No entanto, a PREVI se reúne a portas fechadas, decide, doa a quem doer e então divulga como fato consumado. Que impedimento ético existe para não divulgar no site, boletins, etc, que o Conselheiro tal apresentou tal proposta – que a Previ está estudando rever o teto e os prazos do Empréstimo, que a PREVI, que a PREVI solicitou a sua área técnica estudos para a distribuição da Reserva, etc? Nada. Apenas a falta de transparência.

- Demandas judiciais: excesso de recursos para casos que perdeu na justiça, não implantação para todos dos direitos que alguns colegas ganharam na justiça, demora em tomar providências sobre o superávit. É incompreensível a alimentação indefinida de demandas judiciais conhecendo jurisprudência que beneficia os participantes. A PREVI opta por pagar honorários e custas judiciais com o intuito de negar direitos, aportando recursos deixando-os em “compasso de espera” na esfera judicial destinados às futuras indenizações.

- Falta de autonomia para gerir seus negócios em face de sua submissão ao Banco/Governo.

- Conflito de interesses entre participantes/assistidos e os governantes.

- Excessiva exposição à opinião pública em função de ser o maior fundo de pensão do País.

- A interveniência político-sindical que, de quando em vez, alça a PREVI às manchetes negativas envolvendo seus dirigentes, como no caso recente - objeto de matéria da Folha de S. Paulo - referente ao "dossiê Mantega".

- As pressões para investir em projetos com custos e riscos sem delineamento definitivo, a exemplo de Belo Monte e Trem Bala. A PREVI insiste na manutenção de investimentos que não trazem retorno ou causam prejuízo como Suipe S/A e outras reconhecidas aquisições tidas como autênticos “micos” históricos.

- Ausência de comunicação clara e tempestiva com os associados.

- Informações de pouco ou nenhum interesse dos associados divulgadas no Site PREVI.

- Subserviência total ao patrocinador como se ele fosse o dono, constatação que irrita sobremaneira a totalidade dos participantes.

- Descumprimento dos estatutos e leis vigentes numa clara comprovação da deficiência anotada imediatamente anterior a esta.
- Atendimento precário aos participantes, faltando objetividade nas respostas sempre iguais como se fora um carimbo, numa demonstração inequívoca de que as mensagens não chegam aos destinatários.
- Ausência de uma ouvidoria para atender as reclamações dos participantes.
- Decisões sobre investimentos tomadas por meia dúzia de burocratas sempre a favor dos governos de plantão, sem levar em conta os altos riscos envolvidos nessas transações. (Alguns desses burocratas até fazem parte do corpo de assistidos, mas atendem às determinações a favor dos governantes em aplicações de retorno duvidoso pelos riscos envolvidos).
- Investimentos concentrados em reduzido número de empresas.
- • Elevado grau de alavancagem na sua carteira de investimentos em renda variável (mercado de ações), equivalente, no fim de 2009, a 63,9% (ver Relatório Anual de 2009) – apesar da Resolução nº 3.792, do Conselho Monetário Nacional (CMN) permitir, atualmente, a alocação de até 70% dos recursos garantidores do plano em renda variável. Isso foi responsável, na última crise financeira global, pelo extraordinário decréscimo do patrimônio da PREVI de cerca de 15 bilhões de reais!
- Falta de uma política de melhoria de benefícios que contemplem todos os participantes e assistidos.
- A PREVI é contumaz em dar prioridade para pequenos grupos de participantes que já ganham muito, em prejuízo da maioria (Renda Certa).
- Manutenção de artifícios que visam reduzir benefícios com a finalidade de gerar superávits que serão consumidos pelo patrocinador (Parcela Previ, comprovadamente nociva aos interesses dos assistidos).

DESAFIOS

- Que os recursos do PB 1 sejam administrados por pessoal que faz parte deste Plano, porque o que temos ai é pessoal fora do PB 1 administrando esses recursos. Essa pretensão pode requerer até mesmo mudança do estatuto, o que é difícil, mas deve ser propugnado.
- Tratar prioritariamente do atendimento da distribuição do superávit aos seus associados, na forma da lei, antes de se preocupar em aplicar seus recursos em aventuras econômicas determinadas pelo Governo Federal, subordinando-se a interesses político-partidários que nos avassalam.
- Volta do IGP-DI para reajuste dos benefícios.

- Antecipar o reajuste para janeiro, junto com INSS.

- Distribuição da Reserva Especial ou simplesmente, distribuição do superávit como comumente se diz. O maior desafio da PREVI é claramente a revisão dos benefícios do Plano 1, o que deve ser feito com urgência, já que a maioria dos beneficiários é idosa e não pode mais esperar.

- Retomar as negociações entre o Banco do Brasil - PREVI e as entidades representativas dos aposentados e pensionistas, a fim de concluir o processo de revisão do Plano de Benefícios, via distribuição do superávit PREVI, viabilizando, inclusive, a exemplo do que fez o Banco do Brasil:

- A contabilização, no balanço da PREVI, de direitos creditórios a favor dos participantes, ainda que sacados por estes de maneira escalonada;
- Ou, alternativamente, a criação de um fundo, que receberia esses recursos, até mesmo oriundos da alienação de ações de propriedade da PREVI, a serem oportunamente negociadas através de parcelamento previamente acertado;
- Ou, ainda, estudar uma forma de compensar esses direitos creditórios com o saldo dos empréstimos simples devidos pelos participantes, a fim de não desfalcar o caixa da PREVI.
- Especificamente, dentro da negociação da distribuição do superávit PREVI, concluir, também, os estudos para aumentar de 60% para 80% o pagamento das pensões, visando a por em prática, o mais breve possível, essa resolução;

Aqui reunimos as mais variadas sugestões para que a PREVI avalie qual seria a maneira ideal:

- a) devolução das contribuições após a 360;
- b) aumento do teto para 100% das verbas;
- c) implantação para todos das verbas da cesta alimentação;
- d) revisão dos cálculos de aposentadoria para aqueles que foram contratados pelo estatuto de 1967, e foram prejudicados pelo estatuto de 1997;
- e) Aumentar diferencialmente os benefícios dos que recebem menos que a média dos benefícios recebidos de idêntica carreira, tempo de serviço e cargo comissionado. Atualmente a variação chega a ser superior a 100%;
- f) Melhoria dos benefícios de todos os participantes e assistidos, de forma equânime, mediante a distribuição dos sucessivos superávits acumulados, ressalvado que o BB não é beneficiário a não ser em relação à suspensão das contribuições.

g) efetivar a distribuição do superávit do Plano, de modo a contemplar todos os participantes de forma isonômica e igualitária, evitando a repetição de injustiças registradas nesse sentido. De se destacar a observância dos prazos prescricionais evidentes. Para tanto sugerimos pulverizar o montante passível de uso distribuindo-o como a seguir:

Aumento Linear: Aplicação de um percentual de 23,45% retroativos a janeiro/2010 como aumento real. A partir de junho/2010 esses valores sofrerão reajuste de 5,31% relativo ao INPC acumulado do ano anterior. A soma desses dois índices equivale a um aumento de 30% (trinta por cento) nos benefícios e pensões.

Dados:

Aposentadorias e pensões pagas em 2009:

$5.884.175 \text{ mil} \times 30\% = 1.765.252 \text{ mil}$ (aumento mais reajuste).

$5.884.175 \text{ mil} + 1.765.252 \text{ mil} = 7.649.427 \text{ mil}$ (Desembolso atualizado)*

- * Esse desembolso é apenas uma projeção. Seu valor real será bem menor devido a dois fatores: 1) O número de participantes não é o mesmo verificado em dezembro de 2009; 2) Esse percentual de 30% será feito de forma escalonada: 23,45% de Janeiro a Maio/2010 e 30% a partir de Junho/2010.

h) Concessão de Cesta Alimentação para todos:

Número de participantes e assistidos em 2009: 86.473

Valor da Cesta Alimentação: R\$ 289,36

Desembolso anual: R\$ 300.261 mil*

-* O valor é bem menor tendo em vista a redução do número de participantes.

i) Concessão Renda Certa: Corrigir as injustiças da primeira aplicação do benefício renda certa e pagar para quem adquiriu o direito. Há impossibilidade de se fazer cálculos em virtude da falta de dados, como a quantidade do número de participantes com direito e valores de contribuição de cada um.

j) Aumento no limite inicial das pensões: De acordo com o GT ANABB de 2008, os valores necessários para a correção dessas pensões seriam da ordem de R\$ 5,92 bilhões. De lá para cá o número de pensionistas também apresenta uma redução anual, logo os valores necessários serão bem menores. Sugerimos conceder, sob forma de abono permanente, complemento dos benefícios de pensionistas, recalculando os atuais de forma que integralize o valor do que seria a aposentadoria do beneficiário, se em vida. A forma de abono leva em conta evitar a resistência da Previ antevendo ações

judiciais reclamando a retroatividade.

DISPÊNDIOS IMEDIATOS:

Aumento de 30% = R\$ 1.765.252 mil

Cesta alimentação = R\$ 300.262 mil

Aumento piso pensões = R\$ 5,92 bi

TOTAL = R\$ 7,98 bi

Os valores apresentados acima são inferiores à metade do superávit apurado em 2009, portanto perfeitamente viáveis de serem implantados com uma sobra da ordem de mais de R\$ 4 bilhões, que poderão ser gastos com as adequações do “Renda certa” e “Cesta Alimentação” atrasados. PREVI poderia até fazer um acordo com os participantes para pagamento desses valores atrasados (renda certa e cesta alimentação) em prestações mensais.

k) impedir que o Banco do Brasil se aproprie de qualquer percentual da reserva especial do PB-1.

m) cumprir as determinações do art. 20, da LC 109, no que se refere à revisão obrigatória do PB-1, atentando para que essa revisão seja feita de moldes contemplar a todos os participantes, assistidos e pensionistas de forma proporcional às suas contribuições.

n) incluir na revisão citada no item anterior o reajuste dos benefícios de quem já estava aposentado em 1995 e 1996.

OUTRAS MEDIDAS

1) empréstimo imobiliário:

- revisão dos juros, trazendo-os para o momento;

- fazer estudos para refinanciar os existentes para 30 anos, para aqueles que interessarem.

2) empréstimo simples:

- alterar valor e prazo, levando em conta o risco de morte em razão da idade do participante.

- aumento do teto do Empréstimo Simples: Percentual aplicado bem inferior ao teto permitido em lei. Em 2009 o percentual aplicado era de 2,6% quando se podia chegar a até 15% do valor do patrimônio. O aumento de teto e prazo não implica em

desembolso imediato, pois nem todos os participantes e assistidos terão margem consignável para tomarem esses valores.

3) parcela PREVI;

- Colocar em pauta a discussão da parcela PREVI, que contribuiu para reduzir substancialmente os benefícios dos aposentados atingidos pelo referido redutor, incluindo, também, o pagamento de eventuais atrasados no processo de revisão do Plano de Benefícios.

AÇÕES NECESSÁRIAS

- apresentar formas definitivas para o cumprimento da Lei 109, que determina a distribuição de superávits aos associados. Para tanto, levantar e divulgar os custos das ações de utilização do superávit no site da PREVI de modo geral e que cada participante tenha acesso aos cálculos pessoais;

b) reunir com as entidades representativas dos funcionários aposentados e apresentar os números para decisão sobre a ordem de prioridade;

c) implantar as decisões tomadas até o final deste ano de 2.010.

d) Desenvolver programas de comunicação com os associados e entidades que os congregam emprestando transparência absoluta as tratativas com Banco e Governo;

e) estabelecer limites e critérios de adesão mas conservadores para adesão a investimentos em projetos como os acima enunciados.

f) Que a administração da Previ se articule com o Congresso Nacional, com a FAABB, com as Associações de aposentados, com Anabb, Sindicatos, etc. no sentido de impedir que o Banco do Brasil se aproprie de dinheiro originário da reserva especial do PB-1. No campo político seria apoiando o Projeto de Decreto Legislativo PDC 2348/2009, do deputado Gustavo Fruet. No campo judicial seria dando apoio logístico às diversas ações que transmitam na justiça.

g) Criar o Fórum Permanente de Negociação sobre o uso da Reserva Especial do PB-1, no qual os aposentados estejam representados na exata proporção de seu peso numérico dentro do PB-1. Para tanto, é fundamental que a administração da Previ tome a iniciativa de encampar a reivindicação dos aposentados no sentido de atender ao seu incontestável direito de se fazer representar oficialmente em todos os eventos e negociações em mesa ou fora dela, que envolva diretamente ou indiretamente os seus interesse.

g) Após a seleção e ordenação dessas sugestões, a PREVI deveria enviar um documento-resumo para o Banco do Brasil e as diversas entidades representativas do funcionalismo do BB.

h) De posse desse documento, essas instituições se manifestariam a respeito dos temas elencados.

i) Finalmente, depois da aprovação das propostas que comporiam o planejamento estratégico da PREVI, esta encaminharia, para conhecimento dessas entidades, uma sinopse desses assuntos. Assim, se estabeleceria um clima de proveitosa parceria, de completa transparência e envolvimento institucional, capaz de produzir, doravante, mudanças qualitativas na maneira de encaminhar a solução de tão relevantes questões.

CONCLUSÃO

As Associações de Aposentados e Pensionistas se debruçaram avidamente sobre as questões apresentadas pela equipe PREVI de Planejamento Estratégico e procuraram refletir todas as queixas, dúvidas e esperanças de seus associados. Manifestamos, mais uma vez, nosso contentamento pela oportunidade que nos foi concedida.

A FAABB pretende enviar, pelo Correio, todos os e-mails recebidos das Associações e que constituíram a base para a formulação da presente carta.

Aguardamos com ansiedade as ponderações e os esclarecimentos da PREVI a cada uma de nossas colocações. De igual sorte, contamos que nossas propostas sejam atendidas e para isso confiamos que nosso Fundo de Pensão encontrará a forma técnica, ética, digna e justa de contemplar nossas pretensões.

Atenciosamente,

Isa Musa de Noronha
Presidente

(Relação das Associações, com respectivos links para visualização das propostas, colocando a AAPPREVI à frente – ordem alfabética. Arquivos em formato PDF)

[AAPPREVI - Ver proposta](#)

[AFABB-BA - Ver proposta](#)

[AFABB-DF - Ver proposta](#)

[AFABB-FRANCA - Ver proposta](#)

[AFABB-JOINVILE - Ver proposta](#)

[AFABB-PA - Ver proposta](#)

[AFABB-PR - Ver proposta](#)

[AFABB-RN - Ver proposta](#)

[AFABB-SC - Ver proposta](#)

[AFABB-SE - Ver proposta](#)

[AFABB-TUPÃ - Ver proposta](#)

[AFABB-UBERABA - Ver proposta](#)

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 06/08/2010.

140 bilhões de reais

Caros Colegas.

Esse é o fabuloso patrimônio do maior Fundo de Pensão da América latina, a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Todo esse dinheiro foi acumulado ao longo dos 106 anos de existência, com destinação única e específica para garantir os pagamentos do complemento da aposentadoria dos participantes, e de pensões aos seus dependentes reconhecidos. Uma vez que a assistência previdenciária oficial não cumpre o seu papel, esses esperançosos e precavidos poupadores se submeteram a ganhar menos por causa dos descontos e pagaram duplamente por seus direitos.

Mas essa dinheirama toda não caiu do céu - nem foi tirada dos cofres públicos. Ela foi formada com as contribuições mensais dos funcionários do Banco do Brasil, e do próprio Banco na qualidade de patrocinador do plano e em igualdade de condições - até certo ponto. Desde a data da posse até a aposentadoria os pagamentos são descontados sistematicamente no contracheque de cada participante, sem ter como fugir ao compromisso uma única vez sequer durante trinta anos ou mais. Esses valores foram postos a crescer sob a forma de criteriosas aplicações em ativos financeiros como imóveis, ações, etc. em obediência aos rígidos enquadramentos determinados nas normas estatutárias garantidoras dos pagamentos a que se destinam.

Os beneficiários desse patrimônio adquiriram o direito às subvenções das suas aposentadorias e pensões, até a morte do último deles, porque pagaram para isso. E ninguém pode meter a mão nesses recursos simplesmente porque não se pode meter a mão no dinheiro dos outros.

Os resultados financeiros cumulativos sempre foram alvo da cobiça de sucessivos governos que, usando do poder exercido sobre o patrocinador, encontraram meios de desvirtuar os fundamentos da destinação desse espetacular montante deixando os velhinhos a ver navios.

Manobras desleais sistematicamente executadas mudaram o Estatuto da PREVI à feição do Governo, via patrocinador, modificando normas e regulamentos em prejuízo dos legítimos donos das reservas formadas. Deste modo estes ficaram à mercê do patrocinador a serviço dos governantes, e a sua poupança passou a ser aplicada, sem consulta e sem aviso, sob determinação do Poder Central para subvencionar as empresas e obras do seu interesse.

E por que o governo se acha no direito de lançar mão dele?

Muito simples. Pela incapacidade dos seus dirigentes em gerar recursos pelas vias normais e honestas e porque eles detêm o poder de modificar Leis e regulamentos para servir aos seus designios como se dissessem: Preciso, mas se não tenho, roubo.

E o pior de tudo isto é que roubam na mão grande e nenhuma autoridade se dá ao

trabalho de interferir coibindo, por mais que seja acionada através de denúncias, interpelações, ações judiciais, manifestações, gritos de dor, suicídios e mortes por infarto dos atingidos de toda forma - incapazes de suportar os descasos, os desmandos e a conivência dos poderes Legislativo e Judiciário que se curvam à nojenta e podre vontade do poder Executivo.

Há exemplos e mais exemplos comprovados dessa apropriação indébita e má gestão do Fundo para viabilizar esses assaltos. O próprio patrocinador, Banco do Brasil S.A., já meteu a mão em cerca de nove bilhões de reais. Usando de artifícios contábeis para compor seus balanços, engrossando os lucros para suplantar os concorrentes e distribuir dividendos aos acionistas, entre os quais se encontra o Governo como o maior de todos. Além do que usa esses falsos resultados para cumprir compromissos trabalhistas como pagamento de PLR aos seus funcionários ativos. Como agravante há o fato de que esses inocentes funcionários estão recebendo deste modo o dinheiro que deveria ser destinado aos aposentados e pensionistas, na forma de distribuição de superávit.

Todavia, com o advento da campanha sucessória presidencial vem à tona toda a sujeira jogada sob o tapete da impunidade durante anos de administrações da PREVI. Todos os nomes que se prestaram ao jogo sujo do Governo através do Patrocinador estão pulando de uma evidência à outra como milho jogado numa chapa quente se transformando em pipoca.

Os links abaixo bem dizem da contundência das denúncias, e explicam com pormenores como a sujeira se acumulou com ajuda do único poder da República que se ocupou dela, como seu principal formador. Enquanto que os outros dois, Legislativo e Judiciário, a tudo assistem impassíveis como se fossem cúmplices dos desmandos praticados contra os 120.505 idosos donos do Plano de Benefícios N° 1, da PREVI, que sofrem na miséria vendo e ouvindo se falar nos 140 bilhões que “possuem”.

Estarreçam-se, pois, Autoridades de plantão:

<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/escandalo-o-estado-policial-petista-ou-o-ministerio-publico-o-congresso-e-a-oab-reagem-ou-podem-se-preparar-para-entrar-da-fila-da-degola/>

Previ é fábrica de dossiês do PT, diz ex-diretor
<http://brasilacimadetudo.lpchat.com/>

<http://historiasdosdemitidosdobb.blog.terra.com.br/category/depoimentos-sobre-demitidos-do-bb/>

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 09/08/2010.

Quem quer 1.000.000 de votos?

Caros Colegas.

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, tem compromisso com os 181 mil associados e suas famílias, pois é seu dever garantir o pagamento de benefícios atuais e futuros de aposentadoria e pensão, amparados no patrimônio de R\$ 144 bilhões amealhados ao longo de 106 anos com a cobrança de mensalidades dos participantes, engrossadas pelas aplicações financeiras regulamentares.

Esse patrimônio está fadado a desaparecer se persistirem os desmandos praticados na PREVI.

As recentes denúncias nesse sentido veiculadas na mídia correm como um rastilho aceso em direção a inúmeros barris de pólvora ligados em série, representados pelas urnas, e que certamente nelas explodirão em sinal de protesto se as medidas saneadoras próprias não forem adotadas em tempo hábil.

A menos de dois meses das eleições Presidenciais, e outras, nota-se que os candidatos desdenham da capacidade de discernimento desse universo de eleitores, avaliados em cerca de um milhão de votos computando-se participantes, assistidos e seus familiares diretos (sem contar os amigos e parentes afins).

Respeitadas as preferências desse universo de eleitores, obviamente os seus votos penderão para o lado que melhor defenda seus interesses, notadamente pelo caráter de risco que seu breve futuro enfrenta, sabendo-se que compõem o grupo da última idade – em que mais conta o presente, pela proximidade do fim da vida.

No momento em que pressentem o esfacelamento da poupança formada como garantidora da velhice e amparo aos dependentes, somente lhes resta apelar para as autoridades responsáveis, pelos meios ao seu alcance. Assim sendo e não possuindo poder de barganha maior, no momento apropriado farão uso da arma que melhor se presta como argumento terminal, pois penetra fundo nos políticos candidatos, e que os atinge ferinamente – o voto.

A podridão que grassa na PREVI está prestes a ser averiguada. Neste exato momento, 11h30min de hoje, dia 11 de agosto, a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça do Senado) decidiu:

- 1) Recomendar à Procuradoria Geral da União fazer investigação para apurar os fatos denunciados pela Revista Veja;
- 2) Marcar audiência pública para o dia 31/08 onde serão ouvidos o ex presidente da PREVI, Sérgio Rosa, e o ex servidor da PREVI, Gerardo Xavier Santiago, sob a acusação de quebra de sigilo, formação de quadrilha e outros crimes.

Por tudo isto, se faz necessário que a atual direção da PREVI cumpra o seu papel e se

apresse em direcionar aos participantes e assistidos todos os benefícios a que fazem jus, pendentes de distribuição e já enquadrados nos normativos próprios, sob pena de engrossarem o rol dos denunciados e responderem, na forma da Lei, pelo crime de omissão do desempenho da função, em prejuízo de dependentes da terceira idade, protegidos pelo Estatuto do Idoso e Estatuto da PREVI a que estão vinculados.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 11/08/2010.

Carta aos Senadores

Caros Colegas.

Eis a carta que estamos encaminhando aos Senadores da Republica, verdadeiramente imbuídos no nobre propósito de representar a população brasileira com honestidade e fidelidade ao sagrado cargo em que estão investidos.

Curitiba (PR), 13 de agosto de 2010.

Excelentíssimo Senhor Senador.

Na condição de um dos seus representados como cidadão brasileiro tomo a liberdade de inteirá-lo de fatos negativos envolvendo a PREVI, muito além daqueles que no momento engrossam o noticiário da mídia e já freqüentam o plenário do Senado Federal.

Lamentavelmente a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) tem sido usada politicamente ao longo do tempo, num incessante processo de desmantelamento estrutural e financeiro sem que algo seja feito para coibir os abusos perpetrados, nem mesmo por aqueles que foram investidos na função de bem gerir os seus destinos, mas que, inescrupulosamente, valeram-se dos cargos para permitir o uso indevido do patrimônio do Fundo e contribuir para a ocorrência de delitos de toda sorte.

Em ações judiciais, manifestos e interpelações, as 32 entidades que congregam os aposentados e pensionistas do Plano de Benefícios nº 1, da PREVi, têm sido incansáveis em denunciar os desmandos perpetrados sem que, no entanto, alguma voz se levante em defesa desses participantes, compostos de idosos em idade avançada quase que na totalidade.

Mas quis o destino que a nossa Câmara Alta desse ouvido ao clamor público provocado pelos seguidos escândalos envolvendo a PREVI, que no momento afloram com força ocupando a mídia e, sob o peso da dignidade e o senso de proteção ao povo a quem servem, os Senadores chamaram a si a prerrogativa de inquirir os envolvidos nas acusações, num alento de esperança a nos embalar.

Para fortalecer sua presença na Reunião do próximo dia 31 e municia-lo com argumentos contundentes, comprovadamente acreditados, enumero a seguir os principais pontos negativos em que um dos convidados a depor tem participação direta, pela seqüência dos fatos condenáveis havidos, e permitidos em sua gestão de forma contumaz. Neste ponto ele é duplamente culpado: por não reparar os erros passados e por dar continuidade às irregularidades e desmandos perpetrados – imprimindo participação direta por oito anos seguidos.

Ele teve ingerência na distribuição criminosa de parte do superávit cujo rateio deveria contemplar os 120.000 participantes, mas onde uns poucos receberam somas

altíssimas (inclusive dirigentes, seus pares) enquanto que a maioria nada auferiu, ainda que enquadrados na mesma lógica distributiva - nesse episódio houve quem recebesse R\$ 1.700.000,00, num flagrante desrespeito às normas vigentes. Vale salientar que esse ato foi reconhecido publicamente pelo Senhor Sérgio Rosa como merecedor de reparo, por indevido, mas onde não fez valer sua autoridade de presidente para sanar as irregularidades (foram mais de 8.000 beneficiados nesse “pacote” vergonhoso). É bom dizer que os preteridos estão recorrendo à Justiça e que esta tem reconhecido, em primeira instância, o ferido direito de isonomia.

O presidente da PREVI, nomeado pelo patrocinador Banco do Brasil para defender ali os seus interesses, age descaradamente para beneficiar o patrão. Tanto é que, na gestão do Sr. Sérgio Rosa, o Banco usou de artifícios contábeis para lançar mão de cerca de nove bilhões de reais do patrimônio do Fundo para engordar seus balanços. Deste modo gerou lucros artificialmente com a finalidade de suplantar a concorrência no ranking dos mais lucrativos. A partir dessa ocorrência (que ele denominou de Fato Relevante) distribuiu dividendos aos acionistas, entre eles o Governo como maior beneficiário, e pagou PLR aos funcionários da ativa em cumprimento às determinações legais, mas com o dinheiro do Fundo, e não dele como seria óbvio.

O descumprimento da Lei Complementar nº 109, de 22/05/2001, notadamente no seu Artigo 20 (obrigatoriedade de distribuição do superávit acumulado em três exercícios seguidos), também se deve à gestão Sérgio Rosa. A PREVI, por interferência dos seus gestores, nega-se a fazer a distribuição normativa entre seus beneficiários para favorecer o Patrocinador, que reclama ter direito a 50% do montante, ao arrepio da Lei, além de permitir os saques virtuais à época dos balanços semestrais. De se notar que esse comportamento evidencia a interferência danosa do Governo, via Banco do Brasil, nos negócios da nossa Caixa de Previdência.

Aliás, essa postura é característica de governantes incompetentes que, Incapazes de gerar riquezas honestamente para alimentar seus programas megalômanos, assaltam o dinheiro público sem se importar com os estragos causados, principalmente aos menos favorecidos e indefesos. FHC investiu pesada e cruelmente na política neoliberal mal aplicada e sucateou o BB destruindo seu bem maior, o funcionalismo, para fazer caixa à sua custa. O Governo atual rouba descaradamente a poupança previdenciária de 121.000 idosos, amealhadas ao longo de 106 anos de sacrifícios com o pagamento ininterrupto de mensalidades por trinta anos ou mais de sua vida laboral.

O Governo Fernando Collor saqueou a poupança dos brasileiros e é bom lembrar que esses três governantes sempre perseguiram os aposentados e pensionistas originários dos quadros do Banco: Fernando Collor os taxou de marajás; Fernando Henrique, de vagabundos e o atual, Luís Inácio Lula da Silva diz que são velhinhos aloprados que choram de barriga cheia.

A gestão FHC criou dispositivos próprios para beneficiar o patrocinador, permitindo-lhe demitir mais de 50.000 servidores aos quais vedou o direito ao saque de suas reservas aportadas ao Fundo. Isto mediante alterações estatutárias na PREVI com a mesquinha visão de aumentar seus ganhos, onde forçou esse contingente a aderir aos Planos de

Demissão Voluntária (PDV) instituídos, mediante condenáveis métodos de convencimento. Reconhecidamente pelos que vivenciaram o episódio, foi um período onde imperou o terror entre eles levando-os ao desespero e à insegurança. Com essas demissões o Banco enxugou sua folha de pagamentos visto que os excluídos eram os mais antigos da Casa e conseqüentemente os mais caros. Esses servidores, sem receber as indenizações reclamadas, são responsáveis pela formação de uma classe de injustiçados, párias remanescentes da degola efetivada e que trazem seqüelas até os dias de hoje. Como sobreviventes aos métodos terroristas de assédio moral e pressão de toda sorte exercida no ambiente de trabalho, estão à margem da sociedade e amargam a pobreza em que foram jogados, onde até suas moradias foram confiscadas pela PREVI, através da sua Carteira Imobiliária, por falta do pagamento das mensalidades que não puderam honrar. Mesmo assim tiveram melhor sorte do que os que são portadores de males psíquicos e, também, sem contar a quantidade dos que cometeram suicídio por não suportar a desonra de que foram vítimas.

Com o advento do governo dos trabalhadores esperava-se que essas injustiças fossem reparadas. Mas a gestão do Senhor Sérgio Rosa nada fez nesse sentido apesar dos insistentes reclamos das associações e grupos criados, e as seguidas interpelações e ações judiciais interpostas. De se notar que até projeto de Lei específico tramita avocando a readmissão desses servidores injustamente alijados do emprego. Calcula-se que a PREVI economizou cerca de R\$ 22 bilhões ao não restituir as reservas desses participantes, tudo para engrossar o patrimônio face à cobiça do Patrocinador que se diz dono de 50% do montante acumulado. Tanto é que sorrateiramente vem sacando esses ativos na forma de aportes contábeis aos seus balanços semestrais, sem que os Órgãos fiscalizadores próprios exijam o cumprimento da Lei, mas isto se explica porque o Governo dá respaldo a esses desmandos, embora nada justifique esse comportamento.

Baseado nesses fatos seria de bom alvitre que o senhor Sérgio Rosa fosse submetido às seguintes perguntas:

1. Qual foi o seu envolvimento no acordo entre o BANCO DO BRASIL x PREVI realizado em 1997, que perdoou R\$ 10,97 bilhões referentes à dívida previdenciária do BB com os funcionários pré-67?
2. O Banco do Brasil quitou seu passivo trabalhista com o dinheiro oriundo do fundo de pensão, onde metade desse montante pertencia aos funcionários. Como se explica essa situação incomum, onde um devedor quita seus débitos com o dinheiro do credor?
3. Qual foi o prejuízo para a PREVI no caso Opportunity/Daniel Dantas?
4. A diretoria da PREVI tem participação no conselho de administração de várias empresas. O que explica a total falta de percepção desses diretores da PREVI no caso Kroll? Conivência ou incompetência?
5. Quais os critérios utilizados pela PREVI na aquisição de alguns investimentos que

antecipadamente o senso comum detecta que não trará retornos?

6. Historicamente a PREVI vem sendo obrigada a adquirir verdadeiros “micos” como Costa do Sauípe, Hopi Hari, Paranapanema e outros. Por que as sucessivas diretorias teimam em manter esses investimentos que só trazem prejuízos para os participantes do Fundo?

7. Existe algum processo administrativo ou mesmo judicial para responsabilizar cível e criminalmente essas diretorias envolvidas na aquisição dos investimentos pouco ortodoxos?

8. Por ser oriundo do movimento sindical, qual foi sua participação na aquisição de cotas do FDIC da BANCOOP?

9. As cotas do FDIC, apesar de não terem dado prejuízo, renderam apenas a metade do que estava previsto. Esse fato não prova a falta de competência da equipe encarregada de monitorar esses investimentos?

10. A finalidade de um fundo de pensão é manter-se equilibrado. A PREVI vem atuando como se fosse uma empresa privada, cuja única finalidade é obter lucro a qualquer custo. O que foi feito para a melhoria dos benefícios e pensões com a riqueza acumulada, hoje da ordem de R\$ 144 bilhões?

11. Como justificar o pagamento de verdadeiras fortunas para um pequeno grupo de participantes na malfadada Renda Certa, que atualmente está sendo contestada na justiça ?

12. A justiça tem dado ganho de causa a inúmeros processos contra a PREVI. Na sua gestão a ordem era recorrer desses processos, mesmo com dinheiro de sobra. Isso não deixou explícito que sua gestão era a favor do patrocinador e do governo?

13. A confecção de dossiês, além de não serem objetivos de um fundo de pensão, deve ter envolvido um valor expressivo. Quanto custou cada dossiê aos cofres do Fundo?

14. O último dossiê apontando o tráfico de influência, envolvendo a filha do ministro da Fazenda com o Banco do Brasil, foi elaborado durante sua gestão na PREVI, ou foi feito depois de sua saída?

15. Em sua opinião, qual a maior benesse que um diretor da PREVI recebe? Os salários pagos pelo fundo de pensão ou a participação no conselho de administração das empresas participadas?

16. Essa geração e retenção expressiva de superávit foi uma determinação do Banco do Brasil ou do governo para utilização nos projetos de infraestrutura de retorno duvidoso? Entre eles destacam-se a Usina de Belo Monte e financiamento das obras para a copa de 2014 e das despesas decorrentes das Olimpíadas.

Senhor Senador, uma vez satisfeitos esses questionamentos, não restarão dúvidas quanto ao envolvimento do ex-presidente Sérgio Rosa no esquema montado para desestabilizar a PREVI, pois sabemos que o nosso Fundo de Pensão é hoje um núcleo a serviço dos sindicalistas, do Partido dos Trabalhadores e do próprio Governo, de onde sugam o patrimônio dos participantes e assistidos, enquanto estes sobrevivem com enorme sacrifício percebendo minguados benefícios e à mercê de empréstimos disponibilizados pelo Patrocinador, pela PREVI, por financeiras e agiotas, e assistem impotentes à dilapidação da garantia de sua velhice.

Saudações,

Marcos Cordeiro de Andrade

Presidente da AAPPREVI – Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI.

www.aapprevi.com.br

www.previplano1.com.br

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 13/08/2010.

Carta de Valentim ao Sasseron

Joinville (SC), 9 de agosto de 2010.

Ilmo. Sr.

JOSÉ RICARDO SASSERON

Dd. Diretor de Seguridade da PREVI

Praia de Botafogo, nº 501 – 3º e 4º Andares

22.250-040 – RIO DE JANEIRO (RJ)

Prezado Diretor Sasseron,

EMPRÉSTIMO SIMPLES – Chegou ao nosso conhecimento que, durante os debates realizados no encontro, na AABB em Balneário de Camboriú, no dia 06-08-2010, com Diretores e associados das AFABBs do Cone Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), ao qual, infelizmente, não me foi possível comparecer, em que pese minha posição de Diretor de Comunicação da AFABBJ, teria V.S., respondendo pergunta feita pelo Vice-Presidente Administrativo da AFABBJ, sobre elevação do teto do Empréstimo Simples de R\$ 75 mil para R\$ 150 mil e dilatação do prazo de 72 para 150 meses, argumentado que o maior problema residiria no “endividamento” dos tomadores.

Por isso mesmo, entendemos que a PREVI deveria elevar o teto do E.S. ao máximo possível, até o final do mês de setembro próximo, a fim de possibilitar aos aposentados e pensionistas a renovação de seus empréstimos contratados em 2009, proporcionando-lhes, desta forma, recursos para a quitação antecipada de outras dívidas que mantenham junto a outros credores, Banco do Brasil inclusive, o que lhes proporcionaria, com certeza, maiores saldos líquidos em seus proventos mensais de aposentadoria, com melhoria no respectivo padrão de vida, alívio emocional e maior tranquilidade.

Ademais, permita-me, caro Diretor, argumentar que do “endividamento” deve cuidar cada um, individualmente, não cabendo, segundo entendo, à PREVI tal tipo de preocupação, mesmo porque se os mais endividados não puderem contar com a compreensão da PREVI, que administra os recursos de nosso fundo de pensão, para melhorar suas condições financeiras, fatalmente terão que se valer de outras fontes, contraindo empréstimos muito mais onerosos, quiçá de agiotas.

Vale lembrar, também, que, por se tratar de empréstimo consignado, a PREVI nada

perderá, inclusive porque conta com seguro permanente do saldo devedor para ressarcimento em caso de falecimento do mutuário.

Ressalte-se, ainda, que o valor do empréstimo a ser concedido estará vinculado à disponibilidade na margem consignável, pormenor que limitará o montante do empréstimo.

Todos sabem que as aposentadorias concedidas a partir de 1998, foram assaz prejudicadas em seus valores em decorrência dos oito anos de congelamento salarial da era FHC, que provocou a redução das contribuições. As mudanças no Estatuto em 1997, também geraram diminuições injustas nas complementações pagas pela PREVI. De tudo isso, resultou, obviamente, decréscimo acentuado na margem consignável, margem esta que somente poderá ser incrementada se a PREVI conceder reajuste linear de 30 ou 40%, para todos os assistidos e pensionistas, mediante utilização de parcela da Reserva Especial destinada à revisão do plano de benefícios.

Outra maneira factível e segura de possibilitar a concessão de Empréstimo Simples de maior valor a uma quantidade maior de beneficiários, seria a dilatação do prazo dos 72 meses atuais para o máximo de até 150 meses.

Considere-se, por oportuno, que, nos dias atuais, pode-se atribuir ao próprio Banco parcela ponderável de responsabilidade pelo endividamento de seus servidores e aposentados do Plano de Benefícios nº 1, administrado pela PREVI, em decorrência da facilidade na concessão de empréstimos extra - folha, para pagamento em até 96 meses (oito anos), além do cheque-ouro, operações essas oneradas com taxas de juros que, não raro, exorbitam o razoável.

Na expectativa de merecer sua atenção e poder contar com o seu valioso e imprescindível apoio ao pleito, que a todos os participantes e assistidos do Plano de Benefícios nº 1 beneficiará, aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Carlos Valentim Filho – matr. 1.899.740-6
Posse no Banco em março/1949
Aposentado desde outubro/1980

Associação de todos

Caros Colegas.

Toda associação gira unicamente em torno dos sócios, razão maior de sua existência, e tudo que acontece no seu interior é assunto que diz respeito ao conjunto desses instituidores. Nelas não se deve tratar do que quer que seja a portas fechadas somente deixando transparecer resoluções havidas que agradem aos seus dirigentes e que lhes tragam elogios e votos futuros. Cada associado é dono de uma parte de tudo que ali existe e acontece, seja bom ou ruim para si e seus iguais. Por isso ele precisa ter conhecimento e participar das ocorrências nos momentos em que se processam, desde os projetos iniciados passando pelas tratativas até a divulgação dos resultados. Nesse entendimento, o associado tem o elementar direito de conhecer o dia a dia da associação que é mantida com o seu dinheiro - até porque será ele em última instância o destinatário do que advir. E sua participação ativa somente contribuirá para o sucesso de todas as tentativas de acertos para beneficiar o conjunto em que está inserido.

Os participantes do Plano de Benefícios nº 1, da PREVI, ativos, aposentados e pensionistas, perfazem um total de 120.000 pessoas que buscam unirem-se em grupos representativos (as associações) para defender sua posição na situação de dependência, sempre em confronto com os mandantes no Fundo.

Pela complexidade dos riscos a que os participantes estão expostos com perda de benefícios e usurpação de direitos, de vez que o Plano é erroneamente administrado em prol do Banco do Brasil como administrador que somente enxerga seus interesses, essas forças antagônicas estão dispostas desproporcionalmente. Isto porque do lado do patrocinador ele tudo pode e tudo faz em desrespeito à Lei e à Ordem, enquanto que os participantes contam para sua defesa com pouca ou nenhuma força exercida pelas associações a que estão vinculados, pulverizadas pelo país afora em 32 núcleos incapazes de fazer frente aos seus alçozes por falta de uniformidade nos atos e atitudes. Mesmo geridas sob administrações corretas, essa incapacidade se dá por serem impotentes para lutar contra as arbitrariedades praticadas sob a cega visão da Justiça. E muito embora essas entidades concentrem mais de 60.000 sócios em suas fileiras, elas atuam como compartimentos estanques ainda que os seus propósitos e fundamentos se afinem com os desejos e as necessidades de todos.

Os estatutos dessas entidades propugnam as mesmas diretrizes e se fossem unificadas em nada perderiam da essência. Ao contrário, ganhariam em representatividade pelo volume dos seus componentes. E seriam imbatíveis no trato dos assuntos por que lutam.

Tempos atrás, no dia 11 de março de 1993, numa tentativa de promover essa unificação sem ferir identidades foi criada a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – FAABB, para congregar as Entidades com o intuito de coordenar trabalhos direcionados a um mesmo fim – defesa dos aposentados e pensionistas oriundos dos quadros do BB. Em que pese o caráter

louvável da iniciativa, o resultado não foi o esperado por motivos vários, entre eles a teimosa alegação de preservar-se independência com sustentação de vaidades.

Assim é que, mesmo irmanadas sob uma mesma representação, as Associações de Aposentados e Pensionistas continuaram dissociadas do objetivo comum, trabalhando isoladamente enclausuradas em suas siglas, sedes e diretorias. O que se esperava ser uma união de forças tornou-se uma extensa corrente formada de seqüenciais elos fracos. E essa falta de união permitiu ao Patrocinador do Fundo crescer desmesuradamente em sua ousadia e prática desleal, promovendo o desgaste crescente do patrimônio formado para pagamento de nossos benefícios, culminando por bandear-se descaradamente para o lado do governo que no momento manda e desmanda na PREVI, desvirtuando suas finalidades e pondo em risco o futuro de todos nós, como seus dependentes.

Numa tentativa desesperada de por fim aos desmandos praticados, vimos conclamar as afiliadas da FAABB para que se ponha em prática os preceitos de união e igualdade, e formar um plano de ação conjunta sob a mesma diretriz.

Se deixados de lado projetos individuais inócuos, será proveitoso explorar a capacidade de todos os dirigentes, e seus colaboradores, para elaboração e desenvolvimento de um projeto capaz de enfrentar com sucesso as forças oponentes que no momento agem sem freios e sem temores. Para tanto, faz-se necessário começar pelo incremento de campanhas para alcançar novas filiações a todas as associações do gênero, de modo a engrossar o volume de nossa representatividade como um todo, passando dos atuais 60.000 sócios e alcançando, quem sabe, o número ideal de 100.000 filiados. Mesmo com o atual volume temos capacidade para mudar os rumos das próximas eleições na PREVI e na CASSI, desde que unidos. Imaginem com o número que perseguimos!

Com essa intenção, seria de bom alvitre que a FAABB arrogasse a si a tarefa de coordenar a feitura dos fundamentos de um bem planejado esquema, com uma visão mais arrojada em direção ao trabalho conjunto para enfrentamento legal dos óbices existentes, a começar por encaminhar um questionário/proposta a ser preenchido pelas suas 32 afiliadas. Esses trabalhos conteriam as idéias a serem empregadas na elaboração de um potente e arrojado projeto para execução sob a responsabilidade de todos, respeitando a orientação soberana da FAABB.

Como subsídios para alinhar a teia, a federação poderia orientar suas afiliadas no sentido de captar sugestões dos seus associados para servir de suporte à participação de cada uma no trabalho, e o conjunto dessas colaborações redundaria na proposta final para encaminhamento à FAABB. O assunto a ser tratado versaria, primordialmente, em torno da necessidade de agirmos com ações diretas e contundentes, pela via judicial e demais opções. Já as despesas resultantes seriam rateadas entre as Associações, e a Ação judicial interposta representaria a totalidade dos participantes do PB1, independente do número de associados de cada Entidade envolvida. Ou de todas, como queiram.

Para o sucesso da empreitada a FAABB poderia incluir essa proposta na agenda da sua próxima reunião anual a realizar-se em setembro, ao que me consta. E para que não fique apenas em discussões, o assunto deve ser tratado preliminarmente através de contatos pertinentes, via e-mail, deixando para a reunião a definição imediata da execução do plano, pois não há tempo para as costumeiras e exaustivas introduções que ocorrem em casos da espécie. É recomendável, ainda, que o acesso à reunião seja restrito à participação das afiliadas da FAABB, somente facultando a palavra aos oradores devidamente identificados, evitando-se convites a terceiros e vedando terminantemente o acesso de estranhos ao evento - como representantes da ANABB, BB, CASSI, PREVI, etc., para tornar saudável o encontro e evitar discussões e interferências danosas aos planos em andamento.

Através do link abaixo os participantes do PB1 poderão penetrar no mundo das afiliadas da FAABB e a elas dirigir sugestões e questionamentos, com pedidos para engajamento na campanha.

Ali constam as Siglas de todas as 32 Associações e os nomes dos presidentes com respectivos e-mails. De se notar que esses dados estão à disposição do público nos Sites das Associações referidas, e aqui apenas os unificamos para facilitar o contato dos associados com suas Entidades. Portanto, não estamos divulgando segredos e nada configura quebra de sigilo ou invasão de privacidade. De igual modo esta proposição está sendo encaminhada a todos os constantes da relação, que esperamos sejam contatados pela Federação, dispensando boa acolhida ao que ora se propõe.

http://www.aapprevi.com.br/documentos/pdf/relacao_assoc_maio_2010.pdf

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 18/08/2010.

A Garota do Censo

Caros Colegas.

Está se tornando perigoso escrever sobre o PB1. Não se pode mais dizer “nós” nas tentativas de alertar autoridades para os buracos que ratos estão fazendo no “nosso” queijo. Sempre aparece quem diga que não passou procuração para defendê-lo.

É só alguém publicar um manifesto, uma carta ou mesmo um bilhete endereçado a algum intocável para a gritaria ser grande. As suscetibilidades feridas são muitas, e os atingidos não se fazem de rogados ao alfinetar os pobres diabos que tentam fazer alguma coisa com a arma de que dispõem.

Mesmo que esta arma seja a mais eficaz de toda a história moderna para combater dirigentes inescrupulosos e omissos, ninguém está livre de ser atacado duramente ao usar a palavra escrita, seja onde for e na defesa do que quer que seja. Até mesmo os inocentes Blogs de cunho específicos passaram a ser alvo da sanha dos atingidos.

Todo conteúdo deverá passar doravante por uma finíssima peneira que filtre as conotações comparativas, somente permitindo a passagem do superficial. Assuntos como política, religião, futebol, raça, ideologia são tabus, mesmo que mencionados aleatoriamente. As citações não poderão mais conter frases como ‘Graças a Deus’ porque alguém virá contestar em nome dos ateus. Não se poderão citar vultos da história por suspeição: ou são anarquistas, ou materialistas, exterminadores, comedores de criancinhas e “otras cositas más”. Nomes de políticos então, nem pensar: estaremos enaltecendo partidarismos ou fazendo campanhas publicitárias. Times de futebol também engrossam a lista, porque retratam a alma do brasileiro. E o que nos sobra é muito pouco – ou quase nada.

Faz parte da estratégia de convencimento de quem defende teses apelar para reforços de linguagem com citações, exemplos, ditos ou frases de efeito. Mas nos Blogs isto deve ser evitado, pois os vigilantes de plantão estão atentos para rebater qualquer coisa que se lhes afigure ofensiva. E para eles isso é um mundão de coisas.

Ontem recebi em minha casa a Garota do Censo que, já início de noite, polidamente pediu permissão para a abordagem, desculpando-se pelo inconveniente do horário. Com prazer a recebi e atendi ao que vinha. Muito simpática e polida me fez as perguntas de praxe, corriqueiras, e respondidas sem inconvenientes, sem observações desnecessárias. Estranhei que no corpo do questionário não constaram certas conotações básicas: religião, ideologia e futebol como preferências do entrevistado. Entendo agora que estas coisas não interessam ao governo, pois de nada adiantam para o bem estar do povo, na sua visão. Às autoridades somente interessa saber quantos somos, assim como ao pecuarista basta conhecer o número de suas cabeças. Deve estar provado aí que isto é assunto de somenos importância, pois dele os Blogs já cuidam para atacar freqüentadores.

Ficou difícil pedir providências para defender necessidades básicas de participantes do

PBI (note-se que escrevi “de participantes” e não “dos participantes” – é perigoso querer defender a coletividade). Itens como realinhamento do Empréstimo Simples, distribuição do superávit, voto de minerva, mudança de estatutos e outros não parecem ser unanimidade.

Se forem endereçadas cartas a Senadores há reclamações; a lista contém nomes de “traíras” ou peca por omissão, estando incompleta. Carta ao Presidente Lula também desagrade; a linguagem usada é forte e desrespeitosa ou é muito branda, fraca em contundência verbal. Dirigir-se aos Eleitos também desagrade; estão lá graças ao nosso voto e devem ter vergonha na cara e cumprir as promessas de campanha; ou devem ser tratados com mais respeito e bajulação, afinal nos representam dignamente.

Então, fazer o que?

Devo esquecer ao que me propus e passar a agir egoisticamente?

Devo usar o Blog para uso próprio na defesa dos meus interesses e abandonar todos aqueles que em mim confiam?

Devo dar ouvidos aos magoados com o que escrevo e deixar de falar em nome de todos os aposentados e pensionistas iguais a mim?

Será que terei que escrever cartas usando apenas o pronome EU? Vejamos como ficará aos olhos de quem leia pedidos nestes termos:

Senhor Presidente da República:

Peço que diga ao Banco do Brasil para não meter a mão no meu dinheiro que está na PREVI...

Senhor Senador:

Cumpra o dever de honrar o voto que lhe dei e diga na tribuna para a PREVI pagar a parte do superávit que me toca...

Manifesto à Nação:

Eu, Marcos Cordeiro de Andrade, quero que conheçam minha situação de penúria como participante do Plano de Benefícios nº 1, da PREVI, pois fui funcionário do BB e hoje ganho pouco para sobreviver...

Carta à FAABB e às Associações:

Sei que já fazem muito por mim, pelo que sou agradecido e nada tenho a reclamar, mas será que poderiam dar um jeito de melhorar, ainda mais, minha qualidade de vida?

Será que funciona, ou devo esquecer os melindrados e tocar o barco?

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 23/08/2010.

Nosso caminho, nossa meta

Caros Colegas.

De tudo que ai se vê tiramos uma lição definitiva. A necessidade de se cuidar de mudanças nunca foi tão premente e oportuna como agora. Convivemos com expectativas cujos resultados serão determinantes para consagrar dias melhores. Ou para indicar a continuidade das incertezas com relação ao futuro e até mesmo quanto ao presente, que somente piora a cada dia que vemos passar por nós. Não podemos viver de promessas. O nosso amanhã já chegou e o nosso passado pede justiça.

Uma análise fria e desapaixonada comprova a falta de representatividade com que lidamos. Seja na PREVI ou na CASSI, e até nas associações que nos cercam, não contamos com defensores empenhados nas missões confiadas. Entra eleição e sai eleição, elegem-se candidatos e são empossados nos mais variados postos, mas não vislumbramos gestões independentes e comprometidas com o salutar desempenho das funções.

Também pudera, elegemos sempre os mesmos nomes. Nomes viciados com a mesmice administrativa, acomodados e acovardados diante da necessidade de inovar ao assumir seus postos. São nomes acostumados com cargos idênticos e sem capacidade empreendedora para implementar mudanças. Incapacidade alimentada por falta de vontade política ou pelos compromissos assumidos com grupos dominantes que atuam no campo associativo, sindical e patronal.

De nada adianta confiar nos “experientes” candidatos e aceitarmos seus slogans de campanha: vote em fulano que há “x” anos está à frente da associação tal; vote em beltrano que é dirigente sindical e participa da “luta contra o patrão desalmado”; vote em cicrano que vem de baixo, pois há mais de vinte anos não sabe o que é subordinar-se ao trabalho no Banco, mantendo-se por cima flutuando em cargos da Cassi e da Previ, sem nunca ter perdido uma eleição.

Isso de nada vale. E se levarmos o assunto para comparações corriqueiras, como na linguagem do futebol, veremos que está tudo errado com o nosso voto - eternamente desperdiçado. Máximas como “em time que está ganhando não se mexe” serve como ressonância para mexermos no time que está perdendo. A seleção do Dunga desandou. E foi mexida numa tentativa acertada para evitar novos fiascos. Os “experientes” foram trocados por carne nova e já no primeiro jogo mostraram serviço.

É chegada a hora de fazermos o mesmo. Por isso temos que partir para jornada arrojada com a visão no futuro próximo. Precisamos urgentemente de mudanças nos setores que nos afetam e cujos dirigentes são eleitos com o nosso voto. Vamos pensar em gente nova, descompromissada com o peleguismo. Despida da camisa do patrão e coberta com o manto da honra. Protegida sob a redoma da honestidade e dotada da força de vontade inovadora. Portadora de boa visão que enxergue os problemas da velhice, com a certeza de que poderão ser minorados com trabalho, fé e perseverança.

Precisamos cuidar das mudanças necessárias para sanear a Cassi e a Previ. Está comprovado que a dança das cadeiras deve acabar, pois o ritmo é lento, as cadeiras são ocupadas sempre pelos mesmos dançarinos que, ocupados com a dança em si, não têm tempo para trabalhar por nós. Ou não se incomodam com isso. Até porque não lhes sobra tempo para tal com a visão voltada para o próximo cargo, pois nem bem tomam posse já pensam na campanha seguinte. E o resto que se dane, uma vez que o soldo está garantido e a legião a que servem está satisfeita com o seu desempenho.

Pensando assim a AAPPREVI abre a temporada de caça aos candidatos. Não uma caça predatória, mas uma caçada ecologicamente correta. Vamos pinçar nomes para nossas próprias chapas. Para isso esqueçamos os dirigentes da AAPPREVI que já foram premiados com a oportunidade de fazer história, e estão muito ocupados no cumprimento da missão. Serão muito mais úteis no “posto efetivo”.

Preparem-se, Colegas. Abasteçam seus currículos de indignação e vontade de mudanças. Cerquem-se de conhecimentos dos assuntos que nos dizem respeito e retirem do fundo do baú seus diplomas de honestidade e trabalho. Troquem o velho pijama pelo guarda pó desbotado do artesão da vida. Larguem o controle remoto da TV e afinem os dedos no teclado do computador para escrever a nova história dos aposentados e pensionistas.

Contamos com todos vocês - sócios ou não, ativos e inativos - para formarmos chapas seguras e capazes de transformar nosso abalado e corroído mundo velho. Nós não estamos mortos, ainda. Vamos tirar da parede do descaso os velhos medalhões embolorados como se fôssemos enfeitar uma casa nova com ornatos cintilantes, cheios do brilho da esperança.

Mãos à obra.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 26/08/2010.

De que vale tudo isso

Caros Colegas.

É triste o que vivenciamos. É muito triste conviver com a insensibilidade dos órgãos que nos assistem. Positivamente estamos abandonados. E, o que é pior, sendo explorados descaradamente exatamente por quem deveria nos proteger. Do Banco é compreensível a atitude. É perfeitamente cabível que atue a serviço do Governo, seu patrão, que pensa que é seu dono. Mas da PREVI esperava-se comportamento mais digno, mais humano e mais coerente com a sua formação. Afinal a Caixa não pertence ao Banco, nem ao Governo. Ela ai está graças ao seu passado, construído com o dinheiro desse bando de “velhotes que choram de barriga cheia”, como mal disse o presidente dos fracos e oprimidos, Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Usando suas palavras, ousou dizer que nunca na história deste país se viu tamanho descaramento ao se tratar de assunto tão sério quanto uma classe e seus idosos. De nada adianta parte da sociedade se pautar em falsos slogans e tronchas informações de que os aposentados e pensionistas que recebem pela PREVI são privilegiados. Privilegiados como, se vivem das migalhas que transbordam dos seus próprios cofres? Desde quando ser roubado deslavadamente é privilégio? De onde tiraram essa idéia de que ser anoso neste país é alguma regalia? Como os fracos podem sobreviver em uma sociedade que somente reconhece direitos se exigidos através da força? Como pode uma categoria garantir seus bens e suas posses se não tem a cultura da violência? Como podem os aposentados e pensionistas se apegar ao que lhes pertence, e que o governo lhes toma, se os que detêm o poder somente conhecem a linguagem da greve, criada por eles mesmos?

Tudo isto é deveras lastimável. Metem a mão na poupança dos dependentes da PREVI sem medos como se, também, não lhes sobrassem culpas. E assim agem porque sabem que a essa categoria não cabe o direito de greve, pois aposentado não tem porque fazer greve. Só se for greve de fome. Mas isto seria o seu fim porque os deixariam morrer à míngua sem atendimento, para livrarem-se dessa carga que aos olhos do Poder é imprestável. Isto porque governos sucessivos já lhes exauriram as forças deixando-lhes os ossos à mostra. E as hienas do poder rejeitam-lhes os ossos porque têm muita carne fresca à disposição para se deleitar, compradas com o dinheiro desses mesmos pobres coitados. Desses velhotes inservíveis eles agora só querem as moedas amalhadas com a paga do trabalho forçado na época dos músculos fortes e da mente explorável. Porque hoje são infundáveis feixes esqueléticos que pesam nos ombros do governo já que reclamam por direitos e se apegam aos tostões que ao Planalto faz falta, por incompetência dos que lá se aboletaram, incapazes de gerar riquezas honestamente. Em apenas oito anos de governo não dá para competir com quem levou 106 para juntar dinheiro - mais precisamente 140 bilhões de reais. Ainda mais que essa dinheirama toda pertence a um bando de velhos em idade terminal que não têm como levar nada no caixão. Afinal, se vai ficar tudo para o governo depois que o último deles se for, lançar mão agora é apenas uma antecipação da fatalidade. E, também, no momento eles não precisam de nada para “aproveitar” os últimos dias de glória: ganham bem e são irresponsáveis; têm à

disposição restaurante para comer “PF” a um real; remédios genéricos baratíssimos propícios à eutanásia; vacinas específicas para inocular vírus das mais variadas gripes com a promessa da cura impossível. Portanto é mole, mole apropriar-se da sua poupança e este governo não está inovando nada. Há precedentes. E sacar dinheiro dos Fundos de Pensão é como tirar bala da boca de criança.

Mas isso não é tudo. Até uma porcária de empréstimo simples esperado por todos não é anunciado, mesmo quando é sabido que tudo já está delineado. Com prazos e limites fixados, os poderosos ficam fazendo politicagem para tirar proveito das honras do anúncio. Parece-lhes que os tomadores formam um bando de velhacos e caloteiros que nunca honraram as prestações vencidas. Mas mesmo que quisessem agir como velhacos e caloteiros não teriam como dar trambique porque a mensalidade é descontada na FOPAG. E as cabeças pensantes que determinam e liberam o mútuo sabem que os devedores já incorporaram ao seu orçamento o fruto do realinhamento anual amparado em normas específicas. Por isso fazer segredo das regras é comportamento sádico. Isto é desumano, deplorável e condenável sob todos os aspectos. Quem assim age não pode e nem deve voltar à posição de mando. Mas disso cuidaremos depois, com chapas imaculadas.

E não me venham falar em código de ética, pois não se enquadra. O conhecimento prévio das novas regras do ES é de vital importância para seus tomadores e a ninguém mais interessa. Então por que fazer segredo dos seus números? Acaso a divulgação vai quebrar a bolsa? Vai diminuir o PIB nacional? Vai provocar uma corrida aos bancos? Vai modificar as tendências das pesquisas eleitorais? Por que calar? Nós só queremos entender!

Por fim, o mais relevante de tudo é que, também, ainda temos um superávit a ser distribuído e com prazo de validade quase vencido. Superávit que ainda não foi aplicado como manda a Lei porque o Banco do Brasil tem planos para ele e faz da Lei o seu pão de cada dia. Juntamente com o superávit se encontra todo o patrimônio da PREVI. E o Poder já decidiu onde empregá-los ao seu bel prazer, mesmo sabendo que não pode mexer em um centavo do que ali está. Mas mexe. Mexe e tira. Mexe e rouba. E continuará tirando e mexendo e roubando se nada for feito.

Infelizmente de nada adianta apelar para as associações que deveriam proteger todo o patrimônio porque elas também se escondem. Parece que existe um medo terrível de peitar os poderosos. Uma covardia encadeada travando vontades, desejos e capacidades como se fossem iniciar uma luta fora da legalidade. E em algumas impera a lei de se dar bem sonhando informações.

É inadmissível que pessoas de duplo trânsito nada tenham o que dizer. Ora, se oficialmente freqüentam duas cúpulas forçosamente sabem das coisas que lá acontecem. Mas guardam para si o que têm obrigação de divulgar aos seus eleitores. E escondem informações preciosas e vitais para estes, que beiram o suicídio levados pelo desespero.

Os Eleitos da Previ participam de reuniões seguidas e delas saem mais ignorantes do

que antes dos eventos. Somente divulgam amenidades e fotografias. Muitas fotografias onde estão sempre bem postos, enfiotados, nem parecendo que a algumas dessas “reuniões proveitosas” foi o acaso que os levou através de um “convite inesperado”, no último instante. Depois ninguém ouviu, ninguém viu e ninguém fala. Tenham dó! É a cômoda e acovardada postura dos três macacos sábios.

Por tudo isto, esgotados os meios diplomáticos, há que se trilhar o caminho da justiça na busca de amparo aos assistidos da PREVI - enquanto é tempo. Alguém tem que tomar uma atitude e inflamar seus pares incitando-os à razão.

Se nem o conjunto das associações nem a Federação que as aglutina se prestam a exercer o papel caberá a alguma delas agir isoladamente, com responsabilidade, e tomar a tocha nas mãos para atear fogo no paiol. Para fazer muito barulho e estragos no reduto dos poderosos. Adentrar a Casa da Lei com força e com vontade. E isso terá que ser feito logo, pois não dá mais para esperar. A morte não dá prazos.

Mas haverá uma Associação com peito para tal feito?

Quem sabe?

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 29/08/2010.

ANABB e Ação Judicial

Caros Colegas.

Os assuntos internos das outras associações não nos dizem respeito, e a recíproca é verdadeira.

Todavia, a partir do momento em que o comportamento de qualquer Entidade afete diretamente os nossos associados, renunciando prejuízos, temos o dever de cuidar para que não sejam atingidos por falta da orientação que o cumprimento de atribuições nos impõe.

Há dias somos questionados a respeito de correspondência direcionada aos associados da ANABB, muitos deles também nossos filiados, onde estes nos pedem orientação quanto à posição correta que devam assumir frente ao impasse criado com o conteúdo do que receberam, versando sobre a ação judicial conhecida como “IR – 1/3 PREVI”. Com esse documento são instados a assumir compromissos para com a ANABB, da seguinte ordem:

- a) Outorgar procuração aos advogados nominados no documento;
- b) Firmar contrato de prestação de serviços com o Consultor Jurídico da ANABB comprometendo-se a destinar-lhe 10% do benefício financeiro que auferir ao término da Ação;
- c) Assinar autorização para débito em conta corrente do valor total de R\$ 300,00 (em até três parcelas), para pagamento “de despesas administrativas e operacionais relativas ao ajuizamento da Ação”;
- d) Autorizar a ANABB requerer comprovantes e levantar histórico das contribuições e rendimentos junto ao Banco do Brasil e PREVI.

Para justificar essas exigências são alegados fundamentos vagos, carentes de explicações maiores, com explicações de que se trata de ação proposta em nome de TODOS os associados da ANABB (em torno de 90.000, segundo informa) e que em maio último foi concedida antecipação de tutela, em caráter liminar, determinando à PREVI proceder ao “depósito judicial do valor do IR cobrado sobre os benefícios por ela pagos aos **nossos** associados”. Acrescenta que, considerando o caráter de ação coletiva, todos os seus associados podem se beneficiar, desde que enquadrados nos parâmetros próprios e compromissados mediante assinatura dos documentos apresentados, além do pagamento estipulado.

No entendimento de que os esclarecimentos pertinentes devessem ser prestados pela ANABB (como única responsável pelas dúvidas suscitadas) ou pelos advogados da causa, instamos para que pedidos de esclarecimentos lhes fossem direcionados:

- pelos interessados, cooptados para assunção do compromisso;
- pela AAPPREVI;
- pela FAABB; e,
- diretamente pelo presidente da AAPPREVI, particularmente, que foi um dos

destinatários da correspondência em questão.

Lamentavelmente nenhuma dessas solicitações logrou êxito ao atendimento pleno, destacando-se que as esparsas informações dirigidas tiveram sentido vago e inconsistente, o que em nada elucidou o assunto. Ao contrário, fortaleceu a permanência de dúvidas e desconhecimento de causa, gerando desconfiança e apreensão quanto à lisura das propostas.

Sem dever entrar no mérito do que pretende a ANABB relativamente ao que propõe aos seus associados, e em virtude da sua escusa em fornecer esclarecimentos convincentes, achamos por bem fazer consultas às instâncias de que dispomos para subsidiar nossa capacidade de bem informar. Nesse sentido, encaminhamos um questionário de dez itens a dois Escritórios de Advocacia, sendo um deles o que nos presta Assessoria e o outro descompromissado com os nossos trabalhos.

Com base no resultado dessas consultas temos a informar o que se segue, a título de orientação aos interessados que permaneçam na expectativa e na dependência do que possamos oferecer. Antes de tudo enfatizamos que a decisão sobre o que fazer é da responsabilidade de cada um dos interessados, pelo que procuramos imprimir conotação de neutralidade quanto à escolha da busca do melhor resultado em tudo isto.

Eis o que resultou:

Ao informar que a ação em curso contempla todos os seus associados, pressupõe-se que os fundamentos de ajuizamento foram cumpridos por conta e risco da ANABB, nada havendo a ser pago por parte dos integrantes da Ação. Ao contrário, o pedido de manifestação expressa com assunção de compromissos remete ao entendimento de que ninguém está amparado, ainda, no bojo do processo. Portanto há dois caminhos a escolher:

PRIMEIRO CAMINHO

Quem pretender participar da Ação da ANABB deve cumprir todas as suas exigências acima listadas, como sejam:

- Outorgar procuração aos advogados nominados no documento;
- Firmar contrato de prestação de serviços com o Consultor Jurídico da ANABB comprometendo-se a destinar-lhe 10% do benefício financeiro que auferir ao término da Ação;
- Assinar autorização para débito em conta corrente do valor total de R\$ 300,00 (em até três parcelas), para pagamento “de despesas administrativas e operacionais relativas ao ajuizamento da Ação;
- Autorizar a ANABB requerer comprovantes e levantar histórico das contribuições e rendimentos junto ao Banco do Brasil e PREVI.

Neste caso, os que já assinaram procuração anteriormente devem ter o cuidado de conhecer a posição que ocupam na ação. Para tanto deverão entrar em contato e verificar se realmente ela já foi proposta, requerendo o número do processo. De posse

disto estará apto a permanecer, mas havendo desejo de exclusão, pode-se fazer uma petição de desistência, pois a ação ainda não foi julgada.

SEGUNDO CAMINHO

Quem não quiser participar da Ação da ANABB deve abster-se de contrair compromisso, simplesmente ignorando o material recebido, mas, se desejar fortalecer essa decisão, pode encaminhar correspondência participando a posição assumida (através de e-mail ou do correio) tendo a preocupação de guardar cópia.

Esta opção negativa não acarretará danos e não cabem represálias em virtude da posição assumida. Também, os sócios que não deram entrada pela ANABB e mesmo os que entraram e se excluam com petição de desistência do feito em relação à sua Ação estão livres para ingressar por qualquer outra via (entidade ou advogado).

Atenciosamente,

AAPREVI – Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI

Marcos Cordeiro de Andrade
Presidente Administrativo

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 02/09/2010.

Desculpa esfarrapada

Caros Colegas.

Os políticos de todas as esferas usam e abusam da capacidade de enrolar os crédulos. Parece existir um vírus do cinismo inoculado em todo ser humano que dependa do voto popular para ocupar cargos. Se não bastassem as figuras dantescas que se firmam nas câmaras baixas, no parlamento e nos governos desta nação – seja em nível de municípios, de estados ou do país, ainda temos que conviver com eleitos inoperantes que posam de defensores de aposentados e pensionistas. Somente diferem na nomenclatura das posições, porque o cerne do caráter é o mesmo. Como é a mesma a cara de pau que ostentam no dia a dia. E para eles, uma vez no topo, a política é o alimento que os fortalece. É a razão de tudo. Assim como é a desculpa para tudo. Para eles tudo gira em torno do voto e das eleições que lhes dão o sustento, esse acepipe supremo da nojenta mesa de guloseimas próprias em que se refestelam e se lambuzam, no vergonhoso festim rotineiro dos enganadores da opinião pública que, embora falantes de língua solta, não sustentam a palavra dada em campanhas sucessivas ocupando palanques, e nos folhetos de propaganda contendo suas metas. Metas que sabem de antemão que não serão cumpridas, mas que insistem em propalar sem compromisso com a verdade, por terem convicção de lidar com inocentes uteis que querem acreditar no que dizem e prometem, por falta de certeza maior. E que a eles se curvam em subserviente postura de vaca de presépio, os elegendo sempre, entra votação e sai votação – para os mesmos viciados e cevados cargos. Assim é se me parece.

Também eles têm o dom de transmitir egoísmos e maus sentimentos. Já notaram que das reuniões montadas em seu louvor nada transpira? É sempre do mesmo jeito. Terminado o encontro saem todos para suas tocas, palestrantes e convidados – mudos todos. Ninguém diz um ai a partir daí. Até parece que no evento lhes fazem uma lavagem cerebral com a orientação de não divulgar nada. Absolutamente nada! Esquecem que por conta de sua própria propaganda 120 mil almas ficam a espera de notícias. Fuçando blogs, ligando para os amigos, perturbando Deus e o mundo, catam vestígios de algum relato. E nada!

No início do espetáculo os mesários e participantes se acomodam com seus Notebooks, celulares e câmeras digitais, e depois não dizem nada, não mostram nada e nada registram. Tudo por conta do vírus do silêncio e do segredo inoculado pelos “eleitos” para que haja próxima vez, em outras plagas, juntando mais trouxas para assistir e prestigiá-los, lhes dar ouvidos e bater palmas hipócritas, quando o certo seria ofertar-lhes ovos e tomates – se houvesse dinheiro para desperdiçar com isto.

E “os eleitos” seguem distribuindo ilusões baratas em pencas, guardando as mais caras para momentos especiais. Foi o que aconteceu na reunião de ontem em Uberlândia, especialíssima data para exercer a arte da demagogia e do cinismo. Anunciados dia e hora do encontro, deixaram pairar expectativas alimentando a maldita ilusão de que seria anunciado o prato cheio da esperança incontida. Ali seria divulgado o Novo ES e as premissas de distribuição do superávit da PREVI, elementos básicos para dar

sobrevida a moribundos famintos de antigas necessidades. Poderiam ter sido taxativos – tem ou não tem. Mas não! Continuaram fazendo seu jogo. E tudo saiu como programado – para eles.

Montado o palco, repletas as galerias, mais uma vez se extasiaram com a rotina de maldades em que estão atolados até o pescoço. Terminado o encontro saíram com a cara de pau polida e ostentando debochados sorrisos de vitória por conseguir, mais uma vez, frustrar as expectativas com sua arte maior - a burla. A encenação foi tão bem feita e promissora para o intento que nem o fanfarrão mor precisou comparecer. E sua ausência por certo se deveu ao sádico prazer de acompanhar à distância o resultado da decepção coletiva. Talvez também pelo temor de que sua presença o fizesse estourar como a dona redonda de Saramandaia, mas de tanto rir observando os tristes semblantes presentes, carregados das rugas de preocupação e sofrimento. Esses pequenos detalhes que ele desconhece, pois seu mundo é outro.

E nesta reunião, em cumprimento à rotina a que já nos acostumamos, alegaram a desculpa que lhes cabe bem. Cabe tão bem como um chinelo velho se encaixa num pé cansado. Disseram simplesmente que nada pode ser feito por causa das eleições. Como se estivesse em andamento uma campanha eleitoral em nível de ES, de Superávit ou mesmo da PREVI. Alegaram que somente ao final de setembro haverá o sonhado realinhamento – se tivermos a sorte de sobreviver até lá. E só depois “da eleição” pode-se tocar no outro assunto. Somente então, talvez alguma coisa se faça em relação ao superávit. Porque aí a “campanha” já estará definida – é o que dizem.

Mas, o que tem eleições presidenciais a ver com isto? Será barganha ou será ameaça? Se assim é, que tal lhes dar uma lição? Se a intenção é negociar com o nosso voto porque não entrar no jogo deles?

Vamos dar-lhes o troco. Vamos votar maciçamente. Vamos regular os aparelhos de surdez para apurar os ouvidos e escutar os recados. Usemos os óculos de fundo de garrafa para aguçar o pouco da visão que nos resta e ler nas entrelinhas. Esqueçamos a preocupação de quem devemos fazer crescer porque não somos esterco para dar viço a ervas daninhas. Sabemos que estamos mais para demolidores de pedestais do que para elevadores de carga, pois temos a tarefa de implodir estátuas de políticos mesquinhos e enganadores – em todas as esferas. Façamos com que o termo “eleito” passe a ser sinônimo de honra, de caráter, de respeito à velhice e de vergonha na cara. Vamos pensar nos próximos “eleitos” a quem destinaremos votos, porque esses que aí estão não nos servem - “já eram”!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 02/09/2010.

Má escolha

Caros Colegas.

Tem-nos chegado inúmeros questionamentos acerca do comportamento adotado na condução do projeto iniciado. E cabe dizer que nossa determinação permanece a mesma de antes e será a mesma sempre, não importa a chuva que caia lá fora. Ou o estio que prevaleça.

Nós temos uma missão a cumprir e uma vez abraçada a causa seguiremos a procurar meios de alcançar um desfecho favorável. As tentativas que temos encetado estão sobrepostas em camadas de bons propósitos, mas nem por isto logramos sucesso, ainda. Temos batido em portas diferentes o tempo todo e a resposta teima em não aparecer. O silêncio incomoda mais que uma negação, porque nos faz perder tempo. Sempre que apelamos para determinada via isso é feito com a melhor das intenções, ficando aguardando o retorno impossível. E somente abordamos certo setor depois de avaliadas as possibilidades de atendimento, mas nada tem sido feito senão com nosso próprio esforço e apoio dos associados. Foi pura perda de tempo esperar entendimento com associações e seus dirigentes.

Infelizmente a inexperiência é um fator preponderante a influenciar negativamente nossa tarefa, pois não estamos acostumados a lidar com o mundo da hipocrisia e da falta de respeito para com os semelhantes. Desde o início deste Blog, há quase um ano, estamos envolvidos com este critério infeliz que tudo direciona à desconfiança pela avaliação que se faz, espelhando-se em si mesmo, ao deparar com proposições. Somente nos cabe denunciar todos os contatados como insensíveis materialistas que visam sempre, e antes de tudo, seu bem estar pessoal e a posição que ocupam. De nada adianta ter honestidade de propósitos, justeza de caráter e desprendimento para dedicação ao próximo se nos dirigimos a antípodas comprovados.

No decorrer deste ano que está a se completar pensamos estar apelando para Deus e o mundo em busca de correspondência aos nossos anseios. Ledo engano. Esquecemos que somente se apela a Deus por meio de orações e não de palavras registradas em blogs, cartas, manifestos ou jornais. Estes não atingem o destino divino. Não chegam a Deus porque passam pelas mãos dos homens, nem sempre de boa vontade, e que normalmente não se dão ao trabalho de ler os apelos que se lhes chegam. E quando o fazem é para filtrar o conteúdo procurando nas entrelinhas algo que lhes faculte tirar proveito pela adesão pedida – caso contrário, lixo com eles que ninguém é otário, avaliam.

E assim chegamos aqui. Ao porto do abandono onde somente fundeiam embarcações perdidas desde o início da travessia - sem rumo pela falta de conhecimento prévio da rota escolhida. Nesse trajeto tentamos levar o barco com mão firme no timão da esperança, desconhecendo que os mares a navegar eram revoltos e cheios de obstáculos propositalmente distribuídos pelos maus espíritos que habitam as profundezas do desconhecido. Que aqui se traduz como as entranhas de cérebros perversos.

Sem querer justificar fracassos, porque estes são fruto da incompetência, e não os há, mas para retroagir cronologicamente em busca da origem dos erros cometidos, vale a pena refazer o caminho percorrido e relembrar apelos jogados ao vento, na inocente intenção de que estávamos lidando com seres iguais a nós. Gente como a gente que se preocupa com o próximo, mesmo que ele esteja afastado no espaço – mas junto na existência precária de dependência da boa vontade, da justeza de caráter na condução de projetos protetores e guardiões do bem estar de existências que se findam.

Completamos hoje 151 posts publicados aqui mesmo. Todos versando sobre denúncias e dramáticas convocações a união e à concórdia. Quem tiver paciência de ler tem neles algumas “pérolas” da inocente arte de acreditar no semelhante, e terá presente o esforço desperdiçado na busca de congraçamento por ter dirigido apelos às pessoas erradas. Vale a pena conferir, a começar por “Um novo tempo”, em 26/09/2009.

Depois de toda essa saga ninguém compareceu à mesa de negociações. Ninguém se dispôs a mostrar a cara. Ninguém foi capaz de, ao menos, pagar para ver. Pois todos, todos mesmo, temiam estar diante de um ser igual a eles – mesquinho, interesseiro, egoísta, vaidoso. E por isso mesmo mantiveram distância por medo de serem tratados como costumam tratar a quem deles se aproxima. É bom lembrar que a fundação da AAPPREVI foi participada com elegância e oferta dos préstimos a todas as associações do gênero. Nem mesmo a ANABB foi esquecida no processo. Assim como o BB, a PREVI e a CASSI.

Espantosamente somente a FAABB nos deu as boas vindas em seu Site, com uma singela homenagem até hoje mantida em destaque. E foi só. Pois ninguém, absolutamente ninguém quis tomar conhecimento da nossa existência, mas continuamos insistindo com bons modos – sem proveito algum.

Em vista disso, depois da avaliação feita, fica a certeza de que há necessidade de uma mudança de rumos. A partir daqui abandonamos a crédula postura de confiar sem desconfiar. Chega de trocar idéias com vultos. Não mais procuraremos chifres em cabeça de cavalos. Resolvemos encarar a realidade e enfrentar o mundo como viemos a ele – sozinhos.

Vamos trabalhar pelas vias possíveis e mostrar o fruto desse trabalho, mesmo sem ajuda dos poderosos que nos deram as costas como resposta. Depois, bem, depois que corram no nosso vácuo, se tiverem fôlego para tanto.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 05/09/2010.

Ação IR - 1/3 PREVI

Caros Colegas.

A AAPPREVI vai ingressar com a Ação Judicial gratuita, "IR – 1/3 PREVI" – Ação de Direito Tributário em face da União Federal (Fazenda Nacional), em favor dos seus associados.

Seguindo os critérios observados para promover ações judiciais gratuitas, consideramos que estamos autorizados pela amostragem resultante da enquete encerrada:

- IR – 1/3 PREVI – Ação Judicial de Repetição de Indébito contra a Fazenda Nacional. Você concorda que a AAPPREVI ingresse com essa Ação?

Total de votos = 336

Sim – 321 (95%)

Não - 015 (04%)

Assim sendo, anunciamos a determinação de ingressar com pedido de ajuizamento específico, obedecendo aos moldes até aqui praticados e de acordo com as explicações do Escritório Jurídico que nos presta assessoria, contidas no link do rodapé deste comunicado.

Os interessados já podem se inscrever mediante encaminhamento dos documentos necessários, dentro das recomendações anunciadas. Está impossibilitado de participar quem já integre esta Ação por qualquer meio, individual ou coletivo (através de advogado ou associação).

Por oportuno, lembramos que a mensalidade de R\$ 10,00, devida pela filiação à AAPPREVI, se constitui na única despesa pela participação nas ações judiciais gratuitas que promovemos.

Acesse o link para inteirar-se de tudo que diz respeito à nova proposta:

http://www.aapprevi.com.br/assessoria_juridica.html

Atenciosamente,

Marcos Cordeiro de Andrade
Presidente Administrativo da AAPPREVI

Curitiba (PR) 07 de setembro de 2010.

Um novo Valmir?

Caros Colegas.

Foram acesas as luzes de advertência. Um novo perigo ronda os aposentados e pensionistas que recebem pela PREVI. E este perigo tem nome: Gilberto Santiago. Nem bem saiu de cena o verdugo alguém se apresenta como substituto, sem convite e sem mandado.

A AAFBB alardeia, por seu presidente, que “aceitou” participar da chapa eleita para ajudar no comando da PREVI, como forma de modificar o quadro de ingerência ditatorial da ANABB exercido há anos no nosso Fundo. Acontece que essa ajuda foi processada com imposição de nomes da própria cúpula da AAFBB, conseguindo eleger a maioria dos componentes dos Conselhos.

Até aí, tudo bem. Mas onde entra o senhor Gilberto Santiago nessa história? Entra exatamente tentando ocupar o lugar do senhor Valmir Camilo. Este, enquanto à frente da ANABB, imiscuía-se em todos os encontros e discussões envolvendo aposentados e pensionistas como representante dos seus “100 mil” associados. Afastado do poder de antes, não importando as razões, logo apareceu o presidente da AAFBB como pretensão substituto brandindo a representatividade advinda dos seus 30/40 mil sócios e, igualmente, impõe sua presença nos fóruns de discussão entre BB/PREVI/participantes, passando por cima das 31 outras associações – ditas minoritárias - querendo a qualquer custo impor sua presença sem procuração de quem quer que seja com poderes outorgados para falar, discutir e decidir.

Por tudo isto, é bom que as outras 31 associações que representam o “baixo clero” fiquem alertas para o perigo que as ronda. A coisa não funciona com a simplicidade de uma troca de atletas em uma competição. Não soa como um simples anúncio a ecoar num Maracanã lotado como a dizer: a Suderj informa, sai Valmir, entra Gilberto. Há que se tomar o prumo dessa balança de poder e aferir os seus pesos e medidas para não permitir danos irreparáveis. É balança viciada, e também é relevante notar que somente nos livramos do imperador dos “100 mil” pela cizânia havida no seu reino. Livrar-se de outro que lhe tome o cetro agora demorará mais uma década, provavelmente.

Chega de caminharmos à sombra de frondosas árvores artificiais que se deslocam ao sabor dos ventos da aventura, da ganância e da sede de poder. Temos que fazer nossa própria sombra e renegar a proteção impositiva de promessas vãs. Chega de agir como vacas de presépio com atestado de incapacidade e ausência total de vontade própria. Basta da aceitação desqualificada sem razão de ser. Repudiemos lideranças forçadas em nome de multidões não consultadas.

É imperativo aceitarmos a condição de dirigentes de Associações de aposentados e pensionistas com a clara compreensão de que trabalhamos por eles e para eles. Nosso enquadramento se iguala a todos nos direitos, mas nos deveres vão muito além, pois temos a responsabilidade de bem representá-los e defendê-los de falsos líderes,

também.

Formamos um conjunto de 32 associações e nenhuma delas tem o direito de levantar sozinha a bandeira do comando, por falta de credenciais. A nenhuma é dada a prerrogativa de falar em nome do conjunto dos associados de todas. Muito menos decidir por eles. Ainda mais que estamos subordinados, voluntariamente, a uma liderança participativa, atuante e atrelada às normas que garantem ascendência sobre o todo – a FAABB.

Aproximando-se a data de o Banco chamar a si a responsabilidade de discutir a destinação do superávit, devemos ter em mente a necessidade de se indicar quem de direito deverá participar, em nome dos aposentados e pensionistas. Seria interessante que à mesa sentassem representantes das Associações, divididas por regiões sem levar em conta o número que carregue às costas, conjuntamente com a FAABB. Esta assumiria a postura de comandante da operação, assessorada pelos representantes regionais com iguais direitos participativos. No caso presente a qualidade vale mais que a quantidade.

Não deixemos, portanto, que outro Valmir Camilo se crie à nossa custa, alimentando-se da nossa mirrada despesa.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 10/09/2010.

Reuniões infrutíferas

Caros Colegas.

A cada reunião que acontece mais os assuntos se voltam para direcionamentos temerários. Ora se prestam a amparar propostas injustas, ora afunilam o caminho para a aceitação de parâmetros absurdos como a defesa de aposentados e pensionistas pela CONTRAF-CUT.

De se notar que as reuniões havidas envolvem sempre as mesmas figuras de proa que não têm o poder decisório nas questões abordadas. Por um lado dirigentes de associações isoladas fazem convites a pessoas escolhidas para participar de espetáculos pirotécnicos para dar brilho a sua gestão. E os convidados são sempre as figurinhas carimbadas do álbum dos eleitos da PREVI, cuja postura já é conhecida e a verborrêia gasta nessas ocasiões mais parece o som vindo de um disco de vinil arranhado, repetindo os mesmos sulcos gravados numa matriz sem sentimentos.

É sabido que os Eleitos nada resolvem e nada decidem. Em seu discurso repetitivo alegam que fazem parte de um colegiado - subordinado aos interesses do Banco do Brasil na qualidade de patrocinador, falta dizer. De mais a mais, nessas reuniões adotam postura incompatível com os anseios da arraia miúda, a começar pela posição assumida sobre um tablado elevado para olhar os interlocutores de cima para baixo - como a mostrar superioridade - numa demonstração de admiração subalterna exercida pelos anfitriões que lhes dão esse destaque imerecido, pelo pouco que podem fazer (ou querem).

Para corroborar a desnecessária organização desses eventos basta o conhecimento das narrativas que escaparam de algumas delas. As propostas são as mesmas com alternância de posições, chamadas prioridades. Tudo se baseia num simulacro de coisa séria acontecida sob o patrocínio da ANABB, dois anos atrás, e que resultou no desastre da Renda Certa. De lá para cá somente reeditam o prometido tendo a certeza de que nada que propalam acontecerá. Pelo menos como desejamos, pois sem o crivo do Poder Central tudo se dilui no campo especulativo.

É quase certo que o discurso já vem pronto para enganar aos desavisados que comparecem de boa fé, enfrentando sacrifícios ao embalo da esperança de ouvir coisa que preste. Mas que saem, sempre, carregando o fardo da desilusão pelo que feriram seus ouvidos. É desumano esse comportamento permitido. A falta de escrúpulos demonstrada pelos que proporcionam esse espetáculo deveria ser punida com açoites de penitentes. O pouco caso que fazem da miséria imposta, sentida pelos assistentes usurpados nos seus direitos, é passível de punições severas. Esses fogueteiros deveriam envergonhar-se do ridículo papel a que se prestam à frente da caravana em que desfilam, e demonstrar um pouco de dignidade ao lidar com os participantes, no duplo sentido.

Retirar a máscara de uma vez é o mínimo que podem fazer. E não deixá-la deslizar no rosto um pouco a cada reunião que freqüentam, mostrando a cara de pau que

escondem por baixo. No último encontro vimos um pouco mais do que queriam mostrar – admitiram que a CONTRAF-CUT fosse sua convidada para dar palpite onde não deve. Onde já se viu dizer-se que essa Entidade tem procuração para representar aposentados e pensionistas? O resultado dessa promíscua relação já se antevê com a redução de aceitáveis índices de dois dígitos, defendidos pelas Associações, para escala infinitamente inferior, numa demonstração inequívoca da defesa que fazem do patrocinador do Plano, seu amo todo poderoso e senhor absoluto.

Essas encenações protelatórias são descabidas, ainda mais porque tudo já foi dito e discutido. As Associações já se pronunciaram e deram o seu recado. Muito bem dado, por sinal.

Portanto, desta farsa a AAPPREVI não participa. Mas fará questão de se impor para ter voz quando chegar a hora da verdade. Se a convocação for honesta, e quando a coisa for para valer, fiquem certos de que nós lá estaremos. Chega de hipocrisia no trato da miséria alheia. Precisamos de soluções, não de promessas repetidas com a incompetência rotineira.

Cuidem-se ilustríssimos farsantes, salvem seus mandatos enquanto há tempo.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 13/09/2010.

Prepotência

Caros Colegas.

Todo pai de família prepotente e inseguro guarda para si as coordenadas que influenciam em suas decisões. Tomemos como exemplo a saída de férias com a família.

Razoável aparato logístico envolve esse rotineiro evento anual e é o “chefe da família” quem guarda o domínio dos pormenores. A começar pelas datas envolvidas, passando pelos preparativos e destino da viagem ele bem sabe quando se darão, pois essas folgas têm que coincidir com as férias escolares e as suas. O local escolhido também é do conhecimento prévio porque envolve suas preferências - primeiramente satisfeitas. O tempo de duração igualmente está pré-aprovado nos cálculos porque está sob seu domínio o poder econômico do grupo familiar.

Todavia, para exercer a sua discutível liderança e comando mantém sob sigilo absoluto toda a programação, para lhe servir como barganha de sustentação na manipulação desqualificada. Deste modo desconsidera sucessivos apelos para conhecimento dos “benefícios” aguardados pelos principais interessados. Também nada deixa escapar e nem a mulher pode penetrar nas entranhas do poder central que ele encarna. Os filhos, nem se fala, esses não têm vontade própria e cuida para que permaneçam assim porque é o papai quem manda no conjunto. Seus dependentes têm que permanecer alheios a tudo para temer o ditador no exercício da imposição de obediência cega. E assim o provedor da família mantém o clã sob o tacão da sua bota para que, subjugados, não esperem mais do que ele queira dar.

Mudemos os exemplos trazendo-os para mais próximo de nós e teremos a PREVI em substituição ao papai todo poderoso. E nós seremos a companheira e os filhos amparados que lhe devemos obediência cega. Troquemos a programação do descanso pela distribuição das migalhas que a prole aguarda ansiosamente, entra ano e sai ano, e substituamos o local das férias pelos valores que nosso bondoso Fundo nos destinará e o quadro estará refeito. Deixemos de lado o pai de família e seus dependentes e a par da nossa realidade teremos o PB1 e nós, aposentados e pensionistas, seus eternos dependentes. Enganados e mantidos alheios às programações do que nos obsequiará, permanecemos na expectativa dos dispensáveis donativos, no seu entendimento, como ES e Superávit, favores que a contragosto inclui nos seus estudos de viabilidade.

Em sã consciência ninguém se atreverá a dizer que os planos não estão traçados dentro da PREVI, e que são desconhecidos pelos que a dirigem – para isto existem as provisões orçamentárias. Lá tudo está delineado contendo datas e valores e igualmente ali já se sabe como será o realinhamento do ES e o que será posto à mesa do Banco, e quais as sobras do superávit que serão distribuídas.

De se notar que a Caixa conta com um descomunal aparato logístico, capacitado para gerir um pool com as empresas mais significativas do cenário nacional. Os técnicos mais galardoados da área empresarial estão ao seu serviço e Doutores em Leis trabalham diuturnamente para embasar suas decisões. Técnicos contábeis e da área

de informática se esmeram para manipular os números de sustentação da sua grandiosidade, e Engenheiros financeiros debruçam-se em suas pranchetas para dar forma aos esquemas que permitam sonegar benefícios destinados aos participantes. Prestidigitadores trabalham incansavelmente para prover meios de sonegar informações, tudo com o mais absoluto sucesso.

Por fim, todo esse esquema disponível não pode ser taxado de incapaz no trato dos elementares parâmetros dessas duas pequeninas coisas - ES e Superávit - se comparadas com a magnitude do resto.

Infelizmente esse fenomenal poderio está sob o domínio de poucos – eleitos por muitos que desconhecem a importância do voto consciente.

Eles têm a força e a usam para nos manter sob seu domínio. Mas que havemos de fazer? O que há por trás de tudo isto?

O que há é a insensatez da parte dos dirigentes. É a consequência de se dar poder a quem não está preparado para exercê-lo. É a fraqueza característica que acomete cérebros egoístas. É a eterna capacidade da enganação que se instala nos dirigentes ególatras, encarregados da destinação de suprimentos, preocupados com sua barriga enquanto as dos outros roncam de fome. É nisto que dá a nossa eterna boa fé que há décadas nos leva a cometer o primário erro de votar mal. Tudo que ai está é culpa nossa. E enquanto não aprendermos a votar não mereceremos viver bem.

Salvem-se quem puder, porquanto a enganação se perpetua! Vem aí mais uma reunião, no dia 20, para corroborar tudo que foi dito acima. E o pior é que somente conheceremos o que ocorrer no seu bojo depois da escolha do “escriva juramentado” para divulgar o que interesse aos vaidosos patrocinadores, mas podemos apostar que desse mato não vai sair coelho.

Mas, se quiserem provar que esse “importante evento” será diferente aqui vão singelas sugestões:

- 1) Designem um secretário para elaborar a ata e a disponibilizem em seguida, para divulgação por quem se interesse em fazê-lo, sem maquiagem;
- 2) Gravem os depoimentos e liberem o vídeo;
- 3) Permitam colocação de perguntas via oral e não somente escritas previamente com aproveitamento censurado. Também acatem as que cheguem por telefone, sob identificação;
- 4) Viabilizem o conhecimento das discussões em tempo minimamente aceitável.

Se aceitarem esses palpites poderemos dizer que essa “foi” uma reunião séria e não igual às outras - que já caíram no esquecimento.

Marcos Cordeiro de Andrade - Curitiba (PR) – 16/09/2010.

O grito do palhaço

Caros Colegas.

Vocês querem marmelada?!

Esse bordão do genial Carequinha assenta como uma luva para o espetáculo que o circo armado em São Paulo programa encenar no próximo dia 20. Apenas com a diferença de que no picadeiro estarão outros artistas, e nas arquibancadas outra platéia não menos inocente e pura, contando com alguns penetas frequentadores de todas as funções circenses.

O circo itinerante estará armado na Avenida São João, no centro de São Paulo, e o horário é próprio de uma matinê para o público da última idade – 14:30. Os pregoeiros já distribuíram os panfletos de propaganda, pela paga do ingresso que garante um lugar nos camarotes e nas frizas. Marcadas data e hora da encenação e conhecidos os membros da trupe, resta aguardar o grito de guerra do dono do circo:

Senhoras e Senhores vai começar o espetáculo!

Ficando a expectativa que marcará o “grand finale” – palmas ou vaias?

E depois?

Depois que o patrocinador do espetáculo conferir a féria, a lona será arriada. Os mastros serão retirados e as arquibancadas desmontadas. Em seguida a caravana recomençará seu itinerário em direção a outra freguesia. De preferência uma localidade nova, que ainda não conheça os artistas recém contratados (comandados por um velho e experiente conhecido), mas todos oriundos da mesma escola circense dos anteriores, coitados, substituídos por velhice precoce e outros problemas de saúde: obesidade financeira, rachaduras profundas marcando as caras de pau, repertório de piadas surrado que já não mais agradavam ao público e, principalmente, lerdeza de movimentos, motivada pela inércia no desempenho das funções originais – antes de se tornarem palhaços.

Compareçam todos para conhecer as novas piadas. E depois sintam saudades dos verdadeiros palhaços dos circos da vida!

Se alguém resolver falar sério, peço que contem. Caso contrário, prefiro ignorar as palhaçadas.

Ah! Ia esquecendo, levem as carteirinhas e o lanchinho. O circo não paga nada – só arrecada!

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 18/09/2010.

Nada mudou

Caros Colegas.

Seria proveitoso para todos nós se nos debruçássemos sobre o relatório da Reunião da FAABB-SP, publicado aqui no Blog. É imprescindível fazer-se uma análise criteriosa de todo o conteúdo, item por item.

Para quem acompanha o assunto será fácil concluir que nada de novo foi dito, ou acrescentado. Para os que se iniciam no conhecimento terão um resumo do que se discute há mais de três anos. Tudo que lá está é redundante. A única coisa que mudou um pouco foi a participação dos envolvidos, mas até as frases feitas foram as mesmas. No que resulta enfatizar o despropósito de se promover essas reuniões. É pura perda de tempo.

Vamos dar por encerrada a repercussão do encontro antes que comecem a aparecer os comentaristas de momento e as versões diferenciadas do que foi visto. Porque por mais que tente dourar a pílula ela nunca passará de um placebo. Já conhecemos esse filme e se não nos anteciparmos com um basta para as discussões que se avizinham corremos o risco de enfrentar uma nova reunião, convocada por algum presidente “inexperiente”. E que poderá ser em qualquer lugar. Quem sabe, agora, na Caixa-Prego. Platéia nunca faltará. Já dos resultados não se pode dizer o mesmo, pois não resulta em nada – sempre.

Comprovada a ineficácia do feito, cabe às cabeças pensantes – e que pensam ser mandantes – cair na real e partir para o trabalho efetivo. E, convencidos de que é chegada a hora da ação, devem todos os que se acham com poder de decisão assumir suas funções.

O tempo urge. “Não dá mais prá segurar”. As cartas estão na mesa e as conclusões foram tiradas. Sabe-se o que precisa ser feito. E por quem. O trabalho a seguir é claramente conhecido: dirigir ao Banco/PREVI uma carta de cunho oficial, encabeçada pela FAABB, ratificando o que já foi dito e enumerando os nomes para compor a mesa de negociações do lado dos aposentados e pensionistas – sem discussões preliminares infrutíferas. Se não dá para neutralizar as vaidades imperantes que se faça um sorteio entre as 32 associações representativas para a indicação minimizada. Até isto é aceitável, contanto que o impasse seja superado e a negociação avance. Chega de esperar pelo amanhã. Cada reunião que acontece mais empurra para o colo do Banco o resultado de acordo para a distribuição do superávit. Alguém tem que mostrar pulso firme e dar a palavra final. Esperemos que essa seja a atitude da Presidente da FAABB, colega Isa Musa de Noronha.

Faça, determine, imponha sua capacidade representativa e esqueça as picuinhas de dirigentes inoperantes - vaidosas cracas grudadas nos cascos de lentos e velhos navios simbolizados por Associações. Verdadeiros parasitas a sugar as entranhas de naus des governadas. Eternos ditadores que somente conhecem o poder de mando – por ignorar a miséria em que seus mantenedores foram jogados.

Ajude-nos Isa Musa de Noronha. Você talvez seja nossa última esperança no campo do acordo.

Marcos Cordeiro de Andrade – 21/09/2010.

Valerá a pena?

Caros Colegas.

Um pouco de reflexão neste momento servirá para amenizar as tensões que ainda teimam em nos atanzar a mente.

A mensalidade da AAPPREVI não deve ser encarada simplesmente como mais uma despesa a onerar nosso combalido orçamento. Alguns dirão que dez reais a mais ou a menos não influirão em nada. Não é bem assim, pois com essa quantia se compra muita coisa útil: um quilo de carne, por exemplo. No entanto, se encararmos a questão pelo lado prático, chegaremos à conclusão de que essa despesa mensal tem retorno garantido, e com lucro. Mal comparando com um jornal diário, ao custo médio de dois reais, somente aí já teremos argumento suficiente para justificar o gasto.

Muito embora sejam coisas diferentes, as notícias disponibilizadas no site da associação e no blog não estão disponíveis em nenhum lugar que se assemelhe, e com as atualidades das informações. Isto não está no Jornal Nacional, na mídia impressa ou nos sites das outras associações, que não imprimem a mesma dinâmica de divulgação. Seria o caso de se perguntar onde o aposentado ou pensionista tem à disposição, vinte e quatro horas por dia, um veículo que responda quase que em tempo real aos seus questionamentos acerca dos mais variados assuntos de um universo particular: enquadramentos jurídicos sobre questões previdenciárias, notícias da PREVI/CASSI/BB e de associações e comunicados dos Órgãos vinculados aos participantes do PB1. Some-se a tudo isto o prazer de ligar o computador logo cedo e se deparar com notícias aguardadas ansiosamente e não encontradas em nenhum outro espaço. Coisas como um novo empréstimo disponível; o resultado de uma reunião havida; a orientação sobre quais candidatos às chapas da PREVI e da CASSI são confiáveis; resultados de votações, etc. Com a agravante de que ninguém precisa se preocupar com quem esteja do outro lado da linha ou à frente do computador; se dorme muito ou pouco; se recebe ou não para assim agir; se há prejuízo financeiro ou quanto ganha pelo trabalho - nada disso é debitado à consciência ou ao bolso do associado.

E o que dizer das ações judiciais gratuitas? No momento a AAPPREVI tem duas ajuizadas estando em vias de ajuizar outras duas. O conjunto delas e as que sucederem tem o preço simbólico de apenas dez reais mensais. Nada, além disso, desde o início até o resultado da “batida do martelo”.

Há, ainda, a possibilidade de o associado lançar-se candidato nas chapas que a associação lançará futuramente, podendo até tirar algum proveito disso, de dois modos: sentir-se realizado por ter capacidade de defender os colegas, hoje desamparados e, ainda, auferir gordos salários nos postos que galgar. Mas isto não é assunto nosso e não serve para cargos na AAPPREVI. Também se vier com esse pensamento melhor será manter-se afastado de nós. Aqui temos a satisfação de servir, mas nem de longe se cogita receber vantagens financeiras – o estatuto não permite e a consciência não aceita. Se for portador de honestidade de propósitos e merecedor da nossa confiança, teremos prazer em fazer as indicações, mas o salário lá no cargo fica

por conta da entidade bonachona, pois aqui só cuidamos de trabalho – muito trabalho.

Junte-se a tudo isto a comodidade de ter como desabafar as mágoas provocadas pelo mau atendimento das entidades que deveriam nos servir e, conscientes de que para isto contamos com o blog e o telefone da associação, podemos fechar a conta, pois sabemos que do outro lado encontramos pessoas que relegaram seus afazeres para trabalhar de graça pelo prazer de servir ao próximo.

Então, quanto vale essas coisinhas? Dez reais é muito?

Que tal preencher a ficha de Inscrição à AAPREVI e tornar-se um dos nossos? A partir do momento da filiação o novo sócio estará contribuindo para tornar mais suave a vida de outros colegas iguais a ele, carentes de quem os defenda das garras do Banco do Brasil e da PREVI.

Junte-se a nós. Mas, se isto significar um quilo de carne a menos na sua mesa não se reocupe, nós entenderemos a falta que nos faz – deixe que outro melhor aquinhado ocupe o seu lugar.

Associe-se.

Marcos Cordeiro de Andrade – Curitiba (PR) – 23/09/2010.

Não vale a pena ver de novo

Caros colegas.

Como uma novela prestes a se reprisar, bate em nossas portas o anúncio de velho programa de índio, representado pela discussão envolvendo a distribuição do superávit. É lamentável que roteiristas sejam faltos de criatividade e, como medíocres produtores insistam em levar ao ar uma imitação grosseira do que já vimos – e não gostamos.

Na era moderna da encenação superavitária, cujo marco inicial remonta a 2006, é temerário supor que os produtores que se autoneomaram para encenar uma peça com o velho tema, imutável no tempo e na forma, nos dêem a infeliz certeza de que não agradará ao público alvo a que se destina.

A hiena toma do leão um naco da sua presa e depois volta para brigar por mais. Muito embora não sejamos carnicheiros temos que agir como tal para enfrentar o predador. Vamos dar ao leão metade da caça agora e depois de forradas nossas barrigas, ora coladas às costas, brigaremos por mais comida, se o quinhão de agora for insuficiente para aplacar uma fome de anos de seca braba.

O Banco do Brasil dá mostras de que está propenso a discutir a divisão do superávit e embora nenhuma certeza se acalente, subentende-se que quer a metade do disponível, sendo isto a pedra basilar para suportar qualquer discussão, ou acordo.

É difícil entender como uma questão tão simples alcançou o nível de um enigma complexo. Talvez seja necessário retornar ao ábaco para efetuar uma divisão que teimam em fazer com o uso de complexas fórmulas matemáticas. Há um monte de dinheiro acumulado por dois lados que hoje pretendem fazer a divisão, não se sabendo ao certo quem botou quanto e quem tirou tanto no decorrer da juntada. Mas sabe-se quanto soma o monte à espera da partilha. Em se tratando de dois poupadores na disputa, sendo um forte e esperto e o outro fraco e tolo, vem ocorrendo que o ladino tem agido à sorrelfa, se empanturrando com o que saca, enquanto que o de boa índole aguarda pacientemente a iniciativa daquele para pegar sua parte. Acontece que um quer mais que pode, enquanto que o outro quer tudo para si – errados ambos.

Formado o impasse, são chamados mediadores para viabilizar o entendimento. Mas deveriam ser barrados por suspeição, pois os seus votos são antecipados, o que desmerece a imparcialidade e que levará à continuidade da desavença. No entanto, ainda é tempo de mudar os interlocutores, ou instruí-los à aceitação da lógica, isto é, determinar a divisão do monte em duas partes iguais. Simples assim.

“Em condições normais de temperatura e pressão”, como num enunciado da Física, o certo seria recorrer ao entendimento científico em todas as minúcias, para deslindar a incógnita. Mas na situação presente, em que o mais fraco está cada vez mais debilitado, urge que o acordo seja firmado para garantir a sobrevivência do menos

favorecido, deixando que o guloso leve a metade que exige e que não fará falta ao mais necessitado – por enquanto.

Eis a minha opinião como simples mortal, participante do PB1: destinar 50% para cada lado, enquanto há o que dividir por dois. Pois, no ritmo em que gira a roda do tempo, cedo só haverá um lado vivo.

Trocando em miúdos: que o Banco leve sua metade, e nos deixe sobreviver com o resto.

Marcos Cordeiro de Andrade - Curitiba (PR) – 24/09/2010.